

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TORRES VEDRAS – TVD79

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

Setembro de 2021

Coordenação Técnica Geral

Arq. Carlos Figueiredo

Coordenação Técnica Operacional

Arq. André Duarte Baptista

Equipa Técnica:

André Duarte Baptista, arquiteto

Bruno Vieira, arquiteto

Ludovina Cruz, socióloga

Ana Isabel Costa, arquiteta

Índice

1. Introdução	6
2. Enquadramento	7
2.1. Áreas de Reabilitação Urbana no Território Municipal	7
2.2. Contexto Territorial	8
2.3. Análise SWOT – Cidade	13
2.4. Desafios e Fatores Críticos de Sucesso	14
3. Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Torres Vedras – TDV79	17
3.1. Limites	17
3.2. Desenvolvimento Urbanístico	23
3.3. Instrumentos de Planeamento com incidência sobre a ARU	32
3.4. Caracterização Física	42
3.5. Diagnóstico Físico, Social e Económico	61
3.6. Análise SWOT	80
4. Enquadramento Estratégico	82
4.1. Visão e objetivos	82
4.2. Alinhamento com outros instrumentos de planeamento	84
5. Operação de Reabilitação Urbana	89
5.1. Tipologia e prazo de execução	89
5.2. Implementação	89
5.3. Quadro Conceptual	90
5.4. Princípios de Gestão	90
5.5. Objetivos específicos de reabilitação urbana previstos para a ORU	92
6. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana	93
6.1. Enquadramento	93
6.2. Metodologia	94
6.3. Articulação Estratégica das Ações e Projetos	99
6.3.1. Qualificação e Preservação Ambiental	100
6.3.2. Valorização Territorial	101
6.3.3. Equidade Social	104
6.3.4. Competitividade Territorial	107
6.3.5. Valorização Cultural	108
6.4. Programação Financeira e Temporal	110
6.4.1. Ações e Projetos por Domínios de Intervenção	111
6.4.1.1. Planeamento e Gestão	112

6.4.1.2.	<i>Ambiente, Recursos Naturais e Riscos</i>	113
6.4.1.3.	<i>Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas</i>	114
6.4.1.4.	<i>Património Natural e Cultural</i>	115
6.4.1.5.	<i>Requalificação Urbana</i>	116
6.4.1.6.	<i>Habitação</i>	117
6.4.1.7.	<i>Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva</i>	118
6.4.1.8.	<i>Espaços Verdes de Utilização Coletiva</i>	119
6.4.1.9.	<i>Desenvolvimento Económico</i>	120
6.4.1.10.	<i>Rede de Infraestruturas Viárias</i>	121
6.4.1.11.	<i>Mobilidade e Acessibilidade</i>	122
6.4.1.12.	<i>Infraestruturas Territoriais e Urbanas</i>	123
6.4.1.13.	<i>Informação e Participação Pública</i>	124
6.4.2.	Síntese da Programação Financeira e Temporal	125
6.5.	Parque Edificado Privado	129
6.6.	Modelo de Gestão	132
6.6.1.	Princípios	132
6.6.2.	Níveis de Gestão	133
6.7.	Financiamento	134
6.7.1.	FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento	134
6.7.2.	IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana	135
6.7.3.	Outros Programas geridos pelo IHRU	135
7.	Regime de benefícios fiscais e apoios municipais	137
7.1.	Benefícios e incentivos fiscais	137
7.2.	Taxas e outros apoios municipais	138
7.3.	Condicionantes para a atribuição de benefícios e apoios	138
8.	Referências Bibliográficas	139
9.	Legislação	141
Anexos	142
Anexo I.	Planta dos Limites da ARU - Ortofotomapa	143
Anexo II.	Planta cadastral da ARU e ORU	145
Anexo III.	Planta cadastral da ARU e ORU sobre ortofotomapa	147
Anexo IV.	Planta dos Imóveis Classificados e Imóveis com Valor Patrimonial	149
Anexo V.	Planta dos Imóveis Municipais	151
Anexo VI.	Planta do Estado de Conservação dos Imóveis	153
Anexo VII.	Planta das Ações Materiais	155
Anexo VIII.	Fichas das Ações Materiais	157

1. Introdução

A 26 de junho de 2018, a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária, aprovou a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Torres Vedras – TVD79.

A referida proposta foi remetida para a Assembleia Municipal, nos termos do nº1 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, dada pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), tendo a mesma merecido aprovação na sessão da Assembleia Municipal realizada a 2 de setembro de 2018.

Na sequência da aprovação da Assembleia Municipal, e nos termos do nº 3 do artigo 13º do referido diploma, foi enviado para publicação em Diário da República – através do Edital nº 1052/201, de 18 de outubro - o ato de aprovação da delimitação, acompanhado dos restantes elementos, e do mesmo dado conhecimento ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., nos termos do nº4 do mesmo artigo e diploma.

Ainda de acordo com o RJRU, a delimitação das áreas de reabilitação urbana dá lugar à necessidade de definir, a operação de reabilitação urbana que irá desenvolver os objetivos prosseguidos, sendo que a cada ARU corresponde uma ORU. As operações de reabilitação urbana podem, porém, ser constituídas em momento posterior ao da constituição da ARU, dispondo as câmaras de 3 anos para efeito, após a entrada em vigor da ARU.

Para a ARU em apreço, foi decidido que a constituição da ORU ocorresse em momento posterior, de modo a permitir uma melhor ponderação sobre o tipo de ORU a estabelecer (simples ou sistemática) e uma articulação e integração mais consistente entre os objetivos da ARU, as unidades de intervenção a definir e o respetivo modelo de execução e de financiamento.

Apresenta-se o projeto de constituição da operação de reabilitação urbana sistemática da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Torres Vedras – TVD79, tendo por base o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a mesma área.



Imagem 1. Vista geral da Rua Henriques Nogueira

2. Enquadramento

2.1. Áreas de Reabilitação Urbana no Território Municipal

As áreas de reabilitação urbana (ARU) constituem instrumentos privilegiados de atuação em espaços urbanos desqualificados ou obsoletos ao nível do espaço público, tecido edificado, infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva, ou que apresentam graves carências de âmbito social e habitacional.

Constituem-se igualmente como instrumentos fundamentais para a proteção e a valorização do património cultural, permitindo ou potenciando a reabilitação e a refuncionalização de imóveis, estruturas ou espaços patrimonialmente relevantes.

Garantem ainda a definição de uma visão integrada de intervenção nos respetivos territórios, articulando de forma sistémica e coerente as diferentes componentes presentes, nomeadamente sociais, económicas, patrimoniais e ambientais.

Tendo por base estes princípios, o município tem vindo, de forma progressiva e sistemática, a promover a delimitação sucessiva de áreas de reabilitação urbana. Começando pelo Centro Histórico de Torres Vedras, as ARU's subsequentes foram progressivamente abrangendo o essencial da cidade histórica/consolidada, fruto do efeito de contaminação positiva que estes processos acabam por determinar. Posteriormente, foi criada a ARU de Santa Cruz, a principal zona balnear do concelho e o território com maior pressão urbanística, a seguir à cidade. Com o objetivo de estender as dinâmicas de reabilitação urbana a todo o território concelhio, foi delimitada, em 2021, a ARU do Concelho de Torres Vedras, uma ARU territorialmente descontínua, composta por 189 Unidades territoriais.

Áreas de Reabilitação Urbana em vigor:

- 2013 - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Torres Vedras (26,4 ha);
- 2014 - Área de Reabilitação Urbana de Boavista/Olheiros (11 ha);
- 2015 - Área de Reabilitação Urbana da Encosta de São Vicente (19,2 ha);
- 2018 - Área de Reabilitação Urbana de Arenes (72,1 ha);
- 2019 - Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Torres Vedras - TVD79 (107,8 ha);
- 2019 - Área de Reabilitação Urbana de Santa Cruz (203,4 ha);
- 2021 – Área de Reabilitação Urbana do Concelho de Torres Vedras (2,338 ha).

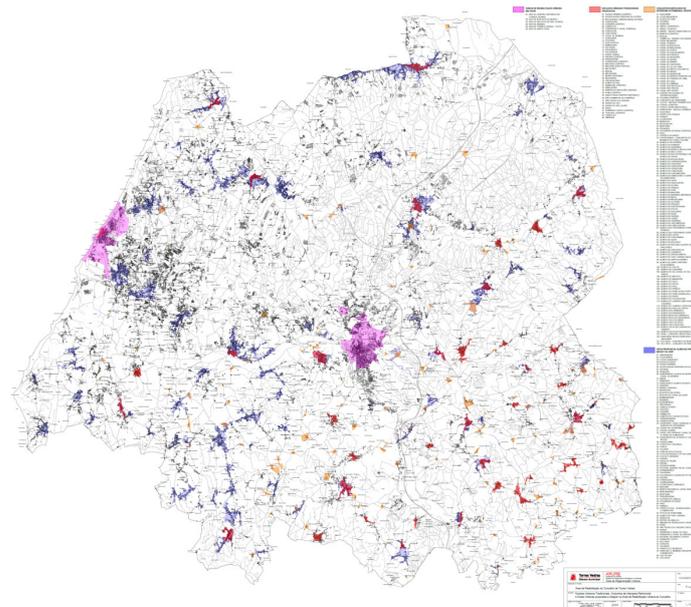


Imagem 2. Delimitação das ARU em vigor.

Esta abordagem holística ao território é fundamental para a implementação de uma estratégia de reabilitação urbana, que deixa de se concentrar, essencialmente na cidade, passando a integrar todos os núcleos urbanos degradados do concelho, onde é necessária uma intervenção pública e privada, contribuindo assim para a concretização de uma prioridade estratégica do Município: a melhoria da qualidade de vida das comunidades através da qualificação paisagística e ambiental do território e da melhoria do conforto das habitações.

2.2. Contexto Territorial

Torres Vedras é um concelho do distrito de Lisboa, localizado na faixa ocidental litoral do território português, que integra a Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) do Oeste e a Unidade Territorial Estatística de Nível II do Centro. Torres Vedras ocupa uma área de cerca de 407,9Km² e faz fronteira a norte com o concelho da Lourinhã, a nordeste com o concelho do Cadaval, a este com o concelho de Alenquer, a sudeste com o concelho de Sobral de Monte Agraço, a sul com o concelho de Mafra e a oeste com o Oceano Atlântico (CMTV,2007).

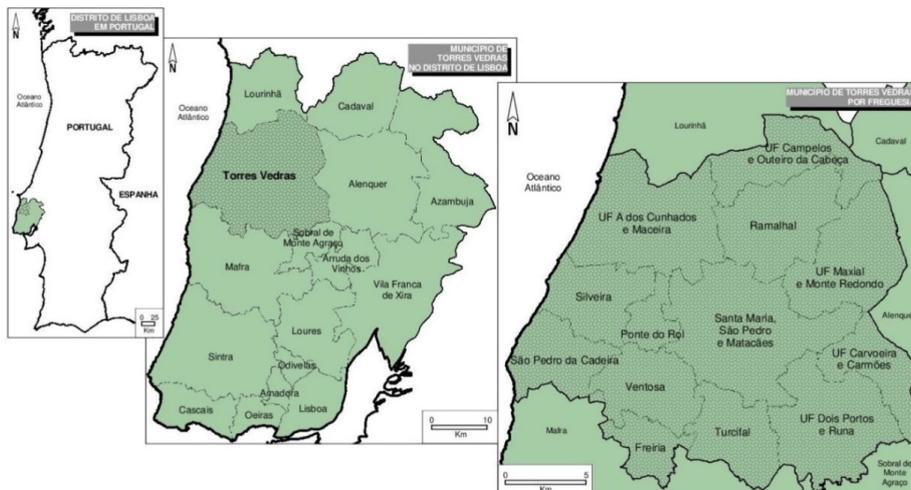


Imagem 3 - Torres Vedras – enquadramento regional e divisão administrativa

Na sequência da reorganização administrativa operada pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, o município passou a ser constituído por 13 freguesias (face às anteriores 20):

- Freguesia de Freiria;
- Freguesia de Ponte do Rol;
- Freguesia de Ramalhal;
- Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães;
- Freguesia de São Pedro da Cadeira;
- Freguesia de Silveira;
- Freguesia de Turcifal;
- Freguesia de Ventosa;
- União das Freguesias de A dos Cunhados e Maceira;
- União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça;
- União das Freguesias de Carvoeira e Carmões;
- União das Freguesias de Dois Portos e Runa;
- União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo.

A área a que corresponde hoje o concelho de Torres Vedras tem origens muito antigas e a fixação de população neste território é conhecida desde a pré-história. Essa fixação aconteceu sobretudo em duas áreas distintas: o litoral e o sul do concelho. De fato, a zona sul do concelho sempre apresentou maior ocupação humana que a zona norte.

Esta relevância confere-lhe assim um papel fundamental na afirmação das dinâmicas funcionais da região, detendo ainda uma posição de charneira entre os territórios predominantemente rurais do Oeste e os territórios urbanos da região de Lisboa, potenciando a sua vocação agroindustrial, que o torna num dos principais abastecedores de produtos hortícolas da Área Metropolitana de Lisboa (CMTV, 2007).

O litoral do concelho de Torres Vedras, com cerca de 20km de extensão, apresenta um perfil costeiro diversificado, com praias rochosas e arenosas, arribas e sistemas dunares, provocando uma alternância de paisagens únicas com elevado valor natural. A faixa costeira, com cerca de 22 praias, estende-se desde a praia das Conchas (junto à praia de Porto Novo), a norte, até à praia da Assenta, a sul, salientando-se a praia de Santa Cruz no centro (CIVITAS / DCEA / FCT/UNL, 2007).

Do património arquitetónico existente no município de Torres Vedras destaca-se o património classificado como monumento nacional, tal como a Igreja de São Pedro, o Chafariz dos Canos, o Aqueduto, o Mosteiro do Varatojo e a Ermida de Nossa Senhora do Ameal. Os trechos românicos da Igreja de Santa Maria do Castelo são igualmente classificados como monumento nacional.



Imagem 4 – Desenho do Centro Histórico da Cidade. (André Baptista)

Como imóveis de interesse público destacam-se o Castelo de Torres Vedras e a Igreja e Convento da Graça, situados na freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e a Azenha de Santa Cruz, na freguesia de Silveira.

Da arquitetura militar sobressaem o Forte de São Vicente, localizado na freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães e parte das Linhas de Torres, que compunham o anel defensivo da capital durante as invasões napoleónicas, e o Forte de Olheiros, ambos classificados como imóveis de interesse público.

Quanto ao património arqueológico referem-se o Castro do Zambujal, localizado na freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, que se encontra classificado como monumento nacional e é um dos mais complexos povoados fortificados pré-históricos existentes na Península Ibérica, e o Castro da Fórnea, situado na freguesia de Matacães e classificado como imóvel de interesse público.

Nas infraestruturas rodoviárias nacionais, o município beneficia da sua localização geográfica na confluência e interceção de duas importantes estradas nacionais (EN8 e EN9), sendo ainda servido pela linha férrea do Oeste. Nas últimas décadas, o município passou igualmente a ser servido por autoestrada, através da A8, a qual se assume presentemente como eixo absolutamente determinante para o desenvolvimento do concelho e para as conexões entre a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o alto Oeste e norte do país.

A rede rodoviária municipal, por seu turno, tem vindo a registar um grande crescimento ao longo dos últimos anos no sentido de satisfazer as necessidades de acesso entre os diversos aglomerados urbanos. Esta proximidade à capital, o acesso a equipamentos e serviços e as infraestruturas de transporte existentes têm possibilitado a fixação da população.

O território de Torres Vedras, não obstante a dimensão, apresenta um elevado grau de ocupação e de dispersão urbana, contabilizando-se 272 núcleos urbanos, organizados em 149 perímetros urbanos, a que acrescem cerca de 80 áreas de edificação dispersa e ainda casas, casais e quintas isoladas. Denotam-se, no entanto, diferenças sensíveis na concentração e tipo de ocupação em função da localização geográfica. Em certas áreas, predomina um desenvolvimento linear e praticamente contínuo do povoamento urbano. (CMTV, 2018).

Noutras áreas, prevalece um povoamento disseminado, constituído por núcleos urbanos de pequena ou média dimensão. No litoral e centro sul, estes núcleos apresentam uma estrutura mais linear e tendem a interligar-se através dos principais eixos viários. No interior centro e sul, os núcleos exibem uma estrutura mais concêntrica e maior afastamento entre si. No interior e centro norte, o povoamento é claramente menos denso, fruto da estrutura cadastral, neles se assistindo à existência das únicas áreas do concelho com dimensão apreciável libertas de ocupação humana. (CMTV, 2018).

Mais recentemente, o desenvolvimento do concelho beneficiou dos investimentos realizados ao nível das infraestruturas rodoviárias, como a A8 e IC1, que aumentaram significativamente o potencial do concelho, principalmente na sua conexão com a AML, que se verifica ser estratégica para o desenvolvimento do Concelho e da Cidade.

A par da agricultura e do sector industrial, os serviços têm vindo igualmente a desenvolver-se, sendo o concelho um centro de serviços de âmbito sub-regional. Ao mesmo tempo, a proximidade a Lisboa permite que o concelho funcione como alternativa à localização de atividades.

A matriz urbana da cidade de Torres Vedras tem assistido a um desenvolvimento urbanístico significativo no decurso da última década, consubstanciando-se no aparecimento de novas áreas urbanas, na implementação de novos equipamentos e funções e ainda na reestruturação da rede de acessibilidades à cidade. As dinâmicas sociais, económicas e urbanísticas conduziram ao natural aumento da população. A cidade concentra 17.837 habitantes (23%) da população residente no concelho e ocupa 17,1km² (4%) de área total – estando entre as cidades mais densamente povoadas (1.094,3 hab/km², 2011) da Região Centro – e é o principal polo de emprego do concelho, ocupando 43,9% da população empregada (2011).

Em Torres Vedras, os alojamentos familiares clássicos de residência habitual são 7.205, o equivalente a 75,7% do total desta tipologia no perímetro urbano e a 24,2% do universo concelhio (29.758). O arrendamento representa 14,3% dos contratos de alojamento familiar clássico do concelho, superando a média de 12,5% do Centro (2011). Este mercado apresenta alguma maturidade na cidade de Torres Vedras, onde cerca de 27,1% dos alojamentos são arrendados, apesar de ser a proporção mais baixa entre os centros urbanos de proximidade, facto que pode ser parcialmente explicado pelo valor mais elevado das rendas (301,21€). (PEDU, 2015)

Se é certo que o desenvolvimento urbano tem permitido à cidade afirmar-se como sistema urbano de escala regional, não é menos verdade que tem colocado a cidade perante desafios importantes ao nível da organização espacial e funcional da sua estrutura urbana. Tem determinado também a necessidade de a cidade evoluir para um sistema multipolar, descentralizando funções e equipamentos e redefinindo os eixos estruturantes de desenvolvimento.

Correspondendo à evolução natural do sistema urbano, estas transformações acarretam o perigo de declínio social e urbano, e de esvaziamento funcional e demográfico das áreas centrais antigas, caso não sejam acompanhadas de uma estratégia racional e coerente de qualificação do espaço urbano e de distribuição das funções e equipamentos de escala geral pela rede urbana, procurando que cada um dos seus polos assuma e afirme a sua especificidade urbanística, promovendo os aspetos onde dispõe de vantagens comparativas.

A cidade de Torres Vedras teve como génese do seu crescimento o centro urbano mais próximo do Castelo, tendo-se desenvolvido no sentido sul ao longo do vale existente, dadas as condições topográficas favoráveis.

No âmbito deste processo de expansão, verificou-se um maior crescimento e desenvolvimento da cidade para sul em detrimento do crescimento para norte, resultando que a entrada da cidade a partir do Norte apresenta-se visivelmente antiquada e com fortes sinais de degradação. Este aspeto assume particular relevância na zona central da cidade, onde a história e a geografia concorrem para explicar o desenvolvimento urbano desigual que se verifica entre as duas colinas que estruturam o centro da cidade e a zona de arenes:

- A norte, a encosta de São Vicente, estrutura urbana desenvolvida em torno do Forte de São Vicente, elemento de expressivo valor histórico e patrimonial. Corresponde a uma área urbanisticamente desqualificada e periférica do sistema urbano, ocupada historicamente por usos menos “nobres” como fábricas, bairros operários, oficinas e armazéns;
- A sul, o morro do Castelo, estrutura urbana desenvolvida em torno do Castelo e Igreja de Santa Maria, elementos igualmente de grande valor histórico e patrimonial. Corresponde ao coração simbólico, histórico e identitário da cidade, apresentando-se globalmente requalificada e ocupada por usos mais nobres como a habitação, comércio, serviços e equipamentos;
- A nascente, uma zona de várzea, estrutura urbana desenvolvida em torno da Estação da CP e dos antigos armazéns da Casa Hipólito, cujas construções mais antigas têm pouco mais de cem anos, sendo que os elementos patrimoniais de destaque são a Estação, o Aqueduto, o edifício do IVV e o Forte da Forca. Corresponde à zona industrial da cidade, composta essencialmente por armazéns, edifícios de habitação, serviços e/ou comércio. A zona de armazéns mais próxima da Estação é aquela que se encontra mais degradada.

O Choupal e o rio Sizandro assumem um papel mediador entre a zona norte e a zona sul da cidade, bastante limitados sobretudo pelos constrangimentos inerentes às acessibilidades. À barreira física natural do rio Sizandro juntaram-se eixos rodoviários que vieram acentuar as diferenças entre os dois espaços da cidade e criaram as condições topográficas favoráveis para a marginalização da parte norte da cidade. Já a zona de Arenes, o “corte” com a cidade deve-se sobretudo à linha do caminho-de-ferro.



Imagem 5 – Vista geral da Encosta de S. Vicente – Obras realizadas no âmbito do PEDU.

Deste modo, no âmbito da estratégia municipal de desenvolvimento foi recentemente definida a ORU de Arenes e o respetivo PERU, com o objetivo de se estender para esta área todo o processo de desenvolvimento social e urbano, bem como as dinâmicas de reabilitação implementadas nos últimos anos, tanto no Centro Histórico, como na Encosta de S. Vicente. Não obstante estas dinâmicas, o Município pretende dar continuidade à sua estratégia, desenvolvendo a Operação de Reabilitação Urbana para a ARU da Cidade de Torres Vedras – TVD 79, e respetivo PERU. Com este documento ficam concluídas todas as ORU’s preconizadas para a cidade.

2.3. Análise SWOT – Cidade

Principais Pontos Fortes

- Crescimento demográfico do território reflete imagem positiva da sua excelência ambiental, urbanística e cultural
- Indicadores económicos positivos, com reflexo no crescimento do emprego, do número de estabelecimentos comerciais e da capacidade de atração de investimento privado
- Existência de espaços urbanos requalificados e rede de equipamentos e serviços de qualidade

Principais Pontos Fracos

- Características físicas e geográficas da cidade provocam uma dispersão urbana que contribui para a existência de espaços intrínsecos desocupados
- Existência de áreas urbanisticamente desqualificadas e funcionalmente obsoletas
- Cobertura territorial deficiente do serviço de transporte público, adaptados às pessoas com mobilidade reduzida
- Parque habitacional degradado, com índice de envelhecimento elevado
- Cobertura desigual de espaços de lazer e recreio entre as diferentes zonas habitacionais

Principais Oportunidades

- Maior sensibilidade para a importância da regeneração urbana como fator de desenvolvimento
- Maior predisposição para a adoção de modos suaves de mobilidade em meio urbano
- Efeito de alavancagem proporcionado pelos investimentos realizados nos últimos anos, com reflexos sobre a capacidade de atração de investimento
- Distância “ideal” a Lisboa, suficientemente longe para escapar ao fenómeno da suburbanização, mas próximo para se constituir como destino de proximidade

Principais Ameaças

- Complexidade dos mecanismos de acesso aos instrumentos financeiros para reabilitação urbana por parte de privados
- Envelhecimento progressivo do parque edificado, com aumento do número de edifícios devolutos e/ou em mau estado de conservação
- Risco de fratura urbana potenciada pela geografia da cidade, com persistência de focos de exclusão social e pobreza

Fonte: PEDU, 2015

2.4. Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

O diagnóstico permite formular um desafio global para Torres Vedras: o de preparar o crescimento urbano futuro para dar resposta aos desafios de crescimento populacional que o concelho tem registado, dando incentivos de requalificação dos espaços públicos e de atuação na coesão física e social da cidade que continuem a alimentar o ciclo positivo de dinamismo económico que já se despoletou no centro histórico, e que agora poderá beneficiar dos motores culturais de identidade de Torres Vedras como alavanca de expansão sustentada desse processo de revitalização económica.

A consolidação do processo de revitalização económica de Torres Vedras exige uma intervenção consistente dirigida aos objetivos de “aproximar socialmente” e de “cerzir fisicamente” os diferentes polos que integram o perímetro da cidade de Torres Vedras, atualmente com dinâmicas socioeconómicas, habitacionais e populacionais completamente distintas entre si.

É neste contexto que o Município decide estender até à zona sul da cidade, construída maioritariamente nos primeiros dois terços do séc. XX, até 1979, ano de elevação da então Vila de Torres Vedras a Cidade, as dinâmicas de revitalização consubstanciadas nas ARU. Ao contrário das anteriores ARU do Centro Histórico e de São Vicente, com um urbanismo de encosta, e de Arenas, que se estende numa zona quase toda ela plana, o urbanismo da zona sul da cidade, delimitada como ARU da Cidade de Torres Vedras – TVD 79, desenvolve-se parcialmente numa zona de encosta, mas sobretudo numa zona plana. Não obstante, o que difere substancialmente a ARU da Cidade – TVD 79 é o facto de se ter desenvolvido de forma planeada, através de um urbanismo formal, ao contrário das três primeiras, cuja matriz urbana se desenvolveu, essencialmente através de um urbanismo informal e casuístico. O início deste planeamento teve a sua génese nos finais do séc. XIX, início do séc. XX, com a construção da rua que ligava a o Largo do Império ao Largo da Estação, a atual Av. 5 de Outubro. Posteriormente, na década de 40, dá-se início à construção daquele que viria a ficar conhecido como o “Bairro Novo”, que se desenvolveu nos terrenos localizados a sul do Convento da Graça. Para além da habitação, sobretudo para uma classe média que procurava cada vez mais a cidade para se fixar, esta zona também ficou marcada pela existência de alguns armazéns de oficinas, comércio e alguma industria. Com a construção em altura cada vez mais frequente, foi-se generalizando o edifício cujo piso térreo é dedicado ao comércio e restauração, o 1º andar aos serviços e os restantes andares à habitação. Esta área inclui ainda o Hospital e o antigo terminal rodoviário. Tendo em conta que os edifícios não são tão antigos e precários como aqueles que encontramos no Centro Histórico, Encosta de S. Vicente ou Arenas, ao nível do privado, esta ORU terá como principal missão estimular os proprietários a reabilitarem os seus imóveis tendo como principal objetivo a melhoria da eficiência energética dos mesmos. Ao nível do investimento público, destaca-se a necessidade de melhorar alguns espaços verdes e equipamentos, bem como garantir uma melhor mobilidade e acessibilidade.

A ARU da Cidade inclui ainda alguns quarteirões da zona nascente da urbe, uma área que fica entre o Centro Histórico e a Linha de Caminho-de-Ferro, uma zona com fortes ligações ao Centro Histórico, ainda que seja mais recente. Pelas suas ligações à industria, trata-se de um conjunto de quarteirões compostos por armazéns, edifício multifamiliares e plurifuncionais. Para além do mau estado de conservação dos imóveis, destaca-se ainda os constrangimentos associados às acessibilidades e mobilidade. A norte do Sizandro, esta ARU abrange ainda os quarteirões entre o Choupal e a Linha de Caminho-de-Ferro, onde sem encontram os antigos Armazéns Fonseca. Para além da desqualificação dos imóveis, destaca-se ainda a necessidade de intervenção no espaço público. Mais a norte, temos ainda o Bairro Rabão, o Bairro Perna de Pau e Vale Terminus. Estes bairros, não estão tão necessitados ao nível do investimento privado, mas ao nível do investimento público é necessário melhorar o espaço público, destacando-se os

arruamentos e passeios, contribuindo assim para uma melhor qualidade de vida dos seus moradores, e para uma maior coesão social e territorial.



Imagem 6 – Vista geral das ARU da Cidade.



Imagem 7 – Vista geral das ARU da Cidade.



Imagem 8 – Vista da Rua Teresa Jesus Pereira.

Não obstante os constrangimentos anteriormente identificados, estamos perante uma zona da cidade com enorme potencial, face às tipologias de uso existentes: armazéns (indústria, comércio e/ou serviços); hospital; complexo desportivo; habitação; entre outras.

O Município pretende avançar com uma forte aposta na requalificação do espaço público e na reabilitação de imóveis municipais, dando resposta aos pilares estratégicos do desenvolvimento da cidade e do concelho. As intervenções preconizadas devem promover espaços públicos e edifícios mais eficientes e inclusivos, mais seguros e higiénicos, por forma a rentabilizar o potencial intrínseco, conseguindo induzir os privados a reabilitar o parque edificado, sendo esse um dos principais objetivos desta ORU – Promover a reabilitação do edificado privado, melhorando a deficiência energética. Por conseguinte, um dos domínios de intervenção, onde o investimento público e o investimento privado devem ter um papel fundamental, é na habitação, através de uma aposta forte na reabilitação e/ou reconversão de imóveis destinados a habitação a custos controlados. Perspetiva-se uma intervenção integrada e articulada no âmbito do novo quadro comunitário – PT 2030.

3. Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Torres Vedras – TDV79

3.1. Limites

A Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Torres Vedras situa-se na União de Freguesias de Torres Vedras e Matacães, abrange 108,40 hectares, sendo delimitada a norte pelo limite do Bairro Vale Términus e Bairro Perna de Pau, a nascente pelos limites do Bairro Rabão, Rua do Machadinho, Rua das Escadas, Rua António Alves Ferreira e Avenida das Guerras Peninsulares até à linha de caminho de ferro até ao limite sul, correspondente ao limite sul do Bairro de S. João, Alto da Mina, traseiras dos edifícios implantados do lado sul da Avenida General Humberto Delgado, Rua Dr. Ricardo Belo, Rua pedonal a sul do Hospital de Torres Vedras, Rua Ana Maria Bastos e a poente Rua António Leal da Ascensão, Rua Maria Barreto Bastos, Tribunal de Torres Vedras, quartel dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, limite dos edifícios a poente da Rua Luís Augusto Albino, edificações a norte da Rua Raimundo Porta terminando nas traseiras dos edifícios a poente da Rua de S. Gonçalo de Lagos. Aquando da delimitação da ARU, a área abrangia 107,8 hectares. Este pequeno incremento justifica-se pela necessidade de acertos dos limites em zonas de fronteira.



Imagem 9 – Planta de Localização e delimitação da ARU da Cidade de Torres Vedras – TVD79

A caracterização demográfica e do edificado para a ARU em apreço, tem por base os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes ao XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação (Censos de 2011) e ainda o trabalho de

campo realizado, que teve como fundamento caracterizar com maior pormenor cada edifício presente nesta área.

Em relação aos dados do INE, os mesmos foram obtidos através do somatório dos dados referentes a cada subsecção estatística (nível máximo de desagregação) cuja delimitação espacial coincide, normalmente, com o quarteirão definido na área de reabilitação urbana. Exceção para as subsecções estatísticas da Rua Raimundo Porta e Rua S. Gonçalo de Lagos, onde foram contabilizados apenas os edifícios da frente urbana.

Trata-se globalmente de uma área que apresenta **689 edifícios, 4 064 alojamentos e 7 541 residentes**. No que diz respeito à população residente, na distribuição por género, regista-se um **total de 7 541 indivíduos distribuídos por 3 381 homens (45%) e 4 160 mulheres (55%)**. Na análise da população residente por faixa etária verifica-se que **13% dos residentes têm idades até aos 14 anos, 63 dos residentes têm idades entre os 15 e 64 anos e 22% dos residentes têm 65 anos ou mais**.

A população residente distribui-se, segundo o nível de escolaridade do seguinte modo: 1% da população residente não sabe ler nem escrever, 18% concluiu o primeiro ciclo do ensino básico, 11% concluiu o segundo ciclo do ensino básico e 19% concluiu o terceiro ciclo do ensino básico, 18% da população possui o ensino secundário e 19% da população tem habilitações literárias ao nível do ensino superior.

Segundo a condição perante o trabalho verifica-se que 43% da população residente se encontra empregada, 5% desempregada e 22% reformada.

De acordo com os dados censitários, registaram-se 3 046 famílias clássicas, divididas entre famílias com 1 ou 2 pessoas (1 873 famílias) e 3 ou 4 elementos (1 054 famílias), não se registaram instituições de acolhimento.

Em relação aos alojamentos, foram contabilizados 4 064 alojamentos na área em estudo. De acordo com o tipo de alojamento, registam-se 3 alojamentos coletivos (hospital, hotel) e os restantes 3 967 como alojamento familiar.

Segundo a forma de ocupação, registam-se na área 606 alojamentos vagos, 340 alojamentos de uso sazonal e 3 021 alojamentos de residência habitual. Regista-se que a maioria dos alojamentos de residência habitual são ocupados pelo proprietário (63%) e os restantes são arrendados (32%).

Do número total de edifícios – 689 – regista-se que a maioria são edifícios com três ou mais alojamentos (431) e maioritariamente residenciais (679) e segundo o número de pisos, a maioria tem entre 3 ou 4 pisos (248 edifícios) e com 1 e 2 pisos (234 edifícios).

Em relação à época de construção, regista-se um leque abrangente de épocas de construção, contudo um número significativo de edifícios foi construído entre 1961 e 1990 (494 edifícios). Após a década de 90 do século passado o número de edifícios construídos tem vindo a diminuir na área em causa.

No que concerne ao edificado, a ARU da Cidade de Torres vedras – TVD79 foi dividida em unidades urbanas diferenciadas para permitir uma caracterização mais próxima da realidade, uma vez que se trata de uma área heterogénea e de grande dimensão.

A ARU da Cidade de Torres Vedras totaliza 779 edifícios e 5661 frações divididos da seguinte forma pelas unidades urbanas definidas:

Quarteirão	Nº Edifícios	nº frações total
Vale Terminus	27	52
Perna Pau 1	29	37
Perna Pau 2	35	36
Bairro Rabão	38	47
CAE Q01	4	65
CAE Q02	2	2
CAE Q03	1	0
CAE Q 15	10	18
CAE Q 16	25	228
CAE Q 17	12	48
CAE Q 18	16	76
NASCENTE 01	5	6
NASCENTE 03	8	129
NASCENTE 04	15	44
NASCENTE 05	21	294
NASCENTE 06	5	5
NASCENTE 07	16	241
NASCENTE 08	15	268
NASCENTE 09	17	166
NASCENTE 10	14	392
NASCENTE 11	48	98
SUL 01	20	105
SUL 02	24	111
SUL 03	34	347
SUL 04	10	67
SUL 05	10	147
SUL 06	4	77
SUL 07	19	47
SUL 08	11	52
SUL 09	11	92
SUL 10	17	143
SUL 11	29	124
SUL 12	9	67

SUL 13	13	59
SUL 14	9	81
SUL 15	11	69
SUL 16	27	291
SUL 17	15	95
SUL 18	35	433
SUL 19	22	187
SUL 20	16	232
SUL 21	12	131
SUL 22	8	135
EXPO 01	15	123
EXPO 02	19	149
EXPO 03	5	5
POENTE 02	10	34
POENTE 03	1	1
TOTAL	779	5661

Tabela 1 – Distribuição do número de edifícios pelas unidades urbanas

Em média, cada unidade urbana contém 16 edifícios. Na análise do número de pisos optou-se por utilizar a moda como medida, visto que a moda representa o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados, isto é, o valor mais comum. Deste modo, verifica-se que a moda é de três pisos por edifício. Regista-se edifícios com um piso e um máximo de oito pisos.

Em relação ao número de frações existentes, registam-se frações de habitação, comércio, serviços e indústria. Relativamente ao número de frações vagas, regista-se um total de 297 frações, o que representa 5% do total de frações.

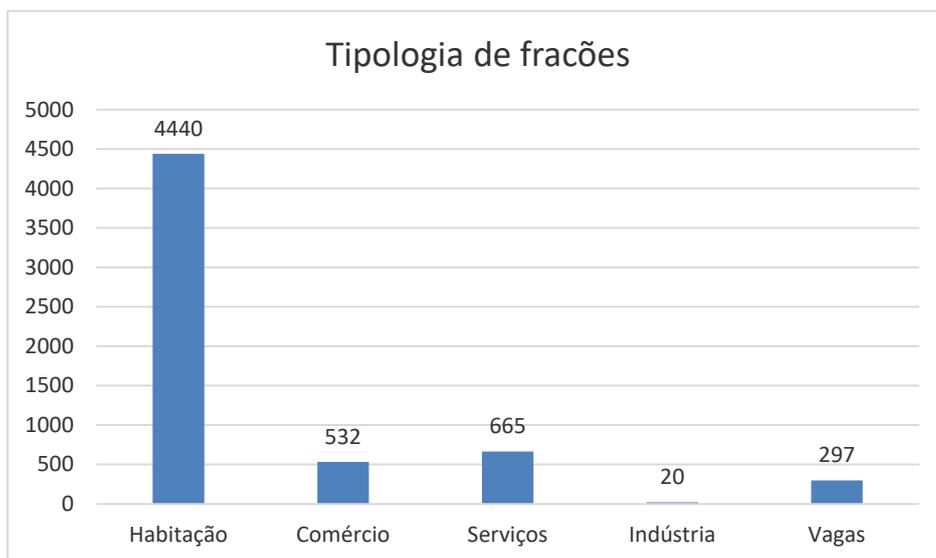


Gráfico 1 - Distribuição da tipologia das frações

No que concerne ao estado de conservação do edificado, constata-se que 4 (1%) dos edifícios estão em ruína, 19 (2%) em mau estado, 469 (60%) em razoável estado de conservação, 181 (23%) em bom estado, 81 (11%) em excelente estado de conservação. Verifica-se que ainda existem zonas expectantes para edificação (8), situam-se sobretudo nas áreas mais periféricas da ARU.

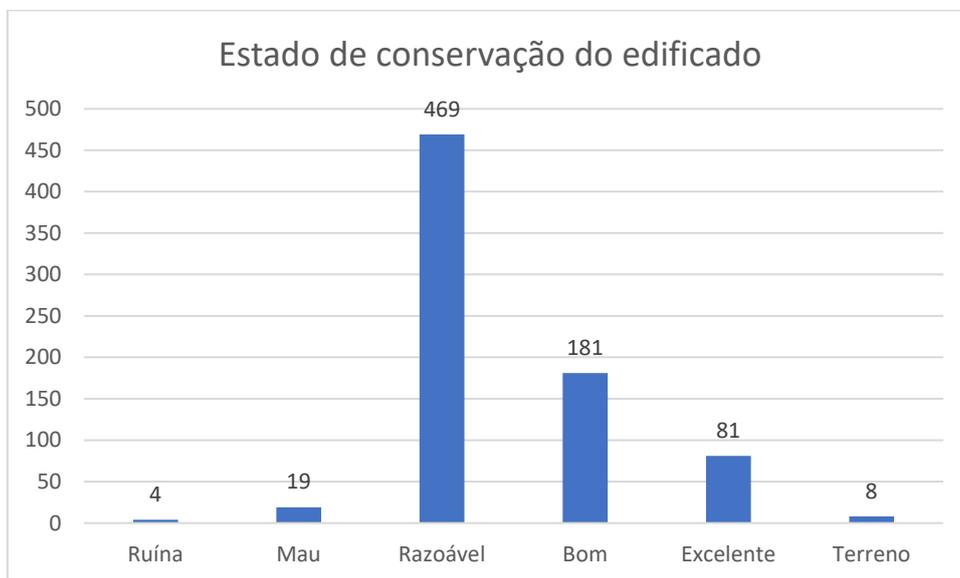


Gráfico 2 – Estado de conservação do edificado

Sendo a área geográfica que abrange a ARU da Cidade de Torres Vedras, bastante heterogénea na sua composição, regista-se sobretudo nos edifícios com maior número de frações a tendência de haver maior número de frações de habitação vagas. O mesmo acontece com áreas que ainda apresentam uma estrutura industrial marcada, encontram-se devolutas e com grande potencial urbano.

3.2. Desenvolvimento Urbanístico

A cidade de Torres Vedras teve como génese do seu crescimento o Castelo e o seu centro histórico, tendo-se desenvolvido, inicialmente, no sentido sul ao longo do vale existente, dadas as condições topográficas favoráveis.

No final do Século XIX é construída e entra em funcionamento a linha de caminho-de-ferro. A partir daí a Vila cresce no sentido nascente de forma a ligar a estação de caminho de ferro ao centro da urbe.

Após a edificação da rua da estação (atual Av. 5 de outubro) e consequente ocupação, consolida-se ao longo do século XX o verdadeiro crescimento para sul, que tem o seu principal desenvolvimento na primeira metade do século XX.

Na segunda metade do século XIX, regista-se igualmente um crescimento para norte do Rio Sizandro ladeando as principais vias de acesso à Vila, podendo constatar-se que a edificação se foi adaptando às barreiras físicas inerentes ao encaixe natural da futura cidade.

Durante a segunda metade do século XX, a vila de Torres Vedras manteve uma certa dinâmica de crescimento, maior do que as dinâmicas vivenciadas nas últimas décadas do presente século.



Imagem 10 – Excerto da Carta Militar do Campo de Batalha (1810). (Amado, s/d, in Rodrigues, et al, 1996, p.219) e limite da ARU da Cidade de Torres Vedras

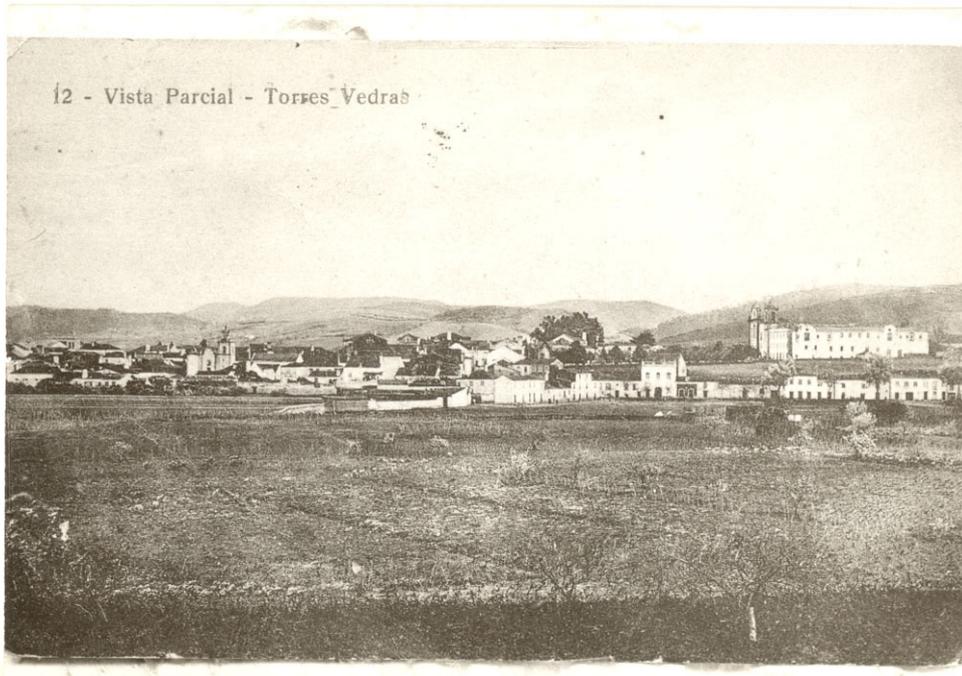


Imagem 11 - Vila de Torres Vedras vista de ponte - à esquerda Igreja de S. Tiago, à direita Igreja e Convento da Graça.

Até ao final do século XIX a Vila de Torres Vedras, do lado sul, apenas se desenvolveu até ao limite da cerca do Convento da Graça. Os terrenos de várzea a ponte mantiveram-se agrícolas.



Imagem 12 - Vista da Estação de caminho de ferro no princípio do século XX



Imagem 13 - Vista sudeste da Vila de Torres Vedras no início do século XX sendo evidente em primeiro plano a Ermida e Cemitério de S João

No final do século XIX, com o aparecimento do caminho-de-ferro e construção da estação de Torres Vedras, deu-se início a uma nova fase do crescimento da urbe. Rasgam-se novas vias para nascente, rapidamente ladeadas de construções ocupadas por habitação e diferentes atividades económicas. O limite sul da Vila passa a ser a Capela e o cemitério de S. João.



Imagem 14 - Vista sul da Vila de Torres Vedras sendo evidente o limite urbano pela Rua José Augusto Lopes Júnior e tardoz da Av. 5 de Outubro – veja-se à direita o edifício da antiga Escola Preparatória de S. Gonçalo

No decorrer do século XX, a cidade de Torres Vedras foi crescendo para sul dando-se primeiramente o aumento da área urbana a sul da cerca do Convento da Graça, onde se erigiram os designados bairros novos e continuou a edificação ao longo das vias principais de acesso e ligação a Lisboa e a Caldas da Rainha.



Imagem 15 - Vista noroeste a partir do Forte de S. Vicente para a Vila de Torres Vedras, em primeiro plano o morro do Castelo. (BMTV)

Na sequência do crescimento ao longo das vias principais de acesso de e para a então Vila de Torres Vedras, na segunda metade do século XX começa o crescimento para norte do Rio Sizandro com a ocupação essencialmente de bairros operários ligados às indústrias emergentes. Ocupando as encostas e libertando as zonas sujeitas a cheias, assiste-se à criação dos bairros Perna de Pau e Vale Terminus.



Imagem 16 - Fotografia aérea da Vila, 1948 (IPG, 2012) e indicação da área correspondente à ARU de Torres Vedras



Imagem 17 - Plano de urbanização da Vila – Arquitecto Miguel Jacobetty, 1947 - (DGOTDU, 2012) e representação da ARU de Torres Vedras

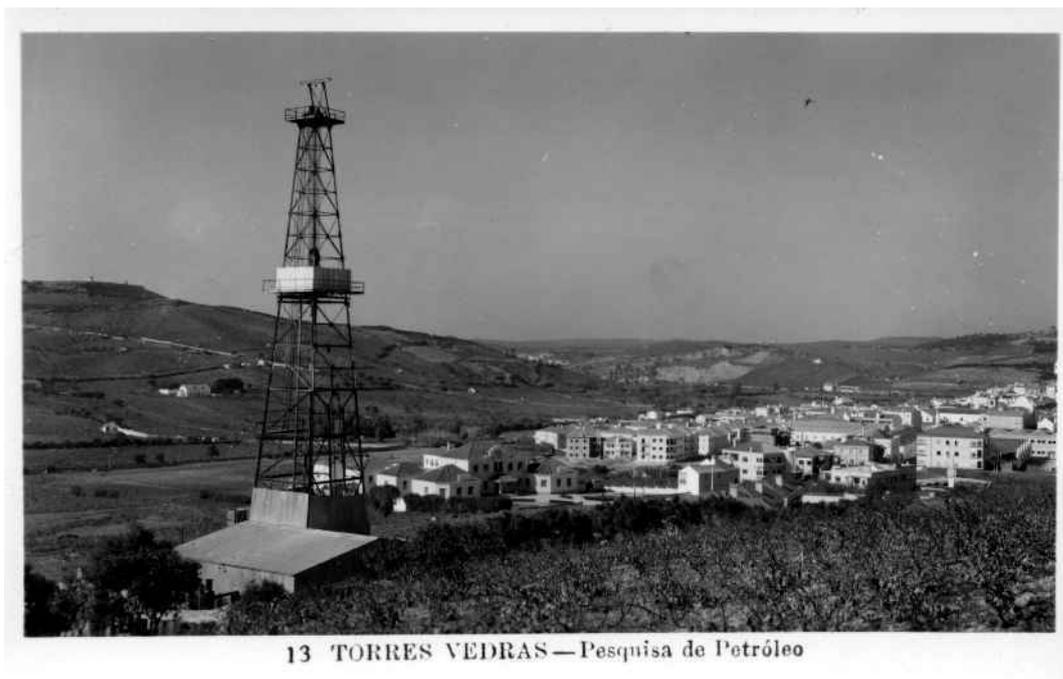


Imagem 18 - Vista sul da Vila de Torres Vedras anos 60/70

O recinto do Hospital de Torres Vedras, nos anos 70, assume-se como o limite urbano sul da Vila. Face ao crescimento e desenvolvimento da urbe, eis que a 3 de fevereiro de 1979 a Vila de Torres Vedras é elevada a Cidade.

Considerou-se, então, para a proposta de ARU que a área a integrar seria a correspondente aquela que há 40 anos correspondia ao limite urbano da cidade, assegurando, assim, que os edifícios que a constituem foram edificados seguramente há mais de trinta anos.

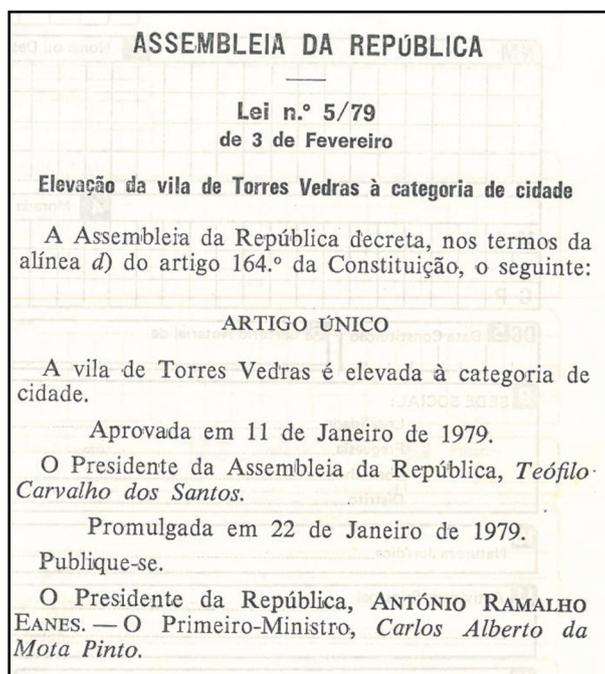


Imagem 19 - Extrato do Diário da República com a publicação da elevação da vila a cidade



Imagem 20 – Ortofotomapa da cidade de Torres Vedras em 1979 com identificação da ARU de Torres Vedras



Imagem 21 - Carta da cidade de Torres Vedras em 1984 com identificação da ARU de Torres Vedras

3.3. Instrumentos de Planeamento com incidência sobre a ARU

A área de intervenção da ARU de Torres Vedras é integralmente abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Torres Vedras e pelo Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras, e ainda parcialmente pelo Plano de Pormenor do Choupal e Área Envolvente, sendo as condições de uso, ocupação e transformação do solo de cada uma das áreas da ARU determinadas pela aplicação conjugada destes planos territoriais, de acordo com as respetivas disposições regulamentares e classificação e qualificação do solo.

O Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, publicado pela RCM n.º 144/2007, de 26 de setembro, considera a totalidade da área em solo urbano, consequência da área desta ARU se situar integralmente no perímetro urbano de Torres Vedras.

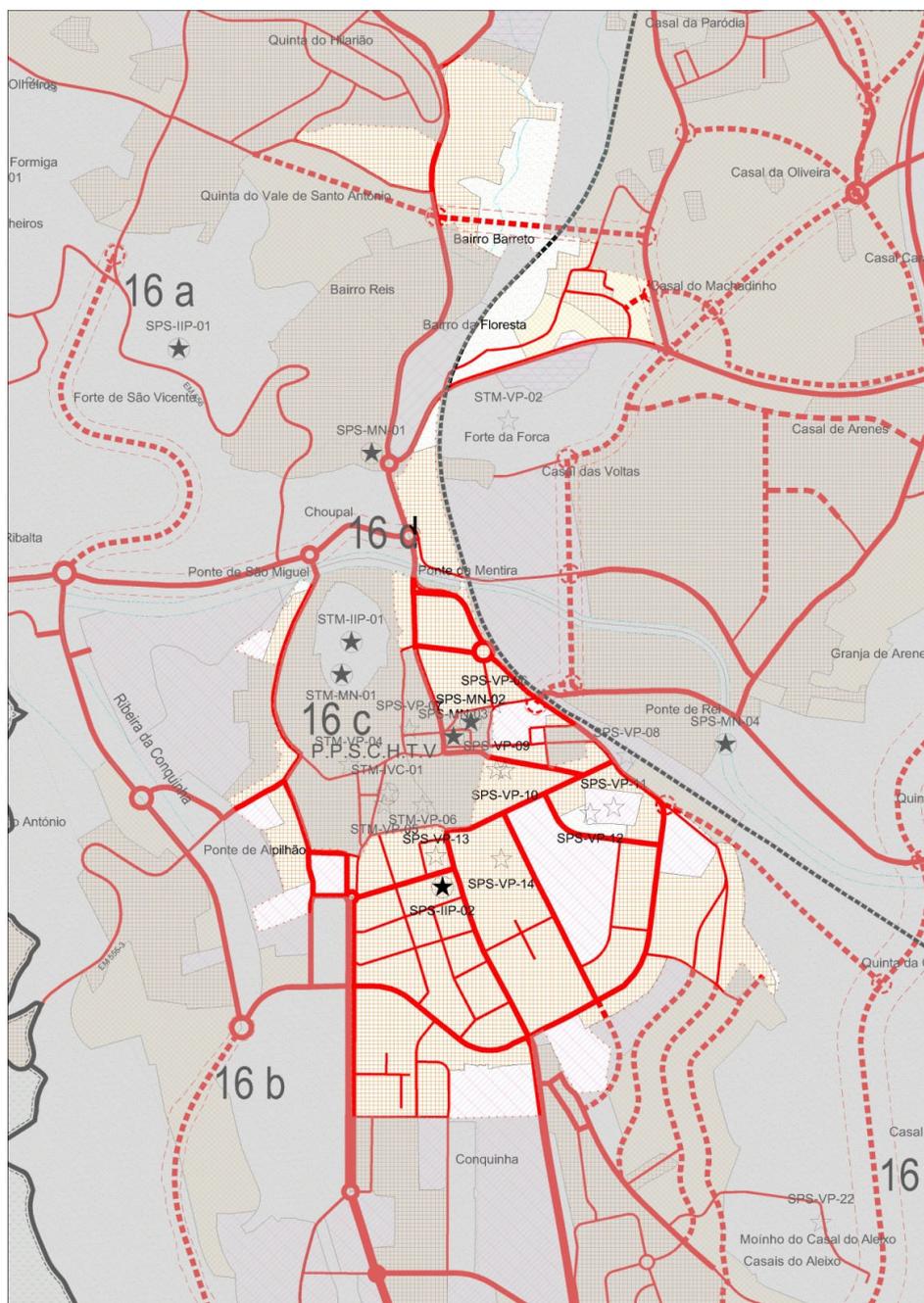


Imagem 22 - Extrato da planta de ordenamento do PDM de Torres Vedras correspondente à ARU de Torres Vedras

A maioria da área referente à ARU de Torres Vedras situa-se em área urbana, ficando a área sobranste definida como área de equipamento existente. Junto às linhas de água principais – Rio Sizandro e Vala dos Amiais – o PDM considera o solo correspondente como área de verde ecológico urbano. Sobretudo na zona norte da ARU da Cidade de Torres Vedras pode constatar-se, parcialmente, a influência de cheias nas áreas definidas como urbanas ou de equipamento proposto.

No que diz respeito ao Plano de Urbanização de Torres Vedras, publicado através do Aviso n.º 9455/2015, de 24 de agosto, constata-se que a maioria da área se situa em espaços centrais a manter ou espaços residenciais consolidados.

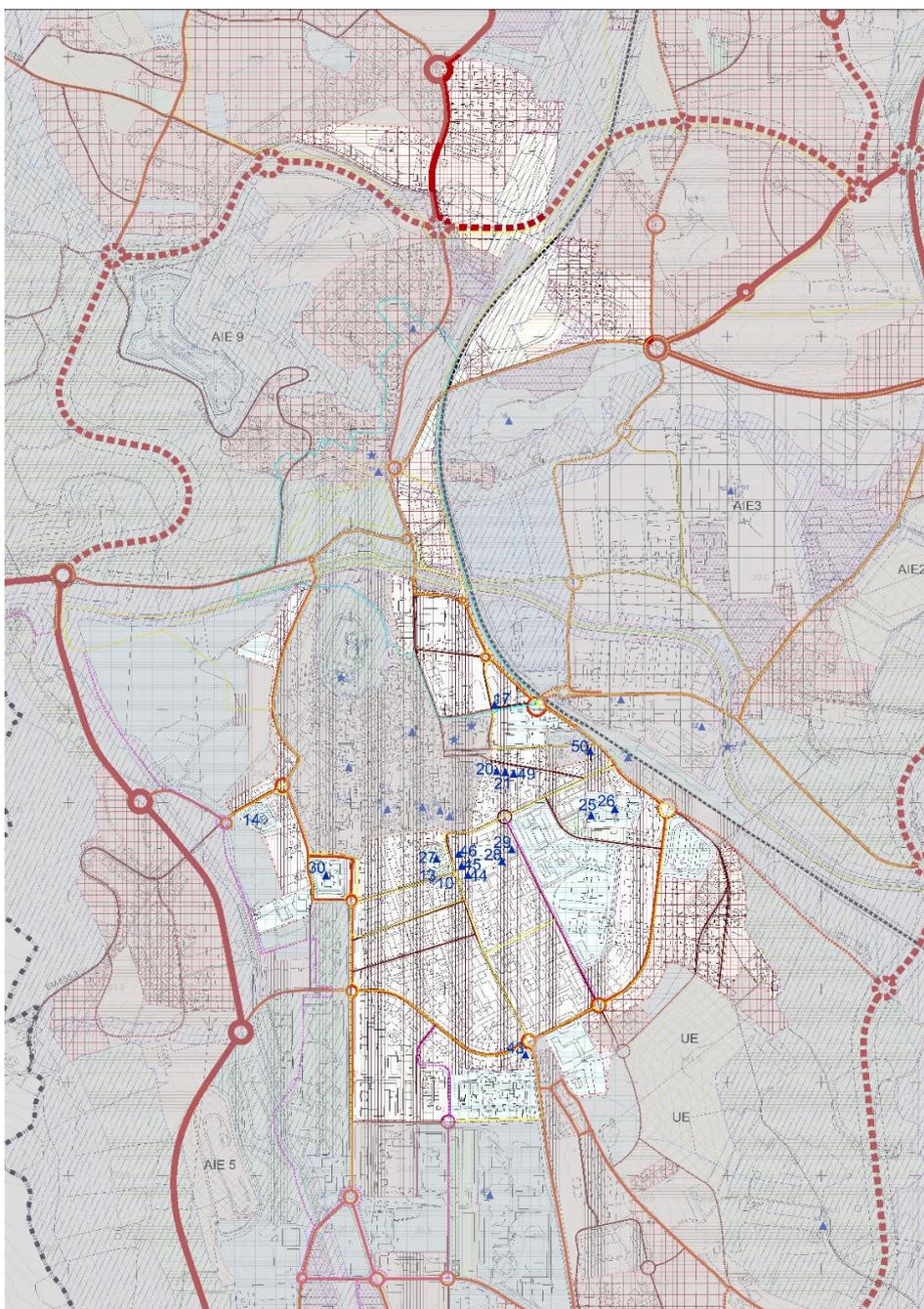


Imagem 23 - Extrato da planta de zonamento do PU de Torres Vedras correspondente à ARU de Torres Vedras

O Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras classifica, também, um conjunto significativo de espaços de uso especial presentes sobretudo na zona sul da ARU em apreço. Para a ARU da Cidade de Torres Vedras, o PU identifica os seguintes imóveis de interesse público:

Imagem 24 - Igreja e Convento da Graça;



Identifica como outras construções de interesse público:

Imagem 25 - Edifício dos CTT (Rua António Batalha Reis, n. 1);



Imagem 26 – Antiga Cadeia da Comarca de Torres Vedras (Quartel da GNR);



e “outros valores patrimoniais” na área de ARU de Torres Vedras, o PU sinaliza os seguintes imóveis:

Imagem 27 - Edifício do Teatro-Cine - Ferreira da Silva;



Imagem 28 - Edifício da antiga Creche do Povo (Avenida Tenente Valadim (n. 17);



Imagem 29 - Achado isolado romano – Capela de S. João;



Imagem 30 - Forte de S. João;



Imagem 31 - Obelisco comemorativo da Guerra Peninsular;



Imagem 32 - Vivenda na Praceta Padre Joaquim Maria de Sousa (n. 47);



Imagem 33 - Vivenda na Rua Henriques Nogueira (n. 51);



Imagens 34 e 35 - Edifício do Tribunal de Torres Vedras;





Imagem 36 - Moradia na Rua Ricardo Belo (n.5);



Imagem 37- Garagem Auto Torreense (Praça 25 de Abril, n. 7);



Imagem 38- Edifício na Praça 25 de Abril (n. 6);



Imagem 39 - Edifício da Caixa Geral de Depósitos (Praça 25 de Abril);



Imagem 40 - Moradia na Avenida Tenente Valadim (n. 15 e 15 A);



Imagem 41 - Edifício na Avenida Tenente Coronel João Luís de Moura (n. 1);



O Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes (PPCAE), publicado através do Edital n.º 382/2009, de 21 de abril, abrange parte da ARU da Cidade de Torres Vedras, nomeadamente os quarteirões edificados no Choupal e a sul, os quarteirões que se localizam entre a ARU do Centro Histórico, a linha de caminho-de-ferro e o Mercado Municipal de Torres Vedras.

Este plano prevê, maioritariamente, a manutenção dos edifícios existentes, sendo que especificamente na zona do Choupal propõe a substituição dos edifícios existentes, após demolição, por outros de maior volumetria e significado.

Este plano propõe ainda na sua área de ação outros valores patrimoniais, os quais correspondem a elementos e estruturas significantes para os quais se admite exclusivamente obras de reabilitação e de restauro. Estes imóveis que se apresenta de seguida, deverão integrar a lista de imóveis de interesse municipal:

Imagem 42 - Edifício na Rua Dias Neiva (n. 26);



Imagem 43 - Edifício na Rua Dias Neiva (n. 20 A a 22);



Imagem 44 - Edifício na Rua Dias Neiva (n. 19);



3.4. Caracterização Física

A cidade de Torres Vedras, ao longo dos séculos, tem vindo a crescer preferencialmente para sul e nascente do morro do castelo. A norte do rio Sizandro a ocupação apenas veio a acontecer, com verdadeira importância, na segunda metade do século XX.

A causa desta ocupação teve por base o declínio da agricultura, sobretudo nas zonas de várzea, tendo em conta a diminuição da quantidade disponível de terrenos de qualidade agrícola nas áreas adjacentes e o início da industrialização na cidade de Torres Vedras.



Imagem 45 - Vista panorâmica da cidade

A cidade a sul do rio crescia cada vez mais para sul e em zonas mais planas de costas voltadas para o Sizandro. Assimetricamente, para norte deste a ocupação era feita nos declives mais pronunciados, certamente tendo em conta as cheias sistemáticas que aconteciam a norte do rio.

Esta assimetria de ocupação também se verificava em termos socioeconómicos da população. A sul cresciam os “bairros novos” para habitação, junto ao Convento da Graça, destinados essencialmente a uma classe média-alta, e a norte cresciam os “bairros operários” de habitação coletiva que respondiam à muita procura provocada pelo forte crescimento das indústrias instaladas na zona centro/nascente da cidade atraídas pela proximidade à linha férrea.

Do ponto de vista habitacional, na ocupação na ARU da Cidade de Torres Vedras verifica-se, também, em zonas de declive, sobretudo a norte, com a influência das cheias, embora se verifiquem algumas ocupações disseminadas um pouco por toda a área junto a vias estruturantes de entrada na cidade.



Imagem 46 - Diagrama do crescimento da cidade baseado no Plano Estratégico da Cidade (1996)

A ARU da Cidade de Torres Vedras, apresenta hoje, em edifícios de construção menos recente, significativas carências ao nível da conservação interior dos imóveis, sendo necessária reabilitação, essencialmente ao nível da reformulação tipológica e da introdução da figura de propriedade horizontal. Em alguns destes edifícios, as fachadas e coberturas estão ainda razoáveis, registando os mesmos pinturas e intervenções recentes. Apresentam, ainda assim, excluindo as áreas de ocupação recente, carências ao nível das acessibilidades, que não se

refletem apenas na estrutura interna mas também na sua relação com a restante cidade. Os constrangimentos relacionados com as acessibilidades acentuam as assimetrias entre a zona sul e a zona norte da cidade, o mesmo é dizer entre a zona a sul e a zona a norte do Rio Sizandro. Estas diferenças estão a ser mitigadas com as obras realizadas no âmbito do PEDU na ARU da Encosta de S. Vicente. Neste contexto das acessibilidades, importa relacionar esta ARU com as opções previstas no Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes em vigor.

O conjunto da ARU pode ser caracterizado por cinco unidades urbanas diferenciadas, apresentando por si só condições distintas de obsolescência do edificado e das infraestruturas urbanas.

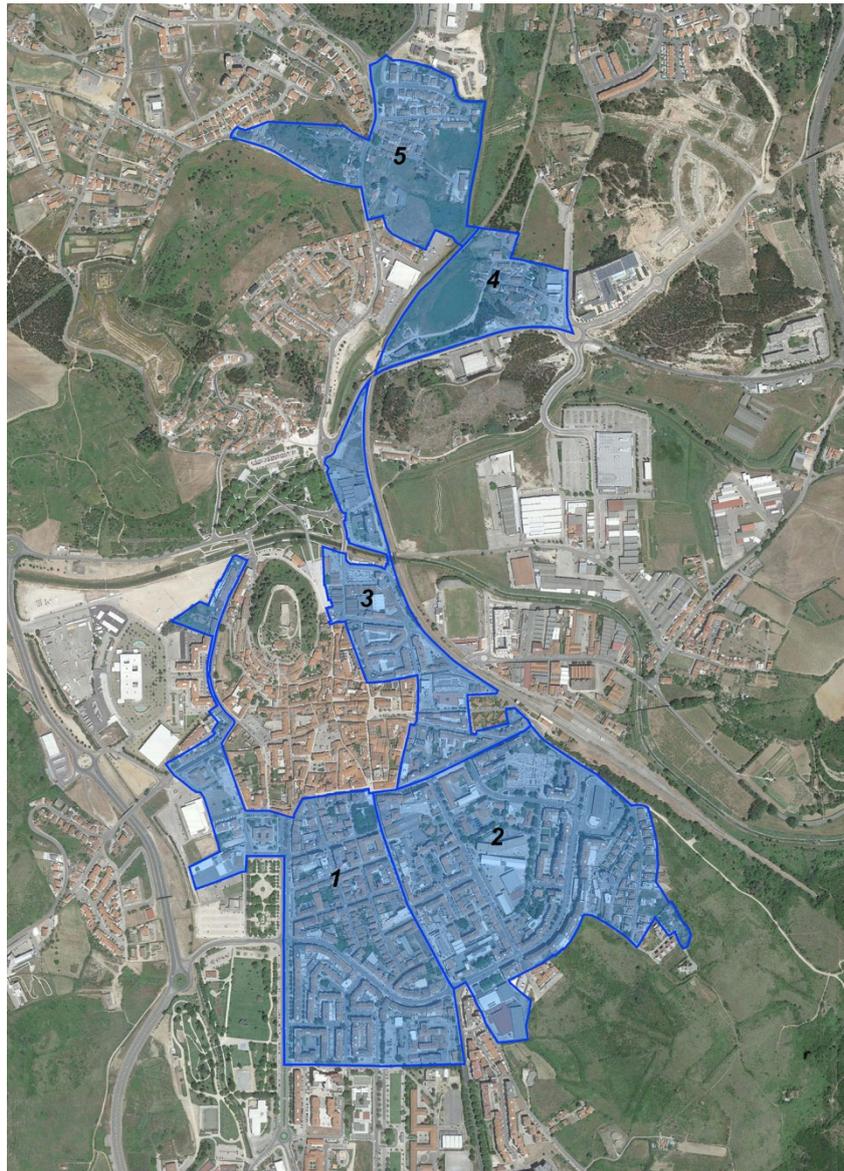


Imagem 47 - Identificação das unidades urbanas constituintes da ARU de Torres Vedras

1. Sul - Poente – Bairros Novos – Tribunal - GNR



Imagem 48 – Desenho esquemático da cidade. (Bruno Vieira)

O Núcleo 1 será provavelmente o mais significativo, marcadamente habitacional, sendo compreendido por uma área que vai desde o Bairro Leandro junto ao rio Sizandro (Norte), até ao Bairro Borges de Castro a Sul. Grande parte do seu núcleo é constituído pelos “bairros novos”, onde existe o maior número de edifícios com necessidade de reabilitação, compreendendo grande parte da coroa oeste da malha urbana da cidade de Torres Vedras.



Imagem 49 – Rua S. Gonçalo de Lagos. Antigo Bairro Leandro. Frente urbana a regenerar.

Conjunto edificado que assume uma importância relevante dada a proximidade ao Centro Histórico.



Imagem 50 – Rua Raimundo Porta. Esta rua funciona como um eixo de acesso viário e entrada na malha urbana mais apertada da cidade, faz parte de uma ligação antiga entre a cidade de Torres Vedras e a encosta a oeste onde algumas áreas agrícolas, a aldeia do Varatojo e os bairros adjacentes ao longo da encosta se situam.



Imagem 51 – Rua Raimundo Porta. Alguns fogos desta zona estão desocupados. Edifícios a necessitar de renovação e alteração de tipologia. Presença de algum comércio obsoleto. Proximidade ao Centro Histórico como fator de atractibilidade.



Imagem 52 – Rua António Leal d'Ascensão. Frente urbana da zona sul, junto ao limite dos “bairros novos” e bairro Borges de Castro que deve preservar o aspeto pictórico da vista para o Centro Histórico.



Imagem 53 - Rua Álvaro Galvão. Conjunto edificado com necessidade de reabilitação. São visíveis alguns edifícios recentemente intervencionados.



Imagem 54 - Rua Álvaro Galvão.

Conjunto edificado com necessidade de intervenção interior a nível tipológico, algumas habitações, incessantemente fechadas, aparentam estar devolutas.



Imagem 55 - Rua Brigadeiro Neves Costa.

Conjunto edificado correspondente aos designados Bairros Novos. Apresenta edifícios com necessidade de intervenção, alguns encontram-se devolutos.



Imagem 56 - Rua Brigadeiro Neves Costa.

Alguns dos edifícios devolutos nesta rua apresentam sinais evidentes de falta de manutenção, como a ausência de elementos na cobertura ou nos vãos, assim como a proliferação descontrolada de vegetação.



Imagem 57 - Rua Brigadeiro Neves Costa.

A recuperação de alguns edifícios pontuais revela que o processo de renovação do edificado neste bairro está ativo, embora lento, devido ao reduzido número de edifícios intervencionados e às melhorias superficiais na maior parte destes.



Imagem 58 - Rua Conde Tarouca.

Alguns edifícios apresentam sinais de ausência de utilização, por vezes estão selados com cadeado e barras suplementares, por outro lado, os imóveis que tem sido alvo de intervenções recentes evidenciam sinais de ocupação imediata, sublinhando os indicadores de que existe uma forte procura de habitação.



Imagem 59 - Rua Carlos França.

Outra artéria dos designados Bairros Novos onde os edifícios têm mais de trinta anos, apesar de algumas reabilitações, existe ainda uma forte necessidade de intervenção profunda, alguns encontram-se devolutos há vários anos, como é o caso do conjunto ao fundo da rua, este abandono tem induzido a ocupações ilegais e potenciando problemas sociais e de segurança.



Imagem 60 - Rua Álvaro Galvão.

Embora a zona possua exemplos de reabilitações integrais em edifícios, aparentemente bem executadas, podem ser observáveis muitas intervenções que revelam apenas ser obras ligeiras, quer pela falta de intervenção adequada nas coberturas como nas caixilharias.



Imagem 61 - Rua Conde Tarouca.

Os edifícios devolutos presentes, alguns deles selados, como o desta imagem, representam ótimas oportunidades para reestruturação tipológica, melhoria do comportamento energético e reintrodução no mercado de arrendamento.



Imagem 62 - Rua Capitão Figueiroa Rego.

Edifício a necessitar de intervenção urgente, parte da propriedade do antigo estabelecimento das águas termais da Fonte Nova; a sul deste volume, oculto na vegetação, encontra-se o espaço de jardim e pavilhão termal em estado de ruína.



Imagem 63 - Águas Termais da Fonte Nova.

A entrada principal fica no início da Rua Santos Bernardes, este estabelecimento foi inaugurado a 23 de maio de 1895, era considerado um local aprazível nos subúrbios da vila e destinava-se ao tratamento de doenças do reumático e aparelho digestivo. Infelizmente encerrou poucos anos depois e em 1902 continuava a ser utilizado gratuitamente pela população por cortesia do seu novo proprietário até ao completo abandono e deterioração do espaço.



Imagem 64 - Praceta Francisco Vieira Jerónimo.

De aspeto descaracterizado, é uma das pracetas do Bairro Borges de Castro onde é comum a desordem de varandas aleatoriamente envidraçadas e o uso abusivo do espaço público por estacionamento automóvel.

2. Sul Nascente – Av. 5 de Outubro - Av. General Humberto Delgado - Bairro S. João

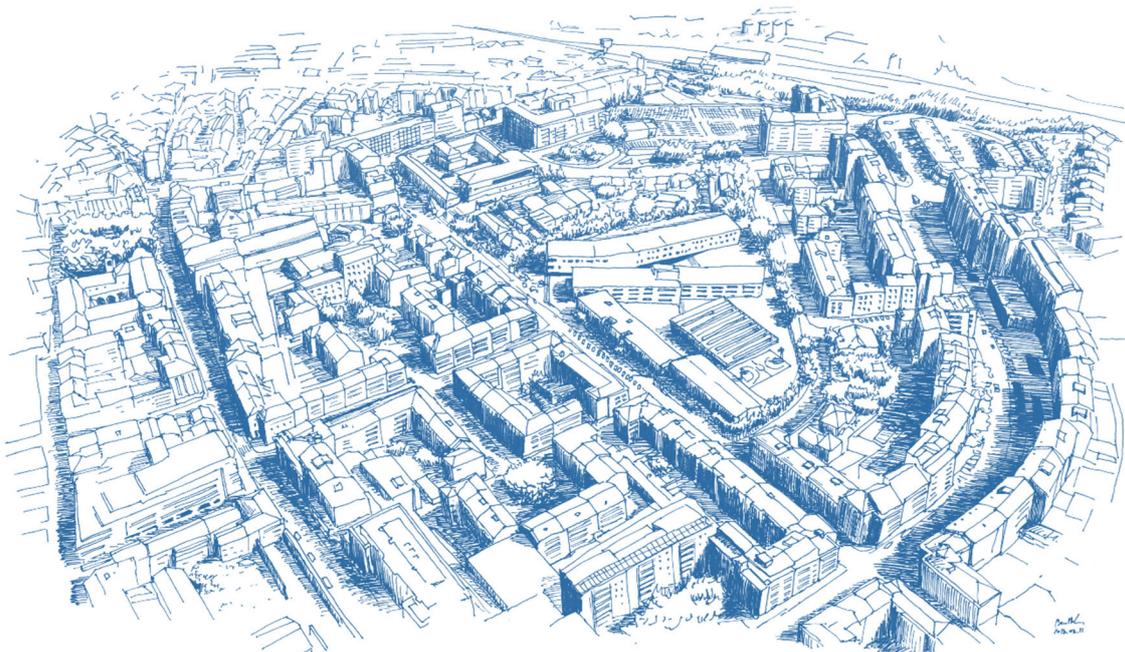


Imagem 65 – Desenho esquemático do Núcleo 2. (Bruno Vieira).

Trata-se do núcleo habitacional com mais equipamentos disseminados, contendo necessidades de intervenção maioritariamente ao nível da reformulação de tipologias e melhoramento das condições de habitação interiores, instalações e comportamento energético. Possui também necessidade pontual de melhoramentos nos espaços públicos, na mobilidade e acessibilidade.



Imagem 66 - Casal do Alto da Mina.

Conjunto edificado a necessitar de intervenção urgente. Embora grande parte dos fogos estejam habitados, esta primeira habitação é um dos exemplos de degradação e desocupação à entrada do casal.



Imagem 67 - Casal do Alto da Mina.

Conjunto edificado a necessitar de intervenção urgente, alguns dos acessos são apertados e desprovidos de pavimentos adequados, a imagem reflete também a construção ao longo da encosta por patamares onde algumas edificações acabam por ter traseiras parcialmente enterradas.



Imagem 68 - Casal do Alto da Mina.

Tal como o nome indica, trata-se de um casal com características rurais nos limites da cidade, a sua localização estratégica acaba por ter um acesso pedonal difícil, mas permite vistas privilegiadas sobre a paisagem.



Imagem 69 - Rua Henriques Nogueira.

Um dos eixos principais da cidade que possui um grande número de habitações, na maior parte visivelmente ocupadas, mas onde existe grande necessidade de intervenção a nível de tipologia, das condições interiores, instalações e comportamento energético.

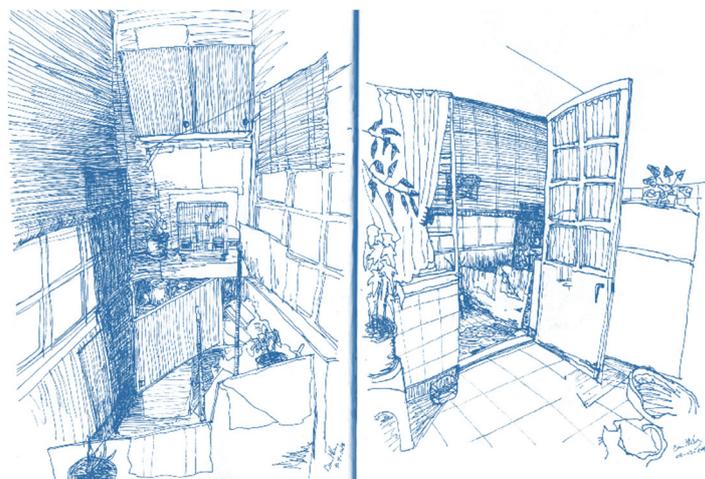


Imagem 70 – Interior de uma habitação na Rua Henriques Nogueira.

Alguns dos fogos possuem sistemas originais, como as marquises de caixilharias e portas metálicas sem bom comportamento térmico ou funcional, pavimentos, bancadas de cozinha e instalações com necessidade de renovação. (Bruno Vieira)



Imagem 71 - Rua de Olivença.

Com necessidade de intervenção maioritariamente interior, esta rua aparenta estar totalmente habitado, no entanto, nota-se a existência de um edifício de três fogos devoluto.



Imagem 72 - Praça Dr. Moura Guedes.
Encontra-se com um pequeno jardim pouco cuidado, sendo a maior parte do espaço ocupado por estacionamento.



Imagem 73 - Rua de Olivença.
É uma rua de ligação entre praças com habitação e uma boa parte de estacionamento ordenado, articula-se com a Rua José Augusto Lopes Júnior onde se desenvolve algum comércio de proximidade.



Imagem 74 - Av. General Humberto Delgado.
Avenida Nova. A regeneração urbana desta artéria passa por uma intervenção a nível de desenho de circulação e acessibilidades.



Imagem 75 - Av. General Humberto Delgado.
Antigo Terminal Rodoviário, atual loja do cidadão, é um espaço de equipamento por excelência, possui uma área e localização privilegiada de ligação entre várias áreas urbanas e pode vir a ter uma maior valia além de simples parque de estacionamento.

3. Central - Zona entre Choupal, o centro histórico e a linha de caminho de ferro

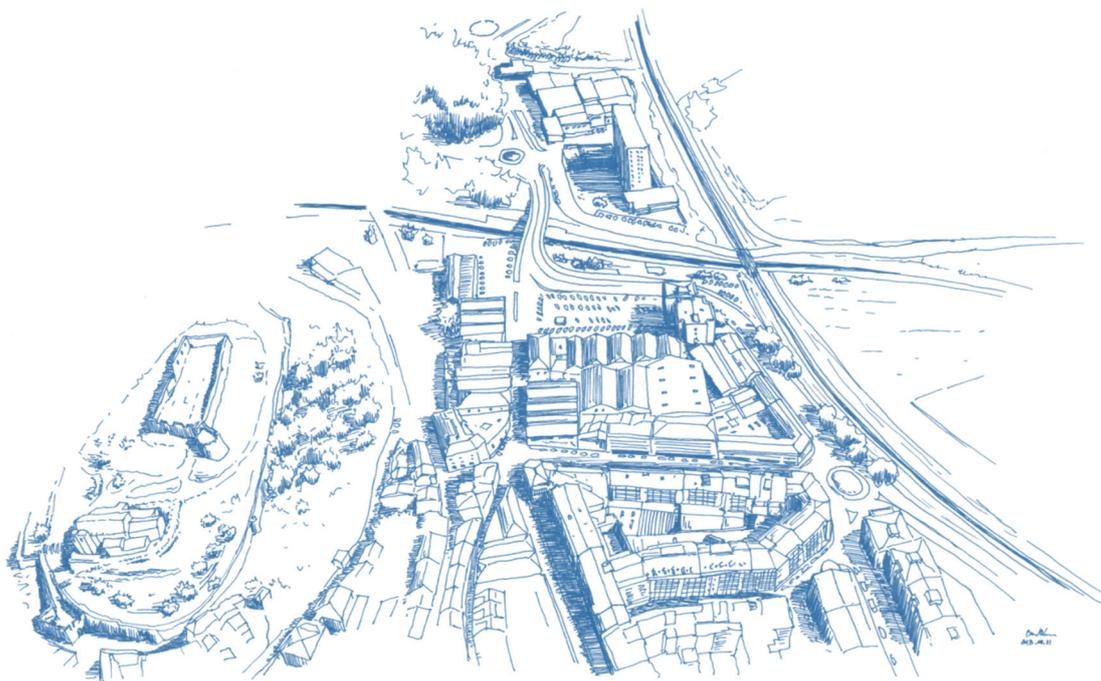


Imagem 76 – Desenho esquemático do Núcleo 3. (Bruno Vieira)

Grande parte desta área está incluída na área de intervenção do Plano de Pormenor do Choupal e Áreas Envolventes (PPCAE). Este plano considera várias intervenções, no edificado e espaços públicos, tendentes a melhorar as condições do edificado e fortalecer as condições de centralidade urbana. Trata-se de uma área em que coexistem edifícios muito antigos com urbanizações de génese recente e onde se conseguem encontrar alguns espaços expectantes.



Imagem 77 - Rua Quinta da Rega
Proximidade do Mercado Municipal – equipamento estruturante. Habitação unifamiliar.



Imagem 78 - Rua Cândido dos Reis. Conhecida por Corredora esta via foi, durante muito tempo, uma das principais entradas por nascente na cidade. Necesita de intervenção coerente no edificado.



Imagem 79 - Rua dos Polomes
Edifícios com mais de trinta anos a necessitarem de reabilitação integral e de redireccionamento das atividades comerciais existentes para outros setores além do setor automóvel.



Imagem 80 - Rua dos Polomes.
Possui alguns edifícios a entrar em processo de ruína, tornando a necessidade de intervenção mais urgente. Faz a ligação com o Centro Histórico, a maior parte dos seus espaços de comércio ou serviços encontram-se devolutos ou obsoletos.



Imagem 81 - Rua Dias Neiva.
Quarteirão com intervenção profunda prevista no Plano de Pormenor (PPCAE)



Imagem 82 - Praça Dr. Alberto Avelino.
Quarteirão com intervenção profunda prevista no Plano de Pormenor (PPCAE)



Imagem 83 - Pátio do Ângelo.
Quarteirão com intervenção profunda prevista no Plano de Pormenor (PPCAE) para habitação.



Imagem 84 - Traseiras do edifício Choupal.
Todo este quarteirão tem prevista uma regeneração profunda tanto no domínio do edificado como das acessibilidades.

4. Bairro Rabão

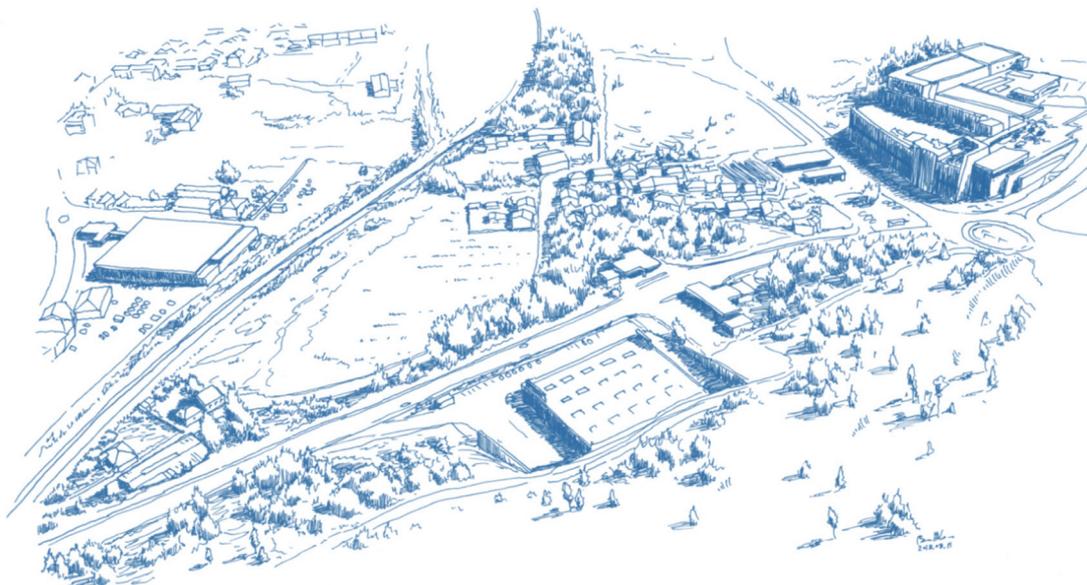


Imagem 85 – Desenho esquemático do Núcleo 3. (Bruno Vieira)

Zona a nascente da linha de caminho-de-ferro e a norte da ARU de Arenes, constitui-se como uma unidade funcional autónoma, estruturada a partir de três ruas principais: Rua José Luís Fortunato, Rua das Escadinhas e Rua das Cancelas.

Trata-se de um conjunto edificado de moradias unifamiliares de um ou dois pisos. Alguns edifícios necessitam de obras de reabilitação.

O acesso a este bairro será melhorado com a intervenção prevista na área da Encosta de S. Vicente. A zona mais baixa está condicionada para construção pelos riscos de cheia que a zona apresenta.



Imagem 86 – Rua das Cancelas. Existe risco de cheia nesta área, um armazém devoluto de grande dimensão e algumas moradias com reparações pontuais denunciam necessidades de intervenção.



Imagem 87 – Rua das Escadinhas. Termina num beco com acesso pedonal por escadas à Rua José Luís Fortunato, a qual funciona como acesso principal ao bairro.



Imagem 88 – Rua das Cancelas. Ainda existe alguma área expectante disponível para construção e completamento do perímetro urbano.



Imagem 89 – Rua José Luis Fortunato. Principal acesso viário ao bairro é praticamente a única ligação viária utilizada, onde a maior parte das habitações se encontram ocupadas apesar de algumas necessidades de intervenção.



Imagem 90 – Rua do Machadinho. Acesso secundário ao Bairro Rabão confina com alguns terrenos urbanizáveis.



Imagem 91 – Vista panorâmica a partir do topo da Rua António Santos Mota

5. Bairros Vale Terminus e Perna de Pau

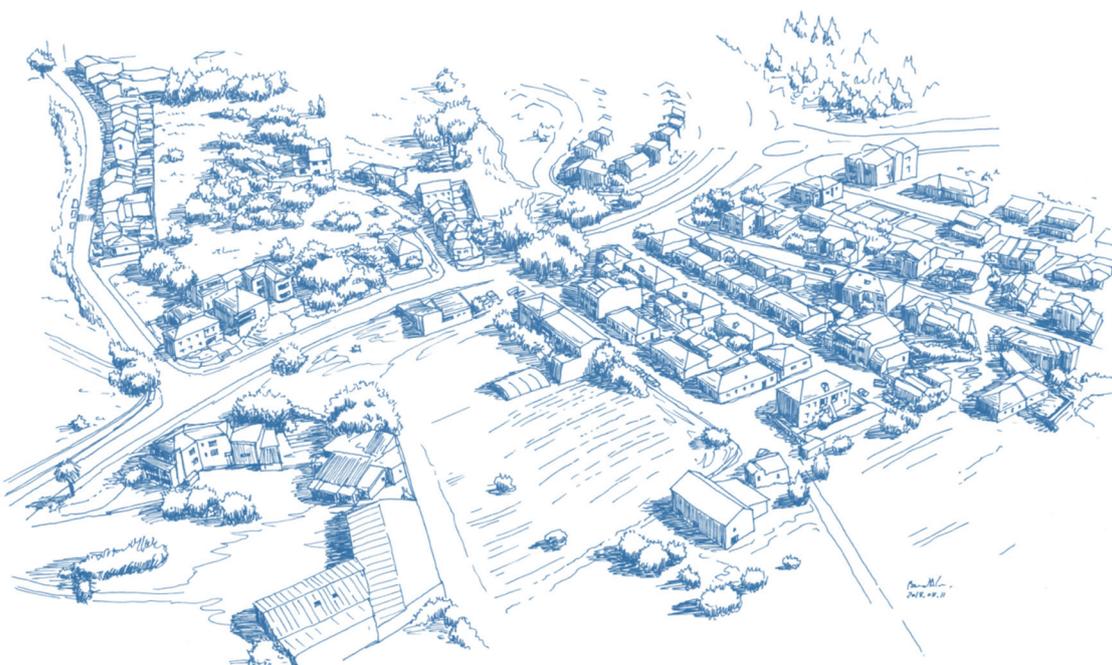


Imagem 92 – Desenho esquemático do Núcleo 5. (Bruno Vieira).

No limite norte da ARU, encontramos o núcleo 5, com uma ocupação relativamente recente. A zona teve a sua génese na segunda metade do século XX, estruturada a partir da Estrada Nacional 8, a norte do Rio Sizandro.

A área é essencialmente constituída por três bairros de características diferenciadas, maioritariamente constituídos por moradias unifamiliares de um ou dois pisos. No bairro Vale Terminus são evidentes alguns edifícios multifamiliares de três ou quatro pisos com dois fogos por piso.

Na área existe uma ausência quase completa de atividades comerciais de proximidade. Apesar de não existirem edifícios muitos antigos, constata-se a necessidade de reabilitação do edificado.



Imagem 93 - Rua Dr. José Maria Antunes Júnior
Estabelecimentos comerciais devolutos.



Imagem 94 - Rua Dr. José Maria Antunes Júnior.
Entrada para a empresa Mármore Almeida esta área do bairro poderá ser requalificada do ponto de vista urbano.



Imagem 95 - Rua Dr. José Maria Antunes Júnior.
Vários edifícios necessitam intervenção para além de simples pinturas exteriores.



Imagem 96 - Rua Dr. José Maria Antunes Júnior.
Espaço público de grande valor junto a via de forte movimento.



Imagem 97 - Rua Casal Vale Términus.
Possui alguns terrenos expectantes e ausência de acessos pedonais adequados.



Imagem 98 - Rua Vale Términus.
A primeira rua do Bairro Vale Terminus a ser edificada constitui o conjunto de edifícios mais antigo do bairro, junto aos terrenos expectantes da Quinta de Santo António.

3.5. Diagnóstico Físico, Social e Económico

A caracterização da ARU da Cidade de Torres Vedras – TVD79 é apresentada tendo presente todo o trabalho de campo realizado em 2017 e 2020 e, ainda, o diagnóstico social realizado na área, no ano de 2021, através da aplicação de um inquérito por questionário aos residentes e empresários.



Imagem 99 – Praça 25 de abril.

O diagnóstico teve como recurso a metodologia de investigação-ação, que tem como objetivo analisar uma determinada realidade com o intuito de produzir uma reflexão e orientar para uma ação de mudança. Como técnica na recolha de informação, favoreceu-se o recurso a inquéritos por questionário.

Dada a grande heterogeneidade da área em estudo, procedeu-se à aplicação de um inquérito por questionário aos residentes e aos empresários. Assim, apresentar-se-ão a análise aos dados recolhidos tanto dos empresários como dos residentes, de modo a permitir uma melhor leitura e conhecimento da zona em causa.

A aplicação dos inquéritos por questionário aos empresários decorreu durante o mês de junho de 2021.

Para a realização do diagnóstico foi definida uma amostra com 46 inquéritos, com um nível de confiança de 51,2% e uma margem de erro de 14%. Na distribuição dos inquéritos por questionário foram considerados todos os estabelecimentos abertos no r/c aquando da passagem do entrevistador.

Dadas as condições de pandemia vividas na altura da aplicação dos inquéritos por questionário, optou-se por um inquérito de autopreenchimento em papel.

O inquérito por questionário desenhado para a realização do diagnóstico de âmbito empresarial centrou-se, essencialmente, numa caracterização sociográfica do responsável, pela situação do espaço e pelas vivências percecionadas pelo inquirido face ao local onde está implantada a empresa, nomeadamente prioridades de intervenção, grau de satisfação e opinião geral sobre a área.

Caracterização sociográfica do responsável

A área correspondente à ARU de Torres vedras – TVD 79 apresenta, em termos empresariais, um leque bastante vasto de atividades, desde serviços, comércio e indústria, sendo impossível fazer uma elencação de todos.

De qualquer modo, entre o número de inquéritos entregues e o número de inquéritos recebidos regista-se uma grande falta de interesse por parte dos empresários em participar ativamente numa solução de melhoria para a cidade.

Da análise aos resultados verifica-se que a maioria dos empresários presentes na ARU de Torres Vedras – TVD 79 são do género masculino, com uma média de idade de 45 anos e com um grau de escolaridade ao nível do ensino secundário.

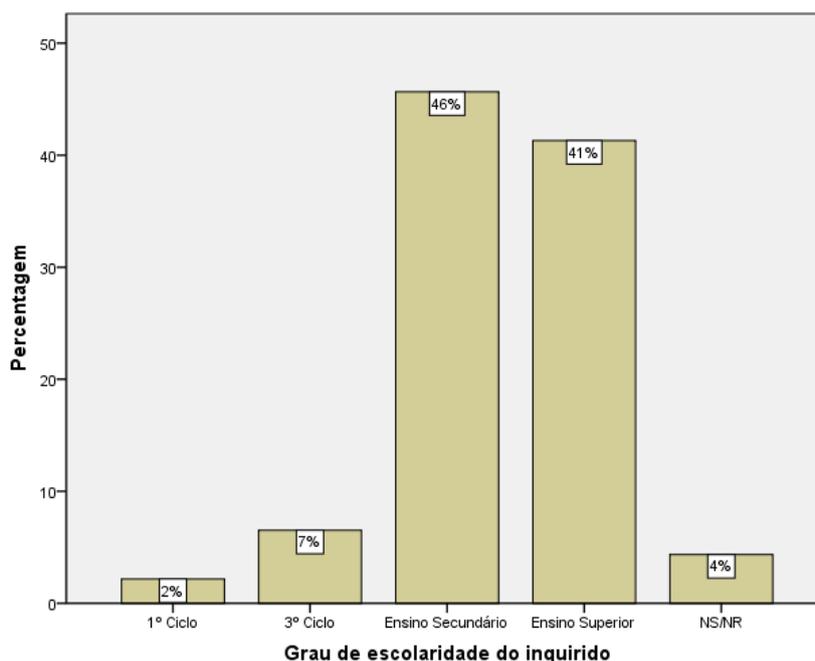


Gráfico 3- Grau de escolaridade do inquirido

Situação perante o imóvel comercial

Relativamente à situação do imóvel regista-se que, em média, as empresas respondentes encontram-se no mesmo espaço há 16 anos. Havendo empresas no mesmo local há 64 anos e outras há menos de 1 ano.

A larga maioria das empresas indica que o vínculo legal/jurídico mais comum é o arrendamento (65%), apenas 33% indica ser proprietária do espaço.

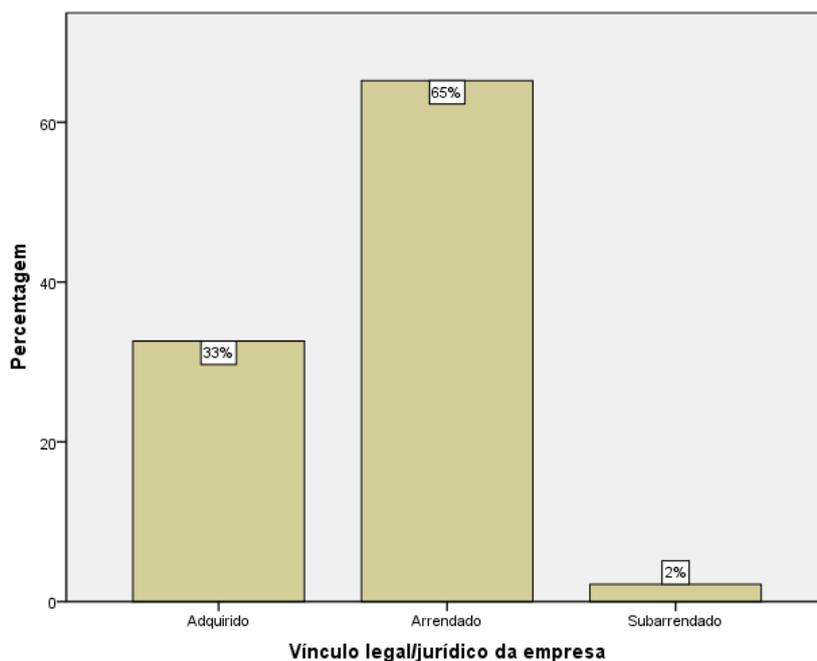


Gráfico 4 – Vínculo legal/jurídico da empresa

Em relação ao número de empregados presentes nas empresas inquiridas, constata-se uma média de 5 pessoas por empresas. De realçar que 1 é o número mínimo de empregados e 20 o máximo.

Sobre o estado de conservação do imóvel, a maioria dos inquiridos indicam que o imóvel está em bom estado de conservação (50%), 17% refere muito bom, para 28% dos inquiridos o imóvel encontra-se em razoável estado de conservação e 4% indica mau.

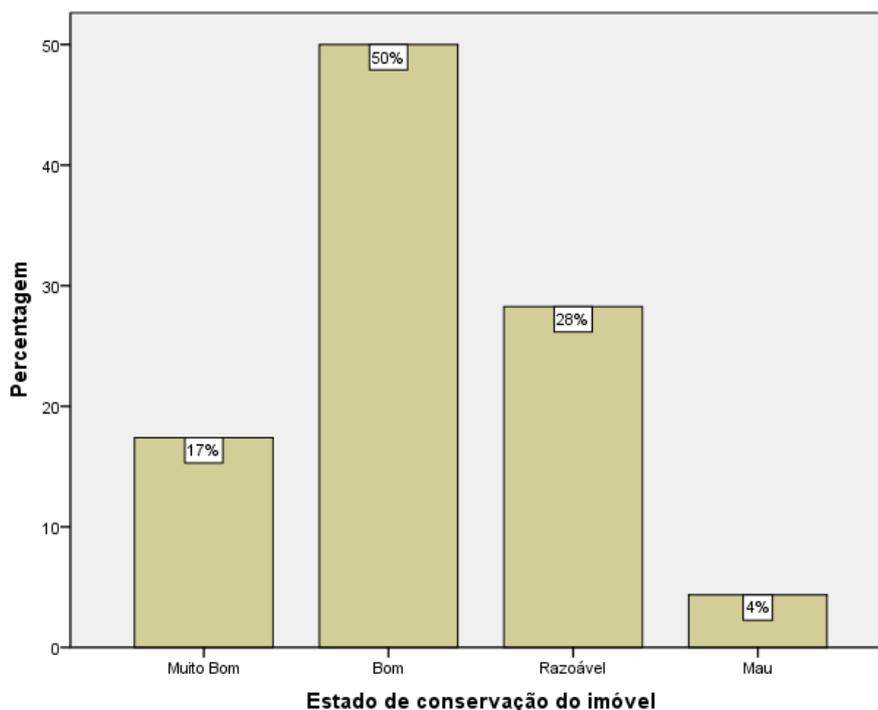


Gráfico 5 – Estado de conservação do imóvel

Vivências face ao local onde situa a empresa

Quando questionados sobre a localização atual da empresa e se gostaria de mudar a atividade económica para outro lugar, a grande maioria indica que não (78%), apenas 22% refere que mudaria caso pudesse.

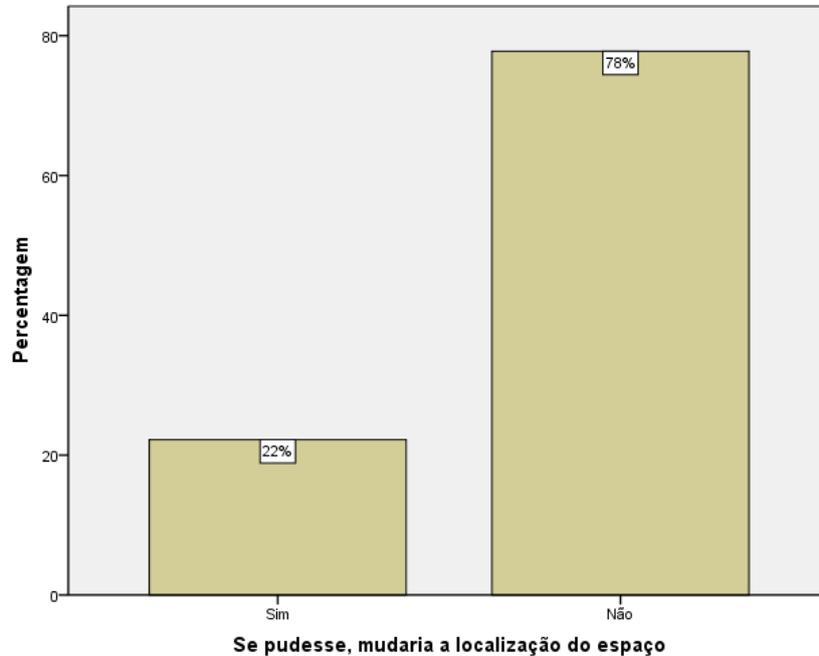


Gráfico 6 – resposta dos inquiridos em relação à possibilidade de mudança de localização da empresa

Os empresários que responderam que gostariam de mudar a localização, indicam as seguintes razões e possíveis localizações:

- Bairro Arenas
- Onde fosse possível estacionar sem pagar
- Para local com maior facilidade de estacionamento
- Para local com mais espaço
- Para local de mais fácil acesso para clientes
- Periferia da cidade ou zona industrial
- Zona industrial de forma a expandir o espaço e ter facilidade de estacionamento.

O que se retira das respostas apresentadas pelos inquiridos em relação à mudança de localização da atividade é que esta tem subjacente a dificuldade de estacionamento sentida pelos empresários.

Em relação aos inquiridos que indicaram não mudar a localização, mesmo que tivessem essa possibilidade, as razões apontadas centram-se:

- Espaço comercial bem situado/localizado
- Zona agradável e movimentada
- Encontra-se no centro da cidade
- Zona favorável ao negócio pela proximidade às escolas.

Sobre o grau de satisfação em relação aos diversos indicadores apresentados, a situação é a seguinte:

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Sem opinião
	%	%	%	%	%
1. Arruamentos	7	15	56	20	2
2. Passeios	9	22	48	21	--
3. Iluminação pública	17	20	48	13	2
4. Tranquilidade diurna	--	11	61	24	4
5. Tranquilidade noturna	2	2	52	26	18
6. Estacionamento	52	22	20	6	--
7. Estado conservação dos edifícios	4	18	65	11	2
8. Recolha de lixo	2	9	72	15	2
9. Transportes públicos	--	13	52	17	18
10. Espaços verdes de lazer	6	19	46	20	9
11. Relações de vizinhança	--	4	55	39	2
12. Serviços de saúde	--	7	52	15	26
13. Serviços de apoio à 3ª idade	5	15	41	4	35
14. Equipamentos culturais e desportivos	7	24	41	2	26

Tabela 1 – Grau de satisfação dos inquiridos face a vários indicadores

De uma forma global, os inquiridos revelam estar satisfeitos com todas as situações apresentadas para avaliação, a exceção recai sobre o estacionamento em que 74% dos respondentes revelam estar muito insatisfeitos ou insatisfeitos com a situação.

No que concerne à opinião geral sobre a área onde se encontra instalada a atividade, regista-se que 89% dos inquiridos faz uma avaliação boa, 9% de muito boa e 2% não responde.

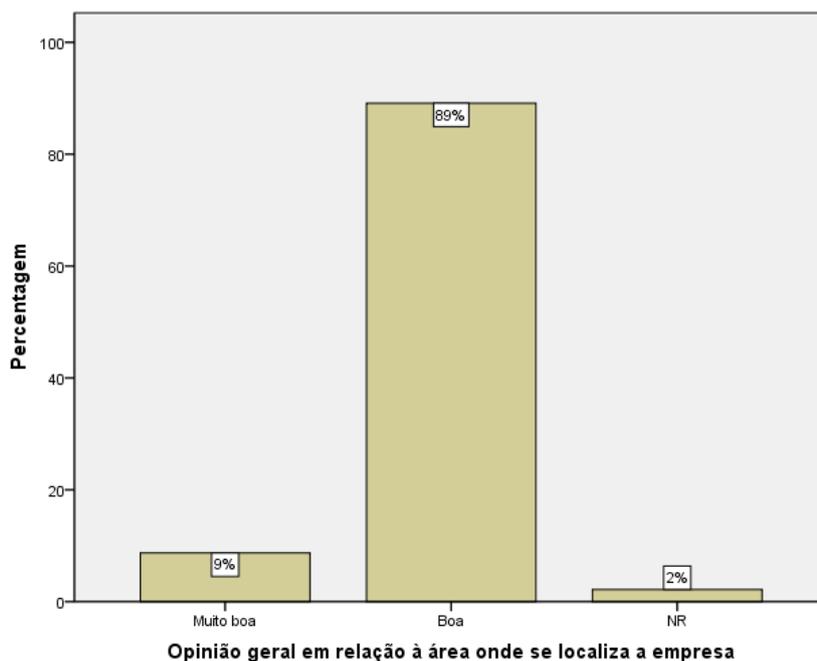


Gráfico 7 – Opinião geral dos inquiridos face à área onde se localiza a empresa

Quando solicitados para identificar as prioridades de intervenção na área onde se localiza a empresa, surge a seguinte indicação de prioridades de intervenção:

	1ª Prioridade %	2ª Prioridade %	3ª Prioridade %
1. Arruamentos	20	33	47
2. Passeios	28	43	29
3. Iluminação pública	52	22	26
4. Tranquilidade diurna	--	30	70
5. Tranquilidade noturna	14	14	72
6. Estacionamento	74	15	11
7. Estado de conservação edifícios	28	43	29
8. Recolha de lixo	20	30	50
9. Transportes públicos	20	40	40
10. Espaços verdes de lazer	30	40	30

11. Serviços de saúde	22	22	56
12. Equipamentos culturais e desportivos	17	33	50
13. Serviços de apoio 3ª idade	27	18	55

Tabela 2 – Identificação das prioridades de intervenção

Foram consideradas pelos inquiridos como 1ª prioridades de intervenção: o estacionamento e a iluminação pública.

Como 2ª prioridades surgem: passeios, estado de conservação dos edifícios, transportes públicos e espaços verdes de lazer.

Como 3ª prioridades figuram: tranquilidade diurna e noturna, serviços de saúde, serviços de apoio à 3ª idade, recolha de lixo, equipamentos culturais e desportivos e arruamentos.

Destacam ainda outras prioridades enunciadas pelos inquiridos:

- “Dar mais vida à cidade, atrair turismo, vida comercial e cultural.
- Acesso para pessoas com mobilidade reduzida.
- Disciplina dos moradores em relação ao estacionamento.
- Estacionamento exclusivo para clientes.
- Multibanco na zona da expo.
- Melhor sinalização das passadeiras sobretudo a que se encontra na Av. General Humberto Delgado em frente à instituição bancária Bankinter.”

Na parte final do inquérito foi solicitado aos inquiridos que identificassem dois **fatores de degradação** na sua área e era dada a possibilidade de dar sugestões e outros comentários que fossem considerados pertinentes. De forma a permitir uma leitura mais fácil da informação, as respostas são apresentadas por grupos:

Arruamentos e passeios: os inquiridos indicam que os passeios de calçada são muito irregulares devido às raízes das árvores, escorregadios, desnivelados, inclinados, pouco seguros, bem como os arruamentos que em algumas áreas da cidade necessitam de reabilitação ao nível do pavimento.

Limpeza urbana e recolha de lixo: nesta categoria surge a informação sobre algumas situações relacionadas com a falta de recolha do lixo, nomeadamente a presença de lixo na zona da Expotorres e o número reduzido de vezes que o lixo é recolhido. A presença de pombos também é referida neste tópico, bem como a falta de limpeza na Praceta Calouste Gulbenkian e a falta de limpeza das ruas, em geral.

Iluminação pública: neste tópico são referidos que a iluminação LED é insuficiente e não traz tranquilidade aos comerciantes, havendo a necessidade de se aumentar o número de postes de iluminação.

Estacionamento: nesta categoria verifica-se que os comerciantes referem existir falta de estacionamento, que o estacionamento existente é caótico e mau e registam a necessidade de haver mais estacionamento gratuito. Indicam sentir falta de mais zonas definidas para cargas e descargas. Referem ainda que as zonas exclusivas de estacionamento para residentes deveriam ser mistas por forma a permitir o estacionamento de clientes durante o dia, sobre este caso é

citado o exemplo do estacionamento na Travessa Florêncio Augusto Chagas. Por último, há indicação de haver a possibilidade de selos de estacionamento para comerciantes.

Mobiliário urbano: os inquiridos referem a necessidade de haver mais papeleiras e sacos para recolha de detritos dos cães; um maior número de caixas ATM e uma estação das bicicletas Agostinhas na Rua Dr. Gomes Leal.

Edifícios: são identificadas nesta categoria a existência de edifícios degradados e inacabados, nomeadamente o bairro da CP e o edifício junto ao Mercado Municipal. Registam ainda o fato de haver casas fechadas e sem utilização como é o caso dos pavilhões e adegas existentes no Pátio do Ângelo.

Conclusão

Embora tenha havido uma participação baixa dos comerciantes no inquérito realizado, as respostas obtidas permitem algumas conclusões importantes.

Os empresários que participaram neste inquérito encontram-se estabelecidos em média há mais de 15 anos, tal permite-lhes ter uma perceção sobre as necessidades existentes na área em estudo.

Da avaliação realizada, regista-se que apenas a questão do estacionamento apresenta o valor mais negativo. Contudo, a área, agora em estudo, é vista como boa, surgindo referência para haver intervenção de carácter urgente ao nível do estacionamento, iluminação pública e passeios.

A aplicação dos inquéritos por questionário aos residentes da área da ARU da Cidade de Torres Vedras – TVD79 decorreu durante o mês de Junho de 2021.

Para a realização do diagnóstico foi definida uma amostra com 339 inquéritos, apresentando o mesmo um nível de confiança de 94% e uma margem de erro de 5,20%.

Na distribuição dos inquéritos foram consideradas todas as habitações presentes na área. Dadas as condicionantes derivadas da pandemia optou-se por aplicar um inquérito de autopreenchimento em formato de papel.

O inquérito foi desenhado tendo em consideração a caracterização sociográfica do grupo doméstico, a situação habitacional e as condições de habitabilidade e ainda as vivências do inquirido face ao local de residência.

Da análise dos dados apurados, verifica-se que o inquirido tipo é, maioritariamente, do género feminino, com uma média de idade de 62 anos. Sobre a idade dos inquiridos regista-se que 49% tem mais de 65 anos e 15% mais de 80 anos.

A maioria dos inquiridos (69%) indica viver num núcleo familiar composto por um ou mais indivíduos e 31% dos inquiridos revela que vive só.

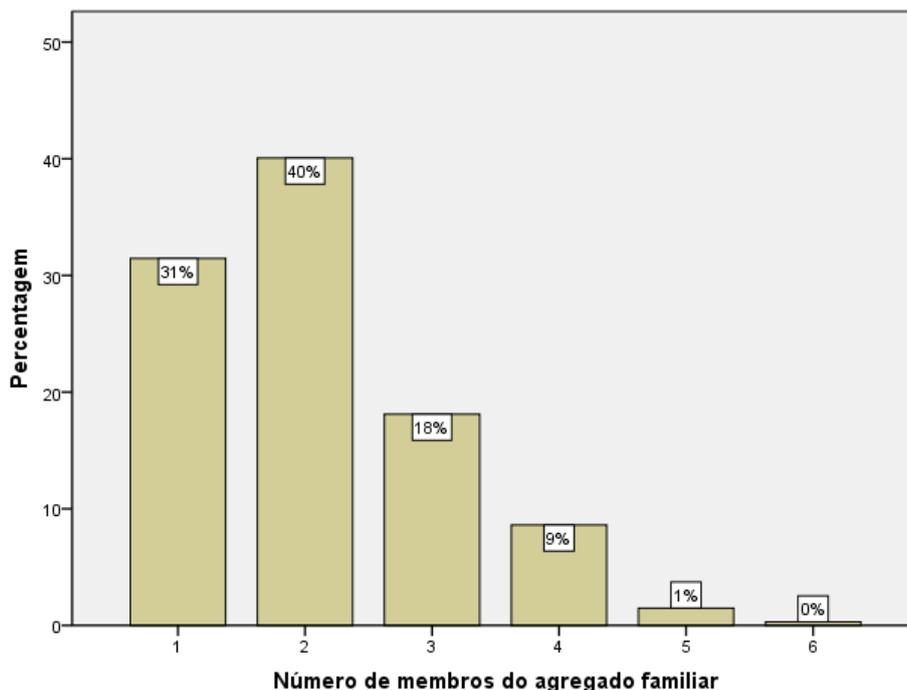


Gráfico 8 – Número de membros do agregado familiar

Em relação ao grau de escolaridade do inquirido, constata-se que 38% refere o ensino superior e 26% o ensino secundário. Já no que diz respeito à condição perante o trabalho, os inquiridos dividem-se entre reformado (50%) e a exercer uma profissão (43%).

Relativamente ao número de elementos que compõem o agregado familiar, regista-se uma média de 2 pessoas por habitação; sendo o número de duas pessoas o mais comum com 40% das respostas, seguido de pessoa que vive só (31%) e de três elementos (18%).

Situação habitacional e condições de habitabilidade

No que diz respeito à situação habitacional e às condições de habitabilidade, regista-se que em média cada família reside 25 anos na mesma habitação, sendo que há inquiridos que vivem há menos de um ano e outros há mais de oitenta anos.

Os inquiridos indicam que a casa onde residem tem, em média, 3 quartos. Ao cruzar-se esta informação com o número do agregado familiar regista-se uma conformidade entre o número de quartos e o número do agregado.

No que concerne ao vínculo legal sobre a residência, constata-se que a maioria é proprietário da residência (63%), 33% indica arrendamento e 4% encontra-se noutra formato (essencialmente comodato).

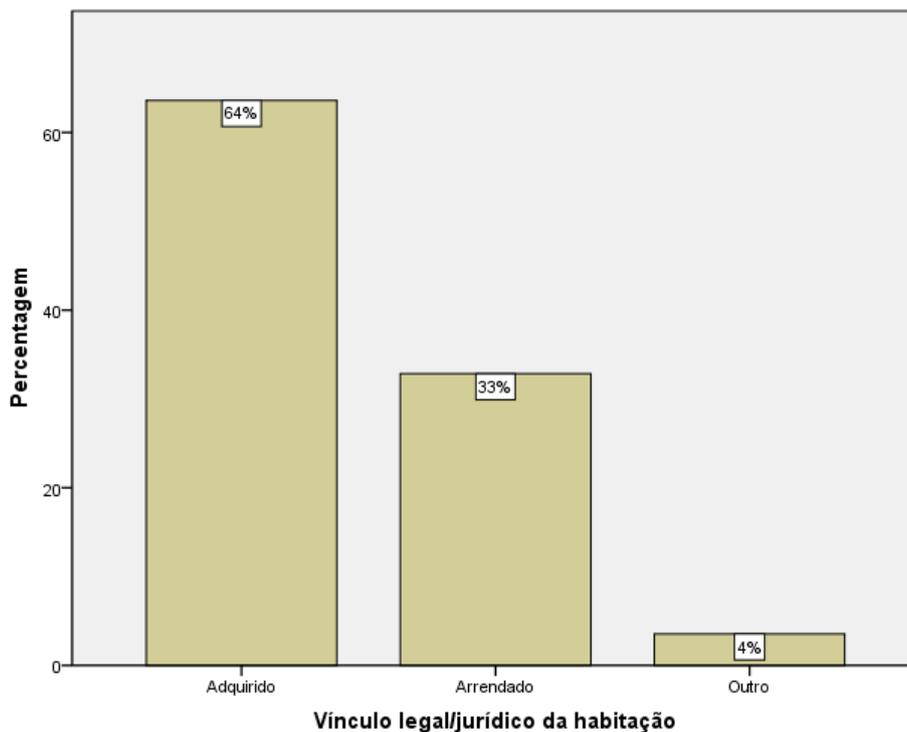


Gráfico 9 – Vínculo legal/jurídico da habitação

Em relação aos imóveis arrendados, os valores de rendas apresentados são bastantes dispares, encontrando-se a média das rendas entre 101€ e 500€ mensais.

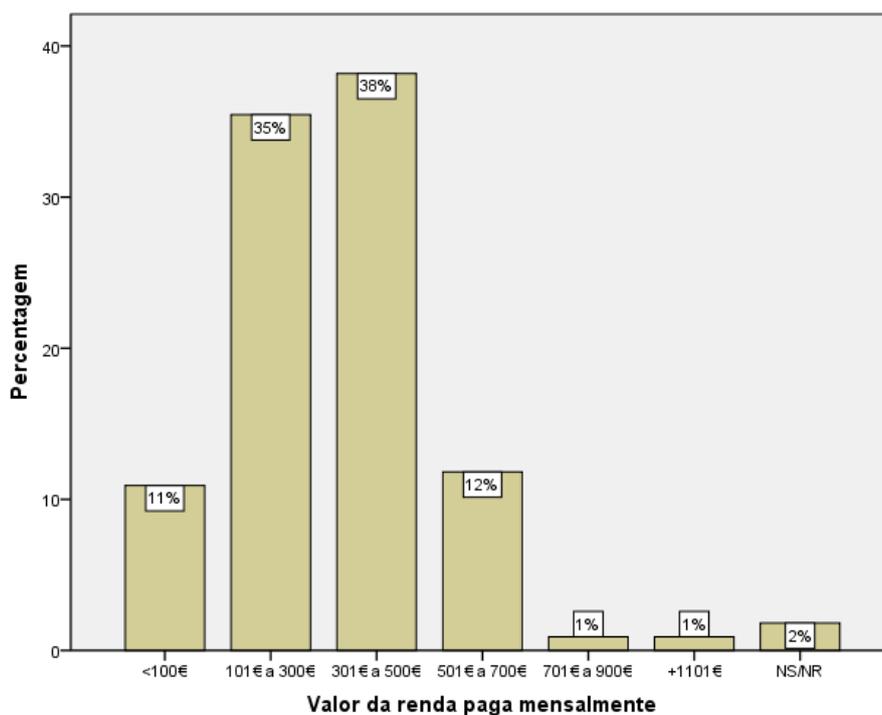


Gráfico 10 – Valor de renda paga mensalmente

Sobre o estado de conservação dos imóveis, regista-se que a maioria dos inquiridos indica que está bom (52%), encontra-se em razoável estado de conservação para 44 % dos inquiridos e apenas 4% refere que está em mau estado. São essencialmente casas em regime de arrendamento que apresentam o estado de conservação pior. As principais queixas sobre a necessidade de obras recaem sobre casas de banho, cozinhas, janelas, infiltrações, canalização e conservação exterior do edifício.

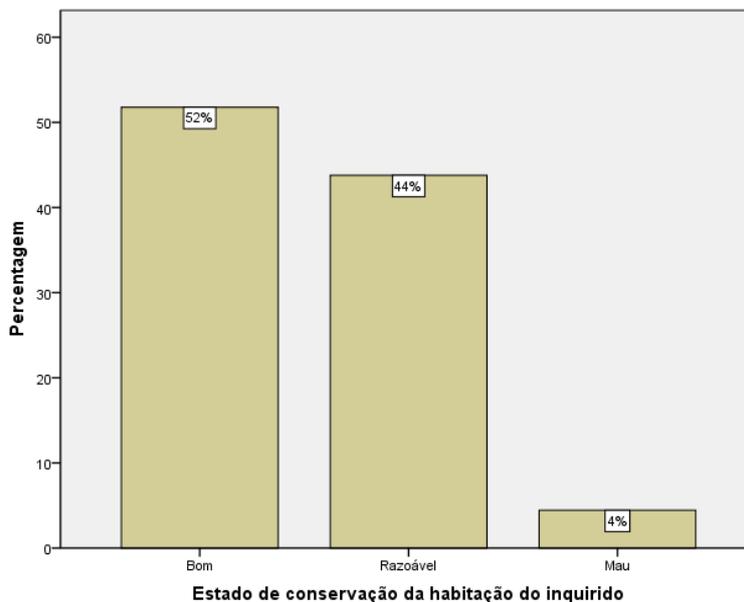


Gráfico 11 – Estado de conservação da habitação do inquirido

Sobre o número de veículos presentes no agregado familiar e o local mais frequente de estacionamento, verifica-se que em média há um veículo por habitação, sendo que metade dos inquiridos indica ter um carro e 26% dois veículos.

Sobre o local de estacionamento, a via pública é a resposta para a maioria dos inquiridos (60%), os restantes referem estacionamento coberto.

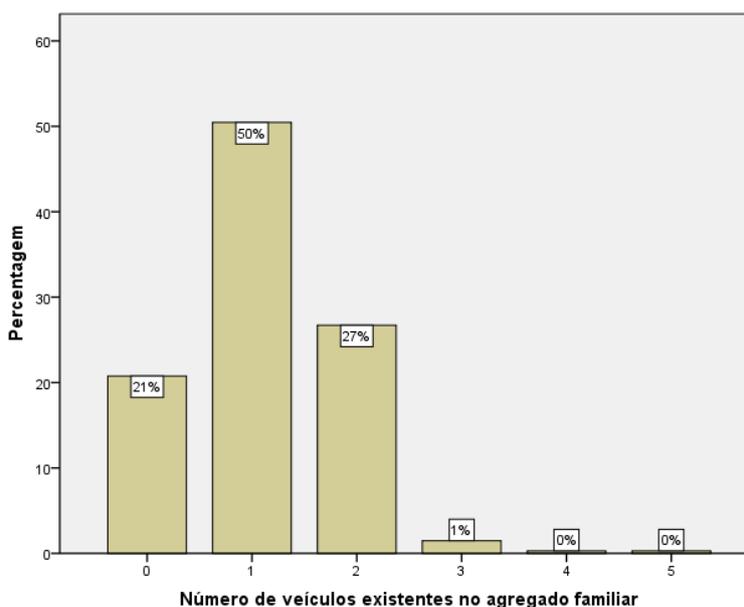


Gráfico 12 – Número de veículos existentes por agregado familiar

Vivências face ao local de residência

Quando questionados sobre a opinião geral relativamente à área de residência, a maioria dos inquiridos indica que a mesma é boa (80%), 12% referem muito boa e apenas 5% indicam má ou muito má.

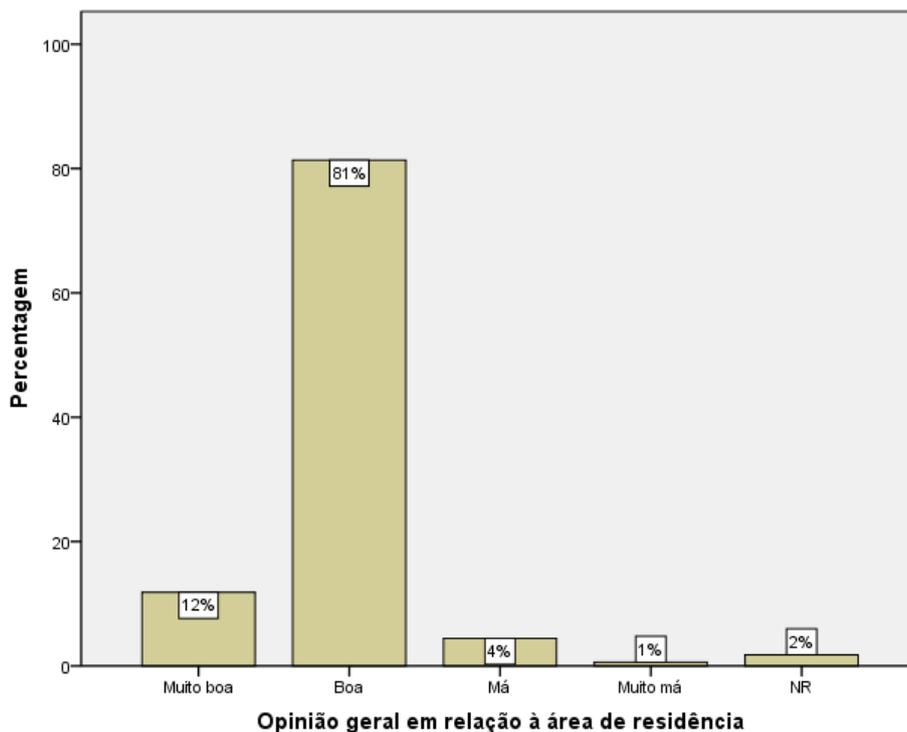


Gráfico 13 – Opinião geral em relação à área de residência

Contudo, quando os inquiridos são chamados a indicar o seu grau de satisfação em relação a algumas situações verifica-se a seguinte avaliação:

	Muito insatisfeito %	Insatisfeito %	Satisfeito %	Muito satisfeito %	Sem opinião %
1. Arruamentos	17	21	41	13	8
2. Passeios	24	28	32	12	4
3. Iluminação pública	7	24	47	17	5
4. Tranquilidade diurna	7	21	51	16	5
5. Tranquilidade noturna	6	15	50	23	6
6. Estacionamento	30	32	19	8	11
7. Estado conservação dos edifícios	6	28	53	6	7
8. Recolha de lixo	4	11	55	24	6

9. Transportes públicos	4	13	32	16	35
10. Espaços verdes de lazer	12	16	36	26	10
11. Relações de vizinhança	4	8	53	28	7
12. Serviços de saúde	6	19	45	16	14
13. Serviços de apoio à 3ª idade	5	18	29	9	39
14. Equipamentos culturais e desportivos	9	21	34	10	26

Tabela 3 – Grau de satisfação dos inquiridos em relação a diferentes temas

De uma forma global, os inquiridos revelam estar satisfeitos com as diferentes áreas em análise que fazem parte do seu quotidiano. Da lista de catorze itens em avaliação, apenas a situação referente ao estacionamento e ao estado de conservação dos passeios revelam valores de insatisfação elevados. Elenca-se, de seguida, por ordem decrescente as situações que melhores pontuações obtiveram:

Grau de satisfação	Indicador
81%	Relações de vizinhança
79%	Recolha de lixo
73%	Tranquilidade noturna
67%	Tranquilidade diurna
64%	Iluminação pública
62%	Espaços verdes de lazer
61%	Serviços de saúde
59%	Estado conservação dos edifícios
54%	Arruamentos
48%	Transportes públicos
44%	Equipamentos culturais e desportivos
44%	Estacionamento
38%	Serviços de apoio à 3ª idade
38%	Passeios

Tabela 4 – Relação dos diferentes indicadores face ao grau de satisfação dos inquiridos

São as relações de vizinhança, a recolha de lixo, a tranquilidade noturna e diurna os aspetos melhor posicionados na avaliação feita pelos inquiridos. Em sentido oposto encontram-se os passeios, os serviços de apoio à 3ª idade, o estacionamento e os equipamentos culturais e desportivos.

Em relação à área de residência dos inquiridos, depois de se pedir que indicassem as primeiras ideias sobre a área, verifica-se que poucos inquiridos apontam características positivas, focando antes a atenção para problemas e situações que do seu ponto de vista gostariam de ver resolvidos.

Das características positivas enumeram-se:

- “Zona agradável
- Área calma e central de fácil acesso a serviços, comércio e equipamentos
- Boa imagem
- Boas acessibilidades
- Bonita
- Tranquila
- Perto de tudo
- Boa área verde nas proximidades”

Ao cruzar-se as opiniões com a área de residência, regista-se que as opiniões/características positivas se centram nos inquiridos residentes nas seguintes artérias:

- Rua Álvaro Galvão
- Rua António Leal D’Ascensão
- Rua Venerando de Matos
- Avenida General Humberto Delgado
- Praceta Vitor Cesário da Fonseca
- Praceta Dr. Afonso Vilela
- Rua Ana Maria Bastos
- Rua 1º de Dezembro
- Rua Brigadeiro Neves Costa
- Rua Henriques Nogueira
- Rua S. Gonçalo de Lagos

Por outro lado, as características negativas apresentadas centram-se em dificuldades e necessidades que os inquiridos enfrentam diariamente na sua área de residência. Na apresentação desta temática e para facilitar a análise/leitura, far-se-á a enunciação das situações agrupadas por grandes grupos:

Arruamentos: neste item surgem, essencialmente, a necessidade de substituição do pavimento dos arruamentos em cubos e ainda arruamentos com mau piso e com depressões.

Passeios: em relação aos passeios, os inquiridos referem que os passeios estão em mau estado de conservação, escorregadios, desnivelados, sujos, descontinuados, perigosos, gastos e sem condições para a utilização por pessoas em cadeiras de roda ou com carros de bebé, comparados a montanhas russas devido às raízes das árvores, e ainda a falta de passeios no bairro Rabão.

Limpeza e recolha de lixo: sobre estas questões surge referência a retirar ecoponto da Rua Vale Terminus e colocar no lado direito da rua onde já se encontra o contentor do lixo; falta de limpeza nas ruas; existência de lixo acumulado junto aos contentores durante muito tempo; falta de lavagem dos contentores do lixo; faltam contentores de lixo e ecopontos no Casal da Mina; demasiados dejetos de cães nas ruas e ainda a questão da alimentação de pombos e gatos na via pública.

Iluminação pública: é referido que a utilização de luzes LED faz com que haja uma menor qualidade da iluminação, havendo necessidade de aumentar o número de candeeiros em determinadas zonas e ainda a substituição mais célere das lâmpadas fundidas.

Estacionamento: este é o aspeto mais vezes mencionado pelos inquiridos, a maior referência é a falta de estacionamento pago ou gratuito. Mais estacionamento para motociclos com barras para cadeados. Estacionamento gratuito junto à área do hospital. Falta de pintura dos espaços de estacionamento. Estacionamento abusivo por parte dos utilizadores da Física. Espaços de estacionamento pequenos.

Mobiliário urbano: sobre este item são referidas a falta de bancos nas ruas, a necessidade de se criar locais próprios para os animais defecar; a necessidade de haver mais um terminal de ATM na Av. General Humberto Delgado; possibilidade de aumentar os locais de carregamento para carros elétricos; necessidade de haver mais dispensadores de sacos para detritos espalhados pela cidade;

Espaços verdes e espaço público: nesta categoria regista-se que os inquiridos apontam para a necessidade de se proceder ao corte de algumas árvores de grande porte e substituir essas árvores por outras de porte mais pequeno; referem, também, a árvore existente na Praceta Dr. Moura Guedes e na Praceta Afonso Vilela. Há referência à necessidade de se cuidar melhor dos pequenos jardins espalhados pela cidade. Retirar os gatos na Rua Venerando de Matos. E, melhorar o jardim da Praceta Calouste Gulbenkian, podendo haver um pequeno parque para as crianças na zona da Física.

Equipamentos: no que diz respeito a equipamentos surge a falta de farmácia, parques infantis, piscina municipal, parque de atividades, criação de um parque de lazer mais central e ainda a necessidade de melhorar/reparar o parque infantil da Várzea.

Segurança (rodoviária e de pessoas e bens): nesta categoria surge a necessidade de mais policiamento visível nas ruas; necessidade de haver um reforço na identificação das passadeiras seja através de iluminação vertical seja na própria passadeira. Necessidade de haver passadeira na Rua Dias Neiva.

Edifícios: em relação aos edifícios surge a necessidade de se terminar a obra junto do Mercado Municipal. A existência de muitas casas antigas, devolutas e a necessitar de intervenção, nomeadamente o bairro da CP e ainda o edifício da Fonte Nova e da antiga cooperativa agrícola. Maior divulgação dos programas de reabilitação existentes.

Trânsito: sobre o trânsito os inquiridos referem o barulho provocado pelas ambulâncias, motos e pelo volume de tráfego existente que também causa ruído. Excesso de velocidade e trânsito confuso.

Quando solicitados a identificar as prioridades de intervenção na sua área de residência, registam-se as seguintes prioridades:

	1ª Prioridade %	2ª Prioridade %	3ª Prioridade %
1. Arruamentos	<u>51</u>	29	20
2. Passeios	<u>61</u>	25	14
3. Iluminação pública	28	<u>36</u>	36
4. Tranquilidade diurna	29	32	<u>39</u>
5. Tranquilidade noturna	29	29	<u>42</u>

6. Estacionamento	<u>58</u>	29	13
7. Estado de conservação edifícios	<u>45</u>	33	22
8. Recolha de lixo	29	31	<u>40</u>
9. Transportes públicos	28	27	<u>45</u>
10. Espaços verdes de lazer	37	22	<u>41</u>
11. Serviços de saúde	<u>50</u>	23	27
12. Equipamentos culturais e desportivos	23	33	<u>44</u>
13. Serviços de apoio 3ª idade	<u>46</u>	19	35
14.Outra. Qual? _____	69	14	17

Tabela 5 – Prioridades de intervenção percecionadas pelo inquirido

Considerando o grau de satisfação dos inquiridos sobre as diferentes temáticas apresentadas para avaliação, as prioridades de intervenção revelam essas mesmas considerações. Desta forma, assinalam-se como primeiras prioridades de intervenção:

- Passeios
- Estacionamento
- Arruamentos
- Serviços de saúde
- Serviços de apoio à 3ª idade
- Estado de conservação dos edifícios

De acordo com os inquiridos deverá ser considerada como segunda prioridade de intervenção a iluminação pública.

E como terceiras prioridades:

- Transportes públicos
- Equipamentos culturais
- Tranquilidade noturna e diurna
- Espaços verdes de lazer
- Recolha de lixo

Relativamente aos fatores de degradação que os inquiridos identificam na sua área de residência, constata-se uma repetição dos problemas anteriormente identificados, contudo salientam-se os seguintes:

- Edifícios degradados, abandonados, velhos, nomeadamente Bairro do CP, edifício junto ao Mercado Municipal, instalações do Grémio e das termas e ainda o Pátio do Ângelo.
- Arruamentos a necessitar de intervenção por estarem em mau estado de conservação

- Necessidade de substituir árvores de grande porte por outras mais pequenas, sobretudo na Praceta Calouste Gulbenkian, Praceta Dr. Moura Guedes e Praceta Dr. Afonso Vilela.
- Passeios degradados, desnivelados, escorregadios, com buracos, com pedras soltas e com raízes das árvores que causam quedas dos transeuntes
- Mobiliário urbano em falta: bancos de jardim espalhados pelas ruas, papelarias, ATM, caixas com sacos para dejetos de cães, cinzeiros.
- Iluminação pública considerada fraca e que fomenta algum sentimento de insegurança por causa da utilização do sistema de LED.
- Falta de limpeza dos passeios, dos contentores do lixo, dos espaços verdes. Presença de dejetos de cães e de restos de comida nas ruas para alimentação de gatos e pombos.
- Espaços comerciais encerrados e degradados.
- Falta de estacionamento quer para residentes com pagamento de selo, quer gratuito e ainda a questão de estacionamento abusivo e caótico.
- Ruído provocado pelo trânsito excessivo de autocarros, motos, veículos em marcha de emergência e de automóveis em geral.
- Falta de mais policiamento visível nas ruas.
- Poluição elevado tanto sonora, como atmosférica devido ao trânsito.
- Ecopontos com aberturas pequenas e presença de lixo no exterior e ocupado pela reciclagem de empresas e colocação diária de monos junto aos contentores de lixo.
- Infraestruturas antigas, sobretudo ao nível da água e esgotos.
- Maior fiscalização na recolha dos dejetos dos animais e o estacionamento abusivo.

No final do inquérito por questionário os inquiridos poderiam acrescentar comentários, sugestões ou outras informações. Dado o volume de respostas e a sua repetição, optou-se por colocar aquelas que foram mais vezes citadas:

- “A Av. General Humberto Delgado precisa de um melhor ordenamento de tráfego, criar uma infraestrutura para desviar o trânsito desta artéria.
- A Câmara Municipal deve procurar desburocratizar os pedidos de licenciamento e de reabilitação para aumentar o número de residentes e de comércio.
- A deslocação do terminal rodoviário fez com que houvesse menos transportes disponíveis para quem vive na Av. General Humberto Delgado, o preço do bilhete para ir para o terminal é caro.
- A Rua de Polomes parece esquecida pelos serviços camarários. Não há fiscalização nenhuma.
- A Rua José Luís Fortunato no Rabão só deveria ter um sentido, o estacionamento é feito nos dois lados da rua e é impossível cruzar dois carros.
- A Rua S. Gonçalo de Lagos deveria ficar com um único sentido para mais tranquilidade dos moradores.
- Ainda sou novo em Torres Vedras, contudo considero a cidade, serviços públicos e estado de conservação excelentes. Parabéns.
- Alargamento dos horários dos TUT pois não são compatíveis com horários mais alargados de trabalho.
- Aparelhos de ginástica nos espaços verdes da cidade.
- Árvores muito grandes que tapam a luz para os edifícios.
- Assaltos a carros na cidade estão a aumentar.
- Boa iniciativa por este inquérito. Pois são os moradores que conhecem os problemas da sua área de residência.

- Campanha de consciencialização para não alimentar os pombos.
- Coimas para os donos dos cães que não limpam os dejetos.
- Colocar a Rua de Olivença exclusiva para estacionamento de moradores.
- Colocar vasos de flores e bancos nas ruas 1º de Dezembro, Serpa Pinto e Dias Neiva.
- Com a alteração do trânsito no Largo da Graça registou-se uma sobrecarga nas ruas à volta causando poluição, ruído e excesso de velocidade.
- Construção de parque de estacionamento subterrâneo na Praceta Calouste Gulbenkian.
- Construção de polo desportivo com piscina.
- Criação de um parque de estacionamento nas imediações da Av. General Humberto Delgado.
- Criar espaço junto ao rio para recreio e wc de cães.
- Falta de higiene por toda a cidade.
- Falta esplanadas e quiosques por exemplo na Graça.
- Falta policiamento nas ruas, sobretudo à noite.
- Faltam pequenos cinzeiros espalhados pelas ruas de modo a evitar beatas no chão.
- Iluminação pública ficou pior com as alterações para LED.
- Introdução de forma de reduzir a velocidade junto à Praceta Calouste Gulbenkian.
- Junto à Rua Júlio César Lucas havia um parque com equipamentos para crianças, foi tudo retirado, mas deveria ser cuidado e colocar novos equipamentos.
- Limpeza dos antigos silos na Rua Santos Bernardes pois são foco de ratazanas.
- Maior distribuição de caixas de multibanco.
- Mais pontos de carregamento para carros elétricos.
- Manter o máximo de espaços verdes possíveis junto à Rua Valterminus.
- Melhor a iluminação na Praceta Dias Sarreira pois 4 candeeiros LED são insuficientes.
- Na Rua Álvaro Galvão os passeios estão desnivelados.
- Os espaços da Rua Venerando de Matos deveriam ser embelezados.
- Os estabelecimentos comerciais há muito tempo ao abandono e devolutos contribuem para a degradação da Praceta Calouste Gulbenkian, dando à zona um aspeto pouco cuidado e negligenciado.
- Os passeios da cidade deveriam ser arrançados de modo a quem tem mobilidade reduzida e carros de bebé conseguissem utilizar.
- Realizar um estudo de forma a reduzir o trânsito nas horas de ponta nas imediações à Rua Henriques Nogueira.
- Recolha de lixo dos ecopontos deverá ser mais frequente e durante o período noturno.
- Rua Conde Tarouca com muito trânsito, suja, com buracos no pavimento e passeios inseguros.
- Substituir os plátanos da Praceta Calouste Gulbenkian por outras árvores.
- Uma cidade mais adaptada a pessoas com mobilidade reduzida.
- Urgente o controlo da velocidade na Rua Álvaro Galvão.
- A recuperação de alguns edifícios nesta área tem sido boa pois trouxe mais residentes e permitiu que os idosos ficassem por cá também.
- A unidade de hemodiálise tem pouco estacionamento para as ambulâncias.
- Campanha de consciencialização para a recolha dos dejetos dos animais domésticos na via pública.
- Horários mais alargados da junta de freguesia, loja cidadão e CMTV sobretudo o encerramento.

- A cidade tem evoluído imenso a nível de organização, espaços verdes e áreas sem trânsito.
- Criação de uma zona ribeirinha junto ao Sizandro com esplanadas, parque infantil e mais estacionamento.
- Lavagem mais frequente dos contentores de lixo.
- Mais apoio ao comércio e criação de universidades com cursos com saídas profissionais.
- Mais políticas viradas para os habitantes da cidade.
- Torres Vedras é muito pouco apelativa em termos de comércio e lazer.”

Conclusão

De uma forma global, e tendo em consideração as respostas dos inquiridos, os residentes na área abrangida pela ARU da Cidade de Torres Vedras – TVD 79 encontram-se satisfeitos com a situação presente. No entanto, através das suas respostas são relatadas situações que deverão ser tomadas em conta na definição de Operação de Reabilitação Urbana, a saber:

- Melhorias em termos de planeamento dos estacionamentos, com possibilidade de se criar um espaço de estacionamento nas traseiras da Física (seja num edifício construído para o efeito, seja um estacionamento de superfície). Deverá ser revisto o regulamento de atribuição de selos de residentes (aumento do número de selos atribuídos por agregado doméstico).
- Toda a área da ARU necessita de uma intervenção profunda ao nível de passeios e de arruamentos. Quer seja a construção de novos passeios como a manutenção dos existentes. Os arruamentos necessitam de serem intervencionados para terminar com o pavimento deformado e perigoso.
- Sobre o estado de conservação dos edifícios é urgente publicitar de forma programada os incentivos e benefícios fiscais existentes para a reabilitação urbana: seja através de sessões de esclarecimentos ou através do site municipal. A divulgação simples e apelativa é necessária e urgente. Tendo em conta o número de edifícios devolutos e degradados é urgente implementar medidas que promovam a reabilitação do edificado. Tal situação promoverá a possibilidade de serem colocadas mais casas no mercado de arrendamento.
- Por último, regista-se que a área da ARU apresenta uma população envelhecida e, por conseguinte, com necessidade de serviços de apoio à 3ª idade. As instituições existentes não conseguem dar resposta a todos os pedidos, pelo que se torna fundamental avançar com respostas que possam mitigar esta necessidade.

3.6. Análise SWOT

Principais Pontos Fortes

- Forte caráter habitacional;
- Centralidade;
- Património histórico com potencial turístico;
- Existência de edifícios de usos mistos, incluindo habitação, comércio e serviços;
- População motivada/recetiva para a mudança;
- Proximidade aos acessos sul e norte da A8;
- Área atrativa para a instalação de novas atividades e de residentes;
- Quantidade de equipamentos;
- Existência de um Hospital;
- Proximidade ao Parque Verde da Várzea e Choupal;
- Proximidade ao centro Histórico;
- Proximidade à Estação do caminho-de-ferro;
- Elevado potencial de reabilitação do edificado privado.

Principais Pontos Fracos

- Fraca eficiência energética do tecido edificado;
- Pouca vigilância policial;
- Resposta insuficiente ao nível dos estacionamento;
- Degradação do espaço público, sobretudo passeios;
- Barreiras arquitetónicas;
- Existência de elementos dissonantes.

Principais Oportunidades

- Constituição de Área de Reabilitação Urbana;
- Maior sensibilidade para a importância da regeneração urbana como fator de desenvolvimento;
- Intenção de requalificação do Antigo Terminal Rodoviário;
- Intenção de requalificação das A. Teresa de Jesus Pereira e General Humberto Delgado;
- Requalificação urbanística e Paisagística da Praça 25 de Abril;
- Intenção de requalificação do espaço público do “Bairro Novo”;
- Intenção da Reabilitação do edifício das antigas Termas da Fonte Nova;
- Requalificação das margens do Rio Sizandro;
- Intenção de Requalificação da Ribeira de Alpilhão;
- Intenção de criar parque de estacionamento junto ao Terminal Rodoviário;
- Possível reabilitação do Hospital;
- Requalificação do Terminal Rodoviário.

Principais Ameaças

- Envelhecimento progressivo do parque edificado, com aumento do número de edifícios devolutos e/ou em mau estado de conservação;
- Obsolescência do Hospital;
- Risco de fratura urbana potenciada pelas barreiras físicas;
- Aumento da insegurança rodoviária pelo aumento exponencial de trânsito
- Acelerado envelhecimento da população residente.

4. Enquadramento Estratégico

4.1. Visão e objetivos

A visão e os objetivos estratégicos que suportam o presente Programa Estratégico de Reabilitação Urbana inscrevem-se na estratégia de desenvolvimento preconizada para a cidade de Torres Vedras a qual assenta, num primeiro plano, numa visão holística e integrada do desenvolvimento dos sistemas urbanos, capaz de responder aos desafios de natureza social, económica, ambiental e demográfica que os mesmos enfrentam. Parte-se da consciência de que os desafios que se colocam hoje às cidades carecem de uma visão mais integradora e multisectorial, assente em novas formas de planeamento, no reforço da governança territorial, em atuações partilhadas e numa otimização dos resultados.

Num segundo plano, tem, como pano de fundo, o quadro de oportunidades decorrente das prioridades nacionais e europeias, as quais concedem atenção e meios de investimento à requalificação do tecido edificado enquanto parte integrante do processo de revitalização urbana, e às dimensões social, cultural, económica e ambiental desse processo, no qual a habitação, o espaço público, os equipamentos, a estrutura verde e a mobilidade urbana sustentável emergem como fatores primordiais.

Esta visão abrangente e sistémica do desenvolvimento urbano encontra-se consagrada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Torres Vedras, desenvolvido no quadro do acordo de parceria Portugal 2020, através do Programa Operacional Regional do Centro - Centro2020.

A estratégia então desenvolvida visou não apenas garantir o necessário enquadramento às componentes operativas que mobilizavam as prioridades de investimento elegíveis pelo Programa Operacional Centro 2020 (PI 4.5, PI 6.5 e PI 9.8), como estabelecer desde logo o quadro de referência estratégico para ulteriores intervenções, fosse no âmbito de eventuais extensões ou replicações dos planos de ação de mobilizaram as referidas prioridades de investimento (PAMUS, PARU e PAICD), fosse no âmbito de outras prioridades de investimento, de outras políticas ou de outros instrumentos de operacionalização, de que as áreas de reabilitação urbana e respetivas operações poderão ser um dos exemplos mais consequentes.

Deste modo, o presente PERU assume uma abordagem estratégica e operacional que alinha com os eixos estratégicos do PEDU, visando a concretização de parte dos seus objetivos operacionais:

E1. Promover a Coesão Territorial – visa combater os desequilíbrios estruturais e socioeconómicos existentes entre as diferentes partes da cidade, reforçando as conexões e o investimento nas zonas de maior desqualificação urbanística. Neste domínio, o PERU assume os seguintes objetivos operacionais:

- Estruturar o sistema urbano e redefinir o seu centro, alargando-o e estendendo-o para nascente;
- Melhorar as conexões físicas e funcionais entre as diferentes partes da cidade, eliminando barreiras e melhorando as acessibilidades;
- Fortalecer a rede de equipamentos culturais e de serviços públicos, relevando o seu papel enquanto estruturas geradoras de centralidades urbanas e indutoras de processos de regeneração urbana;
- Promover a proteção, valorização e dinamização do património cultural, assim como a sua relação com a rede de equipamentos culturais;
- Melhorar ao funcionamento das redes de infraestruturas de saneamento (drenagem e tratamento de esgotos) e de recolha de resíduos.

E2. Promover a Coesão Social – valoriza a componente do retorno social na definição de intervenções de requalificação urbana, designadamente na promoção de espaços de socialização e na melhoria da oferta de equipamentos e serviços de intervenção social. Neste domínio, o PERU assume os seguintes objetivos operacionais:

- Regenerar e revitalizar o tecido urbano, incluindo a reabilitação de edifícios degradados, melhorando as condições de habitabilidade e funcionalidade;
- Promover ou apoiar a fixação de serviços de proximidade e projetos de economia social;
- Implementar projetos de habitação social e de alojamento temporário para pessoas ou famílias em situação de carência extrema;
- Promover a inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades, da participação ativa e da melhoria da empregabilidade.
- Promover a refuncionalização de edifícios obsoletos, dando prioridade à habitação;
- Apoiar a implementação da Estratégia Local de Habitação.

E3. Promover a Sustentabilidade Ambiental e Uso Eficiente dos Recursos – assume como pressuposto a aposta na sustentabilidade ambiental, promovendo a mobilidade suave, a eficiência energética e a redução de emissões. Neste domínio, o PERU assume os seguintes objetivos operacionais:

- Promover as acessibilidades e a mobilidade suave, estruturando e implementando uma rede urbana de percursos pedonais e cicláveis;
- Melhorar a qualidade do ambiente urbano, através da redução das emissões de GEE e do ruído e do aumento dos espaços verdes;
- Melhorar a eficiência energética de edifícios e espaços públicos através de sistemas de iluminação e climatização mais eficientes e de sistemas inteligentes de gestão e monitorização de consumos.

E4. Promover a competitividade e a valorização económica da Cidade – assenta na afirmação e projeção da cidade, dando especial enfoque à valorização dos recursos culturais e dos símbolos identitários da cidade, geradores de centralidade urbana e de captação de atividades económicas, de residentes e visitantes. Neste domínio, o PERU assume os seguintes objetivos operacionais:

- Promover ou reforçar o apoio à criação de incubadoras de empresas de base local, vocacionadas para a investigação e a potenciação de iniciativas inovadoras e criativas;
- Apostar no funcionamento em rede dos equipamentos culturais existentes, articulando-os com os restantes equipamentos, espaços públicos e atividades comerciais;
- Promover o estabelecimento de parcerias, tendo em vista a criação de sinergias e a otimização de recursos.

E5. Melhorar os mecanismos de governança e de comunicação com a população – aposta em formas de governação indutoras de parcerias, do envolvimento e da partilha de responsabilidades, assim como num modelo eficaz de comunicação, claro e objetivo, que apoie a informação e formulação de opinião por parte dos públicos-alvo. Neste domínio, o PERU assume os seguintes objetivos operacionais:

- Desenvolver ações de participação e envolvimento das populações e restantes *stakeholders*,
- Implementar uma estratégia de comunicação integrada, transversal e extensível a todas as ARU do Concelho de Torres Vedras.
-

4.2. Alinhamento com outros instrumentos de planeamento

A par da interdependência e correlação estratégica e operacional que o PERU da Cidade de Torres Vedras – TVD79 estabelece com o PEDU de Torres Vedras, nos termos referidos no ponto anterior, o PERU responde e alinha-se com um conjunto de outros planos, programas e estratégias relevantes para o sistema urbano da cidade e para o concelho, consubstanciando, no seu todo, o respetivo quadro de referência estratégico. Destes instrumentos relevam-se:

- a) A **Visão Estratégica para a Região Centro 2030**, assumida como documento orientador para a definição da “Estratégia Regional 2021-2027”, no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio, alinhando com os seus objetivos associados à resiliência dos territórios e à coesão territorial, à sustentabilidade ambiental e à descarbonização e ao fortalecimento dos sistemas urbanos enquanto motores da competitividade e inovação dos territórios;
- b) O **PROT OVT**, que assume uma visão da região como um dos territórios mais qualificados, atrativos e produtivos do país, combinando objetivos de fixação de população, eventos culturais e lazer, com objetivos de conjugação das atividades agroflorestais e industriais, e da logística e serviços com elevado grau de inovação, tecnologia e conhecimento;
- c) A **Estratégia Oeste Portugal 2021-2027**, da NUT III do Oeste, que releva designadamente a importância da coesão e da gestão sustentável do território através regeneração urbana e da revitalização do tecido urbano consolidado, assim como da necessidade de garantir o acesso universal da população ao mercado habitacional através de política integradas de habitação;
- d) O **Plano Estratégico da Cidade**, que define como opções estratégicas o aumento dos níveis de centralidade da cidade; a melhoria da qualidade de vida da população e a afirmação da cidade como um pólo de desconcentração metropolitana e de reequilíbrio da rede urbana nacional;
- e) O **PDM de Torres Vedras**, que propõe a valorização das potencialidades endógenas e o reforço das complementaridades funcionais com a AML, afirmando Torres Vedras como centro urbano regional, requalificando as estruturas urbanas, equipando e infraestruturando o território, preservando o ambiente e salvaguardando o património histórico e cultural;
- f) O **PU da Cidade de Torres Vedras**, que valoriza a capacidade de articulação e convergência do território municipal com as políticas regionais e nacionais e que promove a qualificação territorial a partir de componentes como a promoção económica local, a coesão social e a base cultural.
- g) O **Modelo Estratégico de Desenvolvimento Territorial**, documento que estabelece a visão e as bases estratégicas em que assenta a 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras, atualmente em curso.

Dos vários instrumentos de planeamento identificados, emergem como especialmente relevantes para o enquadramento estratégico da presente operação, por um lado, o Plano Estratégico da Cidade de Torres Vedras, pela ligação que o mesmo permite estabelecer com a estratégia e a história do desenvolvimento urbano da cidade dos últimos 30 anos, e, por outro, o Modelo Estratégico de Desenvolvimento Territorial, pelo alinhamento e pela “ponte” que o mesmo permite estabelecer com o futuro consubstanciado no novo Plano diretor Municipal.

O **Plano Estratégico da Cidade de Torres Vedras (PEC)**, concluído pelo município em 1996 e elaborado na sequência de um conjunto de instrumentos de planeamento, nomeadamente o Plano Diretor Municipal e o Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico da Cidade de Torres Vedras, é um documento que faz um diagnóstico prospetivo sobre a cidade e que define opções estratégicas que visam:

- Aumentar os níveis de centralidade da cidade;
- Melhorar a qualidade de vida da população;
- Criar as bases de desenvolvimento que permitam que a Cidade possa constituir um pólo de desconcentração metropolitana e uma base de reequilíbrio da rede urbana nacional.

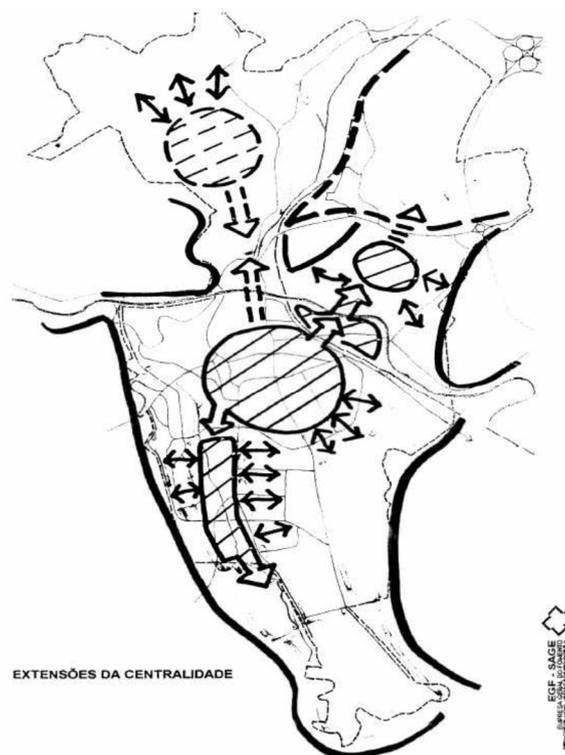


Imagem 100 – Diagrama – Desenvolvimento de novas centralidades. Fonte: PEC 1996

Tendo como base estas orientações, a estratégia de desenvolvimento sustentável formulada para a cidade consubstanciou-se num conjunto de linhas de desenvolvimento e de objetivos agregados em torno de quatro sistemas:

- **Sistema Económico:** “Torres Vedras, cidade ativa e próspera. Charneira entre a região Oeste e a AML. Cidade que apoia o campo”;
- **Sistema Sociocultural:** “Torres Vedras, cidade da solidariedade. Cidade aberta e segura. Cidade da alegria e da boa disposição”;
- **Sistema Ambiental:** “Torres Vedras, cidade saudável”;
- **Sistema Estruturação Urbana:** “Torres Vedras, cidade viva que se prepara para crescer integrando e animando as periferias e revitalizando o centro”.

Para cada um destes sistemas definiram-se as seguintes linhas de desenvolvimento:

Sistema Económico:

- Desenvolver e qualificar as atividades agrícolas tradicionais;
- Aumentar a valorização das produções locais
- Atrair novas empresas
- Desenvolver a vocação de entreposto/charneira
- Desenvolver o turismo

Sistema Sociocultural:

- Reforçar a coesão e a integração social (cidade da solidariedade)
- Reforçar a identidade e o sentimento de pertença
- Reforçar a capacidade de acolhimento (cidade aberta)
- Cidade segura
- Cidade da alegria

Sistema Ambiental:

- Ligar o rio à cidade
- Revitalizar a estrutura verde da cidade
- Controlar a poluição ambiental (ar, ruído, água e solo)
- Melhorar a gestão dos resíduos sólidos urbanos

Sistema Espacial/Estruturação Urbana:

- Conter a dispersão urbana, procurando o crescimento prioritário a partir dos eixos de expansão do Centro Histórico
- Salvaguardar os valores biofísicos em presença, e assegurar o suporte infraestrutural (rede viária, águas e esgotos) necessário ao desenvolvimento urbano da Zona Nordeste.
- Dotar a cidade de uma rede de estacionamento automóvel dimensionada para a população residente e visitante
- Dotar a cidade de uma rede de infraestruturas e de tratamento de efluentes que garanta os níveis de serviço e de proteção ambiental necessários ao crescimento qualificado das periferias e à revitalização do Centro Histórico
- Dotar a Câmara Municipal dos meios humanos, tecnológicos e logísticos necessários para assegurar a liderança do “Processo de crescimento e reestruturação urbana” da cidade, através de uma gestão inovador, eficiente e sustentada.

O PEC referia grande parte desta ARU como a Zona Sul/poente da cidade, destacando a excessiva zonificação para afetação a equipamentos coletivos em detrimento de outras áreas da cidade.

A área Sul - Poente integra-se no objetivo D – Suporte espacial/estruturação urbana, designado por Torres Vedras, cidade viva que se prepara para crescer integrando e animando as periferias e revitalizando o centro.

No eixo Sul-Poente – Multifuncionalidade de vivência urbana intensa, o PEC propõe para esta área da presente ARU, um **conjunto de objetivos operacionais de reabilitação urbana:**

1. Desconcentração do equipamento.
2. Introdução das funções comércio, serviços e habitação.
3. Criação da capacidade de estacionamento adicional para apoio ao Centro Histórico.

4. Criação de uma avenida urbana com o perfil transversal adequado para assegurar a dupla função de escoamento do tráfego de passagem (circular ponte) e de serviço à malha urbana a criar.

O **Modelo Estratégico de Desenvolvimento Territorial (MEDT)** define para Torres Vedras uma visão que aponta para um território distintivo pela elevada qualidade ambiental, para um sistema ecológico preservado e valorizado, e para uma paisagem agroflorestal ordenada e viva, onde se privilegiarão os usos eficientes e sustentáveis dos recursos naturais, do solo e da energia. Para o efeito, o MEDT estabelece uma estratégia assente em 5 grandes pilares do desenvolvimento:

- a) **Qualificação e preservação ambiental**, assente na qualificação do ambiente rural e urbano, na utilização eficiente dos recursos e na preservação e valorização do património natural.

Para este pilar, o PERU da Cidade de Torres Vedras TVD79 concorre com os seguintes objetivos operacionais:

- Promover as acessibilidades e a mobilidade suave, estruturando e implementando uma rede urbana de percursos pedonais e cicláveis;
- Melhorar a qualidade do ambiente urbano, através da redução das emissões de GEE e do ruído e do aumento dos espaços verdes;
- Melhorar a eficiência energética de edifícios e espaços públicos através de sistemas de iluminação e climatização mais eficientes e de sistemas inteligentes de gestão e monitorização de consumos.

- b) **Valorização territorial**, assente na qualificação dos aglomerados populacionais, no reforço das interligações e na modernização das infraestruturas.

Para este pilar, o **PERU da Cidade de Torres Vedras TVD79** concorre com os seguintes objetivos operacionais:

- Estruturar o sistema urbano e redefinir o seu centro, alargando-o e estendendo-o para sul e poente e reforçar a relação com a zona norte da cidade;
- Melhorar as conexões físicas e funcionais entre as diferentes partes da cidade, eliminando barreiras e melhorando as acessibilidades;
- Fortalecer a rede de equipamentos culturais e de serviços públicos, relevando o seu papel enquanto estruturas geradoras de centralidades urbanas e indutoras de processos de regeneração urbana;
- Regenerar e revitalizar o tecido urbano, incluindo a reabilitação de edifícios degradados, melhorando as condições de habitabilidade e funcionalidade;
- Melhorar ao funcionamento das redes de infraestruturas de saneamento (drenagem e tratamento de esgotos) e de recolha de resíduos.
- Implementar uma estratégia de comunicação integrada, transversal e extensível a todas as ARU do Concelho de Torres Vedras.

- c) **Equidade socio-territorial**, assente no fomento da equidade territorial e na igualdade de oportunidades, designadamente no acesso aos bens e serviços públicos essenciais para a coesão social e territorial.

Para este pilar, o **PERU da Cidade de Torres Vedras TVD79** concorre com os seguintes objetivos operacionais:

- Promover ou apoiar a fixação de serviços de proximidade e projetos de economia social;

- Implementar projetos de habitação social e de alojamento temporário para pessoas ou famílias em situação de carência extrema;
- Promover a inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades, da participação ativa e da melhoria da empregabilidade.
- Promover a refuncionalização de edifícios obsoletos, dando prioridade à habitação, serviços e comércio;
- Apoiar a implementação da Estratégia Local de Habitação;
- Desenvolver ações de participação e envolvimento das populações e restantes *stakeholders*.

d) **Competitividade territorial**, assente na valorização do potencial económico do território decorrente dos recursos endógenos e no saber-fazer, na criação de condições sustentáveis para a criação de riqueza, para a atração de investimento e para a criação de emprego.

Para este pilar, o **PERU da Cidade de Torres Vedras TVD79** concorre com os seguintes objetivos operacionais:

- Promover ou reforçar o apoio à criação de incubadoras de empresas de base local, vocacionadas para a investigação e a potenciação de iniciativas inovadoras e criativas;
- Apostar no funcionamento em rede dos equipamentos culturais existentes, articulando-os com os restantes equipamentos, espaços públicos e atividades comerciais;
- Promover o estabelecimento de parcerias, tendo em vista a criação de sinergias e a otimização de recursos.

e) **Valorização cultural**, assente na proteção e valorização do património cultural, material e imaterial, construído e paisagístico, como elemento central da identidade territorial e do sentimento de pertença e catalisador da criatividade, da diferenciação e da atratividade territorial.

Para este pilar, o **PERU da Cidade de Torres Vedras TVD79** concorre com os seguintes objetivos operacionais:

- Promover a proteção, valorização e dinamização do património cultural, assim como a sua relação com a rede de equipamentos culturais.

5. Operação de Reabilitação Urbana

5.1. Tipologia e prazo de execução

As operações de reabilitação urbana podem ser “simples” ou “sistemáticas”, de acordo com a natureza e abrangência das intervenções, sendo que as operações de reabilitação simples consistem “...numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigindo-se primordialmente ao edificado, num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução.” (Lei 32/2012, art. 8º, nº2). As operações de reabilitação urbana sistemáticas consistem “...numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.” (Lei 32/2012, art. 8º, nº3).

Tendo em conta os objetivos que estiveram subjacentes à delimitação da ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79, e atenta a natureza e a diversidade das ações que visam concretizar estes objetivos, propõe-se a adoção da tipologia de **operação de reabilitação urbana sistemática**.

As operações de reabilitação urbana sistemática são enquadradas por programas estratégicos de reabilitação urbana (PERU), podendo ser aprovadas através de plano de pormenor de reabilitação urbana ou através de instrumento próprio, cuja competência para aprovação pertence à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

No caso presente, dada a inexistência de plano de pormenor de reabilitação urbana para a totalidade da área, entende-se que a operação de reabilitação urbana deva ser aprovada através de instrumento próprio.

Nestes casos, de acordo com o artigo 32º do RJRU, a sua aprovação constitui causa de utilidade pública para efeitos de expropriação, venda forçada ou constituição de servidões, a aprovação da ORU em instrumento próprio é precedida de parecer não vinculativo do IHRU (15 dias), sendo submetida a discussão pública, nos termos previstos pelo regime jurídico dos instrumentos de gestão do território (RJGT) para os planos de pormenor (20 dias), produzindo efeitos com a publicação em Diário da República.

O prazo de execução da ORU da Cidade de Torres Vedras TVD79 será de 15 anos, tal como previsto no artigo 20º do RJRU.

O município, nos termos do nº 1 do artigo 10º do RJRU, assume diretamente a gestão da presente operação de reabilitação urbana.

De acordo com o previsto no artigo 20º-A do mesmo diploma, a execução desta operação será acompanhada pela Assembleia Municipal que apreciará os relatórios de monitorização anual, podendo a programação ser alterada a cada cinco anos.

5.2. Implementação

A implementação da estratégia descrita comporta duas dimensões que procuram, por um lado, garantir a execução das ações e a adoção das medidas de gestão que concorrem para a reabilitação desta área e, por outro, definir um quadro conceptual de referência que garanta a coerência global das intervenções e que permita estabelecer a relação com os domínios de atuação e respetivos objetivos.

De acordo com a alínea k) do artigo 2º do RJRU, a unidade de intervenção (UI) corresponde a “área geograficamente delimitada a sujeitar a uma intervenção específica de reabilitação urbana, no âmbito de uma operação de reabilitação urbana sistemática aprovada através de instrumento próprio, com identificação de todos os prédios abrangidos, podendo corresponder à totalidade ou a parte da área abrangida por aquela operação ou, em casos de particular interesse público, a um edifício.”

A delimitação de UI é facultativa, podendo ser feita no âmbito de um programa estratégico de reabilitação urbana, que define os objetivos específicos a prosseguir, é pressuposto para a adoção de determinadas modalidades de execução, nomeadamente as parcerias com entidades privadas, concretizadas através de concessão de reabilitação urbana ou contrato de reabilitação urbana (nº 5 do artigo 11º do RJRU).

De acordo com o nº 2 do artigo 34º do RJRU, “no âmbito das operações de reabilitação urbana sistemática aprovadas através de instrumento próprio, podem ser delimitadas unidades de intervenção, que consistem na fixação em planta cadastral dos limites físicos do espaço urbano a sujeitar a intervenção, com identificação de todos os prédios abrangidos, podendo corresponder à totalidade ou a parte da área abrangida por aquela operação ou, em casos de particular interesse público, a um edifício.”

5.3. Quadro Conceptual

As ações a implementar durante o prazo de vigência da ORU são executadas através de obras, (ações de transformação física da área de intervenção, levadas a cabo por entidades públicas no espaço público e nos equipamentos ou por entidades privadas, nos edifícios privados), ou de medidas de gestão, orientadas por princípios, que procuram garantir o equilíbrio, a coerência e a eficiência dos processos ligados à transformação desta área.

5.4. Princípios de Gestão

Os princípios de gestão estabelecem o quadro de referência para a adoção de medidas por parte da entidade gestora ao longo da execução da ORU (15 anos) e para a relação que essa entidade gestora estabelece com os diversos agentes que participam no processo.

Uma vez que o período temporal previsto para a execução da ORU é extenso, os efeitos das medidas de gestão adotadas terão de ser monitorizados e avaliados, sendo possível que as medidas devam ser alteradas, complementadas ou substituídas por outras que se revelem mais adequadas.

Procurando garantir equilíbrio, coerência e eficiência dos processos de transformação desta área prevê-se a adoção dos seguintes princípios:

Fixação e captação de residentes

- Reforço da rede de equipamentos e de serviços de apoio aos setores da população mais vulneráveis, nomeadamente as crianças e os idosos.

Uso do espaço público

- Desenvolvimento e implementação de regulamentação e de instrumentos de planeamento
- Melhoria dos processos de fiscalização e de acompanhamento.

Gestão urbanística

- Implementação de procedimentos de gestão pró-ativos e participativos, através da dinamização, valorização e formação de gestores de procedimento especializados;
- Criação da comissão de apreciação de processos prevista pelo RJRU.
- Simplificação e agilização dos procedimentos relativos a obras de reparação e manutenção do edificado.

Reabilitação / manutenção do edificado

- Discriminação positiva, em termos de taxas municipais, das obras de reabilitação de edifícios;
- Realização de campanhas de sensibilização para a realização de manutenção periódica e preventiva nos edifícios;
- Desenvolvimento e divulgação de soluções técnicas adequadas.

Sustentabilidade ambiental

- Discriminação positiva, em termos de taxas municipais, das obras com maior eficiência energética e com recurso a fontes de energia renováveis;
- Promoção dos modos suaves de mobilidade, nomeadamente pedonal e ciclável, através do estudo e da divulgação das respetivas redes de mobilidade segundo uma lógica de trajeto / serviço / tempo;
- Instalação de mobiliário urbano e de informação adequada à promoção dos modos de mobilidade suave;
- Discriminação positiva, em termos regulamentares, da mobilidade elétrica e ampliação da rede de pontos de carregamento.

Património

- Promoção do património arquitetónico e natural, através da criação de roteiros, exposições, eventos, visitas, etc.

Parcerias e protocolos

- Celebração de protocolos com parceiros nas áreas relacionadas com a reabilitação, com vista ao desenvolvimento de soluções tecnológicas, técnicas de execução, capacitação de executantes, etc.;
- Estabelecimento de parcerias com entidades detentoras de conhecimento técnico e científico para a otimização de práticas adquiridas e desenvolvimento de soluções inovadoras e ambientalmente sustentáveis.

Captação de investimento

- Divulgação de legislação, de programas e de oportunidades de acesso a fontes de financiamento, bem como apoio a investidores privados;
- Adoção de política de taxas e gestão de impostos municipais ativa e seletiva;
- Discriminação positiva, em termos de taxas municipais, da promoção de fogos destinados ao mercado de arrendamento.

Dinamização e comunicação

- Criação de canais eficazes de divulgação de informação e de interação;
- Comunicar de forma eficaz com as comunidades;

- Promoção de seminários, workshops, conferências, etc.

Monitorização

- Atualização e divulgação de indicadores demográficos e sociais, relativos às atividades económicas e ao estado de conservação do edificado;
- Atualização e divulgação de indicadores relativos à execução da ORU.

5.5. Objetivos específicos de reabilitação urbana previstos para a ORU

Conforme referido no capítulo 4, definiram-se como principais objetivos de reabilitação urbana da ORU da Cidade de Torres Vedras os seguintes:

- Estruturar o sistema urbano e redefinir o seu centro, alargando-o e estendendo-o para sul e poente;
- Melhorar as conexões físicas e funcionais entre as diferentes partes da cidade, eliminando barreiras e melhorando as acessibilidades;
- Fortalecer a rede de equipamentos culturais e de serviços públicos, relevando o seu papel enquanto estruturas geradoras de centralidades urbanas e indutoras de processos de regeneração urbana;
- Promover a proteção, valorização e dinamização do património cultural, assim como a sua relação com a rede de equipamentos culturais;
- Regenerar e revitalizar o tecido urbano, incluindo a reabilitação de edifícios degradados, melhorando as condições de habitabilidade e funcionalidade;
- Promover ou apoiar a fixação de serviços de proximidade e projetos de economia social;
- Implementar projetos de habitação social e de alojamento temporário para pessoas ou famílias em situação de carência extrema;
- Promover a inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades, da participação ativa e da melhoria da empregabilidade.
- Promover as acessibilidades e a mobilidade suave, estruturando e implementando uma rede urbana de percursos pedonais e cicláveis;
- Melhorar a qualidade do ambiente urbano, através da redução das emissões de GEE e do ruído e do aumento dos espaços verdes;
- Melhorar a eficiência energética de edifícios e espaços públicos através de sistemas de iluminação e climatização mais eficientes e de sistemas inteligentes de gestão e monitorização de consumos;
- Promover ou reforçar o apoio à criação de incubadoras de empresas de base local, vocacionadas para a investigação e a potenciação de iniciativas inovadoras e criativas;
- Apostar no funcionamento em rede dos equipamentos culturais existentes, articulando-os com os restantes equipamentos, espaços públicos e atividades comerciais;
- Promover a refuncionalização de edifícios obsoletos, dando prioridade à habitação;
- Desenvolver ações de participação e envolvimento das populações e restantes *stakeholders*,
- Promover o estabelecimento de parcerias, tendo em vista a criação de sinergias e a otimização de recursos;
- Melhorar ao funcionamento das redes de infraestruturas de saneamento (drenagem e tratamento de esgotos) e de recolha de resíduos;
- Apoiar a implementação da Estratégia Local de Habitação;
- Implementar uma estratégia de comunicação integrada, transversal e extensível a todas as ARU do Concelho de Torres Vedras.

6. Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

6.1. Enquadramento

O artigo 33º do DL nº 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, dada pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto define que “as operações de reabilitação urbana sistemáticas são orientadas por um programa estratégico de reabilitação urbana”, sendo que (...) “o programa estratégico de reabilitação urbana deve, sem prejuízo do tratamento de outras matérias que sejam tidas como relevantes:

- a) *Apresentar as opções estratégicas de reabilitação e de revitalização da área de reabilitação urbana, compatíveis com as opções de desenvolvimento do município;*
- b) *Estabelecer o prazo de execução da operação de reabilitação urbana;*
- c) *Definir as prioridades e especificar os objectivos a prosseguir na execução da operação de reabilitação urbana;*
- d) *Estabelecer o programa da operação de reabilitação urbana, identificando as acções estruturantes de reabilitação urbana a adoptar, distinguindo, nomeadamente, as que têm por objecto os edifícios, as infra-estruturas urbanas, os equipamentos, os espaços urbanos e verdes de utilização colectiva, e as actividades económicas;*
- e) *Determinar o modelo de gestão da área de reabilitação urbana e de execução da respectiva operação de reabilitação urbana;*

- f) *Apresentar um quadro de apoios e incentivos às acções de reabilitação executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos e propor soluções de financiamento das acções de reabilitação;*
- g) *Descrever um programa de investimento público onde se discriminem as acções de iniciativa pública necessárias ao desenvolvimento da operação;*
- h) *Definir o programa de financiamento da operação de reabilitação urbana, o qual deve incluir uma estimativa dos custos totais da execução da operação e a identificação das fontes de financiamento;*
- i) *Identificar, caso não seja o município a assumir directamente as funções de entidade gestora da área de reabilitação urbana, quais os poderes que são delegados na entidade gestora, juntando cópia do acto de delegação praticado pelo respectivo órgão delegante, bem como, quando as funções de entidade gestora sejam assumidas por uma sociedade de reabilitação urbana, quais os poderes que não se presumem delegados;*
- j) *Mencionar, se for o caso, a necessidade de elaboração, revisão ou alteração de plano de pormenor de reabilitação urbana e definir os objectivos específicos a prosseguir através do mesmo.”*

O presente documento procura traduzir o Modelo Estratégico da ORU da Cidade de Torres Vedras TVD79 nas intervenções estruturantes que garantem a sua prossecução, enquadrando os pressupostos de execução e financiamento associados à sua concretização durante a vigência da ORU.

A programação e os volumes de investimento apresentados nos diferentes domínios de intervenção não se constituem como instrumentos de orçamentação municipal, mas antes como instrumentos estratégicos orientadores da planificação municipal a curto, médio e longo prazo.

6.2. Metodologia

O Programa Estratégico de Reabilitação Urbana concretiza-se segundo um conjunto vasto e diversificado de ações e medidas que respondem e se alinham com a visão, pilares e objetivos estratégicos que suportam este Programa Estratégico.

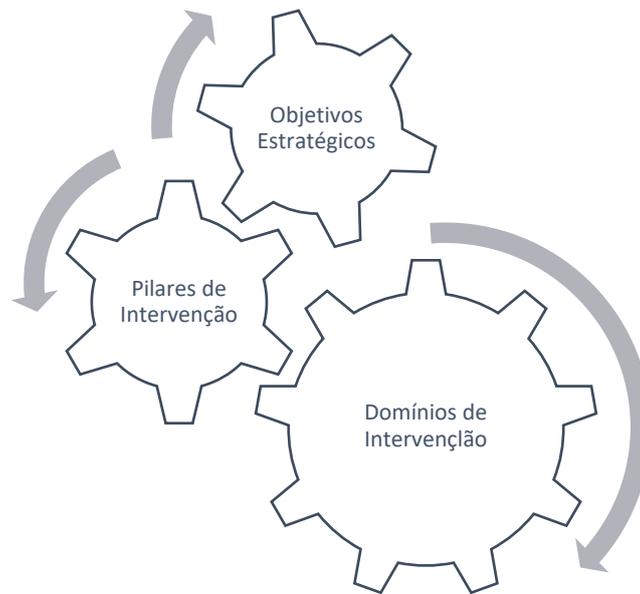
Do ponto de vista metodológico e instrumental, e atenta a necessidade de articulação com o processo de revisão do PDM em curso, optou-se, por um lado, em estabelecer a correlação entre as várias ações e medidas previstas pelo PERU e os objetivos estratégicos que integram cada um dos pilares do Modelo Estratégico de Desenvolvimento Territorial, identificando em simultâneo os instrumentos de planeamento e execução que os operacionalizam ou com os quais se articulam.

Por outro lado, organizaram-se as ações e medidas previstas de acordo com os domínios de intervenção identificados no Programa de Execução e Plano de Financiamento, que acompanha o PDM.

Tal abordagem tem subjacente a assunção por parte do PDM das ARU enquanto parte integrante da sua programação estratégica, e, conseqüentemente, das ORU enquanto parte integrante da sua programação operacional.

Para o efeito, estabeleceram-se os domínios de intervenção identificados no

Quadro 1 que permitem a sistematização das ações e medidas de acordo com a natureza da intervenção. Refira-se, contudo, que o âmbito de algumas ações estruturantes redundam no seu contributo para diferentes objetivos estratégicos e, por inerência, permite o seu enquadramento em domínios de intervenção distintos. Não obstante, procurou-se remover esta perceção subjetiva, identificando o domínio de intervenção em função do fim último a que se destina a ação.



Quadro 1. Domínios de Intervenção

1. PLANEAMENTO E GESTÃO
Integra as ações e medidas que se concretizam mediante a elaboração de estudos, planos, programas ou projetos, assim como aquelas que se concretizam mediante a regulamentação e gestão das condições de uso e ocupação do solo, sistemas e regras de edificação, ou ainda por via da atribuição de benefícios fiscais ou incentivos urbanísticos.
2. AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS E RISCOS
Considera as ações e medidas de gestão adequada do ambiente, suportada na proteção dos recursos naturais (hídricos, geológicos, agrícolas, florestais e ecológicos) e na salvaguarda dos bens e serviços prestados pelos ecossistemas, bem como as ações de prevenção e gestão destinadas a garantir a segurança de pessoas e bens (proteção de património construído e/ou natural de importância relevante), através da mitigação, redução ou controlo dos riscos naturais, mistos e tecnológicos.
3. MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Contempla as intervenções que contribuem para reduzir as fontes ou aumentar os sumidouros de gases com efeito de estufa e as que visam facilitar a adaptação ao clima esperado e aos seus efeitos, moderando ou evitando danos e/ou explorando oportunidades decorrentes das alterações climáticas. Consideram-se as ações e medidas que visam descarbonizar os diferentes setores de atividade (energia, indústria, turismo, mobilidade e transportes, agricultura, florestas, administração pública); promover a aposta na utilização de fontes de energias renováveis; melhorar a eficiência energética e o uso eficiente de recursos no desenvolvimento urbano (parque edificado e espaços públicos); garantir a segurança energética; e assegurar uma adaptação planeada às alterações climáticas.
4. PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL
Compreende ações e medidas de proteção, conservação, recuperação e valorização dos bens imóveis integrados no inventário do património natural (património geológico, habitats e elementos da flora e da fauna, paisagens naturais) e cultural (património arqueológico, património arquitetónico e paisagens culturais) do concelho. Algumas das ações articulam-se ou integram outros domínios como sejam a reabilitação urbana, a proteção de recursos e sistemas naturais ou os serviços e equipamentos de públicos de utilização coletiva.
5. REQUALIFICAÇÃO URBANA
Compreende, por um lado, as ações inscritas em operações integradas de regeneração urbana, normalmente enquadradas em áreas de reabilitação urbana e previstas nos respetivos programas estratégicos e, por outro, em operações de requalificação urbana e paisagística de frentes ribeirinhas, conjuntos e espaços públicos urbanos ou áreas funcionalmente obsoletas.
6. HABITAÇÃO
Integra as ações previstas ou enquadradas pela Carta Municipal de Habitação, compreendendo nomeadamente as ações de aquisição e reabilitação de edifícios, assim como os programas municipais de apoio a obras ou ao arrendamento. As ações conexas de requalificação do espaço público, de melhoria de acessibilidades ou de introdução de equipamentos integrarão os respetivos domínios de intervenção, salvo se fizerem parte de operações integradas de regeneração urbana.
7. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA
Compreende a prestação de um serviço público e as ações de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de equipamentos de utilização coletiva, de natureza pública ou privada, afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação e ciência, da cultura e do desporto, do recreio e

lazer, da justiça, da segurança social e dos serviços públicos, da segurança pública e da proteção civil, ou ainda das atividades económicas, como mercados e feiras.

8. ESPAÇOS VERDES DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

Envolve as ações de criação de espaços verdes urbanos destinados ao acolhimento de atividades de estadia, recreio, lazer, desporto e cultura ao ar livre, bem como a funções de proteção, valorização e enquadramento ambiental e paisagístico de sistemas naturais, patrimoniais ou de infraestruturas viárias.

9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Compreende ações e medidas de apoio direto e indireto à dinamização das atividades económicas, desde a criação de estruturas e serviços de apoio à fixação de novas empresas, às condições de localização das atividades económicas, à previsão de benefícios fiscais e incentivos urbanísticos, ou a ações de proteção e valorização dos recursos necessários para o desenvolvimento de atividades económicas como o turismo.

10. REDE E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS

Abrange as intervenções nos sistemas de circulação e transporte associados à conectividade nacional, regional, municipal, interurbana e intraurbana, contendo as redes e instalações associadas aos diferentes modos de transporte. Envolve as ações de melhoria ou de criação de infraestruturas rodoviárias e estacionamentos, de gestão da rede rodoviária e de melhoria do funcionamento da rede de transportes coletivos.

11. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Compreende as ações de melhoria das condições de mobilidade suave em meio urbano e nas ligações entre aglomerados urbanos, assim como as ações de melhoria das acessibilidades em meio urbano a pessoas com mobilidade reduzida. Integra ainda ações de pedonalização dos centros urbanos, quando não integradas em operações integradas de regeneração urbana.

12. INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS E URBANAS

Engloba as ações de intervenção sobre os sistemas técnicos de suporte ao funcionamento do território no seu todo e, em particular, dos aglomerados urbanos ou da edificação em conjunto. Neste âmbito, enquadram-se as ações de manutenção e beneficiação das redes e infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água; dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais; dos sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos; e dos sistemas de produção e distribuição de energia e de telecomunicações fixas e móveis.

13. INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Compreende as ações que visam a melhoria da qualidade da informação disponibilizada e o desenvolvimento de formas de divulgação, bem como as ações que promovam o envolvimento das comunidades nos processos de tomada de decisão e facilitem uma gestão participada do território.

Fonte: 2.ª revisão do PDM

A prioridade de execução das ações é estabelecida atendendo a um horizonte temporal de curto, médio e longo prazo para a concretização da ORU, integrada no Modelo Estratégico de Desenvolvimento Territorial subjacente à enformação da visão estratégica projetada para o concelho de Torres Vedras.

Com efeito, estabeleceram-se os 4 níveis de prioridade apresentados no Quadro 2 visando a execução programada e faseada do PDM, tendo em consideração a existência de estudos ou procedimentos prévios em curso, projetos em curso, a necessidade imperiosa das intervenções, a inscrição das ações em instrumentos de planeamento em vigor, e ainda critérios relativos à

especialização das ações, à dimensão territorial abrangida, à complexidade dos sistemas urbano, patrimonial e ambiental, assim como ao universo populacional atingido. Deve também ser tido em consideração que a continuidade e recorrência de algumas ações implicam a sua execução ao longo de mais que um dos períodos temporais de referência para a concretização da ORU, bem como do PDM, refletindo-se em termos de calendarização na sua distribuição por diferentes níveis de prioridade.

O faseamento temporal resultante da priorização das ações é indicativo e, por isso, passível de ajustamentos ou mesmo de inversões pontuais de algumas das prioridades, nomeadamente em função da conjuntura política, económica e social. Note-se que para além dos aspetos conjunturais, deve ter-se em conta que a execução de parte das intervenções previstas depende de políticas setoriais, da iniciativa dos interessados e da disponibilidade financeira das várias fontes de financiamento consideradas (município, administração central e união europeia).

Fonte: PDM

Quadro 2. Níveis de prioridade das ações

NÍVEL DE PRIORIDADE	DESCRIÇÃO
I	Compreende as ações com calendarização de execução prevista entre 1 e 4 anos de vigência da ORU, representando um horizonte temporal de curto prazo , onde as ações que se encontram em concretização ou com procedimentos de implementação iniciados apresentam prioridade muito alta.
II	Consideram-se as ações com calendarização de execução prevista entre os 5 e 7 anos de vigência da ORU, representando um horizonte temporal de médio prazo onde as ações estruturantes assumem uma prioridade alta.
III	Engloba as ações com calendarização de execução prevista entre o 8 e 10 anos da entrada em vigor da ORU, representando um horizonte temporal de longo prazo onde as ações estruturantes assumem uma prioridade média.
IV	Consideram-se as ações com calendarização de execução prevista entre os 11 e os 15 anos de vigência da ORU, representando um horizonte temporal de muito longo prazo , integrando ações de baixa prioridade ou cuja viabilidade apresenta um elevado grau de incerteza. A concretização destas ações não pode ser dissociada do grau de execução das restantes ações previstas, da evolução dos mecanismos de financiamento e da evolução do território.

A sistematização das ações estruturantes inclui a identificação das entidades envolvidas na sua execução, as estimativas de custos e as respetivas fontes de financiamento.

Assim, muito embora o Município de Torres Vedras seja a entidade com competência na concretização de grande parte das ações, elencam-se para cada uma das ações as entidades públicas e privadas com responsabilidade e/ou a envolver na execução das ações, sempre que sejam conhecidas as formas de envolvimento.

A estimativa de custos ou encargo financeiro de cada ação depende do seu âmbito e teve em conta critérios como os custos de obra, especialidades, projeto e elaboração de estudos e planos, sempre que aplicável, bem como os valores de mercado disponíveis por tipo de ação. Com exceção das ações em implementação e com um elevado grau de maturidade, ressalva-se que as estimativas são suscetíveis a variações de diferentes ordens, conferindo, nesta fase, uma indicação do volume de investimento com a realização das ações previstas.

As contrapartidas públicas nacionais, as contrapartidas privadas e as contribuições dos fundos comunitários são as fontes de financiamento dos investimentos necessários para garantir a sustentabilidade económico-financeira e a exequibilidade das ações do Plano (Quadro 3).

É expectável que o Município venha a conseguir outras fontes de financiamento, ao abrigo de acordos de parceria, mas também através de fundos comunitários ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência - Recuperar Portugal 2021-2026 ou do novo quadro Comunitário de Financiamento – Portugal 2030. Face à indefinição desses programas, os valores apresentados nos quadros que se seguem, surgem, na sua maioria, imputados ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Quadro 3. Fontes de financiamento das ações

FONTES DE FINANCIAMENTO	DESCRIÇÃO
Fundos Próprios MTV	Montantes inscritos, ou a inscrever, no Orçamento Municipal e no Plano Plurianual de Investimentos da autarquia
Financiamento Público Nacional	Montantes relativos à contrapartida pública nacional do investimento assegurada pelo Orçamento de Estado, ou por outras fontes públicas que não a autarquia
Financiamento Comunitário FEEI / Outros	Montantes do cofinanciamento provenientes dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e por outros instrumentos da UE. Os FEEI são compostos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).
Financiamento Privado	Montantes de investimento de natureza privada e independentemente da origem do financiamento.

6.3. Articulação Estratégica das Ações e Projetos

Nos pontos seguintes enquadram-se os projetos, ações e medidas que operacionalizam a ORU em articulação com os instrumentos de Gestão Territorial, estabelecendo a sua correlação com os pilares e objetivos estratégicos do Modelo Estratégico de Desenvolvimento Territorial (MEDT) do PDM.

O PERU deve ser promotor de uma abordagem integrada e articulada com os IGTs, bem como com as dinâmicas de reabilitação da cidade, que atenda ao papel do território na resposta às múltiplas necessidades de realização dos cidadãos, sobretudo das comunidades locais, no curto, médio e longo prazo, promovendo a:

- **Qualificação e preservação ambiental** – qualificando-se o ambiente urbano e rural, promovendo-se a utilização eficiente dos recursos (água, solo, etc.) e preservando-se e valorizando-se o património natural;
- **Valorização territorial** – promovendo-se a qualificação das concentrações humanas, o reforço das interligações e a modernização das infraestruturas;
- **Equidade social** – fomentando-se a equidade territorial e a igualdade de oportunidade, especialmente no acesso aos bens e serviços públicos essenciais para a coesão social e territorial;

- **Competitividade territorial** – valorizando-se o potencial económico do território alicerçado em recursos endógenos e em saber-fazer, criando condições sustentáveis para a geração de riqueza, para a atração de investimento e para a criação de emprego;
- **Valorização cultural** – valorizando-se os ativos culturais, materiais e imateriais, construídos e paisagísticos, como elementos centrais da identidade territorial e do sentimento de pertença e catalisadores da criatividade, da diferenciação e da atratividade territorial.

Estes pilares estratégicos de desenvolvimento têm objetivos estratégicos associados às diversas subdimensões que os integram. A sua prossecução visa facilitar e contribuir para a orientação dos mecanismos de ação que as várias estratégias setoriais devem incorporar, sendo fundamental que estas estejam alinhadas com o quadro de objetivos que se propõe. Assim, consolidaram-se **28 objetivos estratégicos** distribuídos pelos 5 pilares estratégicos de desenvolvimento que clarificam e consolidam o desígnio atribuído a cada uma das dimensões.

6.3.1. Qualificação e Preservação Ambiental

O pilar estratégico da “Qualificação e Preservação Ambiental” sustenta uma visão de futuro que Torres Vedras em 2040 será um território distintivo pela elevada qualidade ambiental, por um sistema ecológico preservado e valorizado, por uma paisagem agroflorestal ordenada e viva, onde se privilegiarão os usos eficientes e sustentáveis dos recursos naturais, do solo e da energia.

Para responder a este desafio, estabeleceram-se 7 objetivos estratégicos e identificaram-se os projetos, ações e medidas que concorrem para a sua prossecução no horizonte temporal do plano (Quadro 4). Cada uma das intervenções é complementada com informação relativa às entidades envolvidas na sua execução, o(s) instrumento(s) que as enquadram e os domínios de intervenção.

Quadro 4. Ações e projetos relacionados com a “Qualificação e Preservação Ambiental”

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
1. Preservar e valorizar os sistemas ecológicos estruturantes e a sua interconetividade, com destaque para a orla costeira, os corredores fluviais e o corredor serrano	Requalificação do Corredor Ecológico Choupal – Conquinha – Fase 1	APA; MTV	PUTV/PDM	Espaços verdes de utilização coletiva
	Requalificação do Corredor Ecológico Choupal – Conquinha – Fase 2	APA; MTV	PUTV/PDM	Espaços verdes de utilização coletiva
2. Assegurar a proteção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a eliminação das fontes de poluição	Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão	APA; MTV	PUTV/PDM	Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
3. Promover a utilização lúdica e educativa da estrutura ecológica municipal, prevendo a sua relação harmoniosa com os espaços urbanos e os aglomerados rurais	Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão	APA; MTV	PUTV/PDM	Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas
	Requalificação do Corredor Ecológico Choupal – Conquinha – Fase 1	APA; MTV	PUTV/PDM	Ambiente, Recursos Naturais e Riscos
	Requalificação do Corredor Ecológico Choupal – Conquinha – Fase 2	APA; MTV	PUTV/PDM	Ambiente, Recursos Naturais e Riscos
4. Promover a redução dos consumos de energia primária na administração local, aumentando a eficiência energética nas infraestruturas e equipamentos públicos	Plano de Comunicação – Incentivo à reabilitação Urbana	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Informação e Participação Pública
	Obras de Beneficiação do Hospital – Eficiência energética	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas
	Ações de comunicação, sensibilização e informação relacionadas com a sustentabilidade energética	MTV; Oeste Sustentável	PASE	Informação e Participação Pública
5. Promover a produção de energia a partir de fontes renováveis	Instalação de sistemas de micro-geração ou mini-geração fotovoltaicos em edifícios públicos	MTV; Oeste Sustentável	PASE	Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas
	Sensibilização para a utilização de sistemas de painéis solares térmicos nas habitações unifamiliares	MTV; Oeste Sustentável	PASE	Informação e Participação Pública
6. Promover a mobilidade sustentável, fomentando a utilização dos transportes públicos, a integração modal e a mobilidade suave para reduzir as emissões de CO2	Regularização e extensão do Park&Ride da zona do Parque Expotorres (norte)	MTV	PMT	Redes e Infraestruturas Viárias
	Park&Ride da zona do Parque Expotorres (Junto à Ribeira de Alpilhão)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Redes e Infraestruturas Viárias
	Paragens de Chegada e Confluência – Fase V	MTV	PEDU; PAMUS; PMT	Redes e Infraestruturas Viárias
	Extensão dos Sistemas de Informação Rodoviária em Tempo Real	MTV	PEDU; PAMUS	Redes e Infraestruturas Viárias
7. Promover o ordenamento dos espaços florestais e a sua adaptação às alterações climáticas, aumentando a resiliência do território aos incêndios rurais	Ações de arborização e rearborização	MTV; Juntas de Freguesia; Privados	RJAAR	Ambiente, Recursos Naturais e Riscos

6.3.2. Valorização Territorial

O pilar estratégico da “Valorização Territorial” suporta uma visão de futuro que Torres Vedras em 2030 será um concelho territorialmente coeso, suportando numa rede policêntrica de aglomerações qualificadas, adequadamente interligadas, equipadas e infraestruturadas, estabelecendo entre si relações de cooperação e complementaridade.

Para responder a este desafio, estabeleceram-se 7 objetivos estratégicos e identificaram-se os projetos, ações e medidas que concorrem para a sua prossecução no horizonte temporal do

plano (Quadro 5). Cada uma das intervenções é complementada com informação relativa às entidades envolvidas na sua execução, o(s) instrumento(s) que as enquadram e os domínios de intervenção.

Quadro 5. Ações e projetos relacionados com a “Valorização Territorial”

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
1. Promover a existência de condições habitacionais qualificadas e o acesso à habitação de grupos sociais prioritários	Acesso a benefícios fiscais e a condições de crédito favorável às obras de reabilitação integradas em ARU	MTV	PDM TV; ARU	Desenvolvimento Económico
	Programa Municipal de Habitação - Investimento em aquisição e reabilitação	MTV	Políticas de Habitação	Habitação
	Implementação da Estratégia Local de Habitação - Investimento em aquisição e reabilitação	MTV; IHRU; IPSS; Privados	Políticas de Habitação	Habitação
2. Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas.	Requalificação da Rua Santos Bernardes	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Redes e Infraestruturas Viárias
	Estacionamento e Reperfilamento da rua Luís Augusto Albino	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Requalificação da Avenida Tenente Valadim	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Acessibilidades na Rua Cândido dos Reis (troço paralelo ao Mercado Municipal)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Mobilidade e Acessibilidade
	Requalificação da rua Casal da Mina	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Mobilidade e Acessibilidade
	Requalificação das Rua Henriques Nogueira	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Redes e Infraestruturas Viárias
	Requalificação das Rua Teresa Jesus Pereira	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Redes e Infraestruturas Viárias
	Requalificação da Avenida General Humberto delgado	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Redes e Infraestruturas Viárias
	Requalificação Espaço Público de Lazer e Desporto – Rua Dr. Júlio César Lucas	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
	Requalificação da rua Bento Gonçalves e respetiva praça.	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Requalificação das Pracetas Dr. Afonso Vilela e Dr. Moura Guedes e respetivos arruamentos: Rua de Olivença, Rua José Augusto Lopes Júnior, trav. Celeiros do trigo e Trav. Henriques Nogueira	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
3. Privilegiar a consolidação do espaço urbano através da renovação, da regeneração e da reabilitação urbana, em detrimento da expansão da edificação, contendo a urbanização dispersa e fragmentada	Reabilitação e Reversão do Antigo Terminal Rodoviário – Loja do Cidadão, Arquivo Municipal e Reservas do Museu Municipal	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Reabilitação e Reversão do edifício das antigas “Águas Termais da Fonte Nova” para fins hoteleiros	MTV; FP	Programa Estratégico de Oferta Hoteleira da Cidade de Torres Vedras	Desenvolvimento Económico
4. Promover a qualidade ambiental dos espaços urbanos, incrementando a oferta e diversidade de espaços verdes	Criação de Hortas Urbanas na Zona do Bairro Rabão e vale Terminus	MTV	PEC; PUTV	Espaços verdes de utilização coletiva
	Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão;	APA; MTV	PEC; PUTV	Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas
	Reabilitação do Corredor Ecológico Sizandro – Conquinha – fase 1	APA; MTV	PEC; PUTV	Espaços verdes de utilização coletiva
	Reabilitação do Corredor Ecológico Sizandro – Conquinha – fase 2	APA; MTV	PEC; PUTV	Espaços verdes de utilização coletiva
5. Promover a conclusão dos sistemas de suporte aos aglomerados urbanos, nomeadamente dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento e de recolha de resíduos urbanos	Reabilitação de condutas e redes de água	SMAS TV	PPI 2021 SMAS TV	Infraestruturas Territoriais e Urbanas
	Reabilitação de coletores de esgotos domésticos	SMAS TV	PPI 2021 SMAS TV	Infraestruturas Territoriais e Urbanas
	Reabilitação e ampliação de coletores de águas pluviais	SMAS TV	PPI 2021 SMAS TV	Infraestruturas Territoriais e Urbanas
	Reabilitação das redes de água, esgotos e pluviais no Bairro Novo na cidade	SMAS TV	PPI 2021 SMAS TV	Infraestruturas Territoriais e Urbanas
	Equipamentos de recolha de resíduos sólidos	SMAS TV	PPI 2021 SMAS TV	Infraestruturas Territoriais e Urbanas
	Implementação de sistema de recolha de Biorresíduos	SMAS TV; MTV	Estratégia dos Biorresíduos	Infraestruturas Territoriais e Urbanas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
6. Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações	Acessibilidades na Rua Cândido dos Reis (troço paralelo ao Mercado Municipal)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Mobilidade e Acessibilidade
	Requalificação da Rua Leonel Trindade, a norte da rotunda do Intermarché	MTV	PMT/PDM e PU	Redes e Infraestruturas Viárias
	Requalificação dos largos dos Bairros Rabão e Perna de Pau	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Requalificação da Avenida Tenente Valadim	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Paragens de Chegada e Confluência – Fase 2 – Cobertura Terminal Rodoviário (PAMUS.07)	MTV	PEDU; PAMUS; PMT	Redes e Infraestruturas Viárias
	Extensão da Rede de Bike Stations da Cidade	MTV/Promotorres	PMT	Mobilidade e Acessibilidade
	Extensão da Rede de Ciclovias da Cidade de Torres Vedras	MTV	PMT	Mobilidade e Acessibilidade
	Extensão da rede de percursos pedonais da cidade de Torres Vedras	MTV	PMT	Mobilidade e Acessibilidade
7. Promover o alargamento e a diversificação da rede de percursos pedestres, em estreita articulação com a preservação e valorização da estrutura ecológica	Reabilitação do Corredor Ecológico Sizandro – Conquinha – fase 1	APA; MTV	PEC; PUTV	Espaços verdes de utilização coletiva
	Requalificação do Corredor Ecológico Sizandro – Conquinha – fase 2	APA; MTV	PEC; PUTV	Espaços verdes de utilização coletiva
	Requalificação dos Arruamentos do Bairro Novo	MTV		Requalificação Urbana
	Definição e beneficiação de rotas e percursos com interesse cultural, paisagístico e turístico	MTV	PETS 2020; PDM TV	Desenvolvimento Económico
	Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão	APA; MTV	PUTV/PDM	Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas

6.3.3. Equidade Social

O pilar estratégico da “Equidade Social” ancora uma visão de futuro que Torres Vedras em 2030 será um território promotor da igualdade de oportunidades apoiado numa rede equilibrada de equipamentos e de serviços públicos, consolidando-se como uma comunidade inclusiva e solidária, que oferece condições para crescer, viver e envelhecer com bem-estar.

Para responder a este desafio, estabeleceram-se 7 objetivos estratégicos e identificaram-se os projetos, ações e medidas que concorrem para a sua prossecução no horizonte temporal do plano (Quadro 6). Cada uma das intervenções é complementada com informação relativa às

entidades envolvidas na sua execução, o(s) instrumento(s) que as enquadram e os domínios de intervenção.

Quadro 6. Ações e projetos relacionados com a “Equidade Social”

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
	Beneficiação do parque Verde da Várzea (Tribunal)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Espaços Verdes de Utilização Coletiva
	Melhorar a sinalética, marcação e segurança dos espaços públicos para as atividades físicas e desportivas	MTV; Agentes locais	PEDD-TVD	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
2. Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho	Implementação da Loja da mobilidade	MTV; Operadores de transportes	PMT	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Acessibilidades na Rua Cândido dos Reis (troço paralelo ao Mercado Municipal)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Mobilidade e Acessibilidade
	Requalificação da Avenida Tenente Valadim	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Requalificação da Rua Leonel Trindade, a norte da rotunda do Intermarché	MTV	PMT/PDM e PU	Redes e Infraestruturas Viárias
	Requalificação da Rua Cândido dos reis (junto ao Mercado Municipal)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Redes e Infraestruturas Viárias
	Requalificação dos largos dos Bairros Rabão e Perna de Pau	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
3. Qualificar a rede de equipamentos escolares, preparando-os para responder aos desafios da aprendizagem, do conhecimento e do combate ao abandono e insucesso escolares	Reabilitação da Escola EB 1 (Escola do Avião)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
4. Promover o acesso a uma habitação condigna	Implementação da Estratégia Local de Habitação	MTV; IHRU; IPSS; Privados	Estratégia Local de Habitação	Habitação
	Programa Municipal de Habitação Social	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Habitação
5. Criar condições urbanísticas promotoras do exercício físico,	Extensão da Rede de Ciclovias da Cidade de Torres Vedras	MTV	PMT	Mobilidade e Acessibilidade
	Extensão da rede de percursos pedonais da cidade de Torres Vedras	MTV	PMT	Mobilidade e Acessibilidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal	Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão	APA; MTV	PUTV/PDM	Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas
	Requalificação dos largos dos Bairros Rabão e Perna de Pau	MTV; Juntas de Freguesia	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Extensão da Rede de Bike Stations da Cidade	MTV/Promotorres	PMT	Mobilidade e Acessibilidade
	Reabilitação do Corredor Ecológico Sizandro – Conquinha – fase 1	APA; MTV	PEC; PUTV	Espaços verdes de utilização coletiva
	Requalificação do Corredor Ecológico Sizandro – Conquinha – fase 2	APA; MTV	PEC; PUTV	Espaços verdes de utilização coletiva
	Beneficiação do parque Verde da Várzea (Tribunal)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Espaços Verdes de Utilização Coletiva
6. Assegurar o acesso a cuidados de saúde primários e hospitalares de qualidade	Beneficiação do Centro Hospitalar do Oeste - Unidade de Torres Vedras, nomeadamente de ala pediátrica, Unidade de Citotóxicos e Unidade de Psiquiatria	MTV; ARS LVT; CHO	Acordo de cooperação com Centro Hospitalar do Oeste	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Obras de Beneficiação do Hospital – Eficiência energética	MTV; ARS LVT; CHO	Acordo de cooperação com Centro Hospitalar do Oeste	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
7. Criar condições socio-urbanísticas (respostas sociais, lazer e mobilidade urbana) que preparem o território para a transição demográfica e promovam o envelhecimento ativo, saudável e participativo da população idosa	Manutenção e requalificação de espaços verdes	MTV; JF	PMT	Espaços verdes de utilização coletiva
	Requalificação dos largos dos Bairros Rabão e Perna de Pau	MTV; Juntas de Freguesia	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Extensão da rede de percursos pedonais da cidade de Torres Vedras	MTV	PMT	Mobilidade e Acessibilidade
	Definição e beneficiação de rotas e percursos com interesse cultural, paisagístico e turístico - Estudos	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Desenvolvimento Económico
	Requalificação da Avenida Tenente Valadim	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Requalificação Urbana
	Extensão da Rede de Bike Stations da Cidade	MTV/Promotorres	PMT	Mobilidade e Acessibilidade
	Requalificação da Rua Leonel Trindade, a norte da rotunda do Intermarché	MTV	PMT/PDM e PU	Redes e Infraestruturas Viárias
	Requalificação da Rua Cândido dos reis (junto ao Mercado Municipal)	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Mobilidade e Acessibilidade
Requalificação da Praça 25 de Abril	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Mobilidade e Acessibilidade	

6.3.4. Competitividade Territorial

O pilar estratégico da “Competitividade Territorial” suporta uma visão de futuro que Torres Vedras em 2030 será um polo estruturador da economia regional (do Oeste e do Arco Metropolitano de Lisboa) e nacional, apoiado numa base económica diversificada, assente na utilização e valorização dos recursos territoriais (da terra e do mar), na capacidade de inovação, no empreendedorismo, na cultura e na criatividade.

Para responder a este desafio, estabeleceram-se 3 objetivos estratégicos e identificaram-se os projetos, ações e medidas que concorrem para a sua prossecução no horizonte temporal do plano (Quadro 7). Cada uma das intervenções é complementada com informação relativa às entidades envolvidas na sua execução, o(s) instrumento(s) que as enquadram e os domínios de intervenção.

Quadro 7. Ações e projetos relacionados com a “Competitividade Territorial”

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
1. Consolidar a cidade de Torres Vedras como um centro de serviços regional, crescentemente integrado nas dinâmicas metropolitanas	Reabilitação e Reversão do Antigo Terminal Rodoviário – loja do Cidadão, Arquivo Municipal e Reservas do Museu Municipal	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Implementação da Loja da mobilidade	MTV; Operadores de transportes	PMT	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Implementação da Estratégia Local de Habitação	MTV; IHRU; IPSS; Privados	Políticas de Habitação	Habitação
	Requalificação e Ampliação do Terminal Rodoviário de Torres Vedras	MTV/Barraqueiro	PEDUS; PAMUS	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Reabilitação e Reversão do edifício das antigas “Águas Termais da Fonte Nova” para fins hoteleiros	Agência Investir TV; MTV; Privados	Programa Estratégico de Oferta Hoteleira da Cidade de Torres Vedras/ PDM TV	Desenvolvimento Económico
	Implementação da Estratégia Local de Habitação	MTV; IHRU; IPSS; Privados	Políticas de Habitação	Habitação
2. Fomentar a investigação e o desenvolvimento (I&D) associada aos sectores económicos territoriais estratégicos como a economia do mar, a horticultura, a fruticultura, a viticultura, a agroindústria e o agroalimentar	Criação de incentivos urbanísticos a ações e a operações urbanísticas cuja natureza, objeto e localização mais concorram para a concretização do objetivo	MTV	PDM TV	Planeamento e Gestão

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
3. Promover o papel das grandes infraestruturas de transporte (rodoviárias, ferroviárias e aéreas) no reforço da competitividade económica e territorial do concelho, nomeadamente o aeródromo enquanto elemento diferenciador	Requalificação e Ampliação do Terminal Rodoviário de Torres Vedras	MTV/Barraqueiro	PEDUS; PAMUS	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Paragens de Chegada e Confluência – Fase 2 – Cobertura Terminal Rodoviário (PAMUS.07)	MTV	PEDU; PAMUS; PMT	Redes e Infraestruturas Viárias
	Paragens de Chegada e Confluência – Fase V	MTV	PEDU; PAMUS; PMT	Redes e Infraestruturas Viárias
	Requalificação e ampliação do Terminal Rodoviário de Torres Vedras	MTV/Barraqueiro	PEDUS; PAMUS	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

6.3.5. Valorização Cultural

O pilar estratégico da “Valorização Cultural” sustenta uma visão de futuro em que a Cultura desempenhará um papel chave no desenvolvimento de Torres Vedras em 2030 sendo referência na qualificação dos espaços construídos, um pilar da identidade local, uma alavanca da economia criativa e da valorização dos sectores tradicionais, um atrativo territorial, base de uma cidadania participativa, solidária e eco-responsável.

Para responder a este desafio, estabeleceram-se 4 objetivos estratégicos e identificaram-se os projetos, ações e medidas que concorrem para a sua prossecução no horizonte temporal do plano (Quadro 8). Cada uma das intervenções é complementada com informação relativa às entidades envolvidas na sua execução, o(s) instrumento(s) que as enquadram e os domínios de intervenção.

Quadro 8. Ações e projetos relacionados com a “Valorização Cultural”

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
1. Promover o conhecimento, a proteção e a valorização do património natural e cultural do concelho, designadamente através da sua inventariação, classificação e divulgação	Requalificação do Museu Municipal Leonel Trindade	MTV; DGPC	PETS 2020	Património Natural e Cultural
	Reabilitação do Teatro-Cine de Torres Vedras	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Reabilitação do Edifício da Antiga Creche do Povo – Espaço Cultural	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Reabilitação e Reversão do edifício das antigas “Águas Termas da Fonte Nova” para fins hoteleiros	Agência Investir TV; MTV; Privados	Programa Estratégico de Oferta Hoteleira da Cidade de Torres Vedras/ PDM TV	Desenvolvimento Económico

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
	Instalação e Conservação de Arte Urbana	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Património Natural e Cultural
	Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 1	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 2	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
2. Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros	Requalificação do Museu Municipal Leonel Trindade	MTV; DGPC	PETS 2020	Património Natural e Cultural
	Instalação e Conservação de Arte Urbana	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Património Natural e Cultural
	Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 1	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 2	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Reabilitação do Teatro-Cine de Torres Vedras	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Conservação e valorização da Fonte Nova	DGPC; APA; MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Património Natural e Cultural
	Reabilitação e Reversão do edifício das antigas “Águas Termas da Fonte Nova” para fins hoteleiros	Agência Investir TV; MTV; Privados	Programa Estratégico de Oferta Hoteleira da Cidade de Torres Vedras/ PDM TV	Desenvolvimento Económico
	Conservação e valorização da Mina de água do Casal da Mina	DGPC; APA; MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Património Natural e Cultural
	Conservação e valorização da Mina de água da Fonte Nova – Rua Casal do Aleixo	DGPC; APA; MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Património Natural e Cultural
3. Qualificar e ampliar a oferta museológica concelhia, valorizando a memória e a identidade local e diversificando a atratividade turística	Requalificação do Museu Municipal Leonel Trindade	MTV; DGPC	PETS 2020	Património Natural e Cultural

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Ações Medidas Projetos	Entidades Envolvidas	Instrumento de planeamento	Domínio de Intervenção
4. Promover e valorizar os circuitos de visitação ao património natural e cultural, nomeadamente às Linhas de Torres Vedras, enquanto ativo patrimonial estratégico de escala supralocal	Definição e beneficiação de rotas e percursos com interesse cultural, paisagístico e turístico	MTV	PETS 2020; PDM TV	Desenvolvimento Económico
	Instalação e Conservação de Arte Urbana	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Património Natural e Cultural
	Requalificação do Museu Municipal Leonel Trindade	MTV; DGPC	PETS 2020	Património Natural e Cultural
	Reabilitação e Reconversão do edifício das antigas “Águas Termais da Fonte Nova” para fins hoteleiros	Agência Investir TV; MTV; Privados	Programa Estratégico de Oferta Hoteleira da Cidade de Torres Vedras/ PDM TV	Desenvolvimento Económico
	Reabilitação do Teatro-Cine de Torres Vedras	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Reabilitação e Reconversão do Antigo Terminal Rodoviário – Loja do Cidadão, Arquivo Municipal e Reservas do Museu Municipal	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 1	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva
	Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 2	MTV	ARU da Cidade de Torres Vedras TVD79	Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

6.4. Programação Financeira e Temporal

Embora o exercício de programação financeira, a uma distância temporal tão grande como 15 anos, se revista inevitavelmente de um carácter genérico e indicativo, permite, apesar de tudo, estabelecer uma ordem de valores que traduz a importância relativa das ações previstas e permite o estabelecimento de comparação com quadros de referência já conhecidos, nomeadamente em matéria de custos. No entanto, a aplicação das linhas programáticas e estratégicas, nomeadamente naquilo em que se prendem com princípios e prioridades de gestão e com a implementação do modelo de governação proposto, não se encontra tão dependente de decisões externas ao município, podendo ser um fator determinante na melhoria de muitos aspetos relativos ao quotidiano dos residentes e dos utilizadores desta parte da cidade, bem como na captação de investimento privado. Já relativamente às fontes de financiamento aplicáveis, o exercício reveste-se de maior incerteza, uma vez que as condições de acesso a financiamento, nomeadamente aquele que provém de fundos comunitários ou que decorre de prioridades definidas em contextos mais distantes da autarquia, são mutáveis.

Se até 2020 as prioridades europeias de desenvolvimento se encontram definidas através da Estratégia Europeia 2020, bem como a sua transposição para o contexto nacional, através do acordo de parceria Portugal 2020, nomeadamente através da definição das prioridades e das áreas de aplicação dos fundos estruturais de investimento, o âmbito temporal da ORU prolonga-se até 2036, pelo que, independentemente da estabilidade necessária ao nível dos objetivos e princípios de gestão, a programação e financiamento deverão passar por um processo de atualização constante, garantindo a cada momento a sua compatibilidade com os instrumentos financeiros disponíveis, nomeadamente o PPR e o PT 2030, entre outros. Por esse motivo, optou-se por apresentar uma calendarização mais detalhada para o primeiro quinquénio do programa, assumindo desde já que a capacidade de investimento público e privado está, em grande parte, dependente da existência de programas de financiamento decididos à escala europeia ou nacional, bem como da natureza das medidas de política fiscal em vigor em cada momento, nomeadamente dos incentivos à reabilitação, decididos anualmente em sede de Lei do Orçamento do Estado.

Uma vez que o RJRU prevê que a programação da ORU possa ser alterada a cada cinco anos pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deverá em 2026 ser reavaliada a execução da ORU e reformulada a calendarização e a previsão de investimento, em função do que foi possível executar até lá e do enquadramento fiscal e legal vigente.

Relativamente à execução das ações previstas, de acordo com a sua tipologia, considerou-se que, para os próximos cinco anos, deveria ser dada prioridade às intervenções de requalificação do espaço público, à implementação de espaços verdes de utilização coletiva, à criação de habitação de cariz social, à reabilitação de edifícios destinados a equipamentos e à criação e requalificação de vias estruturantes.

No que diz respeito ao investimento privado, considerou-se que a dinâmica de reabilitação já existente e que será incrementada pela materialização das medidas previstas pelo PERU, acabará por tornar mais evidente o seu interesse económico, conduzindo à sua reabilitação e integração no mercado.

A calendarização das medidas previstas pelo PERU para execução da ORU apresentada, tem subjacente uma priorização das ações com o objetivo de dinamizar a atividade de reabilitação desta área nas suas diversas componentes, esperando que seja possível que as várias tipologias de projetos previstas apresentem execução simultânea e que, em termos espaciais, as intervenções venham a acontecer em toda a área.

Em anexo, são apresentadas as peças desenhadas que representam espacialmente as ações preconizadas para este território: Planta e Fichas das Ações.

6.4.1. Ações e Projetos por Domínios de Intervenção

As ações que dão resposta aos objetivos e concretizam o PERU encontram-se sistematizadas no conjunto dos 13 domínios de intervenção. As prioridades de execução de cada ação são estabelecidas tendo em conta o horizonte temporal da ORU em articulação com o PDM e os programas de financiamento. Apresentam-se as ações estruturantes previstas à presente data, tanto ao nível público, como ao nível privado. Sempre que disponível, apresenta-se a estimativa de custo total e o encargo do Município de Torres Vedras para a sua realização. Apresenta-se ainda a prioridade das ações, por forma a criar-se um cronograma de execução. No que diz respeito às ações a executar pelo Município, existe a legítima expectativa de que a maioria do investimento possa ser cofinanciado, com taxas que poderão variar entre os 50% e os 85%. Esta confiança alicerça-se no facto de as ações propostas estarem alinhadas com a visão estratégica do Plano de Recuperação e Resiliência e do novo quando comunitário Portugal 2030. Ao nível

da habitação, o investimento concorre para os objetivos do IHRU e da estratégia Nacional de Habitação. O cofinanciamento poderá ser enquadrado pelos programas de financiamento em vigor, destacando-se o 1º Direito.

6.4.1.1. Planeamento e Gestão

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção do “Planeamento e Gestão” ascende a **1.300.000 €**, distribuídos por **8 ações**. Do montante total, é expectável que **766.000 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 9. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas ao “Planeamento e Gestão”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Definição e beneficiação de rotas e percursos com interesse cultural, paisagístico e turístico - Estudos					20.000	20.000	•			
Inquéritos de Satisfação					10.000	10.000	•			
Sessões Participativas					10.000	10.000	•			
Estudos e Projetos					200.000	200.000	•			
Acompanhamento Arqueológico					20.000	20.000	•			
Plano de Sensibilização para a Mobilidade Sustentável					20.000	3.000	•	•		
Plano de Sensibilização para Eficiência Energética					20.000	3.000	•	•		
Aquisições - Imóveis					1.000.000	500.000	•	•		
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0 €	0 €	500.000 €	34.000 €	534.000 €					
Município	0 €	0 €	700.000 €	66.000 €	766.000 €					
	0 €	0 €	1.200.000 €	100.000 €	1.300.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.2. Ambiente, Recursos Naturais e Riscos

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção do “Ambiente, Recursos Naturais e Riscos” ascende a **30.000 €**. Do montante total, é expectável que **4.500 € venham a ser financiados pelo Município**. Está prevista **1 ação**.

Quadro 10. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas ao “Ambiente, Recursos Naturais e Riscos”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Ações de arborização e rearborização					30.000	4.500	•		•	
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0	0	0	25.500 €	25.500 €					
Município	0	0	0	4.500 €	4.500 €					
	0	0	0	30.000 €	30.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.3. Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção da “Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas” ascende a **500.000 €**, distribuídos por **3 ações**. Do montante total, é expectável que **75.000 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 11. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas à “Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Instalação de sistemas de micro-geração ou mini-geração fotovoltaicos em edifícios públicos					100.000	15.000	•		•	
Obras de Beneficiação do Hospital – Eficiência energética					200.000	30.000	•		•	
Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão					200.000	30.000	•		•	
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	10 €	170.000 €	170.000 €	85.000 €	425.00 €					
Município	0 €	30.000 €	30.000 €	15.000 €	75.000 €					
	0 €	200.000 €	200.000 €	100.000 €	500.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.4. Património Natural e Cultural

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção do “Património Natural e Cultural” ascende a **4.080.000 €**, distribuídos por **5 ações**. Do montante total, é expectável que **680.000 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 12. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas ao “Património Natural e Cultural”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Requalificação do Museu Municipal Leonel Trindade					4.000.000	600.000	•		•	
Instalação e Conservação de Arte Urbana					20.000	20.000	•			
Conservação e valorização da Mina de água do Casal da Mina					20.000	20.000	•			
Conservação e valorização da Fonte Nova					20.000	20.000	•			
Conservação e valorização da Mina de água da Fonte Nova – Rua Casal do Aleixo					20.000	20.000	•			
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0 €	0 €	3.400.000 €	0 €	3.400.000 €					
Município	0 €	60.000 €	600.000 €	20.000 €	680.000 €					
	0 €	60.000 €	4.000.000 €	20.000 €	4.080.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.5. Requalificação Urbana

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção da “Requalificação Urbana” ascende a **4.310.000 €**, distribuídos por **8 ações**. Do montante total, é expectável que **680.500 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 13. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas à “Requalificação Urbana”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Requalificação Espaço Público de Lazer e Desporto – Rua Dr. Júlio César Lucas					200.000	30.000	•		•	
Requalificação dos Arruamentos do Bairro Novo					2.270.000	340.500	•		•	
Arranjo Urbanístico – Edifício Multisserviços - CMTV					40.0000	40.000	•			
Estacionamento e Reperfilamento da rua Luís Augusto Albino					250.000	37.500	•		•	
Requalificação da Av. Tenente Valadim					200.000	30.000	•		•	
Requalificação dos largos dos Bairros Rabão e Perna de Pau					200.000	30.000	•		•	
Requalificação da rua Bento Gonçalves e respetiva praceta					100.000	15.000	•		•	
Requalificação das Pracetas Dr. Afonso Vilela e Dr. Moura Guedes e respetivos arruamentos: Rua de Olivença, Rua José Augusto Lopes Júnior, trav. Celeiros do trigo e Trav. Henriques Nogueira					1.050.000	157.500	•		•	
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0 €	425.000 €	2.992.000 €	212.500 €	3.629.500 €					
Município	40.000 €	75.000 €	528.000 €	37.500 €	680.500 €					
	40.000 €	500.000 €	3.520.000 €	250.000 €	4.310.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.6. Habitação

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção da “Habitação” ascende a **1.750.000 €**, distribuídos por **2 ações**. Do montante total, é expectável que **450.000 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 14. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas à “Habitação”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Implementação da Estratégia Local de Habitação					750.000	300.000	•	•		
Programa Municipal de Habitação Social					1.000.000	150.000	•		•	
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0 €	850.000 €	450.000 €	850.000 €	1.300.000 €					
Município	0 €	150.000 €	300.000 €	150.000 €	450.000 €					
	0 €	1.000.000	750.000 €	1.000.000	1.750.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.7. Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção dos “Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva” ascende a **8.685.400 €**, distribuídos por **10 ações**. Do montante total, é expectável que 1.412.460 € **venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 15. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas aos “Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Reabilitação e Reversão do Antigo Terminal Rodoviário – loja do Cidadão, Arquivo Municipal e Reservas do Museu Municipal					6.000.000	900.000	•		•	
Implementação da Loja da Mobilidade					175.000	26.500	•		•	
Melhorar a sinalética, marcação e segurança dos espaços públicos para as atividades físicas e desportivas					50.000	7.500	•		•	
Beneficiação do Centro Hospitalar do Oeste - Unidade de Torres Vedras, nomeadamente de ala pediátrica, Unidade de Citotóxicos e Unidade de Psiquiatria					731.400	109.710	•	•	•	
Requalificação e Ampliação do Terminal Rodoviário de Torres Vedras					500.000	75.000				
Reabilitação do Teatro-Cine de Torres Vedras					10.000	10.000	•			
Reabilitação do Edifício da Antiga Creche do Povo – Espaço Cultural					100.000	15.000	•		•	
Reabilitação da Escola EB 1 (Escola do Avião)					1.000.000	150.000				
Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 1					99.000	99.000	•			
Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 2					150.000	22.500	•		•	
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	621.690 €	1.126.250 €	5.610.000 €	42.500 €	7.400.400 €					
Município	109.710 €	307.750 €	990.000 €	7.500 €	1.414.960 €					
	731.400 €	1.434.000 €	6.600.000 €	50.000 €	8.815.400 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.8. Espaços Verdes de Utilização Coletiva

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção dos “Espaços Verdes de Utilização Coletiva” ascende a **850.000 €**, distribuídos por 5 ações. Do montante total, é expectável que **127.500 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 16. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas aos “Espaços Verdes de Utilização Coletiva”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Requalificação do Corredor Ecológico Choupal – Conquinha – Fase 1					230.000	34.500	•		•	
Requalificação do Corredor Ecológico Choupal – Conquinha – Fase 2					320.000	48.000	•		•	
Criação de Hortas Urbanas na Zona do Bairro Rabão e vale Terminus					100.000	15.000	•		•	
Beneficiação do parque Verde da Várzea (Tribunal)					150.000	22.500	•		•	
Manutenção e requalificação de espaços verdes					50.000	50.000	•			
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0 €	195.500 €	357.500 €	127.500 €	680.000 €					
Município	0 €	34.500 €	63.000 €	72.500 €	177.500 €					
	0 €	230.000	420.000 €	200.000 €	850.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.9. Desenvolvimento Económico

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção do “Desenvolvimento Económico” ascende a **1.020.000 €**, distribuídos por **2 ações**. Do montante total, é expectável que **270.000 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 17. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas ao “Desenvolvimento Económico”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Definição e beneficiação de rotas e percursos com interesse cultural, paisagístico e turístico - Execução					20.000	20.000	•			
Reabilitação e Reversão do edifício das antigas “Águas Termais da Fonte Nova” para fins hoteleiros					1.000.000	250.000	•			•
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0 €	750.000 €	0 €	0 €	767.000 €					
Município	0 €	250.000 €	20.000 €	0 €	253.000 €					
	0 €	1.000.000 €	20.000 €	0 €	1.020.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.10. Rede de Infraestruturas Viárias

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção das “Rede e Infraestruturas Viárias” ascende a **15.124.641,93 €**, distribuídos por **10 ações**. Do montante total, é expectável que **2.150.240,63 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 18. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas às “Rede e Infraestruturas Viárias”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Requalificação da Rua Leonel Trindade, a norte da rotunda do Intermarché					850.000	127.500	•		•	
Paragens de Chegada e Confluência – Fase 2 – Cobertura Terminal Rodoviário (PAMUS.07)					789.704,43	151.748,61	•		•	
Park&Ride da zona do Parque Expotorres (Junto à Ribeira de Alpilhão)					1.100.000	165.000	•		•	
Regularização e extensão do Park&Ride da zona do Parque Expotorres (norte)					750.000	112.500	•		•	
Requalificação das Rua Teresa Jesus Pereira					2.181.835	327.275	•		•	
Requalificação da Avenida General Humberto Delgado					7.983.102,50	1.197.465,375	•		•	
Requalificação das Rua Henriques Nogueira					590.000	88.500	•		•	
Requalificação da Rua Santos Bernardes					650.000	97.500	•		•	
Extensão dos Sistemas de Informação Rodoviária em Tempo Real					80.000	12.000	•		•	
Paragens de Chegada e Confluência – Fase V					150.000	22.500	•		•	
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	637.955,82€	1.054.000€	1.640.500 €	9.490.196,88€	12.822.652,70 €					
Município	151.748,61€	186.000€	289.500 €	1.674.740,625€	3.301.989,24 €					
	789.704,43€	1.240.000€	1.930.000 €	11.164.937,50€	15.124.641,93 €					

6.4.1.11. Mobilidade e Acessibilidade

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção da “Mobilidade e Acessibilidade” ascende a **1.260.179,75 €**, distribuídos por **6 ações**. Do montante total, é expectável que **173.591,51 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 19. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas às “Mobilidade e Acessibilidade”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Extensão da Rede de Ciclovias da Cidade de Torres Vedras					400.000	60.000	•		•	
Extensão da rede de percursos pedonais da cidade de Torres Vedras					300.000	45.000	•		•	
Acessibilidades na Rua Cândido dos Reis (troço paralelo ao Mercado Municipal)					80.000	12.000	•		•	
Requalificação da Praça 25 de Abril					300.179,75	29.591,51	•		•	
Requalificação da rua Casal da Mina					30.000	4.500€	•		•	
Extensão da Rede de Bike Stations da Cidade					150.000€	22.500	•		•	
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	270.588,24€	93.500€	127.500€	595.000 €	1.086.588,24€					
Município	29.591,51 €	16.500€	22.500€	105.000 €	173.591.51 €					
	300.179,75 €	110.000€	150.000€	700.000 €	1.260.179,75 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.12. Infraestruturas Territoriais e Urbanas

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção das “Infraestruturas Territoriais e Urbanas” ascende a **3.450.000 €**, distribuídos por **8 ações**. Do montante total, é expectável que **3.450.000 € venham a ser financiados pelo Município (SMAS)**.

Quadro 20. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas a “Infraestruturas Territoriais e Urbanas”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Reabilitação de condutas e redes de água					1.200.000	1.200.000	•			
Reabilitação de coletores de esgotos domésticos					950.000	950.000	•			
Reabilitação e ampliação de coletores de águas pluviais					1.100.000	1.100.000	•			
Aquisição de contentores semienterrados para recolha indiferenciada					45.000	45.000	•			
Aquisição de contentores semienterrados para recolha seletiva					95.000	95.000	•			
Instalação dos contentores semienterrados (estimativa por grupo RSU+ seletiva)					55.000	55.000	•			
Aquisição de oleões					3.500	3.500	•			
Aquisição de compostores comunitários					1.500	1.500	•			
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €					
Município	3.250.000 €	0 €	3.250.000 €	200.000 €	3.450.000 €					
	3.250.000 €	0 €	3.250.000 €	200.000 €	3.450.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.1.13. Informação e Participação Pública

Num cenário de plena realização das ações previstas, o volume total de investimento no domínio de intervenção da “Informação e Participação Pública” ascende a **30.000 €**, distribuídos por **3 ações**. Do montante total, é expectável que **30.000 € venham a ser financiados pelo Município**.

Quadro 21. Níveis de prioridade e cobertura financeira das ações relativas à “Informação e Participação Pública”

Ações	Níveis de Prioridade				Estimativas de Investimento		Fontes de Financiamento			
	I	II	III	IV	Total (€)	Município (€)	MTV	FN	FC	FP
Ações de comunicação, sensibilização e informação relacionadas com a sustentabilidade energética					10.000	10.000	•			
Sensibilização para a utilização de sistemas de painéis solares térmicos nas habitações unifamiliares					10.000	10.000	•			
Plano de Comunicação – Incentivo à reabilitação Urbana					10.000	10.000	•			
Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)					
	I	II	III	IV						
F.C. / F.N. / F.P.	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €					
Município	0 €	0 €	0 €	30.000 €	30.000 €					
	0 €	0 €	0 €	30.000 €	30.000 €					

F.C. – Financiamento Comunitário; F.N. – Financiamento Nacional; F.P. – Financiamento Privado; MTV – Município de Torres Vedras.

6.4.2. Síntese da Programação Financeira e Temporal

Estão previstas **73 ações e/ou projetos, materiais e imateriais e**, um investimento total de 42.652.721,68€. O montante respeitante ao Município é de 10.457.040,75€. A este investimento total há que retirar os 230.000€ da 1ª fase do Corredor Ecológico Choupal-Conquinha, 300.179,75 € da Requalificação da Praça 25 de Abril, 789.704,43 € da 2ª fase da operação Paragens de Chegada e Confluência – Cobertura Terminal Rodoviário (PEDU-PAMUS.07), 40.000 € do Arranjo Urbanístico – Edifício Multisserviços – CMTV e 99.000 € da 1ª fase da Reabilitação da Fábrica das Histórias. Assim **o montante total a contratualizar é de 41.193.837,50 €**. Tendo em vista o novo quadro comunitário, o PPR, bem como outras linhas de financiamento, é expectável que o valor suportado pelo **Município ronde os 10.102.200,63 €**.

Resumidamente, as ações e/ou projetos em ações imateriais e ações imateriais:

Ações Imateriais (11):

Planeamento e Gestão

- Definição e beneficiação de rotas e percursos com interesse cultural, paisagístico e turístico – Estudos
- Inquéritos de Satisfação
- Sessões Participativas
- Estudos e Projetos
- Acompanhamento Arqueológico
- Plano de Sensibilização para a Mobilidade Sustentável
- Plano de Sensibilização para Eficiência Energética
- Aquisição de Imóveis

Informação e Participação Pública

- Ações de comunicação, sensibilização e informação relacionadas com a sustentabilidade energética
- Sensibilização para a utilização de sistemas de painéis solares térmicos nas habitações unifamiliares
- Plano de Comunicação – Incentivo à reabilitação Urbana

Ações materiais (62):

Ambiente, Recursos Naturais e Riscos

- Ações de arborização e rearborização

Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas

- Instalação de sistemas de micro-geração ou mini-geração fotovoltaicos em edifícios públicos
- Obras de Beneficiação do Hospital – Eficiência energética
- Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão

Património Natural e Cultural

- Requalificação do Museu Municipal Leonel Trindade
- Instalação e Conservação de Arte Urbana

- Conservação e valorização da Mina de água da Fonte Nova – Rua Casal do Aleixo
- Conservação e valorização da Mina do Casal da Mina
- Conservação e valorização da Fonte Nova

Requalificação Urbana

- Requalificação Espaço Público de Lazer e Desporto – Rua Dr. Júlio César Lucas
- Requalificação dos Arruamentos do Bairro Novo
- Arranjo Urbanístico – Edifício Multisserviços – CMTV
- Estacionamento e Reperfilamento da rua Luís Augusto Albino
- Requalificação dos largos dos Bairros Rabão e Perna de Pau
- Requalificação da rua Bento Gonçalves e respetiva praceta
- Requalificação das Pracetas Dr. Afonso Vilela e Dr. Moura Guedes e respetivos arruamentos: Rua de Olivença, Rua José Augusto Lopes Júnior, trav. Celeiros do trigo e Trav. Henriques Nogueira;
- Requalificação da Av. Tenente Valadim.

Habitação

- Implementação da Estratégia Local de Habitação
- Programa Municipal de Habitação Social

Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

- Reabilitação e Reconversão do Antigo Terminal Rodoviário – loja do Cidadão, Arquivo Municipal e Reservas do Museu Municipal
- Implementação da Loja da Mobilidade
- Melhorar a sinalética, marcação e segurança dos espaços públicos para as atividades físicas e desportivas
- Beneficiação do Centro Hospitalar do Oeste - Unidade de Torres Vedras, nomeadamente de ala pediátrica, Unidade de Citotóxicos e Unidade de Psiquiatria
- Requalificação e Ampliação do Terminal Rodoviário de Torres Vedras
- Reabilitação do Teatro-Cine de Torres Vedras – Arranjo exterior
- Reabilitação do Edifício da Antiga Creche do Povo – Espaço Cultural
- Reabilitação da Escola EB 1 (Escola do Avião)
- Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 1
- Requalificação da Fábrica das Histórias – Fase 2

Espaços Verdes de Utilização Coletiva

- Requalificação do Corredor Ecológico Choupal – Conquinha – Fase 1
- Requalificação do Corredor Ecológico Choupal – Conquinha – Fase 2
- Criação de Hortas Urbanas na Zona do Bairro Rabão e vale Terminus
- Beneficiação do parque Verde da Várzea (Tribunal)
- Manutenção e requalificação de espaços verdes

Desenvolvimento Económico

- Definição e beneficiação de rotas e percursos com interesse cultural, paisagístico e turístico - Execução

- Reabilitação e Reconversão do edifício das antigas “Águas Termais da Fonte Nova” para fins hoteleiros

Rede de Infraestruturas Viárias

- Requalificação da Rua Leonel Trindade, a norte da rotunda do Intermarché
- Paragens de Chegada e Confluência – Fase 2 – Cobertura Terminal Rodoviário (PAMUS.07)
- Park&Ride da zona do Parque Expotorres (Junto à Ribeira de Alpilhão)
- Regularização e extensão do Park&Ride da zona do Parque Expotorres (norte)
- Requalificação das Rua Teresa Jesus Pereira
- Requalificação da Avenida General Humberto Delgado
- Requalificação das Rua Henriques Nogueira
- Requalificação da Rua Santos Bernardes
- Extensão dos Sistemas de Informação Rodoviária em Tempo Real
- Paragens de Chegada e Confluência – Fase V

Mobilidade e Acessibilidade

- Extensão da Rede de Ciclovias da Cidade de Torres Vedras
- Extensão da rede de percursos pedonais da cidade de Torres Vedras
- Acessibilidades na Rua Cândido dos Reis (troço paralelo ao Mercado Municipal)
- Requalificação da Praça 25 de Abril
- Requalificação da rua Casal da Mina
- Extensão da Rede de Bike Stations da Cidade

Infraestruturas Territoriais e Urbanas

- Reabilitação de condutas e redes de água
- Reabilitação de coletores de esgotos domésticos
- Reabilitação e ampliação de coletores de águas pluviais
- Aquisição de contentores semienterrados para recolha indiferenciada
- Aquisição de contentores semienterrados para recolha seletiva
- Instalação dos contentores semienterrados (estimativa por grupo RSU+ seletiva)
- Aquisição de contentores para recolha de biorresíduos
- Aquisição de contentores para recolha PaP de biorresíduos
- Aquisição de oleões
- Aquisição de compostores comunitários

As ações materiais podem ser analisadas no **Anexo VII**.

No quadro seguinte apresentam-se as estimativas de investimento total previsto para a concretização do PERU, distribuídos pelos domínios de intervenção.

Quadro 19. Síntese das estimativas de investimento por Domínio de Intervenção

Domínios de Intervenção	Estimativas de Investimento	
	Total (€)	Município (€)
Planeamento e Gestão	1.300.000	766.000
Ambiente, Recursos Naturais e Riscos	30.000	4.500
Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas	500.000	75.000
Património Natural e Cultural	4.080.000	680.000
Requalificação Urbana	4.310.000	680.500
Habituação	1.750.000	450.000
Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva	8.815.400	1.414.960
Espaços Verdes de Utilização Coletiva	850.000	170.000
Desenvolvimento Económico	1.020.000	253.000
Rede e Infraestruturas Viárias	15.124.641,93	2.301989,24
Mobilidade e Acessibilidade	1.260.179,75	173.591,51
Infraestruturas Territoriais e Urbanas	3.450.000	3.450.000
Informação e Participação Pública	30.000	30.000
Valor Total	42.652.721,68 €	10.457.040,75 €

No quadro seguinte apresentam-se as estimativas de investimento total previsto para a concretização do PERU, distribuídos pelos graus de prioridade.

Quadro 20. Síntese das estimativas de investimento por prioridade

Financiamento	Estimativas de Investimento por Níveis de Prioridade (€)				Valor Total (€)
	I (de 1 a 4 anos)	II (de 5 a 7 anos)	III (de 8 a 10 anos)	IV (de 11 a 15 anos)	
F.C. / F.N. / F.P.	1.530.234,06 €	3.064.295 €	14.934.000€	11.462.196.87€	32.031.780,93€
Município	331.050,12€	709.705 €	7.026.000€	2.382.740.63€	10.457.040,75€
	1.861.284,18 €	3.774.000 €	21.960.000	13.844.937,50	42.652.721,68 €

6.5. Parque Edificado Privado

Relativamente à reabilitação do edificado privado degradado ou mesmo em ruína, considera-se que a sua reabilitação deverá ser efetuada por iniciativa dos particulares, com o apoio da entidade gestora, devendo ocorrer dentro do âmbito temporal de quinze anos, prevista para esta ORU, processando-se de acordo com a dinâmica que o mercado for capaz de oferecer, estimulado pelo enquadramento fiscal favorável decorrente da delimitação da ARU e pelas medidas de incentivo e de acesso ao financiamento específicas.

Contudo, sendo objetivo da Câmara Municipal, enquanto entidade gestora da ARU, assegurar a reabilitação dos imóveis elencados nesta proposta estratégica, poderão ser adotados modelos de execução de iniciativa da entidade gestora que se julguem mais adequados à concretização desse objetivo, revisto no RJRU, nomeadamente execução direta, execução por administração conjunta, através do estabelecimento de parcerias (concessão de reabilitação urbana ou contrato de reabilitação urbana) com entidades privadas.

No que concerne ao estado de conservação do edificado, constata-se que **4 (1%) dos edifícios estão em ruína, 19 (2%) em mau estado, 469 (60%) em razoável estado de conservação, 181 (23%) em bom estado, 81 (11%) em excelente estado de conservação.** Verifica-se que ainda existem zonas expectantes para edificação (8), situam-se sobretudo nas áreas mais periféricas da ARU. Ver **Anexo VI** – Planta do estado de Conservação dos Imóveis.

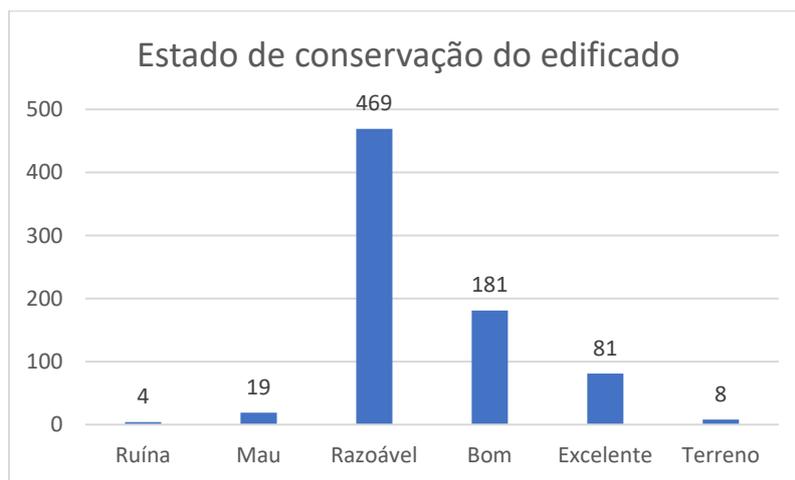


Gráfico 14 – Estado de conservação do edificado

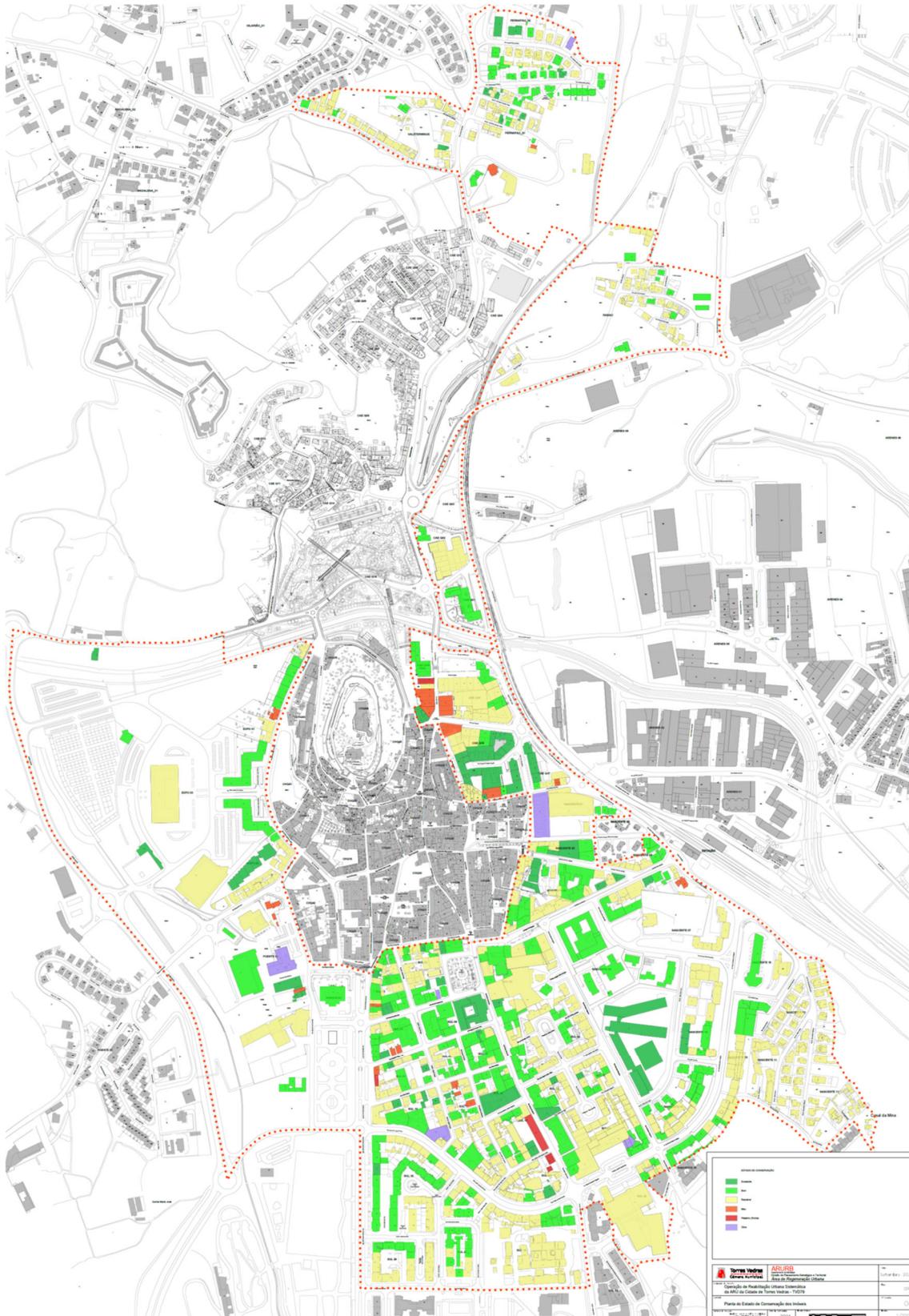


Imagem 101 – Planta do estado de Conservação dos Imóveis.



Imagens 102 e 103 – Exemplos de edificações degradadas, mas com elevado potencial.

O Município prestará todo o apoio necessário aos proprietários dos imóveis, tendo como principal objetivo o incremento da reabilitação dos imóveis, através intervenções que salvaguardem o valor patrimonial dos imóveis, promovam a inclusão social através de medidas que garantam a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, e assentem nos princípios da sustentabilidade, segurança e conforto. O apoio será dado pelos técnicos da ARURB – Área de Regeneração Urbana do Município de Torres Vedras.

6.6. Modelo de Gestão

6.6.1. Princípios

O modelo de gestão preconizado para esta operação de reabilitação urbana na fase posterior à sua aprovação pela Assembleia Municipal apoia-se em quatro princípios: princípio da monitorização, princípio do acompanhamento, princípio da auscultação e princípio da ação.

Princípio da monitorização – A execução da operação deverá ser acompanhada pela monitorização de indicadores que permitam o acompanhamento e a avaliação da operação previstos no artigo 20º-A do RJRU (relatório anual de monitorização, previsto no nº 1 e relatório quinquenal de avaliação de execução, previsto no nº 2).

Estes indicadores deverão permitir a avaliação da execução da operação face ao previsto (calendarização e execução financeira), mas também deverão integrar levantamentos de atividade económica, dados socioeconómicos, demográficos e estatísticos que sejam levantados pela Câmara Municipal ou disponibilizados por outras entidades, bem como o resultado de inquéritos específicos que sejam feitos para avaliar o efeito de algumas medidas.

Princípio do acompanhamento – A execução da operação deverá ser acompanhada pela Assembleia Municipal, órgão com competência para aprovar a ORU e para apreciar os relatórios referidos no ponto anterior.

Princípio da auscultação – Deverá ser estabelecida uma relação dinâmica e de proximidade com os destinatários das medidas (moradores, proprietários, comerciantes, trabalhadores, utilizadores, etc.) e com outras entidades intervenientes na gestão de áreas setoriais (cultura, património, infraestruturas, turismo, segurança, etc.) como forma de consensualizar, de avaliar e de ajustar as medidas.

Princípio da ação – A entidade gestora da operação, neste caso, a Câmara Municipal, adotará as medidas necessárias à implementação da estratégia contida no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.



Imagem 104 – ARURB – Serviço de proximidade.

6.6.2. Níveis de Gestão

De forma a concretizar os princípios referidos no ponto anterior, são definidos três níveis de gestão da operação de reabilitação, após a aprovação pela Assembleia Municipal: Consultivo, Executivo e Deliberativo.

PRINCIPIO	NIVEL DE GESTÃO	ENTIDADE
ACOMPANHAMENTO	NÍVEL DELIBERATIVO	ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MONITORIZAÇÃO	NIVEL EXECUTIVO	CÂMARA MUNICIPAL (ENTIDADE GESTORA)
AÇÃO		
AUSCULTAÇÃO	NIVEL CONSULTIVO	COMISSÃO ACOMPANHAMENTO

Tabela 6 – Níveis de gestão da operação de reabilitação urbana

- **Nível deliberativo** – Este nível de gestão deverá materializar o **princípio do acompanhamento**.

Sendo a aprovação da operação de reabilitação urbana deliberada pela Assembleia Municipal, deverá esta entidade, através de comissão própria, acompanhar a execução da operação e deliberar, nos momentos próprios e de acordo com o previsto no RJRU, as alterações necessárias.

- **Nível consultivo** – Este nível de gestão deverá materializar o **princípio da auscultação**.

Poderá ter a forma de comissão consultiva, onde estejam representados os principais interesses, sensibilidades e jurisdições desta área, sendo constituído por entidades, associações ou personalidades.

- **Nível executivo** – Este nível de gestão deverá materializar os **princípios da monitorização e da ação**.

A Câmara Municipal, enquanto entidade gestora da operação de reabilitação, deverá, dentro do quadro legal aplicável e tendo em consideração que a aprovação de uma ORU sistemática constitui, de acordo com o artigo 32º do RJRU “causa de utilidade pública”, levar a cabo as ações

necessárias (obras e medidas de gestão) à implementação do quadro de investimentos, de acordo com a calendarização aprovada.

Deverá ainda providenciar, através de estrutura técnica adequada, os levantamentos e a recolha dos indicadores que permitam monitorizar a execução da operação de reabilitação urbana, bem como elaborar os relatórios previstos pelo artigo 20º-A do RJRU.

Por fim, deverá este nível de gestão dinamizar o funcionamento da comissão consultiva, nomeadamente através da realização de reuniões de trabalho e da divulgação de informação.

6.7. Financiamento

Além da capacidade de afetação de verbas do orçamento municipal para este fim, as fontes de financiamento disponíveis para apoiar a reabilitação urbana têm natureza e dinâmica diversa, sendo necessário empreender um trabalho constante de atualização quanto à sua origem e condições de acesso.

O Município de Torres Vedras, a par de outros Municípios terão que desenvolver instrumentos de planeamento que permitam enquadrar futuras candidaturas aos fundos comunitários, tendo os Planos estratégicos de reabilitação urbana um papel determinante.

O presente PERU permite, por um lado, ao Município recorrer aos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) e ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRRU) e, por outro, permite que os privados beneficiem de um conjunto de incentivos à reabilitação urbana, entre os quais os Benefícios Fiscais ou o acesso a programas de financiamento como o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRRU).

6.7.1. FEEI – Fundos Europeus Estruturais de Investimento

Constituem o principal instrumento da política de investimento da União Europeia para o período 2014-2020 e destinam-se a criar *“até 2023 uma massa crítica de investimento em resposta às necessidades da economia real, para apoiar a criação de emprego e colocar de novo a economia europeia numa trajetória de crescimento sustentável”* (site da CE).

A aplicação destes fundos de investimento em Portugal será regida pelo **Acordo de Parceria Portugal 2030**, estabelecido entre o Estado Português e a União Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos estruturais e de investimento europeus, nomeadamente os fundos da Política de Coesão Europeia, (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE) e Fundo de Coesão (FC)) do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

O referido acordo de parceria prevê que a gestão dos fundos seja feita através de Programas Operacionais de dois tipos, os **Programas Operacionais Temáticos do Continente**, de carácter transversal, geridos pela administração central e os **Programas Operacionais Regionais**, desenvolvidos em função das características específicas de cada região, geridos pelas CCDR.

É nos programas operacionais, nomeadamente nos respetivos eixos e prioridades de investimento que se encontra o enquadramento (objetivos, orçamento e comparticipação) para as ações que se pretendem financiar, sendo por vezes necessário, atendendo ao calendário para apresentação de candidaturas e respetiva fundamentação, elaborar documentos de enquadramento das ações que se pretendem concretizar.

6.7.2. IFRRU – Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana

Trata-se de um programa, cujo quadro de funcionamento foi estabelecido pela Resolução de Conselho de Ministros nº 52-A/2015, de 23 de julho.

O IFRRU é gerido pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e reúne num único instrumento financeiro Fundos dos Programas Operacionais Regionais (PO), prioridades 6.5 e 9.8; Fundos do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), eficiência energética na habitação propriedade de particulares; empréstimos de instituições financeiras, nomeadamente do Banco Europeu de Investimento (BEI), Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (BDCE), e contribuições de entidades financeiras, nomeadamente das que forem escolhidas por concurso público para avaliar e financiar as operações. Destina-se a apoiar projetos, de habitação, equipamentos de uso público, comércio, turismo e serviços, nomeadamente:

- Reabilitação integral de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos;
- Reabilitação integral de edifícios com idade inferior a 30 anos, desde que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2;
- Intervenções de aumento de eficiência energética em pelo menos 2 níveis, no âmbito da reabilitação de edifícios destinados a habitação;
- Localizados em zonas ribeirinhas, centros históricos ou zonas industriais abandonadas;
- Localizados em Área de Reabilitação Urbana (ARU);
- Enquadrados em Plano de Ação de Reabilitação Urbana (PARU);
 - Integrados em Planos de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD).

Este programa é gerido pelo IHRU, com o qual o Município de Torres vedras estabeleceu um acordo de parceria para a implementação do mesmo.

6.7.3. Outros Programas geridos pelo IHRU

Os privados podem contar ainda com outros programas de incentivo à reabilitação urbana, entre os quais:

Programa Reabilitar para Arrendar

Trata-se de um programa ao qual podem candidatar-se entidades públicas, nomeadamente municípios, sociedades de reabilitação urbana e empresas municipais.

Em cada período de candidatura aberto, cada município pode apresentar uma candidatura composta por uma ou mais intervenções (conjunto de ações e obras incluídas no mesmo procedimento de formação de contrato de empreitada).

Tem a natureza de empréstimo com taxa de juro indexada à Euribor, com um prazo de reembolso de 30 anos com 10 anos de carência de capital, financia 50% dos custos de investimento total de cada intervenção e destina-se a financiar as seguintes operações:

- Reabilitação ou reconstrução de edifícios cujo uso seja maioritariamente habitacional e cujos fogos se destinem ao mercado de arrendamento nos regimes de renda apoiada ou renda condicionada;
- Reabilitação ou criação de espaços do domínio municipal para uso público, desde que ocorram no âmbito de uma ORU sistemática;
- Reabilitação ou reconstrução de edifícios que se destinem a equipamentos de uso público, incluindo residências para estudantes;
- Construção de edifícios cujo uso seja maioritariamente habitacional e cujos fogos se destinem a arrendamento nos regimes de renda apoiada ou renda condicionada, desde que se tratem de intervenções relevantes de preenchimento do tecido urbano antigo.

As intervenções devem localizar-se em ARU delimitadas ou em processo de delimitação, podendo localizar-se noutras áreas, desde que ao abrigo do artigo 77º-A do RJRU (edifícios com idade igual ou superior a 30 anos e edifícios onde se justifique uma intervenção para conferir adequadas características de desempenho de segurança funcional, estrutural e construtiva).

Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível

Trata-se de um programa, que conta com o apoio do BEI e do BDCE, ao qual pode candidatar-se qualquer pessoa individual ou coletiva, de natureza pública ou privada, desde que comprove a qualidade de proprietário do edifício a reabilitar.

Tem como objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, preferencialmente localizados em ARU, que após a reabilitação sejam destinados predominantemente a habitação, devendo as frações destinar-se ao arrendamento com valores de renda que não excedam os valores de renda condicionada, condições que deverão ser mantidas até ao reembolso total do empréstimo.

Tem a natureza de empréstimo, mediante as seguintes condições:

- O montante máximo é de 90% do investimento total;
- O período máximo de utilização é de 12 meses (podendo ser prorrogado);
- O período de carência de capital corresponde ao prazo de execução da obra, acrescido de 6 meses, não podendo ultrapassar os 18 meses, contados da assinatura do contrato;
- O prazo máximo de reembolso é de 180 meses;
- A amortização é feita em prestações mensais constantes de capital e juros;
- A taxa de juro é fixa e definida na aprovação da operação.

Programa Porta 65 Jovem

O Programa Porta 65 Jovem tem como objetivo regular os incentivos aos jovens arrendatários, estimulando:

- Estilos de vida mais autónomos por parte de jovens sozinhos, em família ou em coabitação jovem;
- A reabilitação de áreas urbanas degradadas;
- A dinamização do mercado de arrendamento.

É um sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos (no caso de casais, um dos elementos poderá ter até 32 anos) que sejam titulares de um contrato de arrendamento celebrado no âmbito do NRAU.

Este apoio é concedido por períodos de 12 meses, podendo ter candidaturas subsequentes até ao limite de 36 meses, seguidos ou interpolados.

7. Regime de benefícios fiscais e apoios municipais

Os apoios, incentivos e penalizações a atribuir nas unidades territoriais incluídas na ARU do concelho de Torres Vedras são, essencialmente, de natureza financeira e fiscal, bem como apoios no âmbito dos procedimentos administrativos necessários à execução das intervenções.

A atribuição dos benefícios fiscais aos proprietários dos imóveis abrangidos pela ARU pressupõe a realização de ações de reabilitação nos imóveis, as quais, de acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) são *“intervenções destinadas a conferir adequadas características de desempenho, de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, ou às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às suas frações, ou conceder-lhe novas aptidões funcionais, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção.”*

Ainda de acordo com o EBF, o estado de conservação do imóvel é *“o estado do edifício ou da habitação determinado nos termos do disposto no NRAU e no DL nº 156/2006, de 8 de agosto, para efeito de atualização faseada de rendas ou, quando não seja o caso, classificado pelos competentes serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, com referência aos níveis de conservação constantes do quadro do artigo 33º do NRAU.”*

Sem prejuízo de outros incentivos e apoios existentes ou a criar, referem-se aqueles presentes no atual quadro legal, podendo a presente delimitação de área de reabilitação urbana ser adaptada a novos regimes de incentivos fiscais ajustando-se com eles de forma automática sem necessidade de revisão.

A definição na presente fase de um regime fiscal assente, sobretudo, em benefícios fiscais sobre os impostos referidos não deve dispensar a Câmara de definir, em momento posterior, um regime fiscal e financeiro mais vasto e abrangente que tenha em conta, não apenas os benefícios, mas também as penalizações. Considera-se, porém, que este regime mais abrangente apenas deverá ser estabelecido no momento, e em função, da constituição da operação de reabilitação urbana.

7.1. Benefícios e incentivos fiscais

- **Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)**
 - Dedução à coleta até ao limite de 500€, de 30% dos encargos relacionados com a reabilitação de imóveis;
 - Tributação à taxa de 5% de mais-valias decorrentes da alienação de imóveis reabilitados;
 - Tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais decorrentes do arrendamento de imóveis reabilitados.

- **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**
 - Isenção de IMI por um período de três anos, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, para os imóveis objetos de ações de reabilitação, nos termos definidos pela Lei.
 - Minoração em 20% da taxa aplicável em prédio ou fração arrendada em bom estado de conservação.

- Para obras isentas de controlo prévio, nos termos do número 6º do Decreto-Lei n. 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, a isenção de IMI só produzirá efeitos após vistoria efetuada pela Câmara Municipal.
- **Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis (IMT)**
 - Isenção de IMT nas aquisições de prédios urbanos ou frações autónomas de prédios urbanos destinadas exclusivamente a habitação própria e permanente.
 - Isenção de IMT na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, desde que o mesmo seja a afetar a arrendamento para habitação permanente ou para habitação própria permanente.
- **Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)**

Isenção de IRC para rendimentos obtidos por fundos de investimento imobiliários constituídos entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 em que pelo menos 75% dos seus ativos sejam bens imóveis sujeitos a ações de reabilitação realizadas nas ARU.

- **Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA**
 - Tributação à taxa reduzida de 6% das empreitadas de reabilitação urbana realizadas em imóveis ou em espaços públicos localizados em ARU delimitadas nos termos legais, ou no âmbito de operações de requalificação e reabilitação urbana de reconhecido interesse público nacional;
 - Tributação à taxa reduzida de 6% das empreitadas de beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis ou de partes autónomas destes afetos à habitação, com exceção de trabalhos de limpeza, de manutenção de espaços verdes e elementos constitutivos de piscinas, saunas, campos de golfe ou minigolfe, de ténis ou instalações similares (não abrange materiais incorporados, salvo se o valor não exceder 20% da prestação do serviço).

7.2. Taxas e outros apoios municipais

- Redução ou isenção de Taxas Municipais nos termos do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas.
- Disponibilização de uma unidade orgânica para encaminhamento, apoio e aconselhamento a candidaturas, projetos e intenções de reabilitação, bem como na prestação de auxílio na montagem de operações;
- Maior celeridade na apreciação dos projetos;
- Enquadrar o acesso aos programas de financiamento disponíveis para a reabilitação urbana: IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas e Reabilitar Para Arrendar – Habitação Acessível;
- Permitir o acesso ao programa municipal PR2 – Programa Revitalizar e Rejuvenescer (Programa Municipal).

7.3. Condicionantes para a atribuição de benefícios e apoios

Os benefícios e apoios anteriormente descritos apenas serão concedidos a intervenções que se enquadrem, cumulativamente, nas definições de reabilitação urbana e de reabilitação de edifícios, conforme o disposto na legislação em vigor.

8. Referências Bibliográficas

- CHOAY, F. (2011). *As Questões do Património: Antologia Para um Combate*. Edições 70. (edição original 2009).
- CIVITAS / DCEA / FCT/UNL (2007). *Plano Municipal de Recursos Naturais de Torres Vedras*. Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis, maio de 2007.
- CMTV (2021). *Estratégia Local de Habitação*. Quaternaire, março de 2021.
- CMTV (2019). *2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Torres Vedras: Estudos de caracterização e diagnóstico*. Câmara Municipal de Torres Vedras, junho de 2019.
- CMTV (1996). *Plano Estratégico da Cidade de Torres Vedras*. Câmara Municipal de Torres Vedras, 1996.
- CMTV (2015). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano*. Câmara Municipal de Torres Vedras, setembro 2015.
- CMTV (2015). *Plano de Urbanização da Cidade de Torres Vedras*. Câmara Municipal de Torres Vedras, junho de 2015.
- CMTV (2006). *Plano Diretor Municipal de Torres Vedras: Relatório Fundamentando as Soluções Adoptadas*. Câmara Municipal de Torres Vedras, abril de 2006.
- CMTV (2006). *Plano Diretor Municipal de Torres Vedras: Estudos de Caracterização do Território Municipal*. Câmara Municipal de Torres Vedras, abril de 2006.
- CMTV (2018). *Relatório de Estado do Ordenamento do Território de Torres Vedras*. Câmara Municipal de Torres Vedras, abril de 2018.
- CONSELHO DA EUROPA. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. [1975] Obtido em 23 de Dezembro de 2012, de IGESPAR: <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf>
- CULLEN, G. (2008) - *A Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70. (edição original 1971).
- HAROUËL, Jean-Louis. (2004) - *História do Urbanismo*. 4ª Edição. Campinas, SP: Papirus Editora. (edição original 1990).
- DUARTE, Joaquim Moedas. (2017) *Casa Hipólito - História, Memória e Património de uma Fábrica Torriense*. Torres Vedras: Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, em parceria com a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial.
- ICOMOS. *Carta de Veneza – Sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios*. [1964]. Obtido em 20 Fevereiro de 2013, de IGESPAR: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf
- ICOMOS. *Carta de Washington – Carta sobre a Conservação das Cidades Históricas e das Áreas Urbanas Históricas*. [1987]. Obtido em 2 Fevereiro de 2013, de Wordpress: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-washington.pdf>
- LAMAS, J. M. R. G. (2010). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (edição original 1990).
- INE (2012). *Censos – Resultados definitivos. Portugal - 2011*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- LYNCH, K. (2008). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70. (edição original 1960)
- MATOS, V. A. M. (2007). *O Caminho-de-ferro em Torres Vedras: Impacto da Sua Chegada*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras.

MONTEIRO, M. C. (coord.). (2011). **As Linhas de Torres Vedras: Um sistema defensivo a norte de Lisboa**. Lisboa: PILT – Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres.

RODRIGUES, A. M. S. A. (1995). **Torres Vedras: A vila e o termo nos finais da Idade Média**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

RODRIGUES, A. M. S. A. (1996). **Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos Sobre Torres Vedras Medieval**. Cascais: Patrimonia.

RODRIGUES, C. T. & Mira, G. A., Leitão, J.R. (1996) **Torres Vedras – Passado e Presente**. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras.

ROSSI, A. (2001). **A Arquitectura da Cidade**. Lisboa: Edições Cosmos.(edição original 1966).

SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Carta de Atenas - Conclusões da conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos**. [1931]. Obtido em 22 de Dezembro de 2012, de IGESPAR: [Http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf](http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf)

SILVA, C. G. (2008). **Torres Vedras, Antiga e Medieval**. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras.

TORRES, M. A. M. (1988) - **Descrição histórica e económica da villa e termo de Torres-Vedras. fac-simile** da 2.ª ed. de 1862. Torres Vedras: Santa Casa da Misericórdia (edição original 1819).

UNESCO. **Recomendação de Nairobi**. [1976]. Obtido em 19 de Dezembro de 2012, de IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>

VIEIRA, Júlio (2011) - **Torres Vedras antiga e moderna**. 2ª Edição. Torres Vedras: Livraria LIVRODODIA, (edição original 1926).

9. Legislação

Aviso n.º 8580/2013, de 5 de julho, Delimitação de áreas de Reabilitação Urbana, Diário da República, 2.ª série, n.º 128;

Aviso n.º 13473/2015, de 18 de novembro, Alteração à delimitação da área de Reabilitação Urbana de Setúbal, Diário da República, 2.ª série, n.º 226;

Decreto-lei n.º 555/1999, de 16 de dezembro, Estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), Diário da República, 1.ª série – A, n.º 291, alterado pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, Diário da República, 1.ª série, n.º 173;

Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, procede à reforma da tributação do património, aprovando os novos códigos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT), Diário da República, 1.ª série-A, n.º 262;

Decreto-lei n.º 159/2006, de 8 de agosto, Aprova a definição do conceito fiscal do prédio devoluto, Diário da República, 1.ª série, n.º 152;

Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, Aprova o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), Diário da República, 1.ª série, n.º 206, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, Diário da República, 1.ª série, n.º 157;

Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) com última atualização Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro;

Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), Diário da República, 1.ª série, n.º 157, procede à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano, alterando o Código Civil, o código do Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, Diário da República, 1.ª série – A, n.º 41;

Resolução do Concelho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril, Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), Diário da República, 1.ª série-B, n.º 82, foi deliberada a alteração pela Resolução do Concelho de Ministros n.º 92/2008, de 5 de junho, Diário da República, 1.ª série, n.º 108;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho, Estratégia Nacional para a Habitação Desafios e Mudança, DR, 1ªsérie, nº136.

Anexos

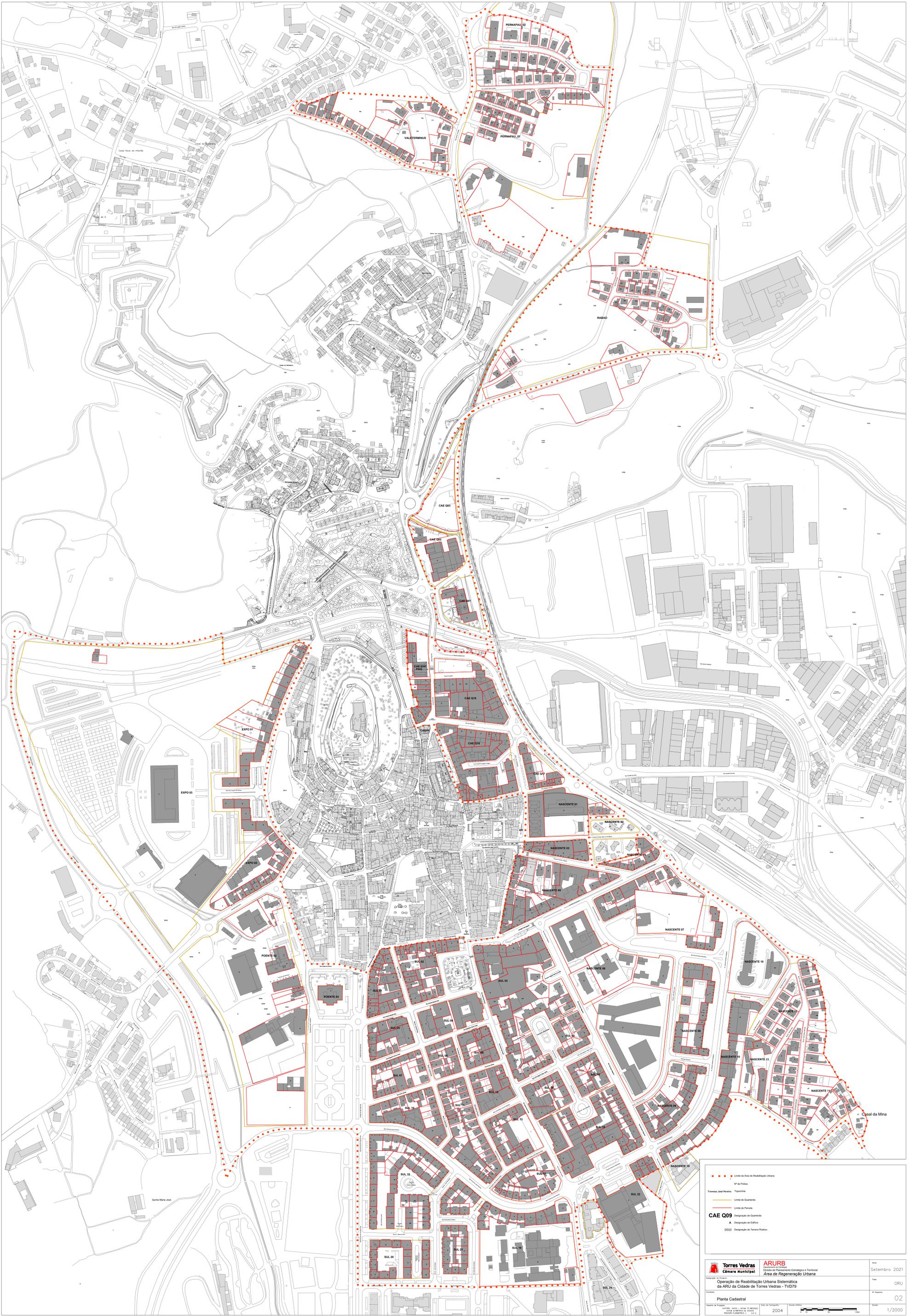
Anexo I. Planta dos Limites da ARU - Ortofotomapa



- - - Limite da Área de Reabilitação Urbana

Torres Vedras Câmara Municipal	ARURB Plano de Pormenor Estratégico e Técnico Área de Reabilitação Urbana da ARU da Cidade de Torres Vedras - TVD79	Data: Setembro 2021
		Autor: ORU
Limites da ARU de Torres Vedras - TVD79		Nº de Desenho: 01
Escala: 2004		Data de Atualização: 1/2000

Anexo II. Planta cadastral da ARU e ORU



● Limite da Área de Reabilitação Urbana
● 1ª de Polícia
● Travessa José Pereira - Toponímia
● Limite do Quarteirão
● Limite do Pórtico
● CAE Q09
● Designação do Edifício
● D022 Designação do Terreno Rústico

Torres Vedras Câmara Municipal ARURB Fundo de Planeamento Estratégico e Territorial Área de Regeneração Urbana	Setembro 2021
	ORU
Planta Cadastral	02
2004	1/2000

Anexo III. Planta cadastral da ARU e ORU sobre ortofotomapa



●●●●● Limbo da Área de Reabilitação Urbana

№ de Polícia

Toponímia José Pedroso Toponímia

— Limbo de Delineamento

— Limbo de Parcela

CAE Q09 Interação em Quadrante

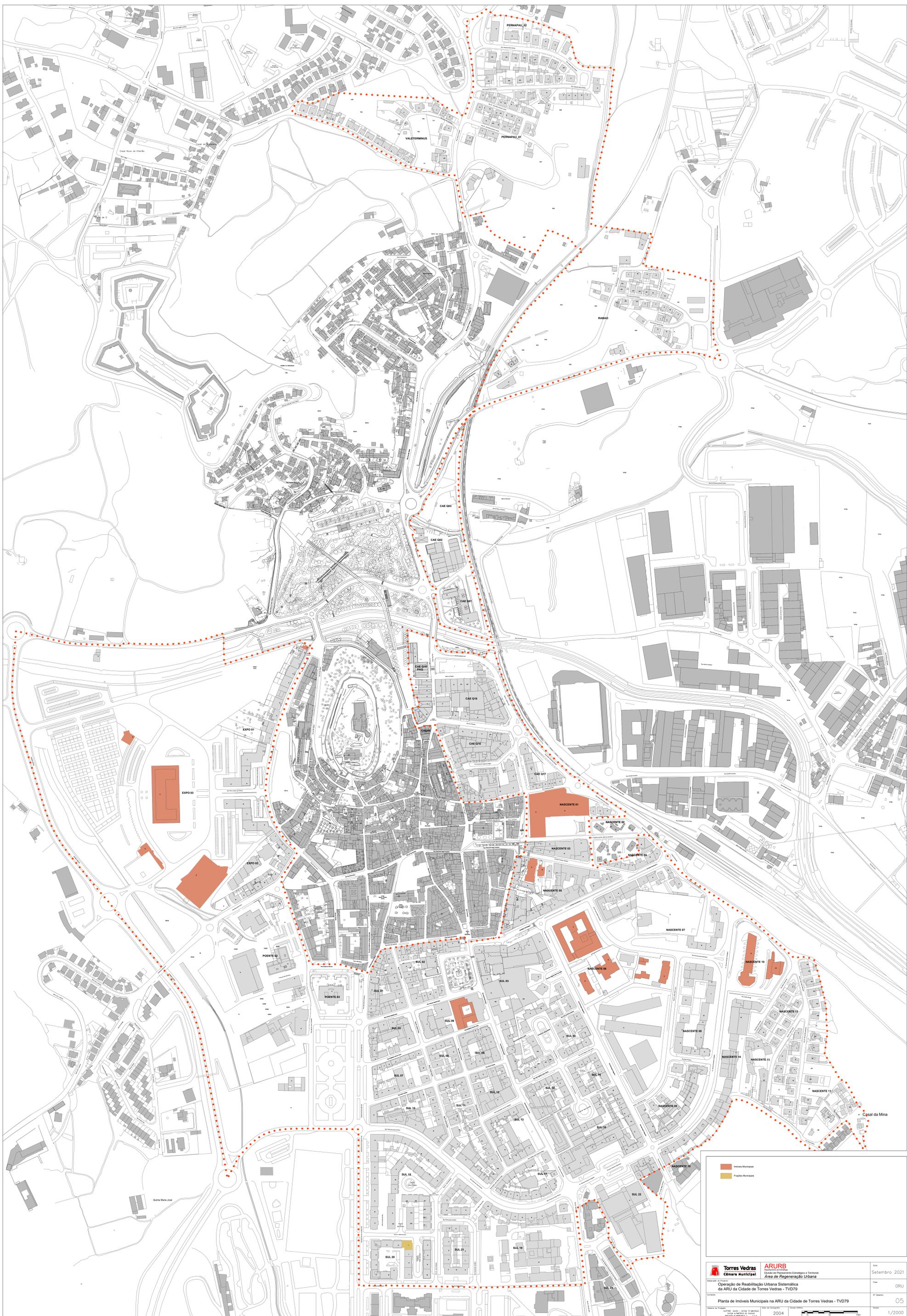
A Designação de Edifício

0002 Designação de Terreno Rústico

		Setembro 2021
Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU da Cidade de Torres Vedras - TVD79		0,3
Planta Cadastrel sobre Ortofoto		1/2000
Torres Vedras, 2004		

Anexo IV. Planta dos Imóveis Classificados e Imóveis com Valor Patrimonial

Anexo V. Planta dos Imóveis Municipais

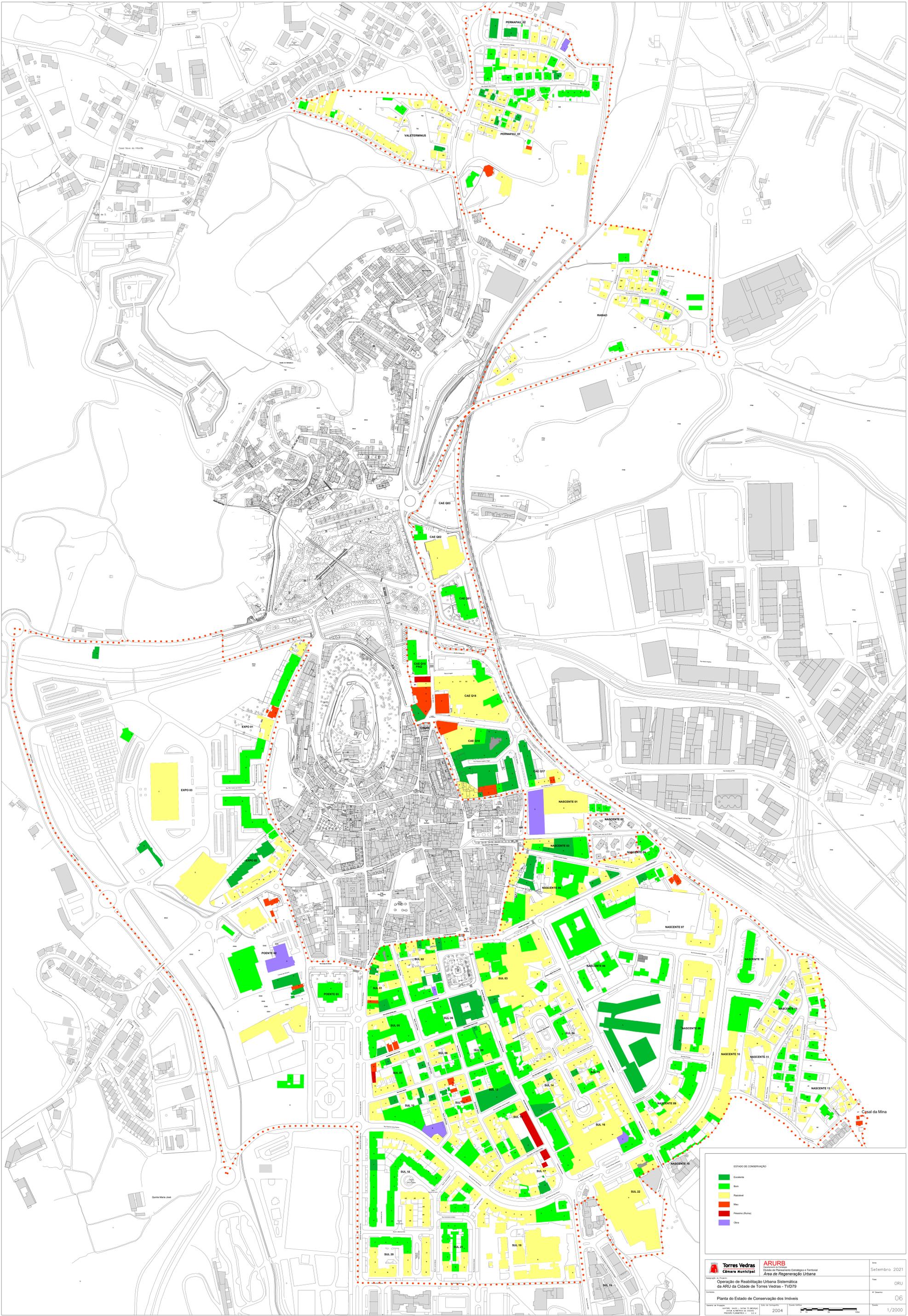


■ Áreas Municipais
■ Paços Municipais

Torres Vedras
 Câmara Municipal
ARURB
 Estudo de Planeamento Estratégico e Territorial
 Área de Regeneração Urbana
 Operação de Reabilitação Urbana Sistemática
 da ARU da Cidade de Torres Vedras - TV079

Setembro 2021
 ORU
 05
 Planta de Imóveis Municipais na ARU da Cidade de Torres Vedras - TV079
 2004
 1/2000

Anexo VI. Planta do Estado de Conservação dos Imóveis



ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- Existente
- Bom
- Regular
- Mau
- Pendente (Ruim)
- Outra

Torres Vedras
 Câmara Municipal

ARURB
 Plano de Ordenamento Estratégico e Territorial
 Área de Regeneração Urbana

Operação de Reabilitação Urbana Sistemática
 da ARU da Cidade de Torres Vedras - TVD79

Planta do Estado de Conservação dos Imóveis

2004

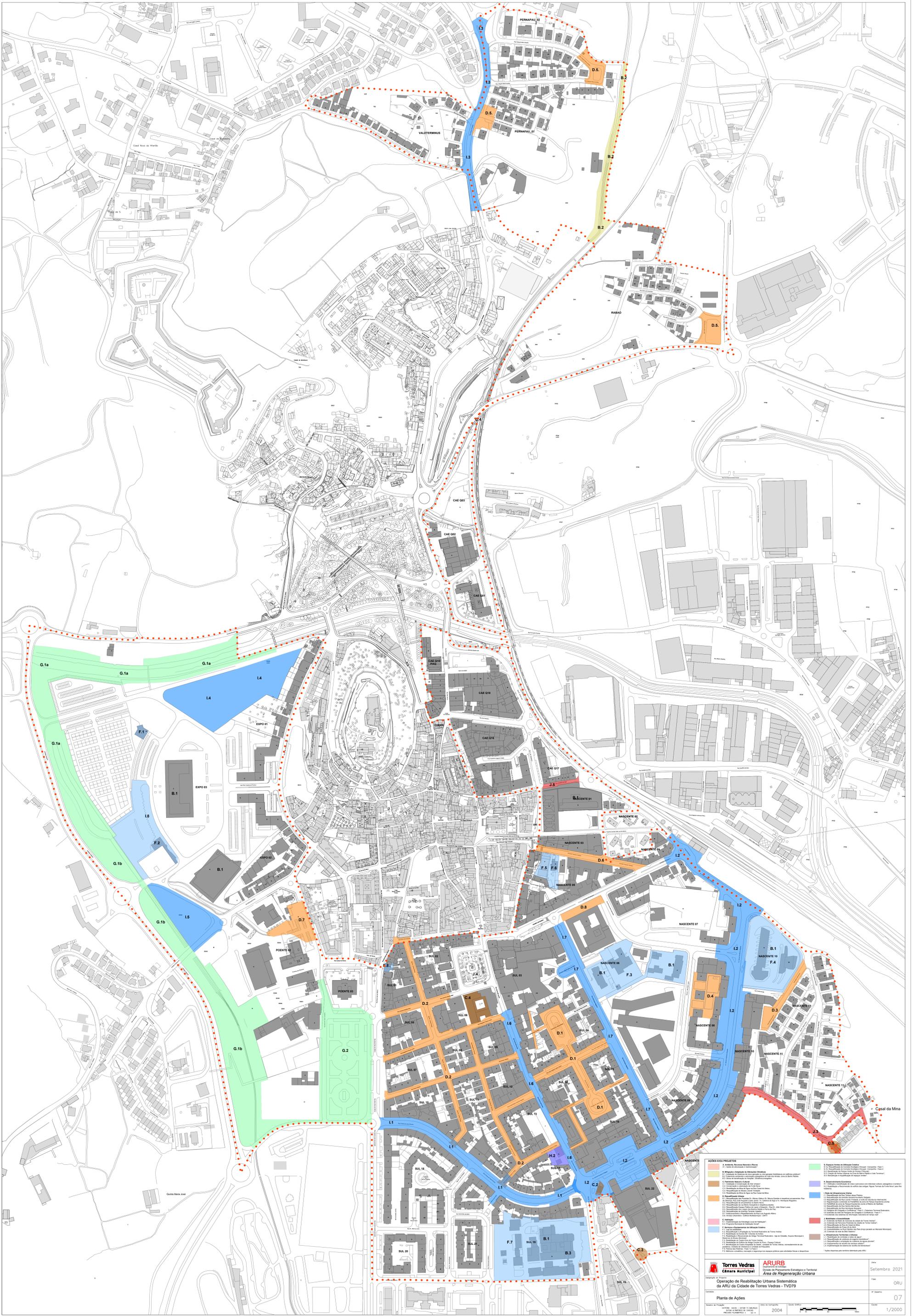
Setembro 2021

ORU

06

1/2000

Anexo VII. Planta das Ações Materiais



Torres Vedras Câmara Municipal Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU da Cidade de Torres Vedras - TVD79		ARURB Centro de Planeamento Estratégico e Territorial Área de Reabilitação Urbana Sistemática	Data: Setembro 2021 Fase: ORU Escala: 07 Data de Lançamento: 2004 Data de Atualização: 1/2000
Legenda Zonas e Áreas:			
Zonas de Intervenção:	Zonas de Proteção:	Zonas de Reserva:	Zonas de Recreação:
Zonas de Intervenção 1 (Z.I.1)	Zonas de Proteção 1 (Z.P.1)	Zonas de Reserva 1 (Z.R.1)	Zonas de Recreação 1 (Z.Rec.1)
Zonas de Intervenção 2 (Z.I.2)	Zonas de Proteção 2 (Z.P.2)	Zonas de Reserva 2 (Z.R.2)	Zonas de Recreação 2 (Z.Rec.2)
Zonas de Intervenção 3 (Z.I.3)	Zonas de Proteção 3 (Z.P.3)	Zonas de Reserva 3 (Z.R.3)	Zonas de Recreação 3 (Z.Rec.3)
Zonas de Intervenção 4 (Z.I.4)	Zonas de Proteção 4 (Z.P.4)	Zonas de Reserva 4 (Z.R.4)	Zonas de Recreação 4 (Z.Rec.4)
Zonas de Intervenção 5 (Z.I.5)	Zonas de Proteção 5 (Z.P.5)	Zonas de Reserva 5 (Z.R.5)	Zonas de Recreação 5 (Z.Rec.5)
Zonas de Intervenção 6 (Z.I.6)	Zonas de Proteção 6 (Z.P.6)	Zonas de Reserva 6 (Z.R.6)	Zonas de Recreação 6 (Z.Rec.6)
Zonas de Intervenção 7 (Z.I.7)	Zonas de Proteção 7 (Z.P.7)	Zonas de Reserva 7 (Z.R.7)	Zonas de Recreação 7 (Z.Rec.7)
Zonas de Intervenção 8 (Z.I.8)	Zonas de Proteção 8 (Z.P.8)	Zonas de Reserva 8 (Z.R.8)	Zonas de Recreação 8 (Z.Rec.8)
Zonas de Intervenção 9 (Z.I.9)	Zonas de Proteção 9 (Z.P.9)	Zonas de Reserva 9 (Z.R.9)	Zonas de Recreação 9 (Z.Rec.9)
Zonas de Intervenção 10 (Z.I.10)	Zonas de Proteção 10 (Z.P.10)	Zonas de Reserva 10 (Z.R.10)	Zonas de Recreação 10 (Z.Rec.10)
Zonas de Intervenção 11 (Z.I.11)	Zonas de Proteção 11 (Z.P.11)	Zonas de Reserva 11 (Z.R.11)	Zonas de Recreação 11 (Z.Rec.11)
Zonas de Intervenção 12 (Z.I.12)	Zonas de Proteção 12 (Z.P.12)	Zonas de Reserva 12 (Z.R.12)	Zonas de Recreação 12 (Z.Rec.12)
Zonas de Intervenção 13 (Z.I.13)	Zonas de Proteção 13 (Z.P.13)	Zonas de Reserva 13 (Z.R.13)	Zonas de Recreação 13 (Z.Rec.13)
Zonas de Intervenção 14 (Z.I.14)	Zonas de Proteção 14 (Z.P.14)	Zonas de Reserva 14 (Z.R.14)	Zonas de Recreação 14 (Z.Rec.14)
Zonas de Intervenção 15 (Z.I.15)	Zonas de Proteção 15 (Z.P.15)	Zonas de Reserva 15 (Z.R.15)	Zonas de Recreação 15 (Z.Rec.15)
Zonas de Intervenção 16 (Z.I.16)	Zonas de Proteção 16 (Z.P.16)	Zonas de Reserva 16 (Z.R.16)	Zonas de Recreação 16 (Z.Rec.16)
Zonas de Intervenção 17 (Z.I.17)	Zonas de Proteção 17 (Z.P.17)	Zonas de Reserva 17 (Z.R.17)	Zonas de Recreação 17 (Z.Rec.17)
Zonas de Intervenção 18 (Z.I.18)	Zonas de Proteção 18 (Z.P.18)	Zonas de Reserva 18 (Z.R.18)	Zonas de Recreação 18 (Z.Rec.18)
Zonas de Intervenção 19 (Z.I.19)	Zonas de Proteção 19 (Z.P.19)	Zonas de Reserva 19 (Z.R.19)	Zonas de Recreação 19 (Z.Rec.19)
Zonas de Intervenção 20 (Z.I.20)	Zonas de Proteção 20 (Z.P.20)	Zonas de Reserva 20 (Z.R.20)	Zonas de Recreação 20 (Z.Rec.20)
Zonas de Intervenção 21 (Z.I.21)	Zonas de Proteção 21 (Z.P.21)	Zonas de Reserva 21 (Z.R.21)	Zonas de Recreação 21 (Z.Rec.21)
Zonas de Intervenção 22 (Z.I.22)	Zonas de Proteção 22 (Z.P.22)	Zonas de Reserva 22 (Z.R.22)	Zonas de Recreação 22 (Z.Rec.22)
Zonas de Intervenção 23 (Z.I.23)	Zonas de Proteção 23 (Z.P.23)	Zonas de Reserva 23 (Z.R.23)	Zonas de Recreação 23 (Z.Rec.23)
Zonas de Intervenção 24 (Z.I.24)	Zonas de Proteção 24 (Z.P.24)	Zonas de Reserva 24 (Z.R.24)	Zonas de Recreação 24 (Z.Rec.24)
Zonas de Intervenção 25 (Z.I.25)	Zonas de Proteção 25 (Z.P.25)	Zonas de Reserva 25 (Z.R.25)	Zonas de Recreação 25 (Z.Rec.25)
Zonas de Intervenção 26 (Z.I.26)	Zonas de Proteção 26 (Z.P.26)	Zonas de Reserva 26 (Z.R.26)	Zonas de Recreação 26 (Z.Rec.26)
Zonas de Intervenção 27 (Z.I.27)	Zonas de Proteção 27 (Z.P.27)	Zonas de Reserva 27 (Z.R.27)	Zonas de Recreação 27 (Z.Rec.27)
Zonas de Intervenção 28 (Z.I.28)	Zonas de Proteção 28 (Z.P.28)	Zonas de Reserva 28 (Z.R.28)	Zonas de Recreação 28 (Z.Rec.28)
Zonas de Intervenção 29 (Z.I.29)	Zonas de Proteção 29 (Z.P.29)	Zonas de Reserva 29 (Z.R.29)	Zonas de Recreação 29 (Z.Rec.29)
Zonas de Intervenção 30 (Z.I.30)	Zonas de Proteção 30 (Z.P.30)	Zonas de Reserva 30 (Z.R.30)	Zonas de Recreação 30 (Z.Rec.30)
Zonas de Intervenção 31 (Z.I.31)	Zonas de Proteção 31 (Z.P.31)	Zonas de Reserva 31 (Z.R.31)	Zonas de Recreação 31 (Z.Rec.31)
Zonas de Intervenção 32 (Z.I.32)	Zonas de Proteção 32 (Z.P.32)	Zonas de Reserva 32 (Z.R.32)	Zonas de Recreação 32 (Z.Rec.32)
Zonas de Intervenção 33 (Z.I.33)	Zonas de Proteção 33 (Z.P.33)	Zonas de Reserva 33 (Z.R.33)	Zonas de Recreação 33 (Z.Rec.33)
Zonas de Intervenção 34 (Z.I.34)	Zonas de Proteção 34 (Z.P.34)	Zonas de Reserva 34 (Z.R.34)	Zonas de Recreação 34 (Z.Rec.34)
Zonas de Intervenção 35 (Z.I.35)	Zonas de Proteção 35 (Z.P.35)	Zonas de Reserva 35 (Z.R.35)	Zonas de Recreação 35 (Z.Rec.35)
Zonas de Intervenção 36 (Z.I.36)	Zonas de Proteção 36 (Z.P.36)	Zonas de Reserva 36 (Z.R.36)	Zonas de Recreação 36 (Z.Rec.36)
Zonas de Intervenção 37 (Z.I.37)	Zonas de Proteção 37 (Z.P.37)	Zonas de Reserva 37 (Z.R.37)	Zonas de Recreação 37 (Z.Rec.37)
Zonas de Intervenção 38 (Z.I.38)	Zonas de Proteção 38 (Z.P.38)	Zonas de Reserva 38 (Z.R.38)	Zonas de Recreação 38 (Z.Rec.38)
Zonas de Intervenção 39 (Z.I.39)	Zonas de Proteção 39 (Z.P.39)	Zonas de Reserva 39 (Z.R.39)	Zonas de Recreação 39 (Z.Rec.39)
Zonas de Intervenção 40 (Z.I.40)	Zonas de Proteção 40 (Z.P.40)	Zonas de Reserva 40 (Z.R.40)	Zonas de Recreação 40 (Z.Rec.40)
Zonas de Intervenção 41 (Z.I.41)	Zonas de Proteção 41 (Z.P.41)	Zonas de Reserva 41 (Z.R.41)	Zonas de Recreação 41 (Z.Rec.41)
Zonas de Intervenção 42 (Z.I.42)	Zonas de Proteção 42 (Z.P.42)	Zonas de Reserva 42 (Z.R.42)	Zonas de Recreação 42 (Z.Rec.42)
Zonas de Intervenção 43 (Z.I.43)	Zonas de Proteção 43 (Z.P.43)	Zonas de Reserva 43 (Z.R.43)	Zonas de Recreação 43 (Z.Rec.43)
Zonas de Intervenção 44 (Z.I.44)	Zonas de Proteção 44 (Z.P.44)	Zonas de Reserva 44 (Z.R.44)	Zonas de Recreação 44 (Z.Rec.44)
Zonas de Intervenção 45 (Z.I.45)	Zonas de Proteção 45 (Z.P.45)	Zonas de Reserva 45 (Z.R.45)	Zonas de Recreação 45 (Z.Rec.45)
Zonas de Intervenção 46 (Z.I.46)	Zonas de Proteção 46 (Z.P.46)	Zonas de Reserva 46 (Z.R.46)	Zonas de Recreação 46 (Z.Rec.46)
Zonas de Intervenção 47 (Z.I.47)	Zonas de Proteção 47 (Z.P.47)	Zonas de Reserva 47 (Z.R.47)	Zonas de Recreação 47 (Z.Rec.47)
Zonas de Intervenção 48 (Z.I.48)	Zonas de Proteção 48 (Z.P.48)	Zonas de Reserva 48 (Z.R.48)	Zonas de Recreação 48 (Z.Rec.48)
Zonas de Intervenção 49 (Z.I.49)	Zonas de Proteção 49 (Z.P.49)	Zonas de Reserva 49 (Z.R.49)	Zonas de Recreação 49 (Z.Rec.49)
Zonas de Intervenção 50 (Z.I.50)	Zonas de Proteção 50 (Z.P.50)	Zonas de Reserva 50 (Z.R.50)	Zonas de Recreação 50 (Z.Rec.50)

Anexo VIII. Fichas das Ações Materiais

AÇÃO: **Ações de arborização e rearborização**

DOMÍNIO: **Ambiente, Recursos Naturais e Riscos**

TIPOLOGIA: **Arborização**

A.1



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



Pilar estratégico: Qualificação e Preservação Ambiental

Objetivos estratégicos:

Promover o ordenamento dos espaços florestais e a sua adaptação às alterações climáticas, aumentando a resiliência do território aos incêndios rurais.

Descrição:

Esta ação incide sobre todo o território delimitado sobre a ARU da Cidade de Torres Vedras_TVD79. Face ao horizonte temporal desta ORU (15 anos), optou-se por não identificar de forma detalhada os espaços a intervir, deixando em aberto os locais, face à necessidade de cada fase de execução. Trata-se de uma tipologia de intervenção com um elevado grau de imprevisibilidade. Sempre que possível, esta ação acompanhará as intervenções de requalificação do espaço público inscritas no PERU. Esta ação consiste na instalação ou substituição de árvores, por sementeira ou plantação. “Tem como objetivo o aumento de biodiversidade local, diversificação de produtos, bens e serviços florestais, a adaptação do ecossistema face às alterações climáticas, a redução da perigosidade de incêndio, a melhoria da qualidade do solo, a redução do risco de erosão, e a criação de espaços verdes naturalizados, alguns dos quais com acessibilidade futura à população para recreio.” Fonte: Município de Torres Vedras.

Área total de intervenção: ARU | Custo total estimado (mais IVA): 30.000 €

AÇÃO: Instalação de Sistemas de micro-geração ou mini-geração fotovoltaicos em edifícios públicos;

DOMÍNIO: Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas

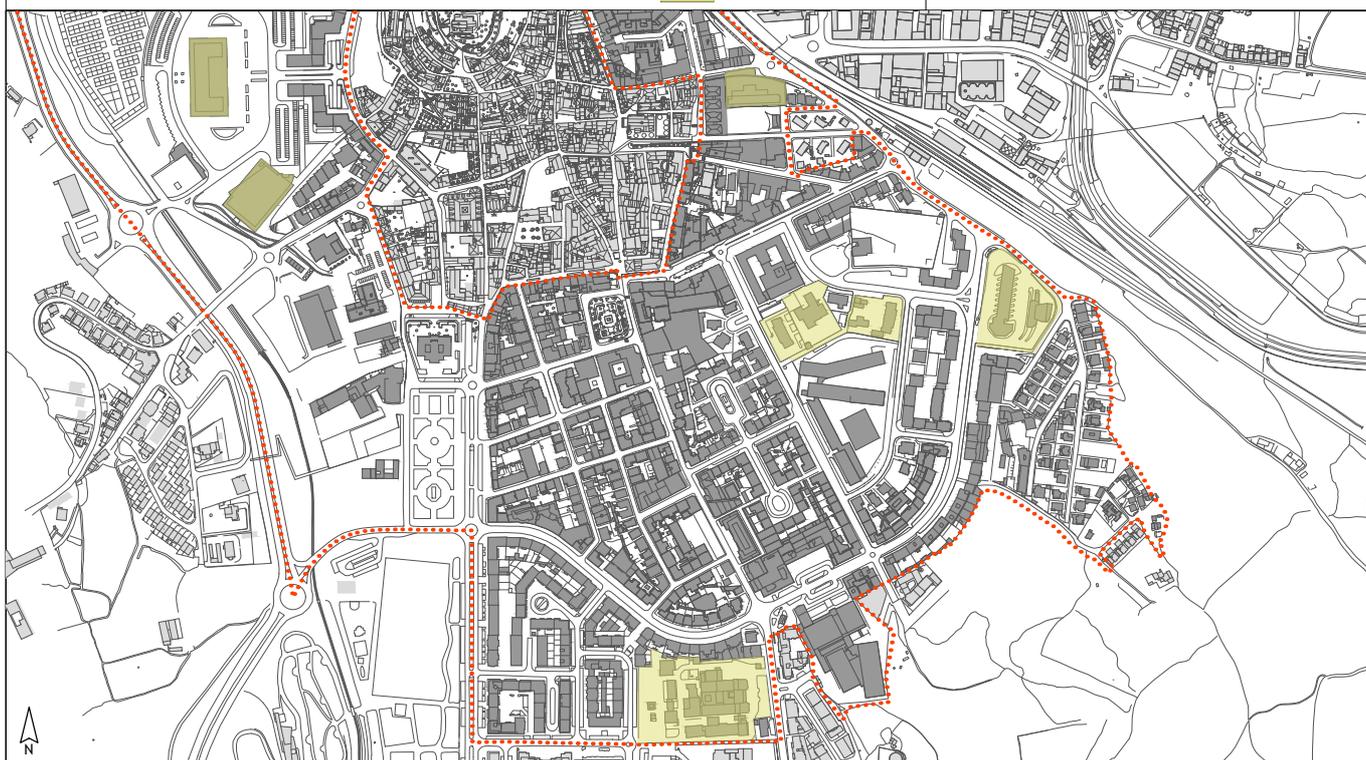
TIPOLOGIA: Energias Renováveis

B.1



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: Instalação de Sistemas de micro-geração ou mini-geração fotovoltaicos em edifícios públicos;

DOMÍNIO: **Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas**

TIPOLOGIA: Instalação de sistemas fotovoltaicos

B.1

Pilar estratégico: Qualificação e Preservação Ambiental

Objetivos estratégicos:

Promover a produção de energia a partir de fontes renováveis.

Descrição:

Esta ação incide sobre os edifícios públicos que serão intervencionados no âmbito da ORU, propõe promover a sustentabilidade..

O sistema fotovoltaico converte a energia solar em energia elétrica, contribuindo para a redução da fatura energética. Os sistemas de baixa potência são a base da micro-geração, que permite uma produção de energia elétrica no local de consumo, ainda que em pequena escala.

No que diz respeito à sustentabilidade, os painéis fotovoltaicos são 99% recicláveis e têm uma duração média de vida de mais de 40 anos. Os materiais que incorpora não contribuem para qualquer tipo de poluição que concorra para o aquecimento global. Trata-se de uma das fontes de energia mais renováveis e limpas da atualidade.

Área total de intervenção: não se aplica | Custo total estimado (mais IVA): € 100.000€



AÇÃO: Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão;

DOMÍNIO: Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas

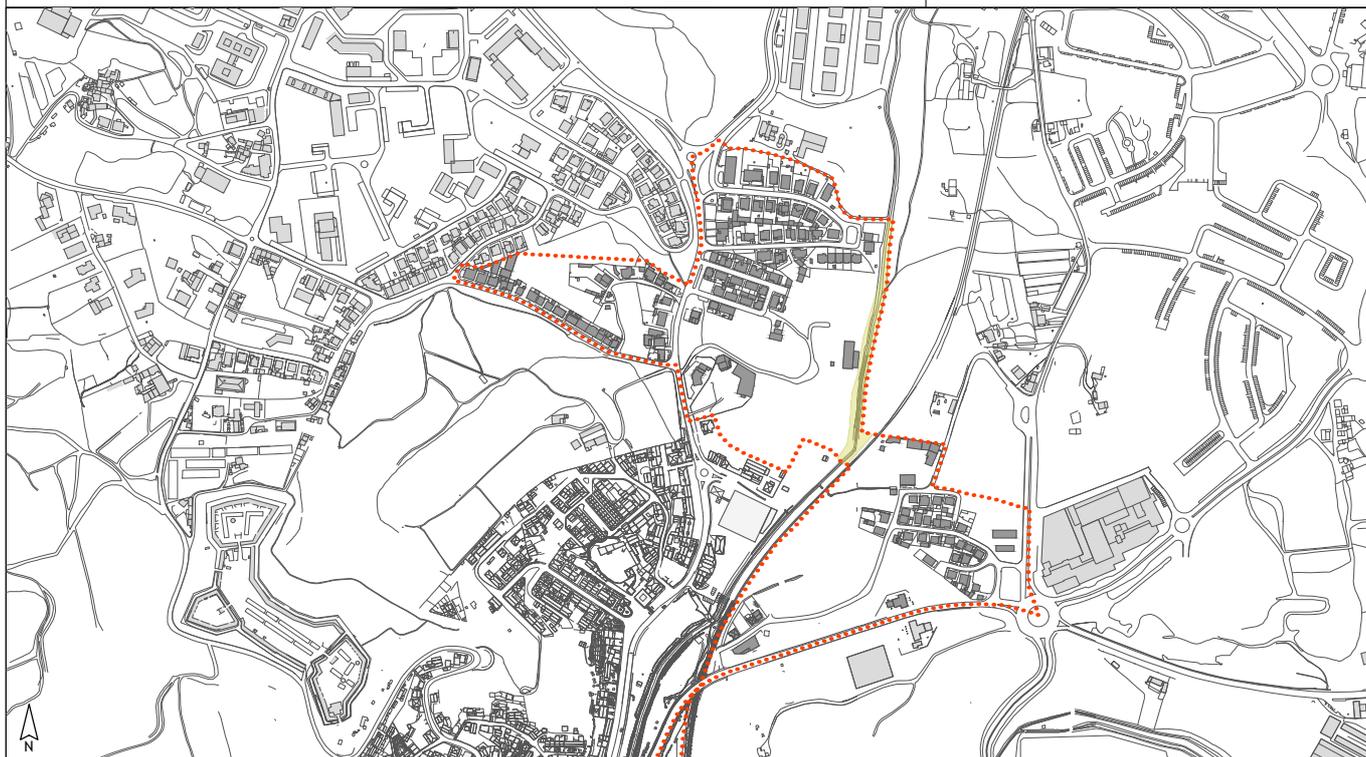
TIPOLOGIA: Tratamento ambiental e valorização paisagística

B.2



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: Tratamento ambiental e valorização paisagística da Vala dos Amiais, na zona do Bairro Rabão;

DOMÍNIO: **Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas**

TIPOLOGIA: Tratamento ambiental e valorização paisagística

B.2

Pilar estratégico: Qualificação e Preservação Ambiental

Objetivos estratégicos:

Promover a utilização lúdica da estrutura ecológica municipal, prevendo a sua relação harmoniosa com os espaços urbanos; Promover o alargamento e a diversificação da rede de percursos pedestres, em estreita articulação com a preservação e valorização da estrutura ecológica; Criar condições urbanísticas promotoras do exercício físico, associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal; Assegurar a proteção dos percursos hídricos superficiais e subterrâneos e a eliminação das fontes de poluição.

Descrição:

“Os corredores ecológicos, também chamados de corredores de biodiversidade e corredores entre remanescentes, são áreas de cobertura vegetal que permite a união entre remanescentes ambientais ou unidades de conservação fragmentada pela ação antrópica, mitigando assim os efeitos gerados pela fragmentação florestal. Esses corredores, além de aumentarem a área de cobertura vegetal, permitem o transito de animais bem como a dispersão de sementes, auxiliando na recolonização de áreas e contribuindo com a conservação da biodiversidade.” (ICNF)

Esta ação alinha-se com os objetivos do PU da cidade, nomeadamente: “Dotar a cidade de Torres Vedras de espaços qualificados vocacionados para o recreio e lazer da população, promovendo a beneficiação do espaço público; Definir uma estrutura ecológica que vise fomentar a qualidade ambiental do sistema urbano, salvaguardando os valores naturais presentes na área de intervenção”. (PU)

A intervenção centra-se numa forte componente de valorização ambiental e de naturalização do espaço arborizado. Em termos programáticos, prevê-se uma operação ligeira, mantendo as características naturais, valorizando a vegetação ripícola existente, e eliminando a vegetação infestante. Propõe-se ainda o reforço de vegetação adequada a uma galeria ripícola. Prevê-se ainda a criação de percursos pedonais, a instalação de mobiliário urbano e sinalética, bem como equipamentos de manutenção. Podendo estar também associada à criação de hortas comunitárias. Esta ação pretende dar continuidade à intervenção realizada no âmbito do PEDU, nomeadamente a ação PARU.05.

Área total de intervenção: m² | Custo total estimado (mais IVA): 200.000€



AÇÃO: Obras de beneficiação do Hospital - Eficiência energética

DOMÍNIO: Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas

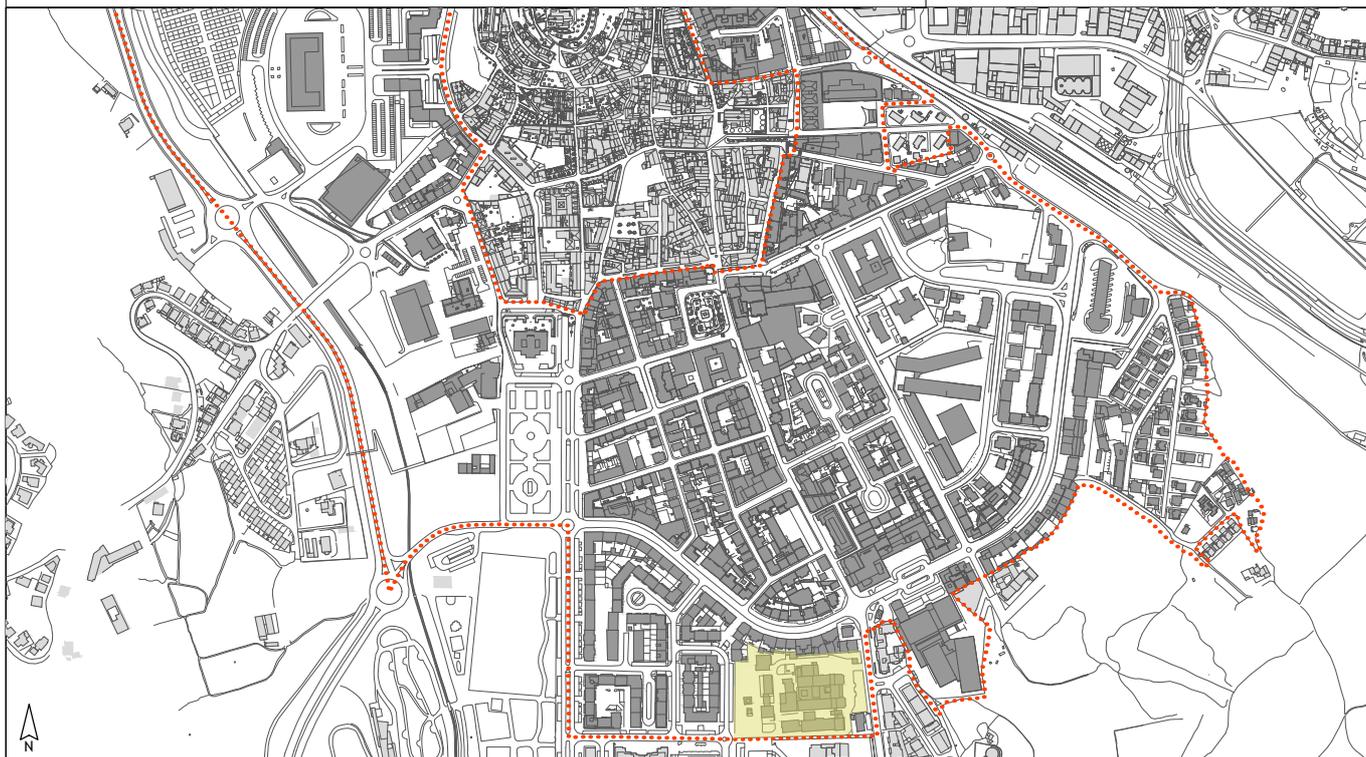
TIPOLOGIA: Eficiência energética

B.3



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: Obras de beneficiação do Hospital - Eficiência energética

DOMÍNIO: **Mitigação e adaptação às Alterações Climáticas**

TIPOLOGIA: Eficiência energética

B.3

Pilar estratégico: Qualificação e Preservação Ambiental

Objetivos Estratégicos:

Promover a reabilitação do edifício, dotando-o de melhores condições funcionais, ambientais e eficiência energética.

Descrição:

Esta ação incide sobre os edifícios do Centro Hospitalar do Oeste que serão intervencionados no âmbito da ORU. Tendo em conta o estado de conservação do imóvel, importa proceder à sua reabilitação, estando previstas várias intervenções destacando-se a substituição de caixilharias e Instalação de Sistemas de AVAC.

Área total de intervenção: m² | Custo total estimado (mais IVA): 200.000€



AÇÃO: Instalação e conservação de Arte Urbana

DOMÍNIO: Património Natural e Cultural

TIPOLOGIA: Arte Urbana

C.1



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação

Pilar estratégico: Valorização Cultural

Objetivos estratégicos:

Promover o conhecimento, a proteção e a valorização do património natural e cultural do concelho, designadamente através da sua inventariação, classificação e divulgação; Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros; Promover e valorizar os circuitos de visitação ao património natural e cultural, nomeadamente às Linhas de Torres Vedras, enquanto ativo patrimonial estratégico de escala supralocal

Descrição:

Esta ação visa promover a instalação e conservação de Arte Urbana na cidade, permitindo a criação de roteiros que promovam não só a cultura e o património, mas também o lazer e o desporto.

Área total de intervenção: m² | Custo total estimado (mais IVA): 20.000€

AÇÃO: Conservação e Valorização da Fonte Nova

DOMÍNIO: Património Natural e Cultural

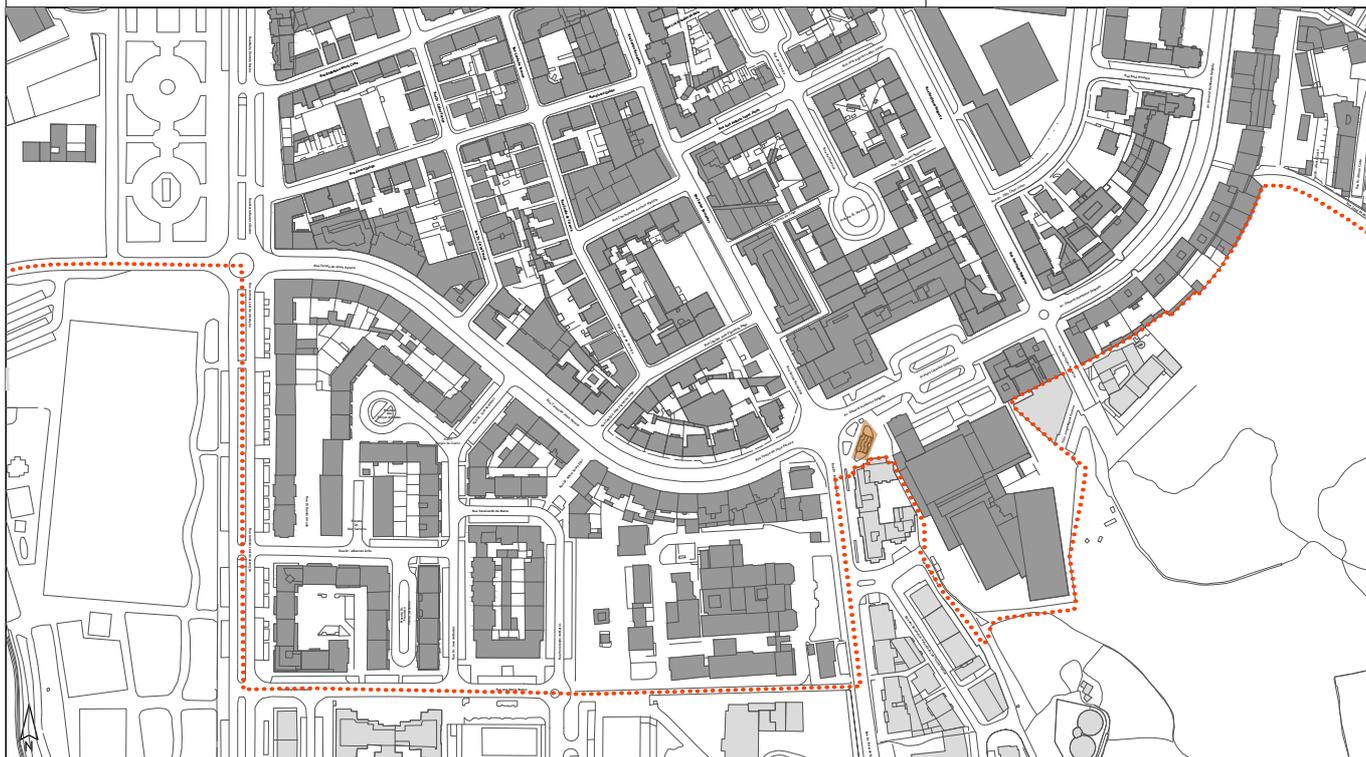
TIPOLOGIA: Reabilitação do Património

C.2



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO:

Conservação e Valorização da Fonte Nova

DOMÍNIO:

Património Natural e Cultural

TIPOLOGIA:

Reabilitação do Património

C.2

Pilar estratégico: Valorização Cultural

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros.

Descrição:

Esta ação visa promover a reabilitação da Fonte Nova, tentando contrariar o processo de degradação verificado nos últimos anos. Por outro lado, esta intervenção permitirá uma melhor integração na paisagem urbana, acompanhando assim, a as operações confinantes previstas para esta zona da cidade: requalificação da Rua Teresa de Jesus Pereira e Av. General Humberto Delgado.

Área total de intervenção: m² | Custo total estimado (mais IVA): 20.000€



AÇÃO: Reabilitação da Mina de Água na Rua Casal do Aleixo

DOMÍNIO: Património Natural e Cultural

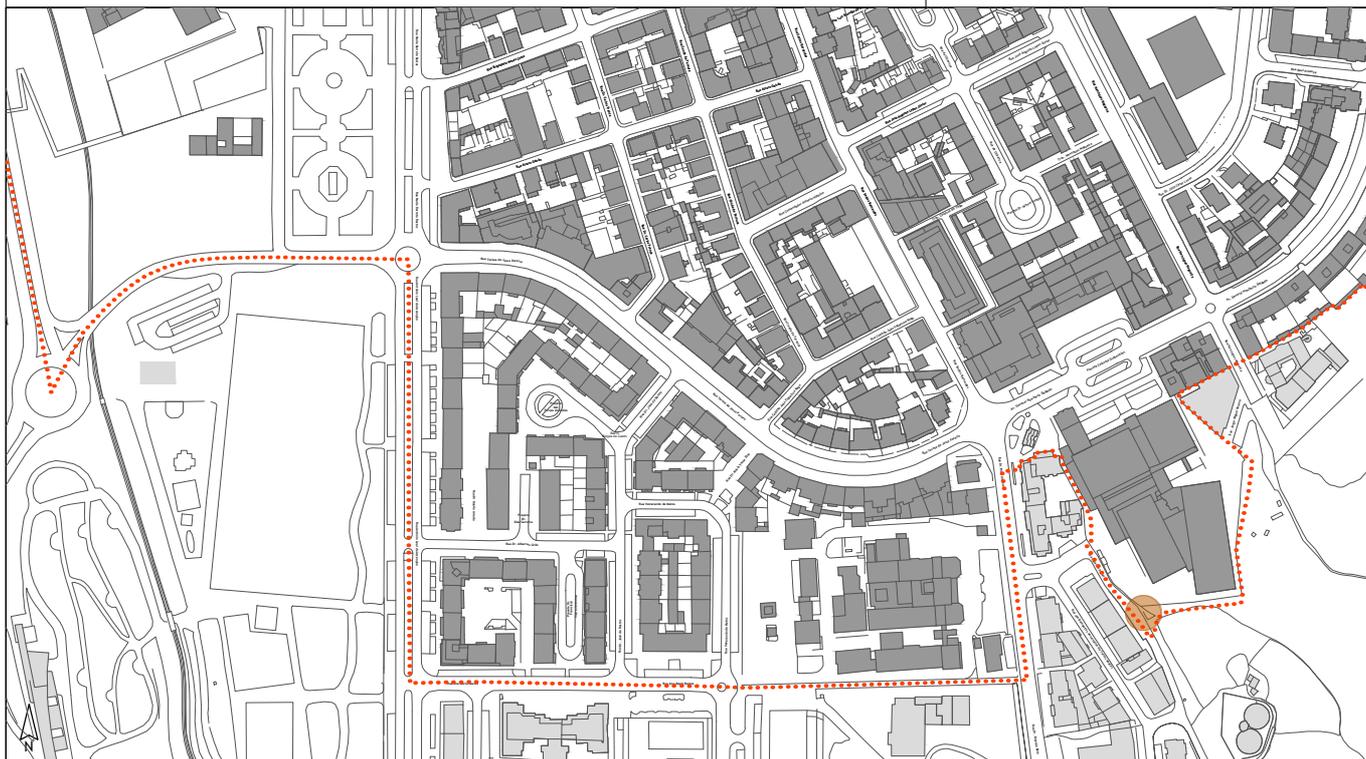
TIPOLOGIA: Reabilitação do Património

C.3



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Reabilitação da Mina de Água na Rua Casal do Aleixo**

DOMÍNIO: **Património Natural e Cultural**

TIPOLOGIA: **Reabilitação do Património**

C.3

Pilar estratégico: Valorização Cultural

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros.

Descrição:

Esta ação visa promover a reabilitação da Mina da Fonte Nova, localizada na Rua do Casal do Aleixo, tentando contrariar o processo de degradação. A estrutura é prejudicada pelo estacionamento informal que se verifica no local, sendo necessária a sua integração no espaço público. Importa proceder a uma abordagem ambiental, estudando e salvaguardando os aspetos naturais associados à estrutura hídrica da cidade. A Mina tem potencial cultural e turístico, justificando-se a sua integração num roteiro que abranja outras estruturas semelhantes.

Área total de intervenção: m² | Custo total estimado (mais IVA): 20.000€



OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ARU DA CIDADE DE TORRES VEDRAS - TVD79

Setembro 2021 CMTV | ARURB

AÇÃO: Requalificação do Museu Leonel Trindade

DOMÍNIO: Património Natural e Cultural

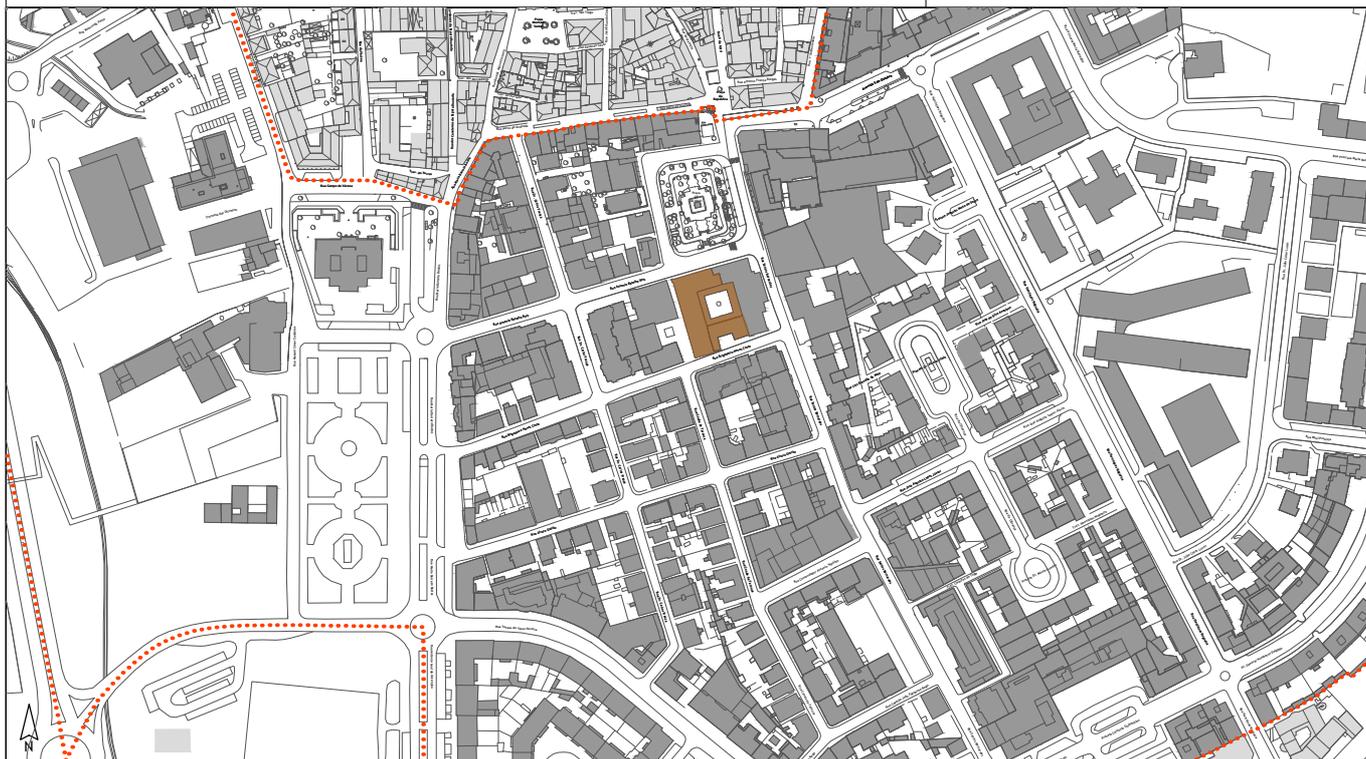
TIPOLOGIA: Reabilitação do Património

C.4



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Requalificação do Museu Leonel Trindade**

DOMÍNIO: **Património Natural e Cultural**

TIPOLOGIA: **Reabilitação do Património**

C.4

Pilar estratégico: Valorização Cultural

Objetivos estratégicos:

Promover o conhecimento, a proteção e a valorização do património natural e cultural do concelho, designadamente através da sua inventariação, classificação e divulgação; Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros; Qualificar e ampliar a oferta museológica concelha, valorizando a memória e a identidade local e diversificando a atratividade turística.

Descrição:

As exigências programáticas da tipologia de museu sofreram uma evolução significativa nos últimos 20 anos. Consequentemente, a possibilidade de expansão do Museu Municipal para o piso superior do Convento serviu de pretexto a uma reprogramação do programa museológico que se traduz numa alteração radical da sua filosofia de funcionamento. Esta ação prevê a elaboração de um projeto que procure as soluções mais qualificadas para a articulação e caracterização dos espaços públicos e técnicos, mas que também conceba os núcleos programáticos e a consequente articulação de diversas ordens de percurso pelo edifício como factor determinante de uma vida cultural intensa. Para além dos aspetos relacionados com a função, pretende-se ainda proceder a obras de reabilitação que garantam a salvaguarda do património edificado existente. Esta ação prevê ainda a conservação dos painéis de azulejos do claustro.

Área total de intervenção: m² | Custo total estimado (mais IVA): 4.000.000€

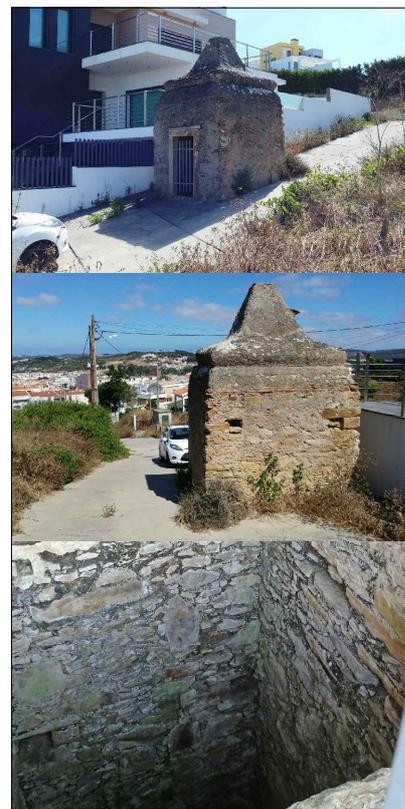


AÇÃO: Reabilitação da Mina de Água na Rua Casal da Mina

DOMÍNIO: Património Natural e Cultural

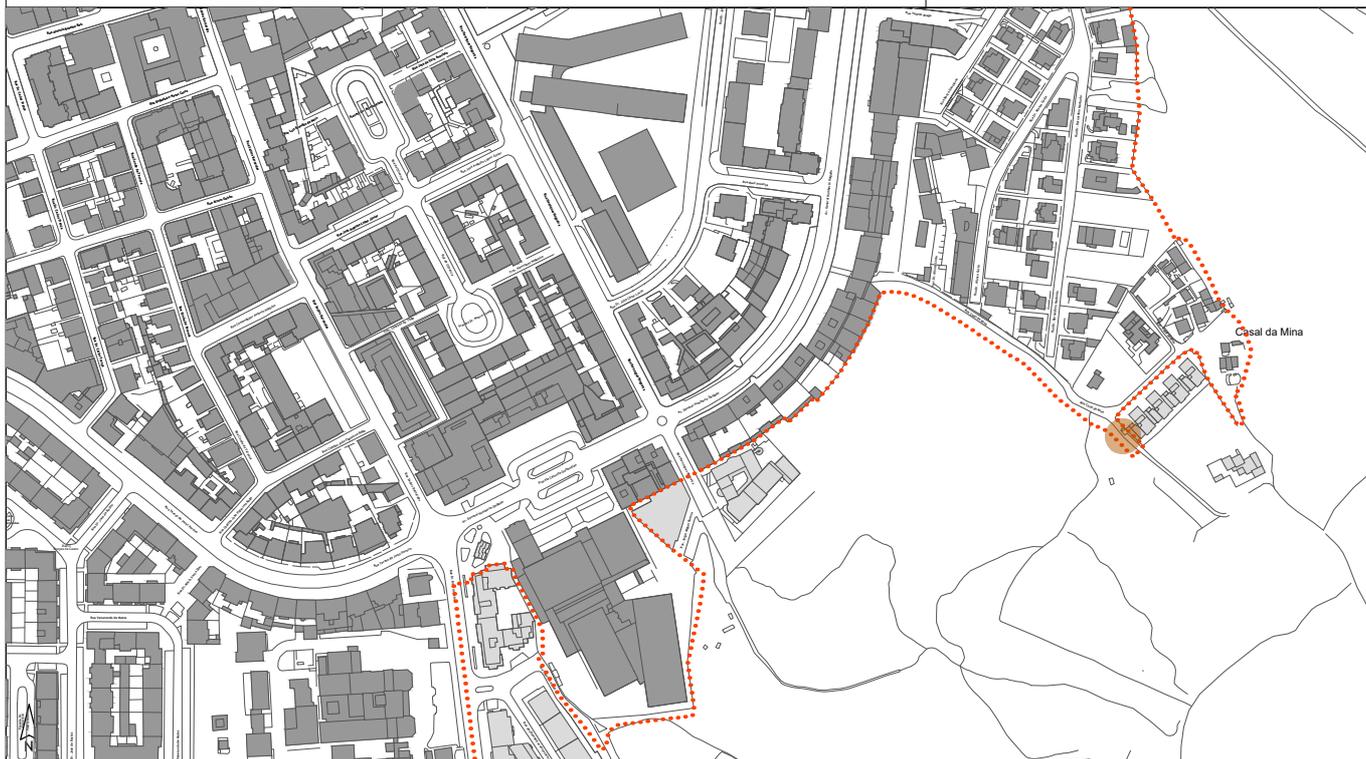
TIPOLOGIA: Reabilitação do Património

C.5



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Reabilitação da Mina de Água na Rua Casal da Mina**

DOMÍNIO: **Património Natural e Cultural**

TIPOLOGIA: **Reabilitação do Património**

C.5

Pilar estratégico: Valorização Cultural

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros.

Descrição:

Esta ação visa promover a reabilitação da Mina de água na rua Casal da Mina, tentando contrariar o processo de degradação que se verifica. A intervenção terá como missão não apenas a reabilitação da estrutura, mas também a sua integração no espaço público. Prevê-se ainda a reabilitação da sua envolvente que se encontra bastante desqualificada. A Mina tem potencial cultural e turístico, justificando-se a sua integração num roteiro que abranja outras estruturas semelhantes.

Área total de intervenção: m² | Custo total estimado (mais IVA): 20.000€



OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ARU DA CIDADE DE TORRES VEDRAS - TVD79

Setembro 2021 CMTV | ARURB

AÇÃO: Requalificação das Pracetas Dr. Afonso Vilela e Dr. Moura Guedes e arruamentos: R. da Olivença, R. José Augusto Lopes Júnior, Tv. Celeiros do trigo e Tv. Henriques Nogueira

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

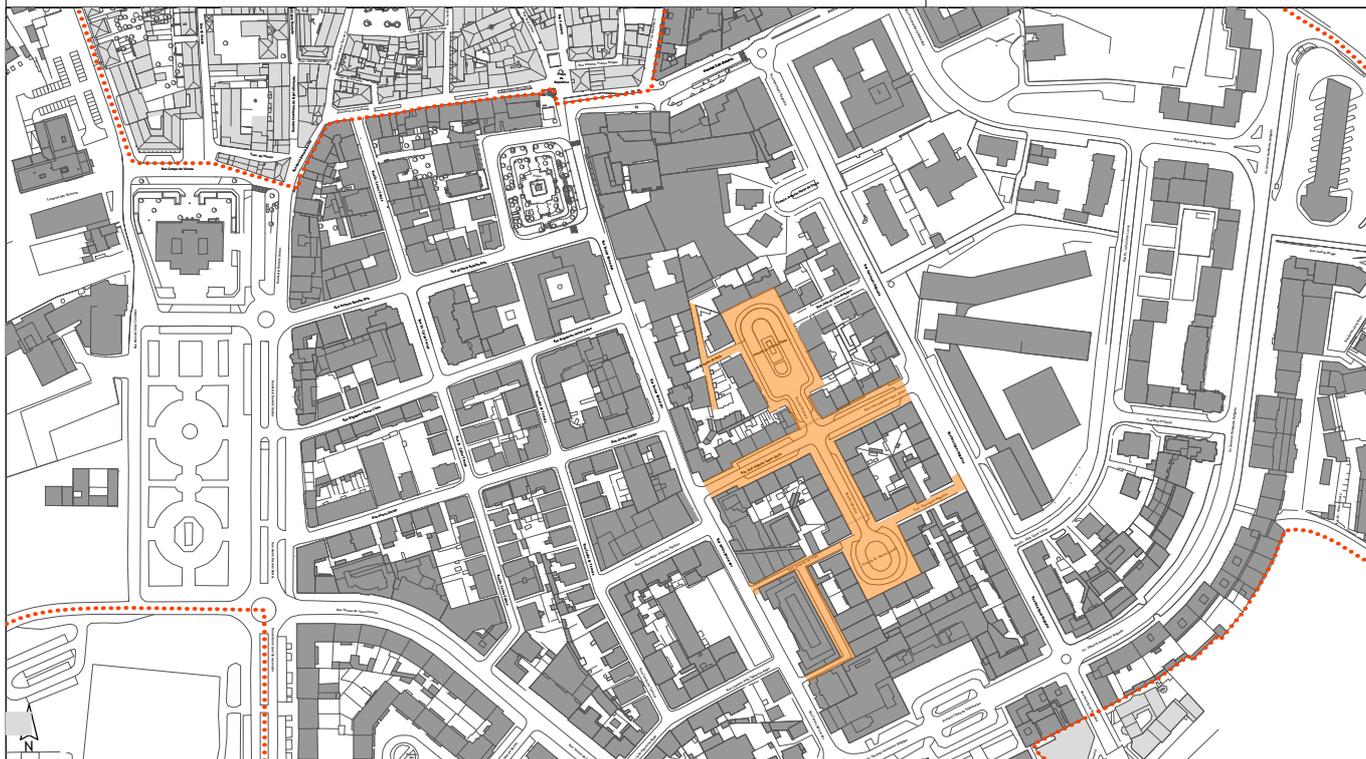
TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.1



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: Requalificação das Pracetas Dr. Afonso Vilela e Dr. Moura Guedes e arruamentos: R. da Olivença, R. José Augusto Lopes Júnior, Tv. Celeiros do trigo e Tv. Henriques Nogueira

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.1

Pilar estratégico: Requalificação Urbana

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas.

Descrição:

Esta ação pretende promover a Requalificação das Pracetas Dr. Afonso Vilela e Dr. Moura Guedes e respetivos arruamentos: Rua de Olivença, Rua José Augusto Lopes Júnior, trav. Celeiros do trigo e Trav. Henriques Nogueira. Nesta área de intervenção verifica-se a necessidade de melhorar os arruamentos e os estacionamento. Entende-se que uma futura intervenção não deve contemplar apenas a substituição de pavimentos, deve antes optar por uma operação integrada que abranja toda a área face às características do local, que contempla uma identidade própria, com enorme potencial, face ao caráter habitacional e à proximidade à Escola Secundária Henriques Nogueira. A intervenção integrada deve repensar os arruamentos, os estacionamento e passeios, bem como os espaços de lazer ajardinados. O projeto deve contemplar a substituição dos equipamentos e a eliminação de barreiras arquitetónicas e elementos dissonantes.

Área total de intervenção: 10.000 m² | Custo total estimado (mais IVA): 1.050.000€



AÇÃO: Requalificação de arruamentos no Bairro Novo

DOMÍNIO: Requalificação Urbana

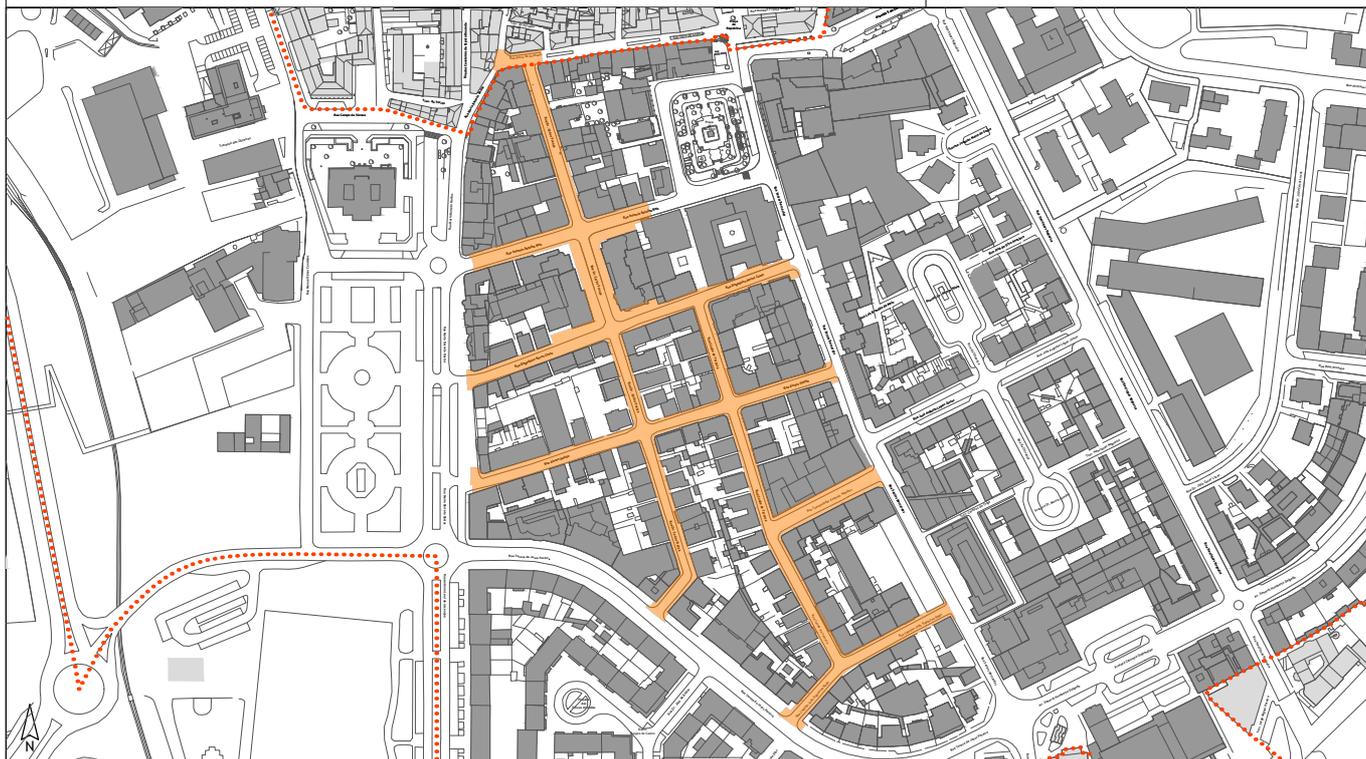
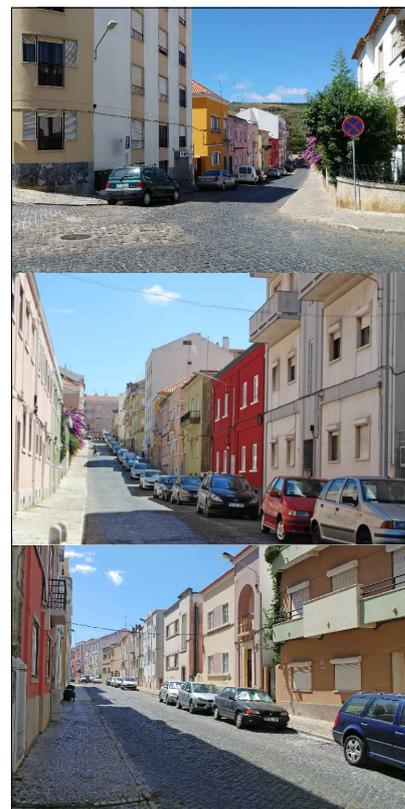
TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.2



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Requalificação de arruamentos no Bairro Novo**

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

TIPOLOGIA: **Requalificação de Espaço Público**

D.2

Pilar estratégico: Requalificação Urbana

Objetivos estratégicos:

Promover a conclusão dos sistemas de suporte aos aglomerados urbanos, nomeadamente dos sistemas de abastecimento de água, de saneamento e de recolha de resíduos urbanos ; Promover o alargamento e a diversificação da rede de percursos pedestres, em estreita articulação com a preservação e valorização da estrutura ecológica

Descrição:

Esta ação pretende promover a Requalificação dos arruamentos do bairro novo. O Bairro Novo foi construído na sua maioria na década de 40 do século XX. Ao longo das últimas décadas os arruamentos foram sofrendo várias alterações, existindo soluções mistas de pavimentos, dividindo-se entre a calçada e o alcatrão. As infraestruturas têm sido mantidas de forma avulsa, verificando-se a obsolescência de algumas dessas infraestruturas. Este bairro está identificado como um conjunto de valor patrimonial face às suas características. Uma futura intervenção deve contemplar a reabilitação das infraestruturas, bem como a substituição de pavimento, introduzindo soluções que permitam a circulação de automóveis e pessoas em perfeita harmonia. As acessibilidades devem ser uma prioridade, integrando este bairro na rede de percursos acessíveis.

Área total de intervenção: 15.900 m² | Custo total estimado (mais IVA): 2.270.000€



AÇÃO: Requalificação da Rua Bento Gonçalves e respetiva praça

DOMÍNIO: Requalificação Urbana

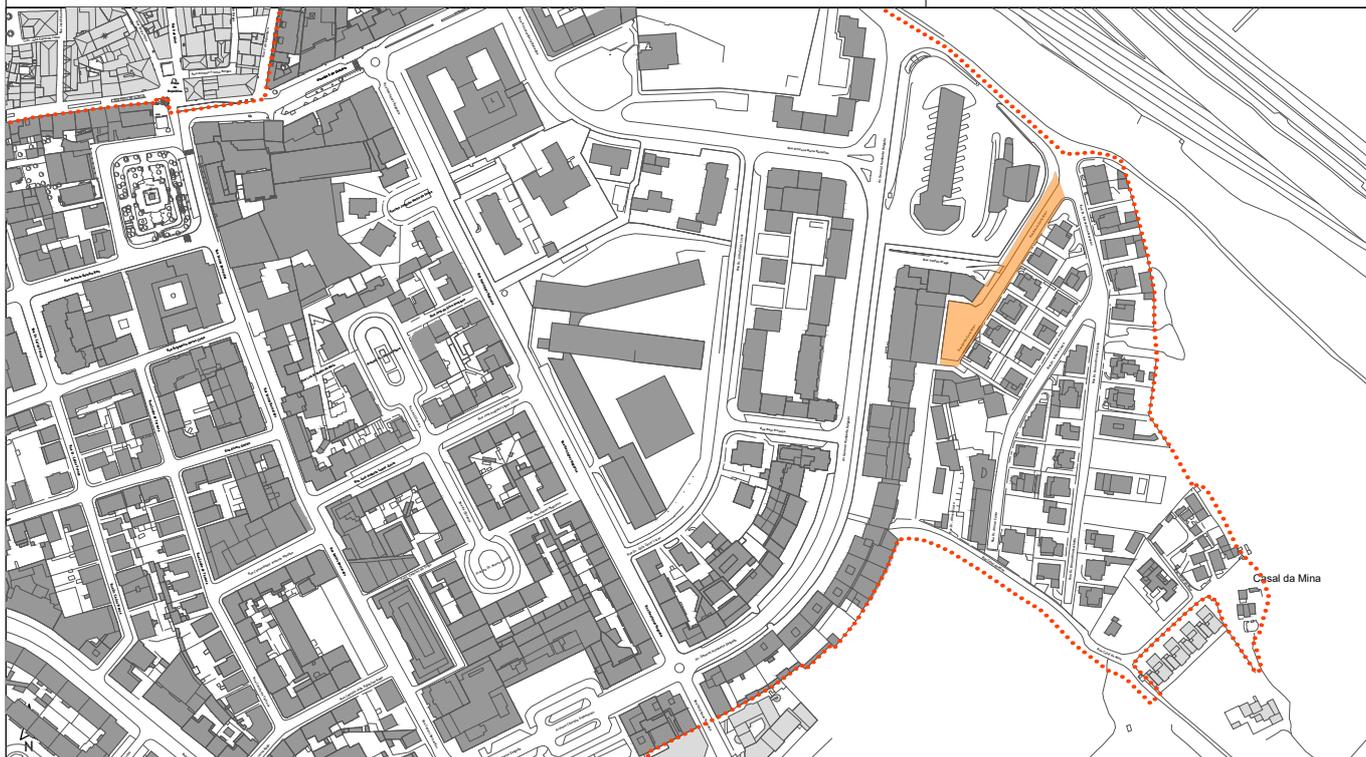
TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.3



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Requalificação da Rua Bento Gonçalves e respetiva praça**

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

TIPOLOGIA: **Requalificação de Espaço Público**

D.3

Pilar estratégico: Requalificação Urbana

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas;

Descrição:

Esta ação pretende promover a Requalificação da rua Bento Gonçalves e a Praça com a mesma designação. Esta ação localiza-se na zona nascente, a tardoz do antigo Terminal Rodoviário. Trata-se de uma zona de impasse que serve sobretudo moradores, mas também tem uma ocupação esporádica por quem recorre ao comércio e serviços na cidade.

Toda a área de intervenção encontra-se muito degradada, criando constrangimentos à circulação automóvel e pedonal. A imagem do local é agravada pelo abandono do espaço comercial adjacente.

A intervenção deve responder à necessidade de substituição dos pavimentos e garantir uma imagem urbana mais adequada, tendo em conta a sua localização.

Área total de intervenção: 2.100 m² | Custo total estimado (mais IVA): 100.000€



AÇÃO: Requalificação Espaço Público de Lazer e Desporto - R. Dr. Júlio César Lucas

DOMÍNIO: Requalificação Urbana

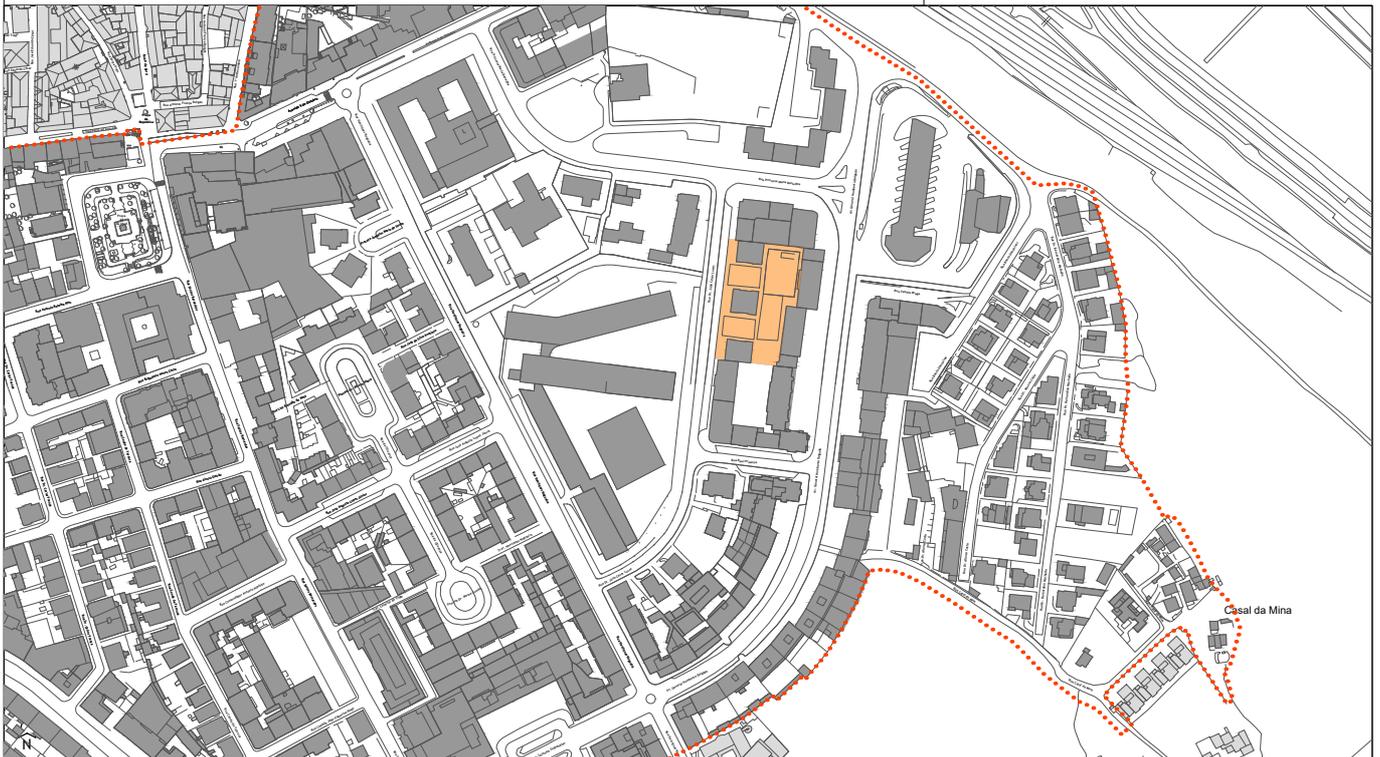
TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.4



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Requalificação Espaço Público de Lazer e Desporto - R. Dr. Júlio César Lucas**

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

TIPOLOGIA: **Requalificação de Espaço Público**

D.4

Pilar estratégico: Requalificação Urbana

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas;

Descrição:

Esta ação visa a reabilitação de um espaço público existente, confinado por um conjunto de edifícios de habitação. A sua existência está relacionada com a construção desses edifícios. Trata-se de um espaço com elevado potencial, tendo em conta a sua localização e a envolvente mais próxima: habitação, escola, comércio e serviços. Não obstante, o estado de degradação em que se encontra não promove a sua utilização.

Face ao potencial intrínseco do espaço, propõe-se a sua reabilitação, dando prioridade à substituição de pavimentos e equipamentos, manutenção dos espaços verdes e reforço da iluminação pública.

Área total de intervenção: m² | Custo total estimado (mais IVA): 200.000€



AÇÃO: Requalificação dos Largos dos Bairros Rabão e Perna de Pau

DOMÍNIO: Requalificação Urbana

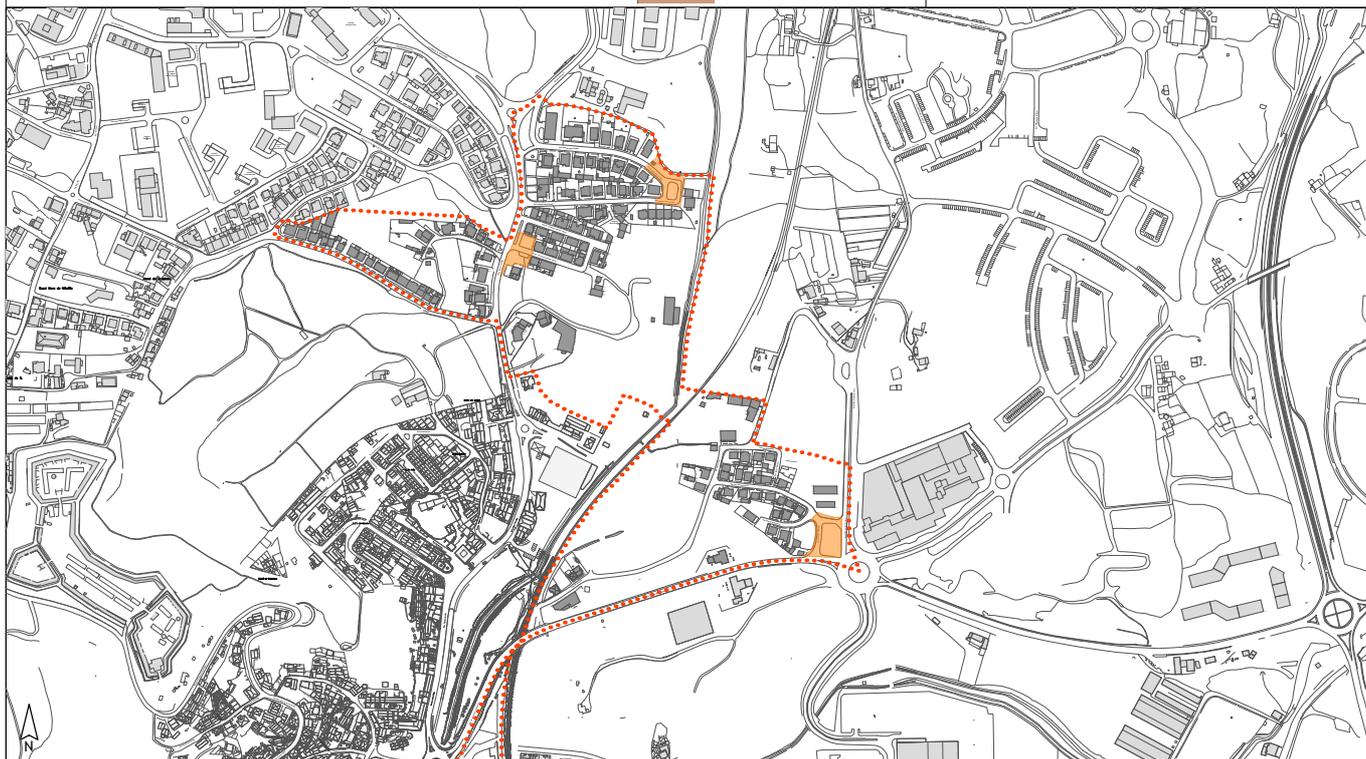
TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.5



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Requalificação dos Largos dos Bairros Rabão e Perna de Pau**

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

TIPOLOGIA: **Requalificação de Espaço Público**

D.5

Pilar estratégico: Requalificação Urbana

Objetivos estratégicos:

Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações; Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho; Criar condições urbanísticas promotoras do exercício físico, associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal; Criar condições socio-urbanísticas (respostas sociais, lazer e mobilidade urbana) que preparem o território para a transição demográfica e promovam o envelhecimento ativo, saudável e participativo da população idosa

Descrição:

Esta ação visa a reabilitação dos largos existentes nos bairros a norte da cidade: Bairro Rabão e Bairro Perna de Pau. Esta zona é caracterizada pelo seu caráter habitacional, composta essencialmente por moradias. A dimensão do espaço público existente poderá ser a adequada ao tipo de ocupação e uso, no entanto verifica-se a necessidade de repensar os largos, tornando-os mais inclusivos e atrativos à utilização dos habitantes daquela zona da cidade. Verifica-se que parte substancial do espaço está a ser utilizada como estacionamento, comprometendo a sua utilização para lazer e convívio da comunidade local. Por outro lado, verifica-se alguma degradação do pavimento dos arruamentos e a existência de barreiras arquitetónicas. Ao nível do espaço verde, regista-se a falta de manutenção e substituição de algumas espécies arbóreas.

A operação deve responder a estes constrangimentos, dotando o espaço de melhores condições de mobilidade e lazer.

Área total de intervenção: 4.800 m² | Custo total estimado (mais IVA): 200.000€



AÇÃO: Requalificação da Avenida Tenente Valadim

DOMÍNIO: Requalificação Urbana

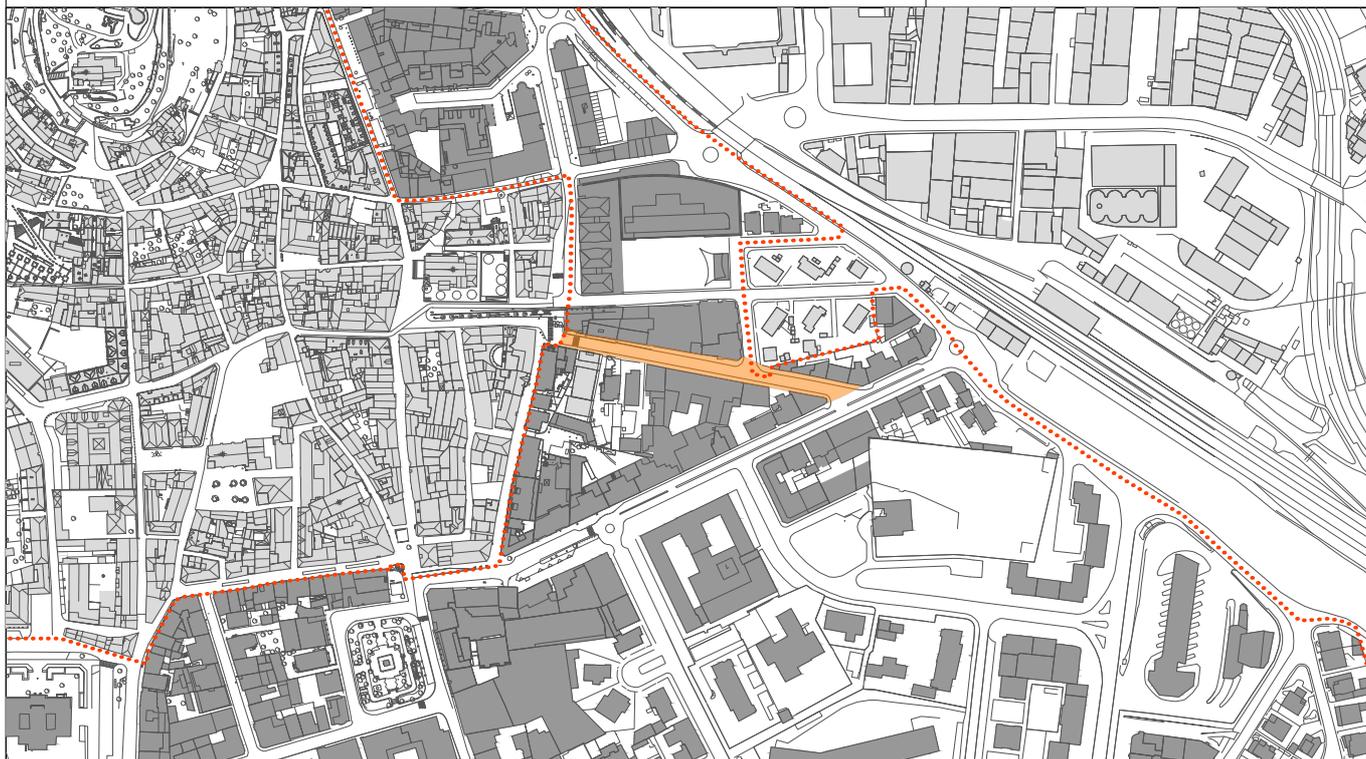
TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.6



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Requalificação da Avenida Tenente Valadim**

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

TIPOLOGIA: **Requalificação de Espaço Público**

D.6

Pilar estratégico: Requalificação Urbana

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas; Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações; Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho; Criar condições socio-urbanísticas (respostas sociais, lazer e mobilidade urbana) que preparem o território para a transição demográfica e promovam o envelhecimento ativo, saudável e participativo da população idosa;

Descrição:

Esta ação pretende promover a Requalificação da Avenida Tenente Valadim. A avenida Tenente Valadim é uma zona mista de habitação, serviços e comércio, com edificado recente e alguns edifícios públicos e privados de valor patrimonial entre os quais se destaca o Teatro Cine de Torres Vedras. A proximidade ao Centro Histórico, o comércio e serviços e a afluência aos equipamentos existentes fazem dela uma rua muito solicitada, com problemas não só ao nível dos pavimentos e passeios como na articulação especialmente com as ruas adjacentes da rua Almirante Gago Coutinho e 1º de Dezembro. A intervenção futura deve contemplar a reabilitação das infraestruturas, bem como a substituição de pavimento, introduzindo soluções que permitam a circulação de automóveis e pessoas em perfeita harmonia. As acessibilidades devem ser uma prioridade, integrando esta via na rede de percursos acessíveis.

Área total de intervenção: 2.400 m² | Custo total estimado (mais IVA): 200.000€



AÇÃO: Estacionamento e Reperfilamento da Rua Luis Augusto Albino

DOMÍNIO: Requalificação Urbana

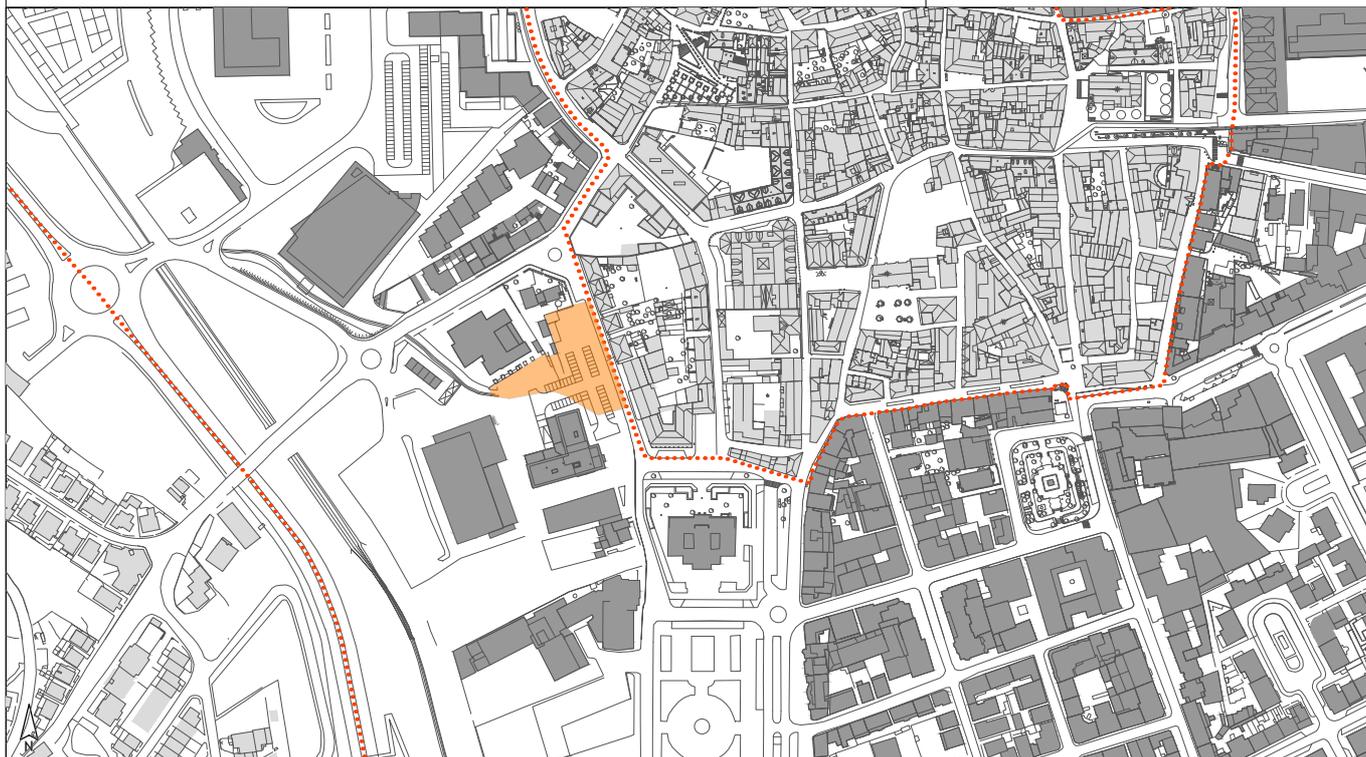
TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.7



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: Estacionamento e Reperfilamento da Rua Luis Augusto Albino

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.7

Pilar estratégico: Requalificação Urbana

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinha;

Descrição:

Esta ação compreende o estacionamento criado no terreno dos antigos lavadouros municipais. Ao longo dos últimos anos, após a demolição do antigo equipamento, este espaço foi sofrendo alterações, com o objetivo de aí criar um parque de estacionamento devidamente integrado na malha urbana, com estreita relação com o Centro Histórico. A poente está prevista a construção de um edifício multifamiliar, que conduzir à alteração da configuração do atual estacionamento. Propõe-se a reconfiguração do estacionamento bem como o reperfilamento da via, tal como previsto no Plano de Pormenor de Reabilitação do centro Histórico da Cidade. Pretende-se assim, uma intervenção integrada em estreita articulação com a iniciativa privada. Para além de melhorar as condições de estacionamento e mobilidade automóvel, esta ação deve promover melhores condições de acessibilidades.

Área total de intervenção: 3.100 m² | Custo total estimado (mais IVA): 250.000€



AÇÃO: Arranjo Urbanístico - Edifício Multisserviços - CMTV

DOMÍNIO: Requalificação Urbana

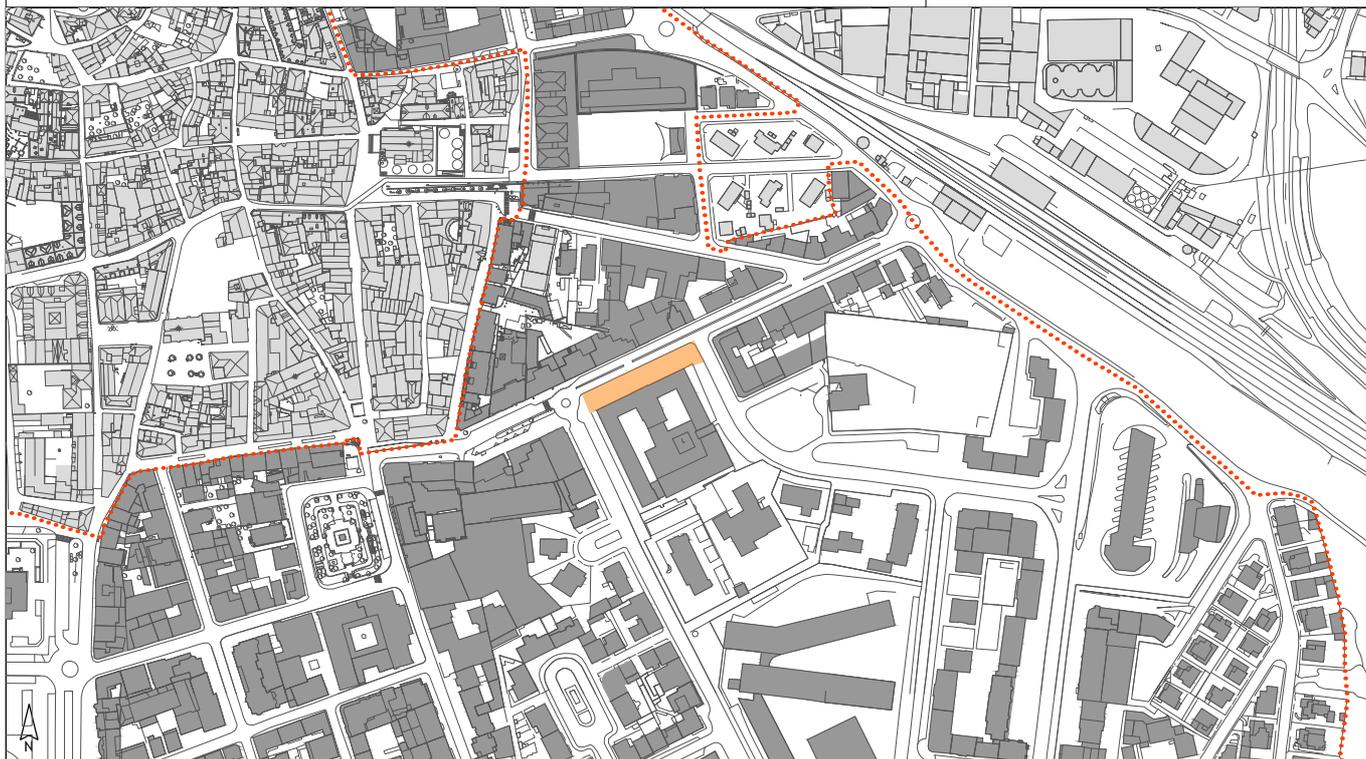
TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.8



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: Arranjo Urbanístico - Edifício Multisserviços - CMTV

DOMÍNIO: **Requalificação Urbana**

TIPOLOGIA: Requalificação de Espaço Público

D.8

Pilar estratégico: Requalificação Urbana

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinha;

Descrição:

Esta ação já se encontra concluída, tendo garantido a requalificação do espaço público frontal ao edifício multisserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras. Para além de melhorar a imagem urbana, esta intervenção permitiu garantir a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.

Área total de intervenção: 1.100 m² | Custo total estimado (mais IVA): 40.000€



OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA DA ARU DA CIDADE DE TORRES VEDRAS - TVD79

Setembro 2021 CMTV | ARURB

AÇÃO:

Loja da Mobilidade

DOMÍNIO:

Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

TIPOLOGIA:

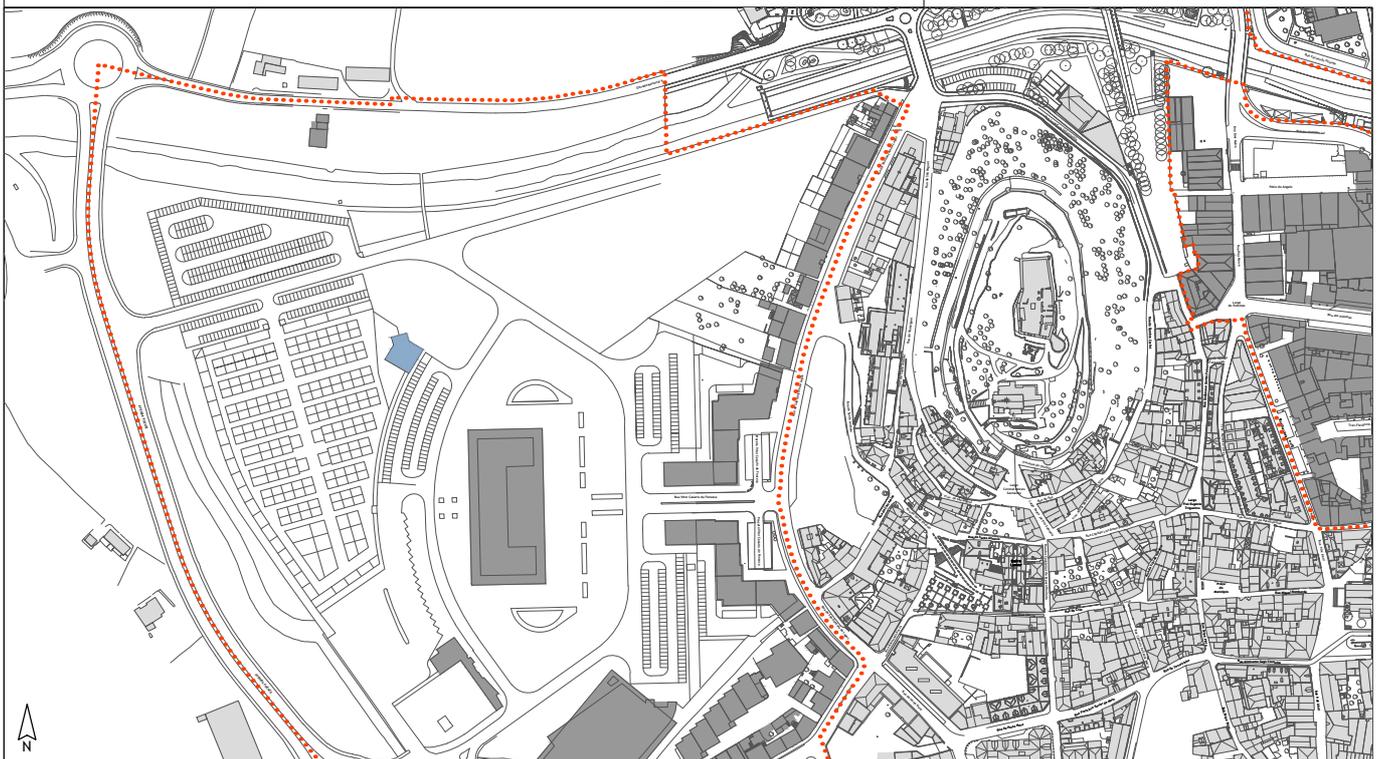
Reabilitação de edificado destinado a equipamento municipal

F.1



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO:

Loja da Mobilidade

DOMÍNIO:

Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

TIPOLOGIA:

Reabilitação de edifício destinado a equipamento municipal

F.1

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho; Consolidar a cidade de Torres Vedras como um centro de serviços regional, crescentemente integrado nas dinâmicas metropolitanas

Descrição:

Trata-se de uma intervenção num edifício de restauração e bebidas localizado na zona da EXPOTORRES. Este edifício será adaptado para Loja da Mobilidade, a ser ocupada pela Promotorres, que tem atualmente o seu escritório no edifício do Mercado Municipal. O projeto de reabilitação prevê as seguintes valências:

Espaço para o atual escritório da Mobilidade da Promotorres, que deve

incluir copa para ser utilizada por todos os trabalhadores; Espaço para a equipa de fiscalização do estacionamento da Promotorres que tem de incluir balneários e zona de cacifos para troca de roupa; Hall/Sala de Espera para o atendimento, onde seja possível colocar painéis dinâmicos informativos, uma pequena exposição, com dois postos de atendimento e acesso a uma sala de reuniões; Espaço de Auditório.

Esta ação pretende promover a prática de modos suaves de mobilidade, contribuindo assim para uma maior sustentabilidade ambiental.

Custo total estimado (mais IVA): 175.000€

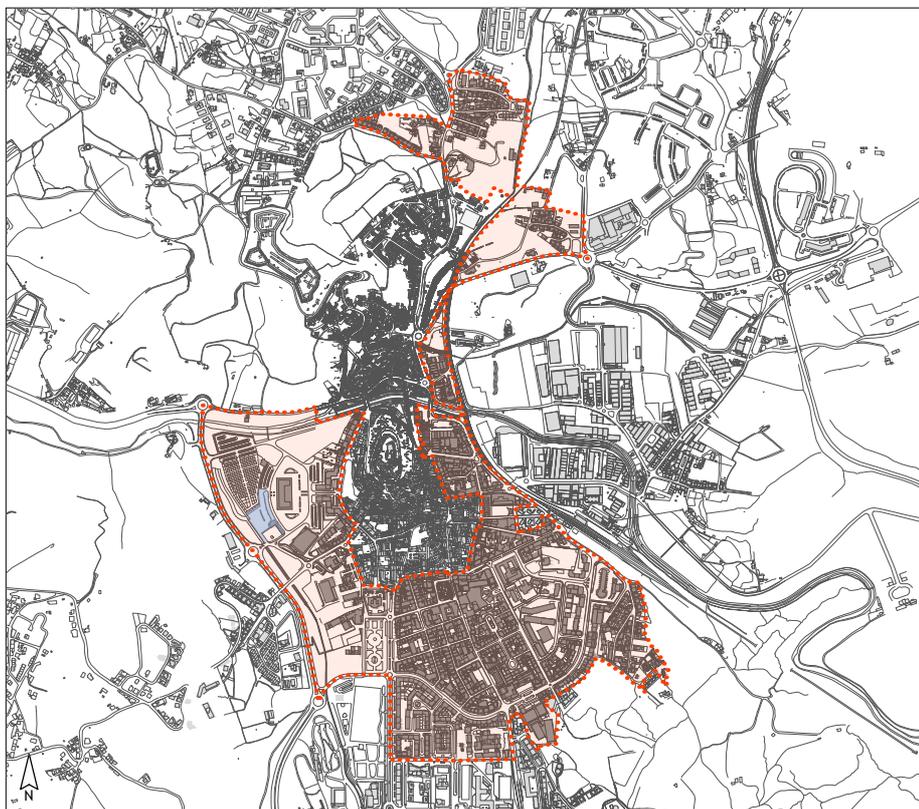


AÇÃO: Requalificação e Ampliação do Terminal Rodoviário de Torres Vedras

DOMÍNIO: Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

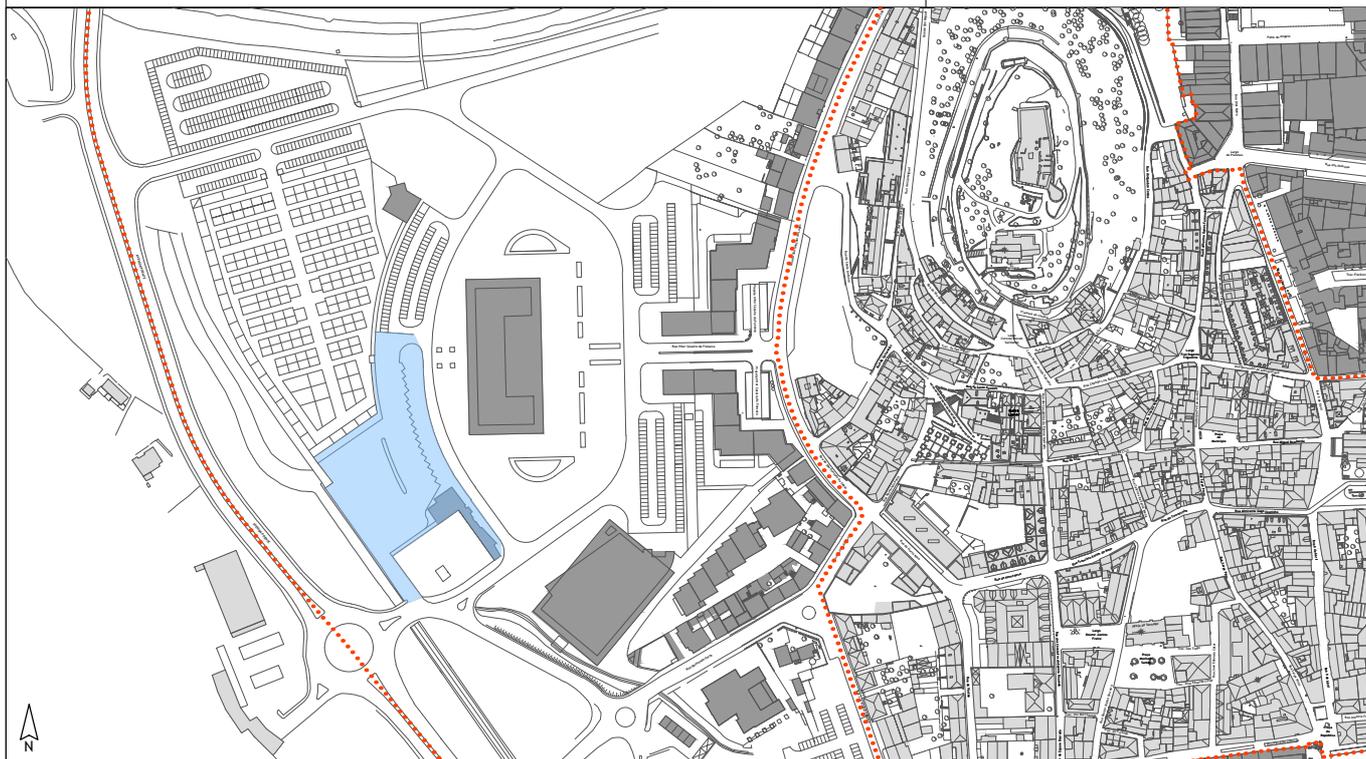
TIPOLOGIA: Reabilitação de equipamento municipal

F.2



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Requalificação e Ampliação do Terminal Rodoviário de Torres Vedras**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Reabilitação de equipamento municipal**

F.2

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Privilegiar a consolidação do espaço urbano através da renovação, da regeneração e da reabilitação urbana, em detrimento da expansão da edificação, contendo a urbanização dispersa e fragmentada; Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações; Consolidar a cidade de Torres Vedras como um centro de serviços regional, crescentemente integrado nas dinâmicas metropolitanas; Promover o papel das grandes infraestruturas de transporte (rodoviárias, ferroviárias e aéreas) no reforço da competitividade económica e territorial do concelho, nomeadamente o aeródromo enquanto elemento diferenciador.

Descrição:

Trata-se da requalificação e ampliação do edifício existente. O atual edifício quando foi construído assumia um caráter provisório. Quando o Município entendeu avançar com a construção da cobertura do Terminal rodoviário no âmbito do PEDU, nomeadamente com a operação PAMUS 07 -Fase 2, assumiu-se que o atual terminal passaria a definitivo. Face a esta decisão e à reduzida dimensão da preexistência, torna-se fundamental redesenhar o edifício dotando-o das condições necessárias, tanto para os utentes, como para os funcionários.

Custo total estimado (mais IVA): 500.000€



AÇÃO: Reabilitação da Escola EB 1 (Escola do Avião)

DOMÍNIO: Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

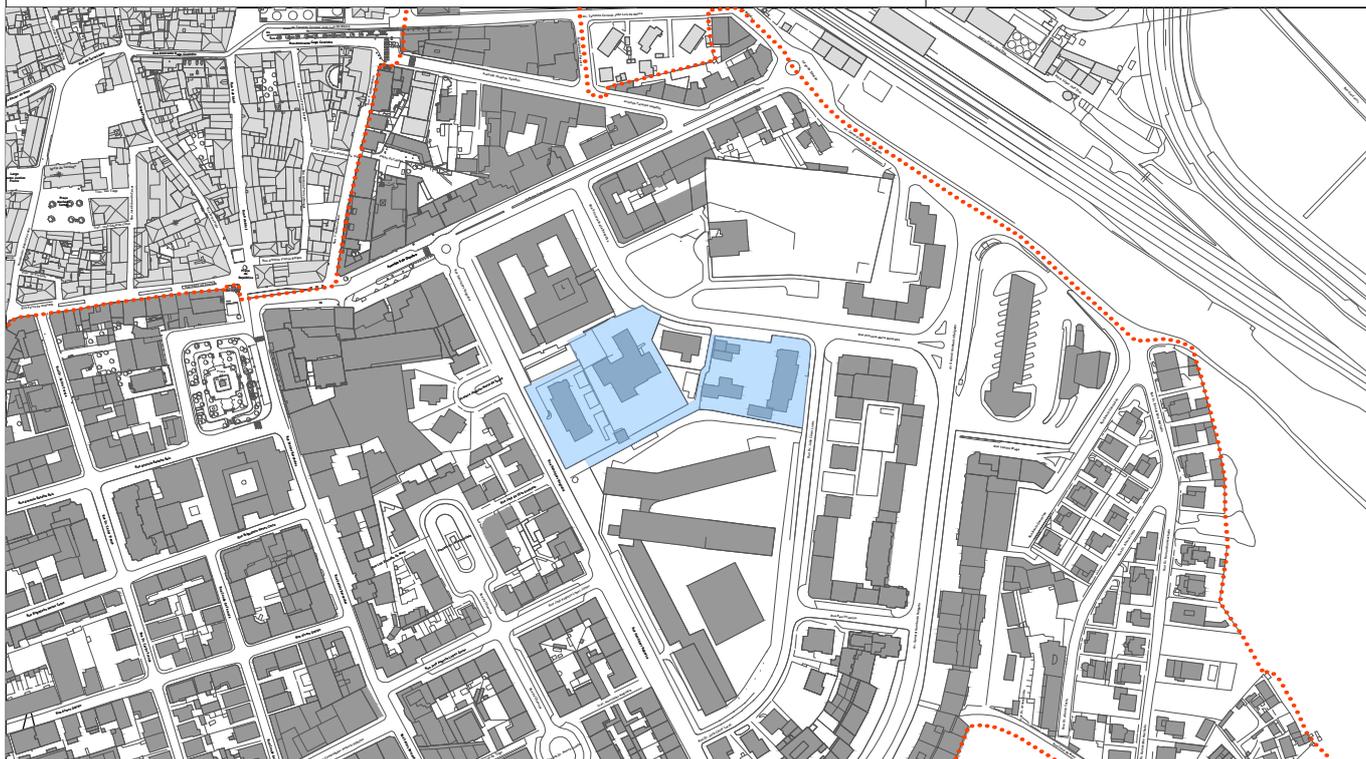
TIPOLOGIA: Reabilitação de equipamento municipal

F.3



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Reabilitação da Escola EB 1 (Escola do Avião)**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Reabilitação de equipamento municipal**

F.3

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Qualificar a rede de equipamentos escolares, preparando-os para responder aos desafios da aprendizagem, do conhecimento e do combate ao abandono e insucesso escolares;

Descrição:

Esta ação prevê a reabilitação da antiga Escola EB1 (Escola do Avião) localizada no centro da cidade. Grande parte do património ligado à educação é fruto do Plano dos Centenários, um plano da expansão da rede escolar do Ensino Primário durante o Estado Novo, com a construção de escolas por todo o País entre 1941 e 1974. Estas escolas incorporam características da arquitetura popular e seguem modelos de tipologia adaptados ao local mediante materiais e condições climáticas locais, estas tipologias geralmente possuem simetria, dividiam os alunos masculinos e femininos num número par de salas, possuem uma cozinha, instalações sanitárias e um alpendre.

A presente escola continua a ser utilizada para o fim educativo, apresentando patologias decorrentes da idade da mesma. Para além dos aspetos relacionados com a conservação do edifício, destacam-se ainda algumas carências funcionais.

Esta ação prevê a reabilitação do edifício, dotando-o de melhores condições habitacionais, através da melhoria do conforto acústico e térmico. Prevê-se ainda a implementação de medidas que melhorem a eficiência energética.

Custo total estimado (mais IVA): 1.000.000€



AÇÃO: **Reabilitação e Reconversão do Antigo Terminal Rodoviário - loja do Cidadão, Arquivo Municipal e Reservas do Museu Municipal**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

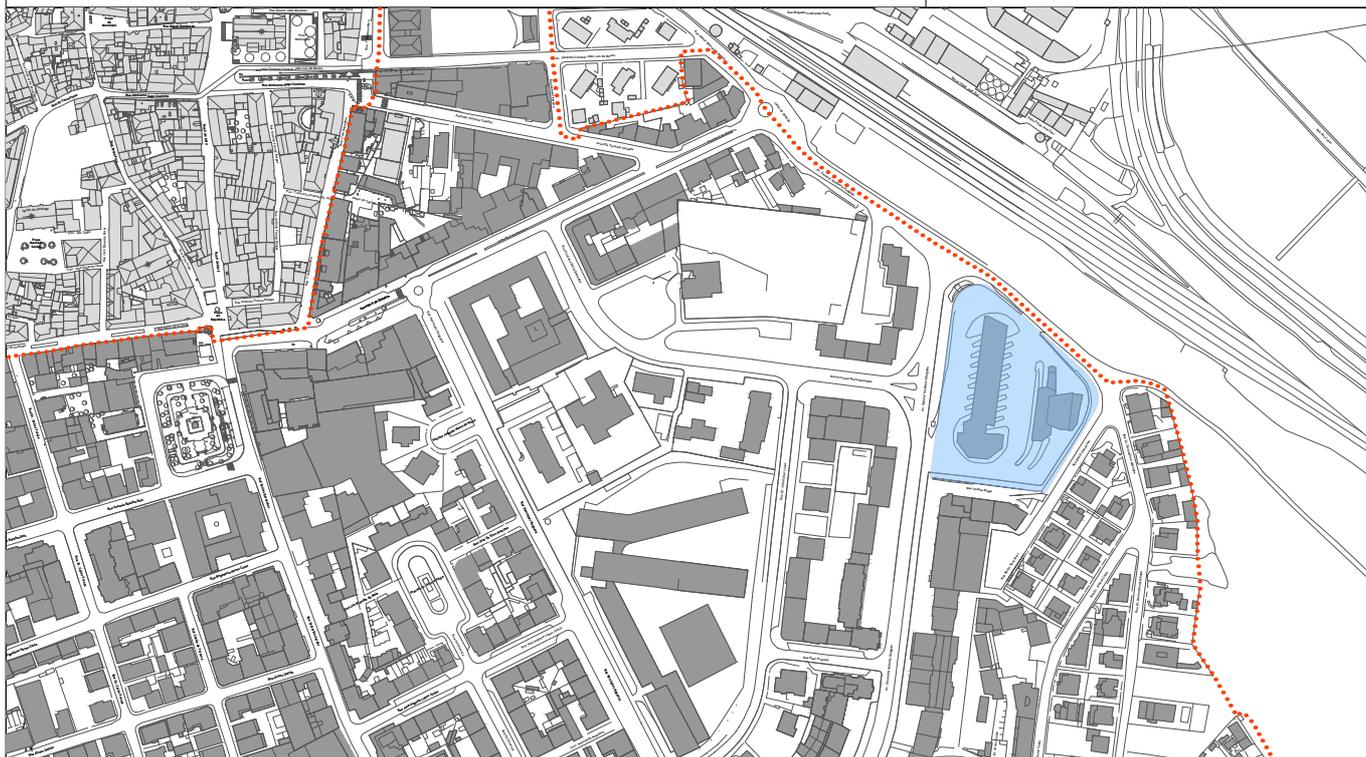
TIPOLOGIA: **Reabilitação de equipamento municipal**

F.4



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Reabilitação e Reconversão do Antigo Terminal Rodoviário - Loja do Cidadão, Arquivo Municipal e Reservas do Museu Municipal**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Reabilitação de equipamento municipal**

F.4

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Privilegiar a consolidação do espaço urbano através da renovação, da regeneração e da reabilitação urbana, em detrimento da expansão da edificação, contendo a urbanização dispersa e fragmentada; Consolidar a cidade de Torres Vedras como um centro de serviços regional, crescentemente integrado nas dinâmicas metropolitanas; Promover e valorizar os circuitos de visitação ao património natural e cultural, nomeadamente às Linhas de Torres Vedras, enquanto ativo patrimonial estratégico de escala supralocal;

Descrição:

O antigo Terminal Rodoviário localiza-se na zona nascente da área de intervenção. A sua localização associada à sua generosa dimensão, conferem-lhe um elevado potencial. Com a realocização do terminal o Município ocupou parte deste equipamento, instalando aí a Loja do Cidadão. A cobertura do antigo terminal tem sido utilizada como estacionamento público. Os armazéns de apoio têm tido funções diversas.

Grande parte deste equipamento necessita de obras de conservação, no entanto, pretende-se instalar neste espaço o Arquivo Municipal, bem como o acervo do Museu Municipal Leonel Trindade, o que obriga a obras profundas de reconversão e ampliação.

Custo total estimado (mais IVA): 6.000.000€



AÇÃO: Reabilitação do Teatro-Cine de Torres Vedras

DOMÍNIO: Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

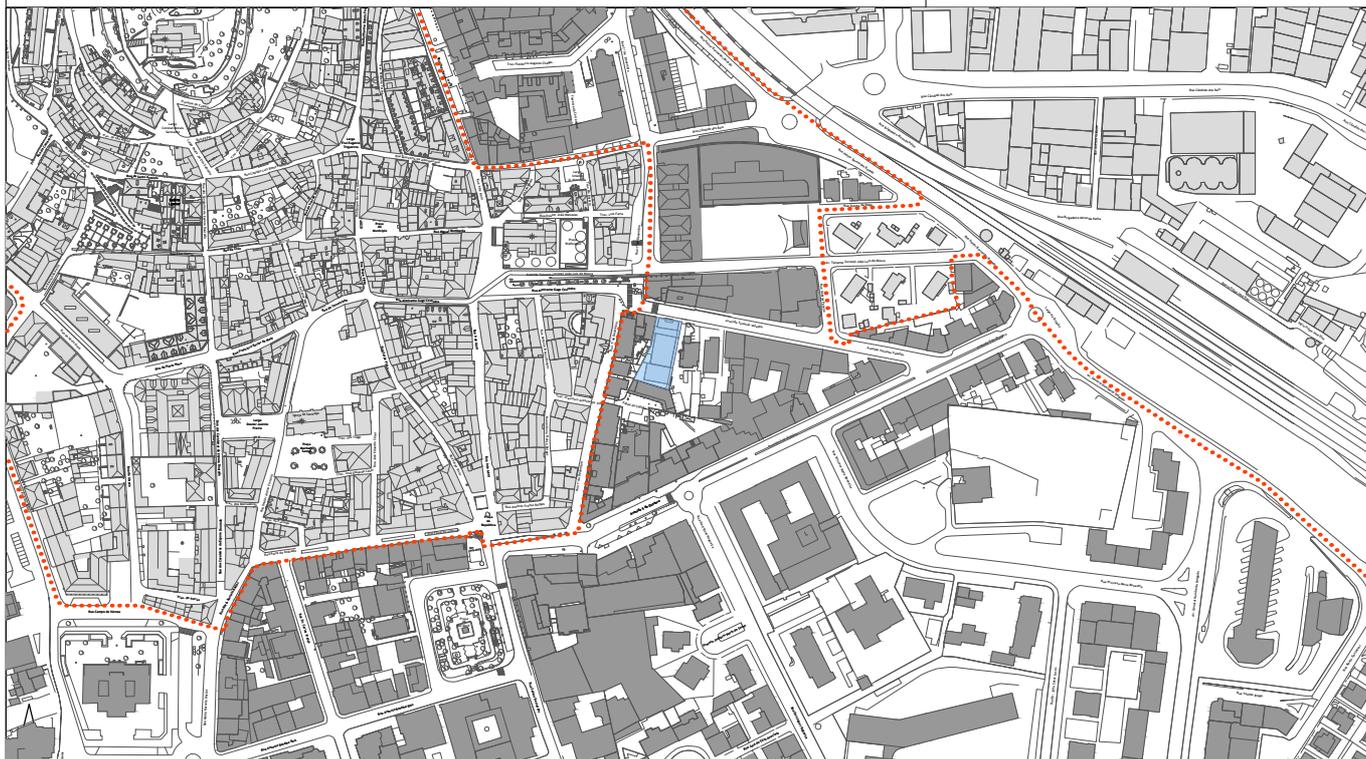
TIPOLOGIA: Reabilitação de equipamento municipal

F.5



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Reabilitação do Teatro-Cine de Torres Vedras**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Reabilitação de equipamento municipal**

F.5

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Promover o conhecimento, a proteção e a valorização do património natural e cultural do concelho, designadamente através da sua inventariação, classificação e divulgação; Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros; Promover e valorizar os circuitos de visitação ao património natural e cultural, nomeadamente às Linhas de Torres Vedras, enquanto ativo patrimonial estratégico de escala supralocal;

Descrição:

O Teatro-Cine foi construído nos anos 20 do séc. XX, tendo sofrido várias alterações ao longo dos anos. No século XXI também foi intervencionado, tendo sido conferidas melhores condições de uso, nomeadamente no âmbito das acessibilidades e do conforto térmico e acústico. Atualmente este equipamento encontra-se em bom estado de conservação. A presente ação pretende promover pequenas obras de manutenção, bem como alguns arranjos no espaço exterior.

Custo total estimado (mais IVA): 10.000€

AÇÃO: Reabilitação do Edifício da Antiga Creche do Povo - Espaço Cultural

DOMÍNIO: Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

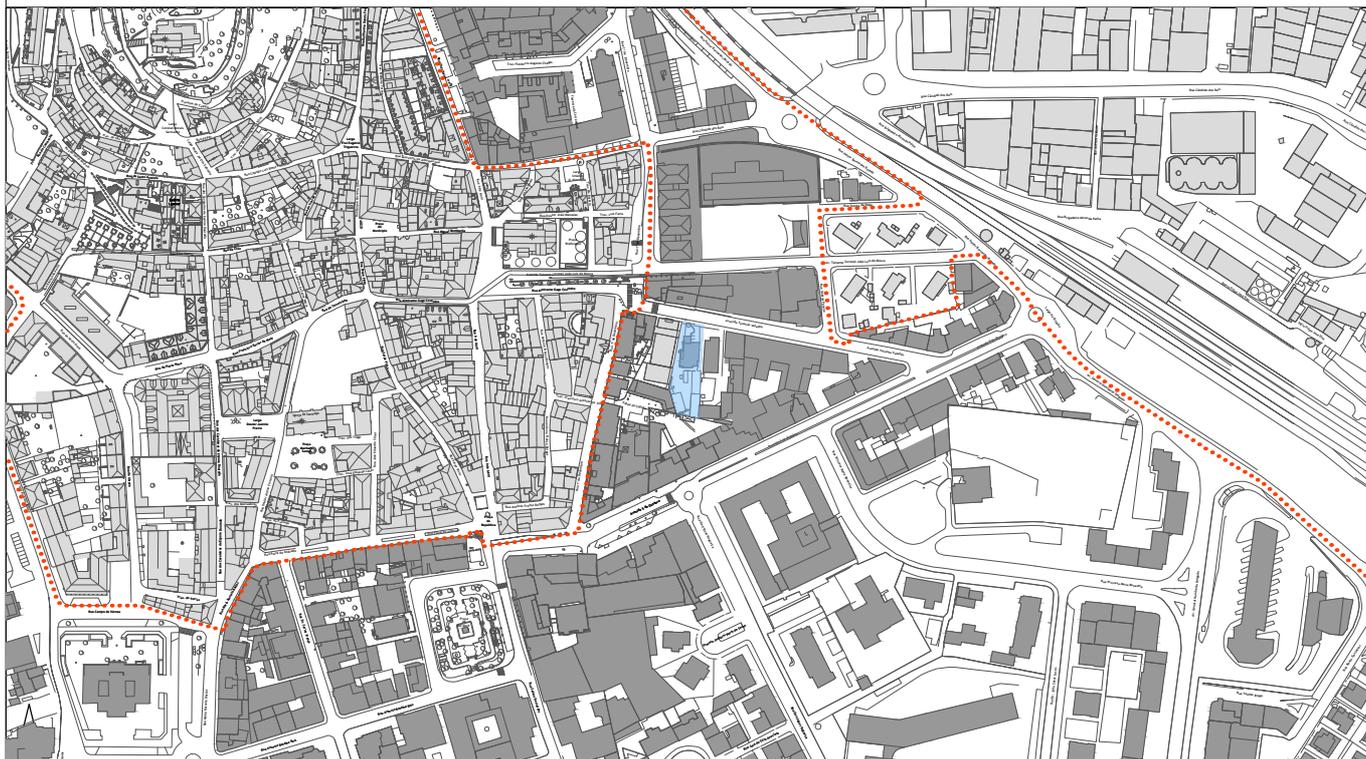
TIPOLOGIA: Reabilitação de equipamento municipal

F.6



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Reabilitação do Edifício da Antiga Creche do Povo - Espaço Cultural**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Reabilitação de equipamento municipal**

F.6

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Promover o conhecimento, a proteção e a valorização do património natural e cultural do concelho, designadamente através da sua inventariação, classificação e divulgação;

Descrição:

O edifício da antiga Creche do Povo foi construído no início do séc. XX, tendo acolhido vários usos, incluindo a Creche do Povo. Atualmente é um imóvel municipal, sendo utilizado por várias associações culturais.

Trata-se de um edifício com sistemas construtivos antigos, com um forte recurso à madeira. As diferentes tipologias de usos, associadas à antiguidade do edifício contribuíram para algumas das patologias verificadas. Face ao valor patrimonial, justifica-se uma intervenção de reabilitação profunda, garantindo a preservação do património edificado, mas também dotando-o de melhores condições de habitabilidade. A intervenção deve integrar medidas que promovam a inclusão social e que contribuam para a eficiência energética.

Custo total estimado (mais IVA): 100.000€

AÇÃO: **Beneficiação do Centro Hospitalar do Oeste - Unidade de Torres Vedras, ala pediátrica, Unidade de Citotóxicos e Unidade de Psiquiatria**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

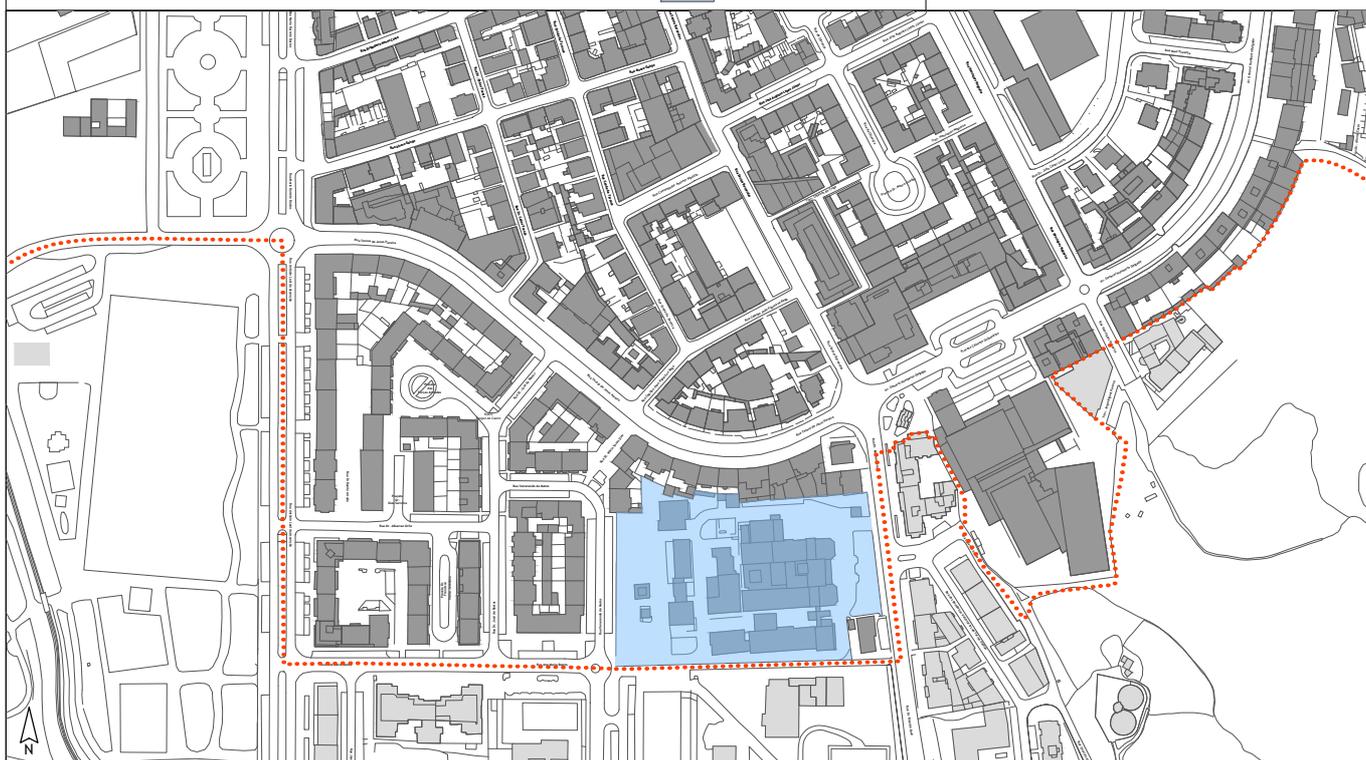
TIPOLOGIA: **Beneficiação de equipamento**

F.7



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Beneficiação do Centro Hospitalar do Oeste - Unidade de Torres Vedras, ala pediátrica, Unidade de Citotóxicos e Unidade de Psiquiatria**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Beneficiação de equipamento**

F.7

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Assegurar o acesso a cuidados de saúde primários e hospitalares de qualidade;

Descrição:

O edifício do Centro Hospitalar do Oeste localiza-se na zona sul da área de intervenção. Trata-se de um equipamento com várias fases de construção, apresentando vários constrangimentos associados a esse crescimento casuístico. Para além dos aspetos funcionais, destaca-se ainda as patologias existentes, nomeadamente fissuras, destaques de rebocos, vegetação parasitária, caixilharias degradadas, pavimento exterior deteriorado, entre outros. Verifica-se ainda a existência de barreiras arquitetónicas e a ausência de soluções que permitam melhorar a eficiência energética do edifício.

A reabilitação deste equipamento deve incluir a melhoria do estado de conservação, a eficiência energética, as acessibilidades e os aspetos funcionais mais gerais, visando a melhoria dos serviços prestados aos utentes.

Custo total estimado (mais IVA): 731.400€

AÇÃO: **Fábrica das Histórias - Fase 1 e Fase 2**

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

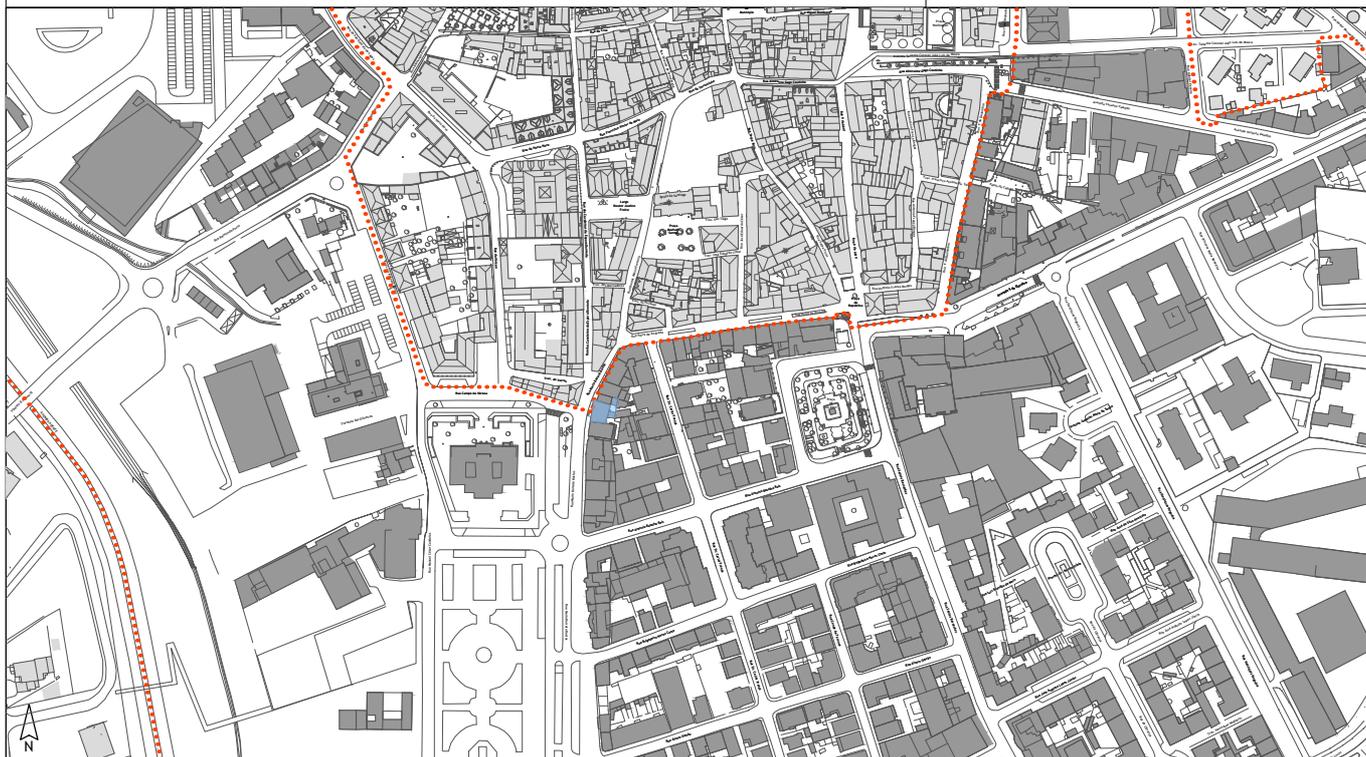
TIPOLOGIA: **Beneficiação de equipamento**

F.8



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO:

Fábrica das Histórias - Fase 1 e Fase 2

DOMÍNIO:

Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva

TIPOLOGIA:

Beneficiação de equipamento

F.8

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Promover o conhecimento, a proteção e a valorização do património natural e cultural do concelho, designadamente através da sua inventariação, classificação e divulgação; Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros; Promover e valorizar os circuitos de visitação ao património natural e cultural, nomeadamente às Linhas de Torres Vedras, enquanto ativo patrimonial estratégico de escala supralocal

Descrição:

A Fábrica das Histórias, também conhecida como Casa Jaime Umbelino localiza-se junto à antiga Porta da Várzea, uma das principais entradas do Centro Histórico da Cidade. Trata-se de um edifício antigo, com sistemas construtivos onde a madeira predomina. O edifício foi construído para efeitos habitacionais, no entanto foi adaptado para um espaço cultural. Essa alteração associada à idade do imóvel conduziu a constrangimentos vários: Estrutura de madeira degradada; Vegetação parasitária; obsolescência das infraestruturas, revestimentos degradados; equipamentos sanitários desadequados à tipologia de uso; cobertura com infiltrações; entre outros.

Recentemente, o edifício foi intervencionado, dando resposta às necessidades mais prementes, aquelas que colocariam em causa o valor patrimonial do mesmo, destacando-se a substituição da cobertura, conservação das caixilharias de madeira e tratamento de madeiras relacionadas com a estrutura. Não obstante este forte investimento, o edifício continua a necessitar de outras obras de beneficiação, entre as quais a introdução de soluções que garantam o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

As obras da primeira fase já se encontram concluídas, estando a ser planeadas as obras da 2ª fase.

Fase 1- Custo total estimado (mais IVA): 99.000€

Fase 2- Custo total estimado (mais IVA): 150.000€

AÇÃO: Melhorar a sinalética, marcação e segurança nos espaços públicos para as atividades físicas e desportivas.

DOMÍNIO: **Serviços e Equipamentos de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: Beneficiação de equipamento

F.9



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação

Pilar estratégico: Serviços e equipamento de utilização coletiva

Objetivos estratégicos:

Promover a mobilidade nos espaços públicos, o acesso aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho

Descrição:

Melhorar a sinalética, marcação e segurança nos espaços públicos para as atividades físicas e desportivas.

Custo total estimado (mais IVA): 50.000€

ACÇÃO: Requalificação do Corredor Ecológico Choupal - Conquinha - Fase 1

DOMÍNIO: Espaços Verdes de Utilização Coletiva

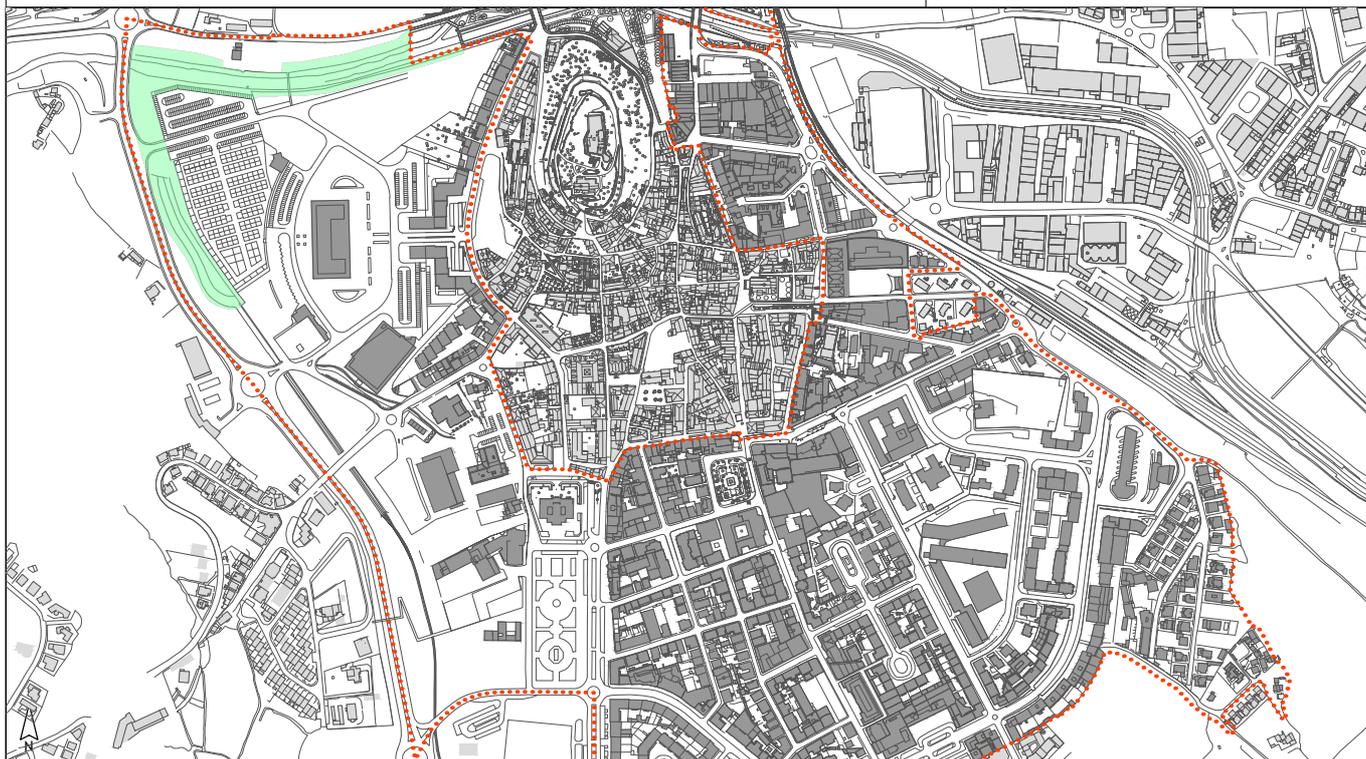
TIPOLOGIA: Requalificação de espaços verdes

G.1a



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Requalificação do Corredor Ecológico Choupal - Conquinha - Fase 1**

DOMÍNIO: **Espaços Verdes de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Requalificação de espaços verdes**

G.1a

Pilar estratégico: Espaços Verdes de Utilização Coletiva

Objetivos estratégicos:

Preservar e valorizar os sistemas ecológicos estruturantes e a sua interconectividade, com destaque para a orla costeira, os corredores fluviais e o corredor serrano; Promover a utilização lúdica educativa da estrutura ecológica municipal, prevendo a sua relação harmoniosa com os espaços urbanos e aglomerados rurais; Promover a qualidade ambiental dos espaços urbanos, incrementando a oferta e diversidade de espaços verde; Promover o alargamento e a diversificação da rede de percursos pedestres, em estreita articulação coma preservação e valorização da estrutura ecológica; criar condições urbanísticas promotoras do exercício física, associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal.

Descrição:

“Os corredores ecológicos, também chamados de corredores de biodiversidade e corredores entre remanescentes, são áreas de cobertura vegetal que permite a união entre remanescentes ambientais ou unidades de conservação fragmentada pela ação antrópica, mitigando assim os efeitos gerados pela fragmentação florestal. Esses corredores, além de aumentarem a área de cobertura vegetal, permitem o transito de animais bem como a dispersão de sementes, auxiliando na recolonização de áreas e contribuindo com a conservação da biodiversidade.” (ICNF)

Esta ação alinha-se com os objetivos do PU da cidade, nomeadamente: “Dotar a cidade de Torres Vedras de espaços qualificados vocacionados para o recreio e lazer da população, promovendo a beneficiação do espaço público; definir uma estrutura ecológica que vise fomentar a qualidade ambiental do sistema urbano, salvaguardando os valores naturais presentes na área de intervenção”. (PU)

Em termos territoriais, esta ação incide sobre um troço do rio Sizandro, após o parque do Choupal até à conexão com a Ribeira da Conquinha, continuando por esta, até à zona do Terminal Rodoviário, na fase 1 (já em execução), correspondendo à zona da Parque ExpoTorres Norte. Trata-se de uma intervenção de tratamento ambiental e valorização paisagística, que permitirá recuperar biodiversidade desta zona da cidade, bem como controlar os episódios de cheias e os constrangimentos a elas associados. Esta ação enquadra-se entre outras do género, a requalificação do parque verde do Choupal ou a requalificação ambiental da Vala dos Amiais, e a requalificação prevista do Corredor Ecológico do Choupal-Aqueduto. A intervenção centra-se numa forte componente de valorização ambiental e de naturalização do espaço arborizado. Em termos programáticos, prevê-se uma operação ligeira, mantendo as características naturais, valorizando a vegetação ripícola existente, e eliminando a vegetação infestante. Propõe-se ainda o reforço de vegetação adequada a uma galeria ripícola. Prevê-se ainda a criação de percursos pedonais, a instalação de mobiliário urbano e sinalética.

Esta ação que recorrerá a um projeto integrado de paisagismo e engenharia ambiental, pretende conferir valor ecológico e hidrológico do rio e da área envolvente. Para além da

melhoria ambiental, destacam-se ainda questões relacionadas com a mobilidade e acessibilidades, bem como lazer e recreio. A própria imagem urbana será devidamente valorizada com esta intervenção, tornando este território mais atrativo.

Área total de intervenção: 28.500m² | Custo total estimado (mais IVA): 230.000€



AÇÃO: Requalificação do Corredor Ecológico Choupal - Conquinha - Fase 2

DOMÍNIO: Espaços Verdes de Utilização Coletiva

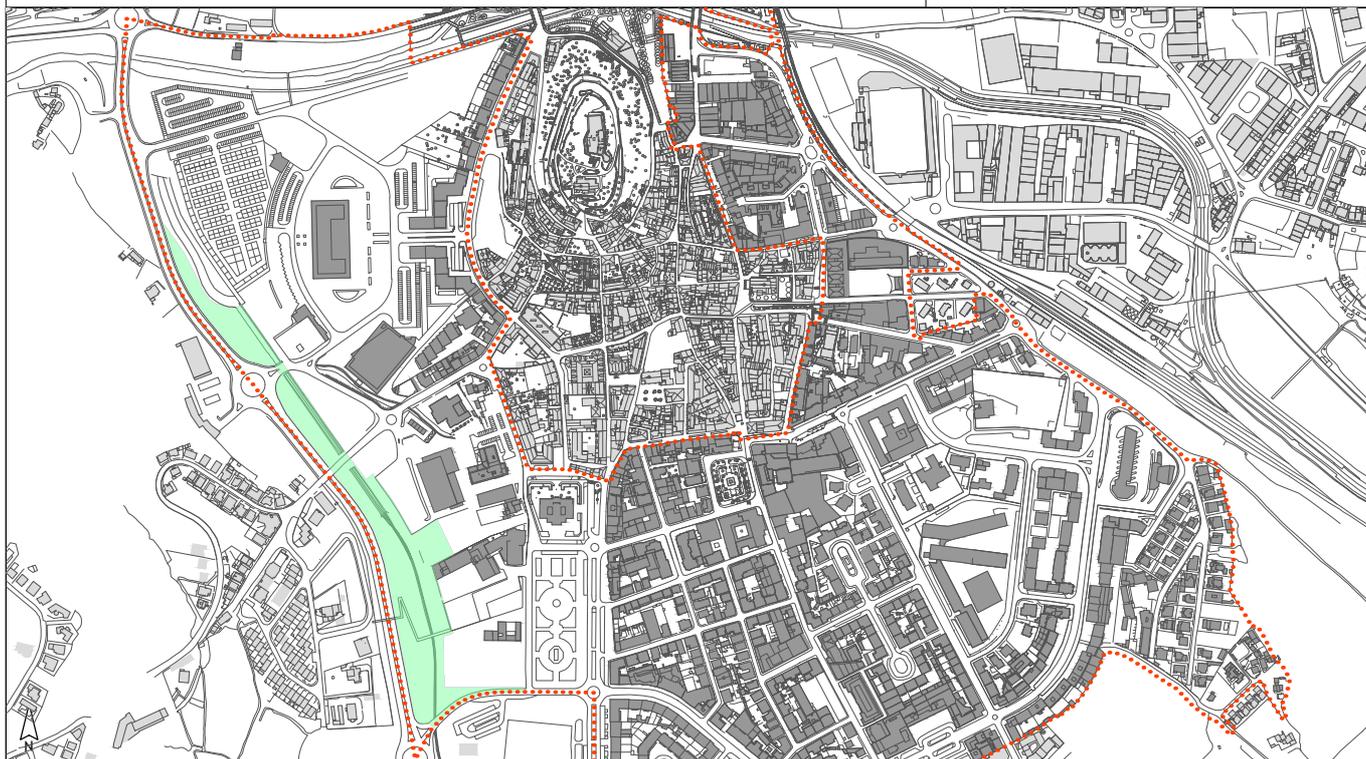
TIPOLOGIA: Requalificação de espaços verdes

G.1b



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Requalificação do Corredor Ecológico Choupal - Conquinha - Fase 2**

DOMÍNIO: **Espaços Verdes de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Requalificação de espaços verdes**

G.1b

Pilar estratégico: Espaços Verdes de Utilização Coletiva

Objetivos estratégicos:

Preservar e valorizar os sistemas ecológicos estruturantes e a sua interconectividade, com destaque para a orla costeira, os corredores fluviais e o corredor serrano; Promover a utilização lúdica educativa da estrutura ecológica municipal, prevendo a sua relação harmoniosa com os espaços urbanos e aglomerados rurais; Promover a qualidade ambiental dos espaços urbanos, incrementando a oferta e diversidade de espaços verde; Promover o alargamento e a diversificação da rede de percursos pedestres, em estreita articulação coma preservação e valorização da estrutura ecológica; criar condições urbanísticas promotoras do exercício física, associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal.

Descrição:

“Os corredores ecológicos, também chamados de corredores de biodiversidade e corredores entre remanescentes, são áreas de cobertura vegetal que permite a união entre remanescentes ambientais ou unidades de conservação fragmentada pela ação antrópica, mitigando assim os efeitos gerados pela fragmentação florestal. Esses corredores, além de aumentarem a área de cobertura vegetal, permitem o transito de animais bem como a dispersão de sementes, auxiliando na recolonização de áreas e contribuindo com a conservação da biodiversidade.” (ICNF)

Esta ação alinha-se com os objetivos do PU da cidade, nomeadamente: “Dotar a cidade de Torres Vedras de espaços qualificados vocacionados para o recreio e lazer da população, promovendo a beneficiação do espaço público; Definir uma estrutura ecológica que vise fomentar a qualidade ambiental do sistema urbano, salvaguardando os valores naturais presentes na área de intervenção”. (PU)

Em termos territoriais, esta ação incide sobre um troço da Ribeira da Conquinha, da zona do Terminal Rodoviário, até à zona da rotunda do Parque Verde da Várzea, correspondendo à fase 2 da requalificação do Corredor do Corredor Ecológico Choupal-Conquinha. Trata-se de uma intervenção de tratamento ambiental e valorização paisagística, que permitirá recuperar biodiversidade desta zona da cidade, bem como controlar os episódios de cheias e os constrangimentos a elas associados. Esta ação enquadra-se entre outras do género, a requalificação do parque verde do Choupal ou a requalificação ambiental da Vala dos Amiais, e a requalificação prevista do Corredor Ecológico do Choupal-Aqueduto. A intervenção centra-se numa forte componente de valorização ambiental e de naturalização do espaço arborizado. Em termos programáticos, prevê-se uma operação ligeira, mantendo as características naturais, valorizando a vegetação ripícola existente, e eliminando a vegetação infestante. Propõe-se ainda o reforço de vegetação adequada a uma galeria ripícola. Prevê-se ainda a criação de percursos pedonais, a instalação de mobiliário urbano e sinalética.

Esta ação que recorrerá a um projeto integrado de paisagismo e engenharia ambiental, pretende conferir valor ecológico e hidrológico do rio e da área envolvente. Para além da melhoria ambiental, destacam-se ainda questões relacionadas com a mobilidade e acessibilidades, bem como lazer e recreio. A própria imagem urbana será devidamente valorizada com esta intervenção, tornando este território mais atrativo.

Área total de intervenção: 32.000m² | Custo total estimado (mais IVA): 320.000€

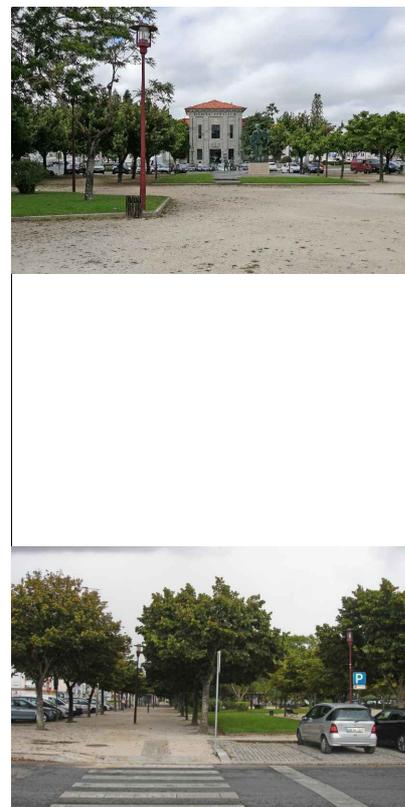


AÇÃO: Beneficiação do Parque Verde da Varzea (Tribunal)

DOMÍNIO: Espaços Verdes de Utilização Coletiva

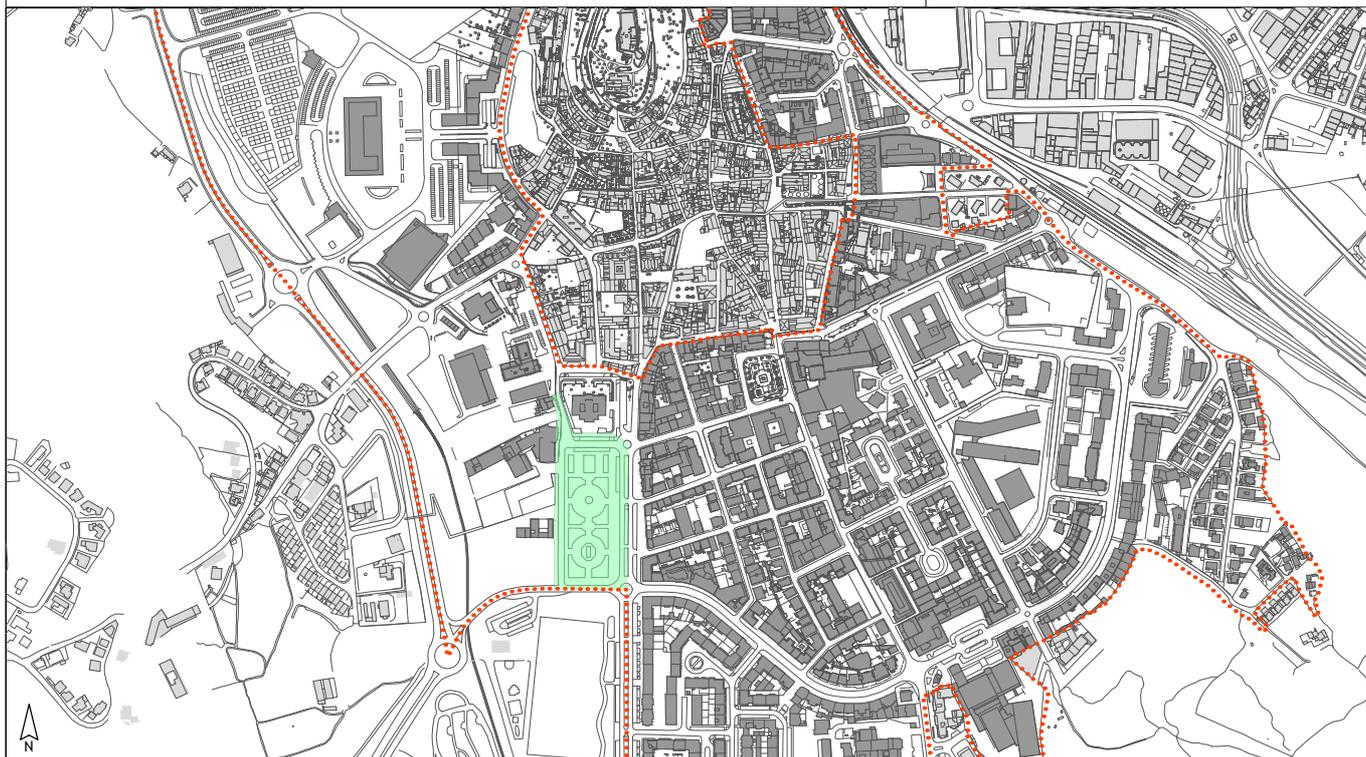
TIPOLOGIA: Requalificação de espaços verdes

G.2



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO:	Beneficiação do Parque Verde da Varzea (Tribunal)	<h1>G.2</h1>
DOMÍNIO:	Espaços Verdes de Utilização Coletiva	
TIPOLOGIA:	Requalificação de espaços verdes	

Pilar estratégico: Espaços Verdes de Utilização Coletiva

Objetivos estratégicos:

Promover o alargamento e a diversificação da rede de percursos pedestres, em estreita articulação com a preservação e valorização da estrutura ecológica; Criar condições urbanísticas promotoras do exercício físico, associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal;

Descrição:

O espaço verde frontal ao Tribunal, o antigo Campo da Várzea, localiza-se a nascente da área de intervenção, junto ao Tribunal, aos Bombeiros Voluntários e à Polícia de Segurança Pública. Trata-se de um espaço verde urbano, com uma arborização generosa, contando ainda com alguns monumentos evocativos. Para além de ser um espaço de transição/passagem, assume-se como um espaço de lazer com uma identidade própria que o distingue dos restantes espaços verdes da cidade. Nos últimos anos passou a ser mais frequentado, muito motivado pelos equipamentos adjacentes, bem como pela existência de um parque de estacionamento gratuito junto à PSP. Para além dos transeuntes em geral, existem dois tipos de público diferenciados: os jovens que aguardam pelos autocarros e que aqui encontram um espaço de estadia/lazer e os idosos, que aí procuram passar momentos de lazer, destacando-se o jogo da Petanca.

Ao nível da arborização, não se verifica a necessidade de grandes alterações, para além daquelas que devem decorrer da manutenção necessária. Quanto ao equipamento, poderá ser melhorado/atualizado dando uma melhor resposta aos utentes. Em termos gerais o espaço encontra-se em bom estado de conservação, justificando-se apenas intervenções pontuais que modernizem o espaço, mas sem comprometer a sua identidade.

Das intervenções necessárias, destacam-se as seguintes: Reforço da iluminação; renovação do mobiliário urbano; introdução de bebedouros; melhorar a arborização; reabilitação do sistema de rega.

Área total de intervenção: 19.800 m² | Custo total estimado (mais IVA): 150.000€



AÇÃO: Criação de Hortas Urbanas na Zona do Bairro Rabão e Vale Terminus

DOMÍNIO: **Espaços Verdes de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: Requalificação de espaços verdes

G.3



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação

Pilar estratégico: Espaços Verdes de Utilização Coletiva

Objetivos estratégicos:

Promover a qualidade ambiental dos espaços urbanos, incrementando a oferta e diversidade de espaços verdes.

Descrição:

Na zona norte da área de intervenção encontramos alguns bairros habitacionais, com características distintas, mantendo ainda alguns traços rurais. Nesse sentido e face à proximidade à Vala dos Amiais, propõe-se a aquisição de terrenos para a criação de hortas urbanas.

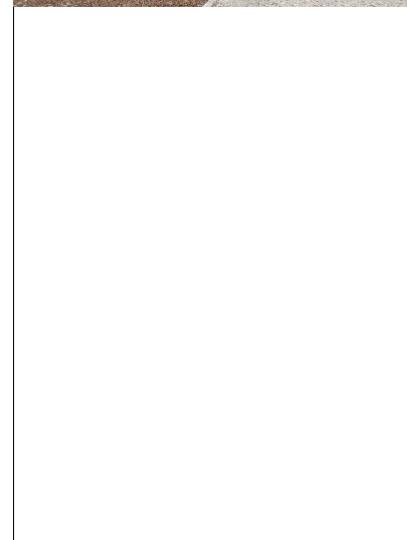
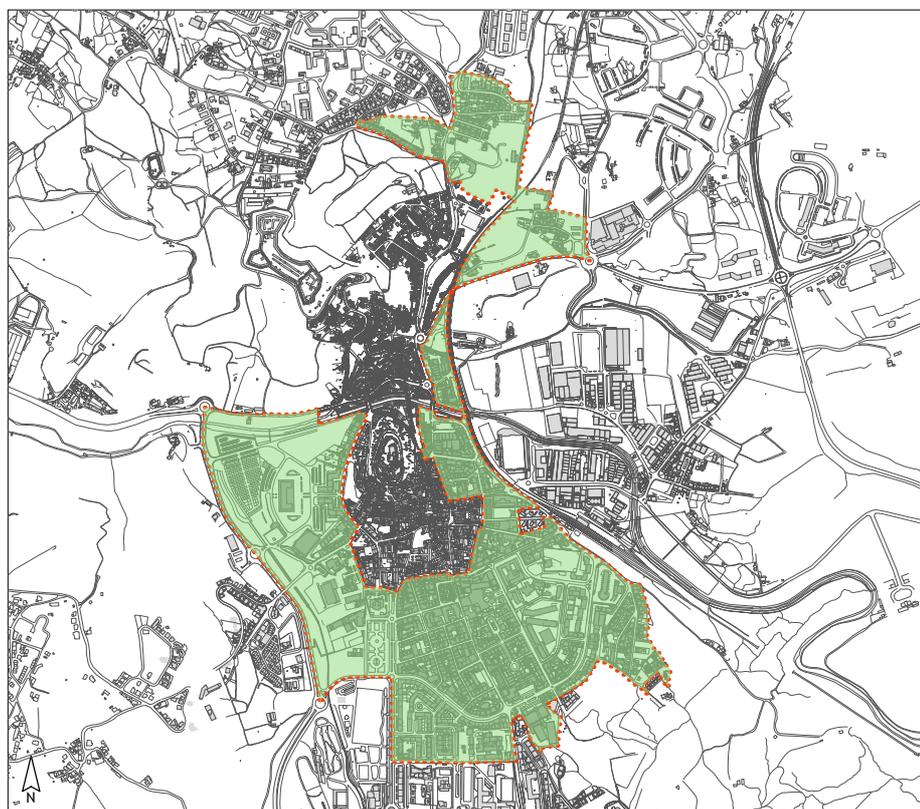
Custo total estimado (mais IVA): 100.000€

AÇÃO: **Manutenção e requalificação de espaços verdes.**

DOMÍNIO: **Espaços Verdes de Utilização Coletiva**

TIPOLOGIA: **Requalificação de espaços verdes**

G.4



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação

Pilar estratégico: Espaços Verdes de Utilização Coletiva

Objetivos estratégicos:

Promover a qualidade ambiental dos espaços urbanos, incrementando a oferta e diversidade de espaços verdes.

Descrição:

Na zona norte da área de intervenção encontramos alguns bairros habitacionais, com características distintas, mantendo ainda alguns traços rurais. Nesse sentido e face à proximidade à Vala dos Amiais, propõe-se a aquisição de terrenos para a criação de hortas urbanas.

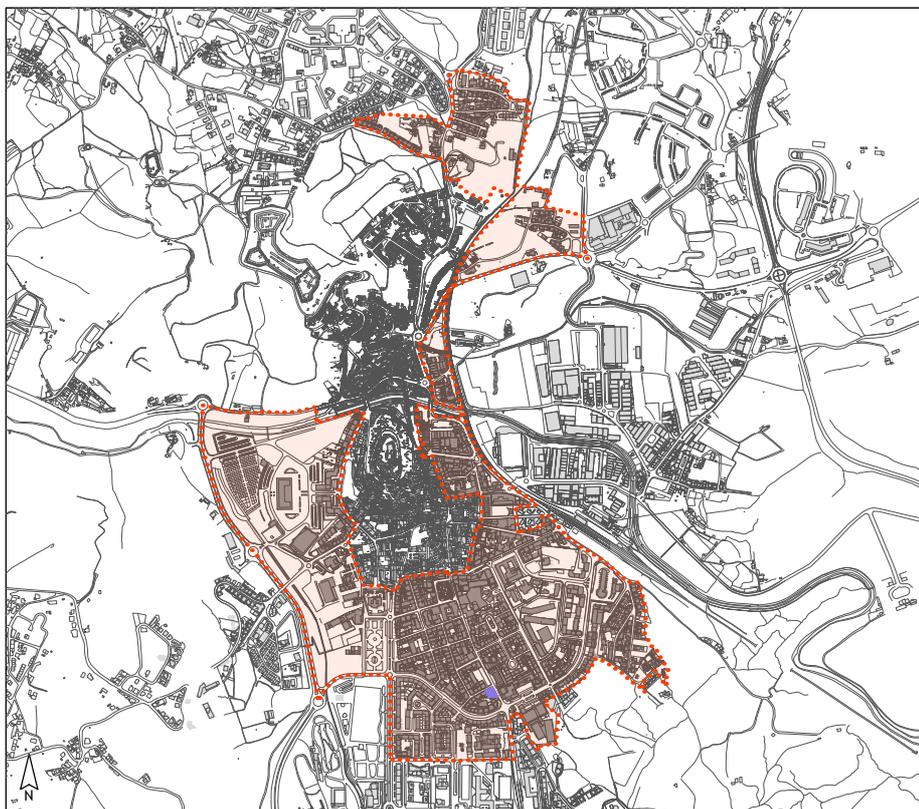
Custo total estimado (mais IVA): 100.000€

AÇÃO: Reabilitação e Reconversão do edifício das antigas “Águas Termais da Fonte Nova” para fins hoteleiros

DOMÍNIO: **Desenvolvimento Económico**

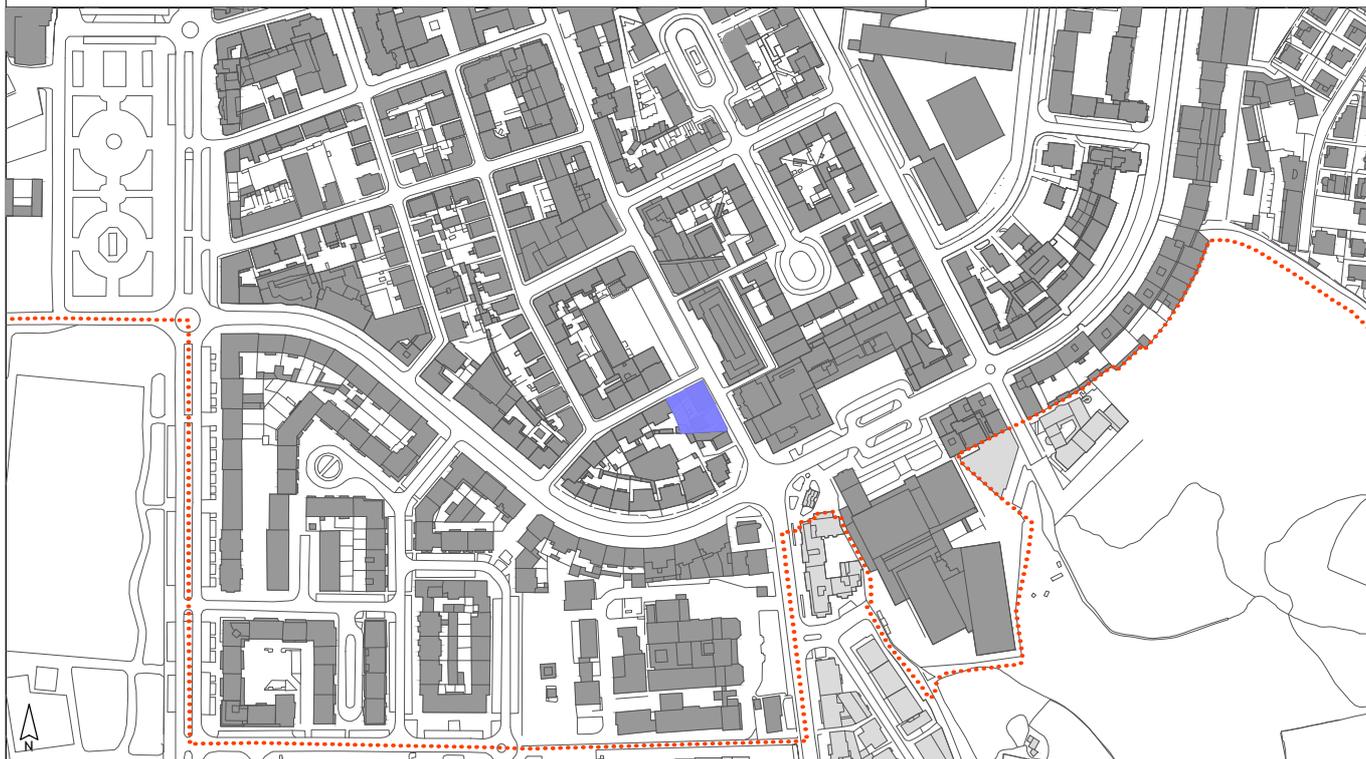
TIPOLOGIA: Reabilitação de edifício municipal

H.2



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: Reabilitação e Reconversão do edifício das antigas “Águas Termais da Fonte Nova” para fins hoteleiros

DOMÍNIO: **Desenvolvimento Económico**

TIPOLOGIA: Reabilitação de edifício municipal

H.2

Pilar estratégico: Desenvolvimento Económico

Objetivos estratégicos:

Privilegiar a consolidação do espaço urbano através da renovação, da regeneração e da reabilitação urbana, em detrimento da expansão da edificação, contendo a urbanização dispersa e fragmentada; Consolidar a cidade de Torres Vedras como um centro de serviços regional, crescentemente integrado nas dinâmicas metropolitanas; Promover a qualificação, reabilitação, conservação ou restauro dos elementos do património natural, geológico ou arqueológico, designadamente de geossítios, centros históricos, núcleos urbanos tradicionais e conjuntos edificados, ou de exemplares da arquitetura religiosa, militar, civil e industrial, entre outros; Promover e valorizar os circuitos de visitação ao património natural e cultural, nomeadamente às Linhas de Torres Vedras, enquanto ativo patrimonial estratégico de escala supralocal

Descrição:

Na rua Santos Bernardes encontra-se o edifício das Antigas Aguas Termais da Fonte Nova, que neste momento é propriedade do Município. Trata-se de um edifício que data do final do séc. XIX que se encontra devoluto há vários anos, apresentando várias patologias. Face ao valor patrimonial do imóvel, o Município entendeu adquirir o mesmo, integrando-o no Programa Estratégico de Oferta Hoteleira da Cidade de Torres Vedras. O objetivo é a reabilitação do edifício para fins hoteleiros, termais e de restauração, recorrendo a um concurso de conceção e execução sob a forma de arrendamento.

Custo total estimado (mais IVA): 1.000.000€



AÇÃO: Requalificação da Rua Teresa Jesus Pereira;

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

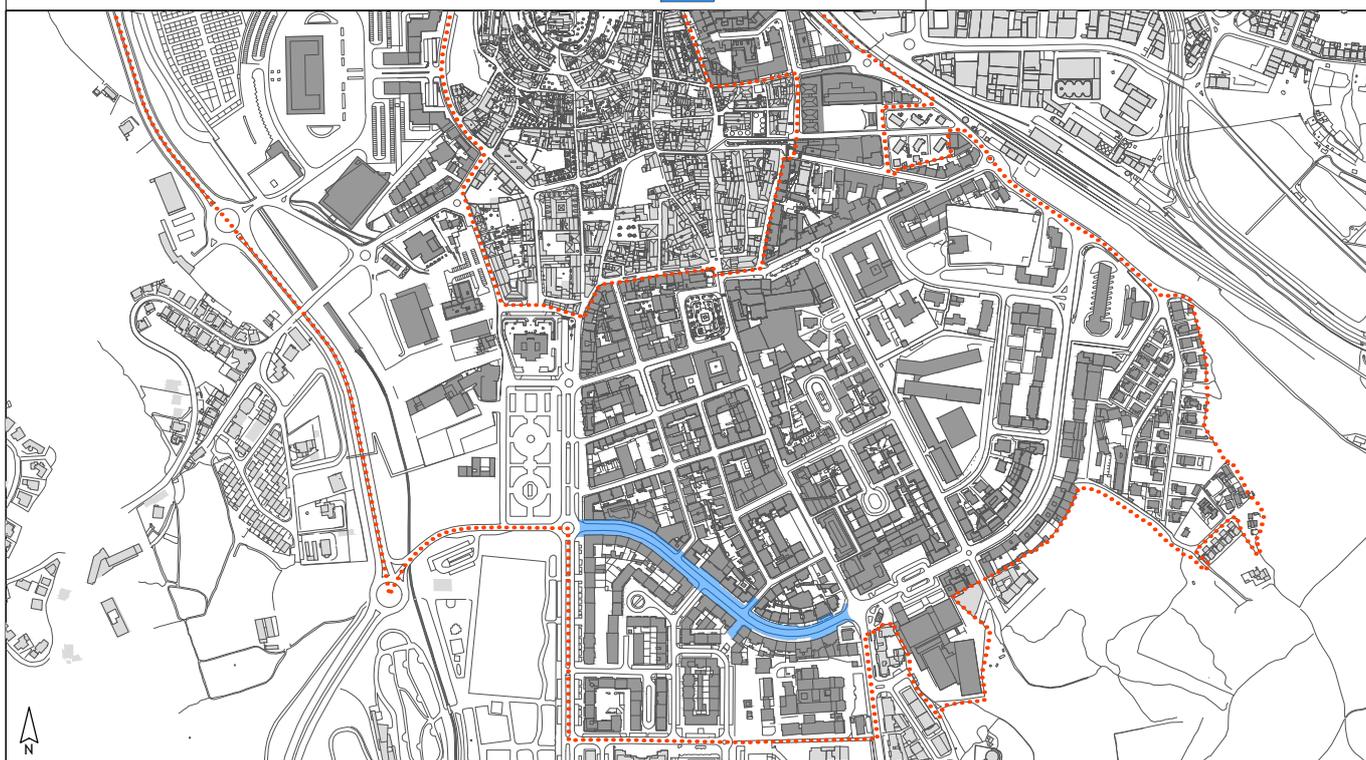
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamentos

I.1



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Requalificação da Rua Teresa Jesus Pereira;**

DOMÍNIO: **Rede de Infraestruturas Viárias**

TIPOLOGIA: **Requalificação de arruamentos**

I.1

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas;

Descrição:

A Rua Teresa de Jesus Pereira é uma via estruturante da cidade, localizada na zona sul da área de intervenção. Por se tratar de uma via estruturante, este arruamento tem sofrido uma enorme pressão no que diz respeito à circulação automóvel. Para além dos constrangimentos associados à circulação automóvel, destacam-se ainda as barreiras arquitetónicas, algumas delas provocadas pelo mau estado dos passeios.

Esta ação prevê o reperfilamento da rua, melhorando a circulação automóvel, mas promovendo os modos suaves de mobilidade, com a introdução de percursos pedonais acessíveis e ciclovias. Prevê-se ainda a reconfiguração dos estacionamento e a substituição de árvores, bem como a introdução de mobiliário urbano adequado às exigências atuais.

Custo total estimado (mais IVA): 2.181.835 €

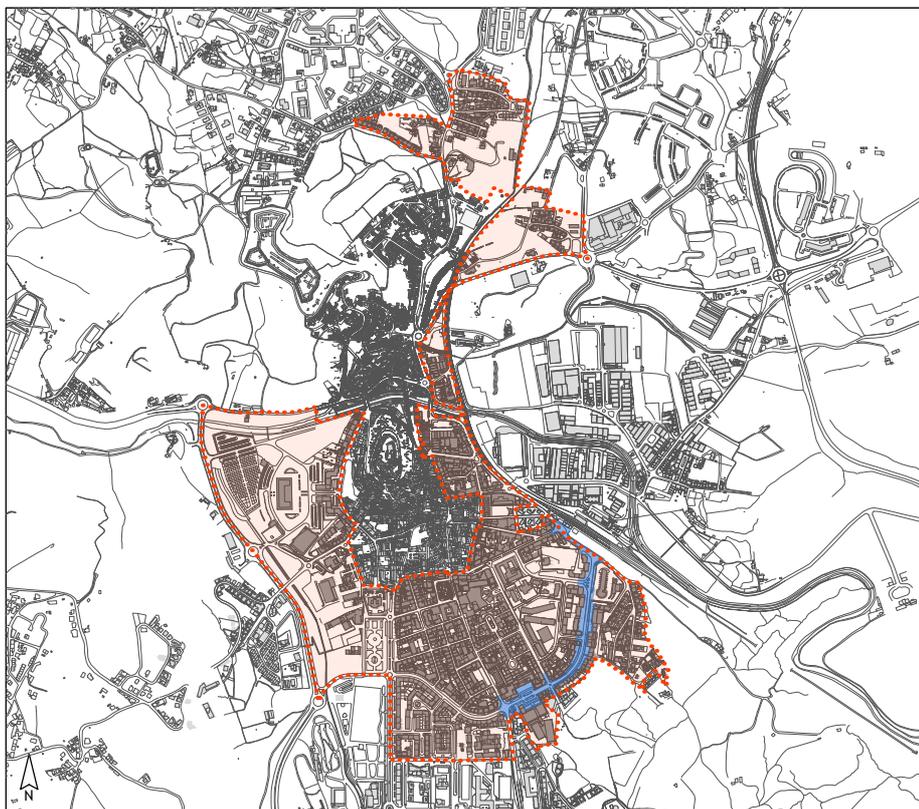


AÇÃO: Requalificação da Avenida General Humberto Delgado

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

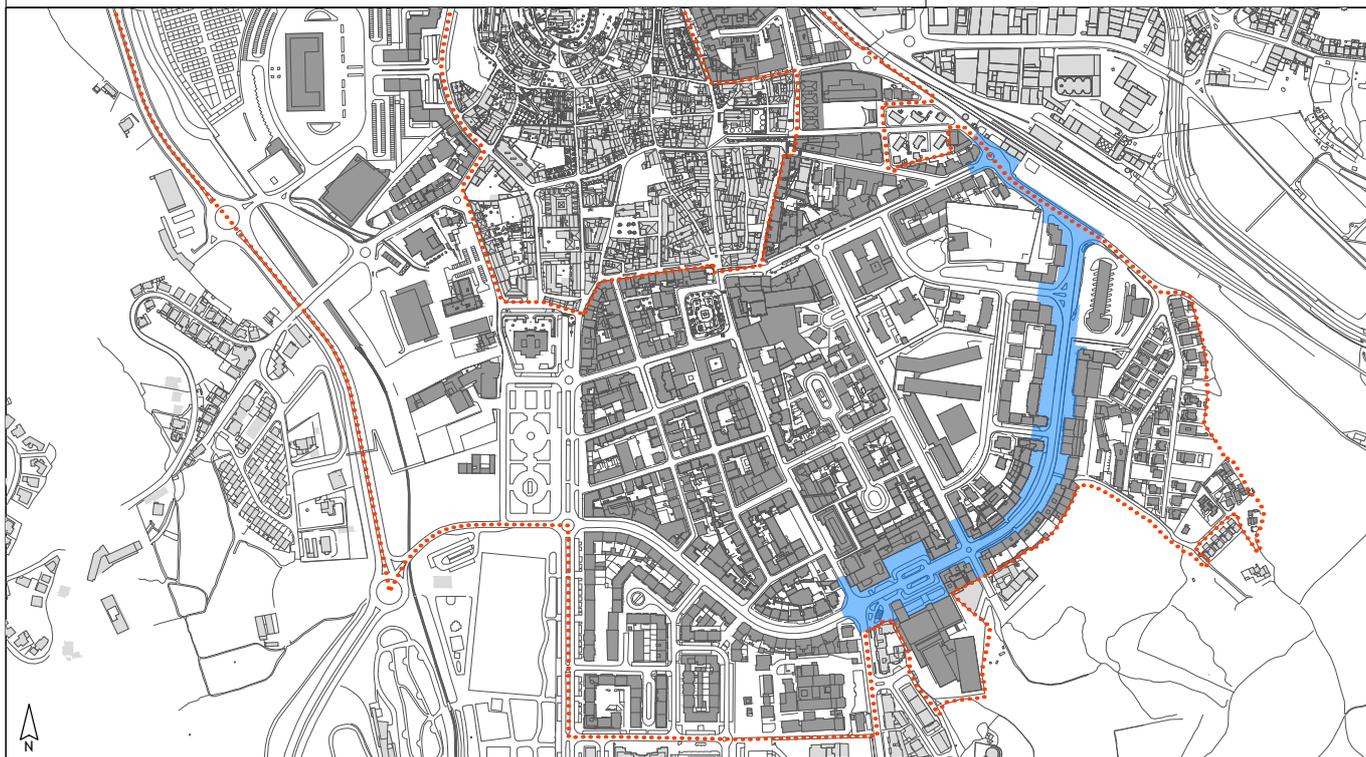
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamentos

I.2



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Requalificação da Avenida General Humberto Delgado**

DOMÍNIO: **Rede de Infraestruturas Viárias**

TIPOLOGIA: **Requalificação de arruamentos**

I.2

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas;

Descrição:

A Av. General Humberto delgado, a par da Rua Teresa de Jesus Pereira, é uma via estruturante da cidade, localizada na zona sul e nascente da área de intervenção. Por se tratar de uma via estruturante, este arruamento tem sofrido uma enorme pressão no que diz respeito à circulação automóvel. Para além dos constrangimentos associados à circulação automóvel, destacam-se ainda as barreiras arquitetónicas, algumas delas provocadas pelo mau estado dos passeios.

Esta ação prevê o reperfilamento da rua, melhorando a circulação automóvel, mas promovendo os modos suaves de mobilidade, com a introdução de percursos pedonais acessíveis e ciclovias. Prevê-se ainda a reconfiguração dos estacionamento e a substituição de árvores, bem como a introdução de mobiliário urbano adequado às exigências atuais.

Custo total estimado (mais IVA): 7.983.102,50 €



AÇÃO: Requalificação da Rua Leonel Trindade, a norte da rotunda do Intermarché

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

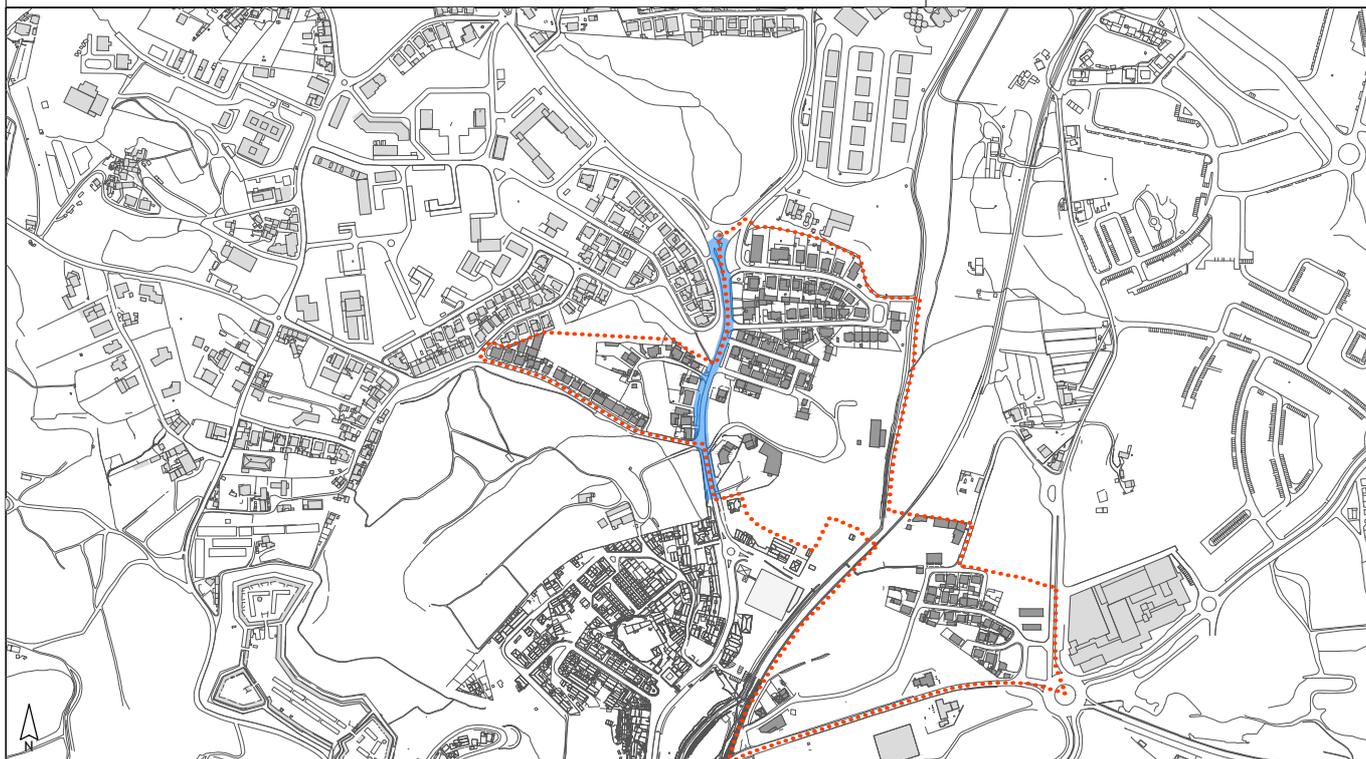
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamentos

I.3



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Requalificação da Rua Leonel Trindade, a norte da rotunda do Intermarché**

DOMÍNIO: **Rede de Infraestruturas Viárias**

TIPOLOGIA: **Requalificação de arruamentos**

I.3

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos:

Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações; Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho; Criar condições socio-urbanísticas (respostas sociais, lazer e mobilidade urbana) que preparem o território para a transição demográfica e promovam o envelhecimento ativo, saudável e participativo da população idosa

Descrição:

A Rua Leonel Trindade localiza-se na zona norte da área de intervenção. Trata-se de uma Rua que na realidade foi até há bem pouco tempo um troço da antiga Estrada Nacional (, a principal porta de entrada norte da cidade. Esta ação visa dar continuidade à requalificação desta mesma rua, no troço mais a sul, numa área adjacente ao antigo Matadouro Municipal, atual Centro de Artes e Criatividade. Esta requalificação foi desenvolvida no âmbito do PEDU (PARU.02).

A presente ação pretende estender este processo de reconversão de uma antiga estrada nacional, num arruamento urbano, integrado na cidade. Para além de melhorar as condições de mobilidade, esta ação visa promover a coesão social e territorial, ligando estes bairros mais periféricos ao centro da cidade.

A intervenção passará pelo reperfilamento da via, com a introdução de estacionamento, passeios e sempre que possível as ciclovias. Esta intervenção permitirá ainda estender a esta zona da cidade a rede de percursos pedonais acessíveis.

Custo total estimado (mais IVA): 850.000 €

AÇÃO: Regularização e extensão do Park&Ride da zona do Parque Expotorres (norte)

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

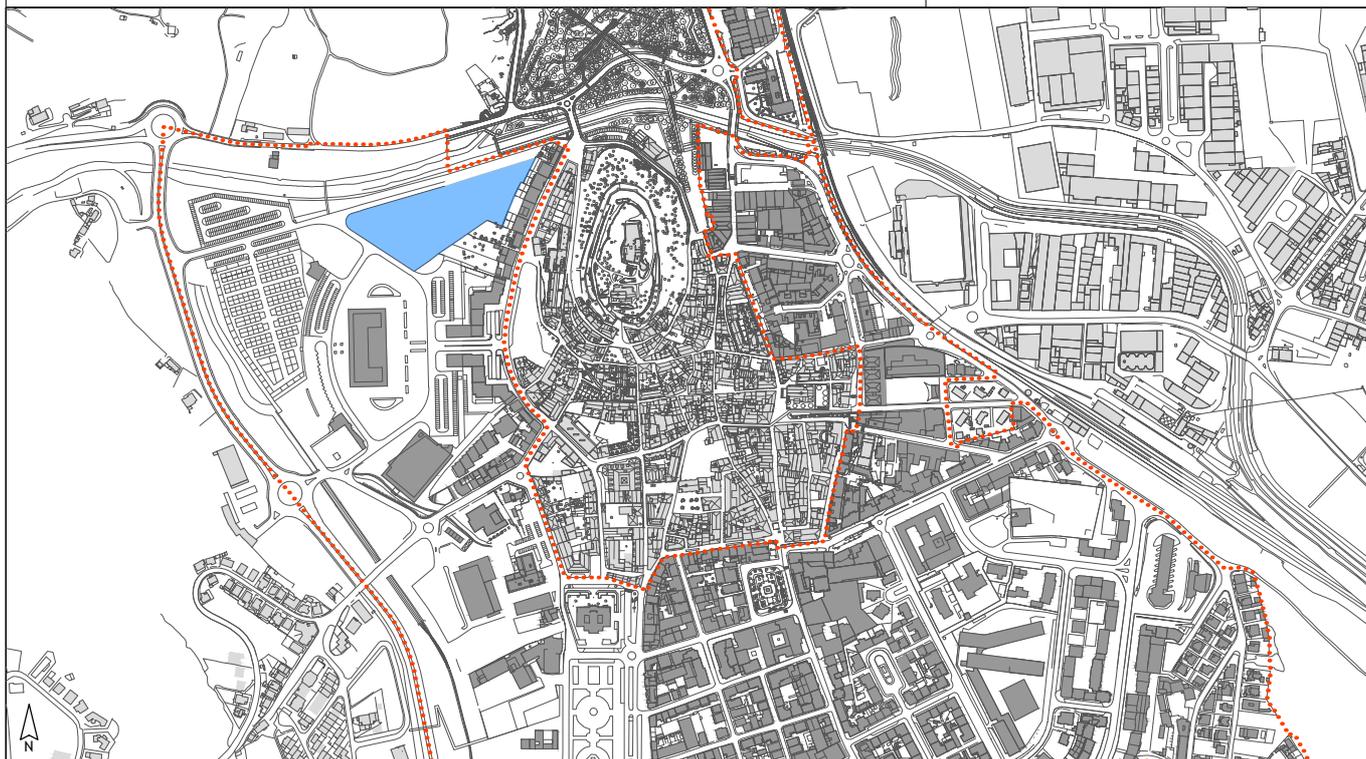
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamentos

I.4



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: Regularização e extensão do Park&Ride da zona do Parque Expotorres (norte)

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

TIPOLOGIA: Requalificação de arruamentos

I.4

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos:

Promover a mobilidade sustentável, fomentando a utilização dos transportes públicos, a integração modal e a mobilidade suave para reduzir as emissões de CO2

Descrição:

esta ação incide num terreno municipal que já é utilizado como parque de estacionamento. Atualmente o terreno não conta com qualquer tratamento dos pisos, fruto da sua localização em zona de cheias face à sua proximidade ao rio Sizandro. Tendo em conta a sua proximidade ao Centro Histórico, ao Choupal, mas sobretudo ao terminal Rodoviário, faz todo o sentido apostar neste Park&Ride, dotando-o de melhores condições. Para o efeito estão previstas obras que garantam todas as condições de segurança e conforto, destinado ao estacionamento de veículos ligeiros, incluindo lugares para pessoas com mobilidade reduzida. Incorporará estacionamentos de bicicletas e motociclos. As soluções construtivas terão em conta as condicionantes do solo, respeitando sempre as práticas de sustentabilidade ambiental.

Esta ação pretende contribuir para a redução da circulação automóvel, promovendo novos hábitos tendentes a uma maior “mobilidade suave” (bicicleta ou a pé), promovendo assim a redução das emissões de CO2.

Custo total estimado (mais IVA): 1.100.000 €



AÇÃO: Park&Ride da zona do Parque Expotorres (Junto à Ribeira de Alpilhão)

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

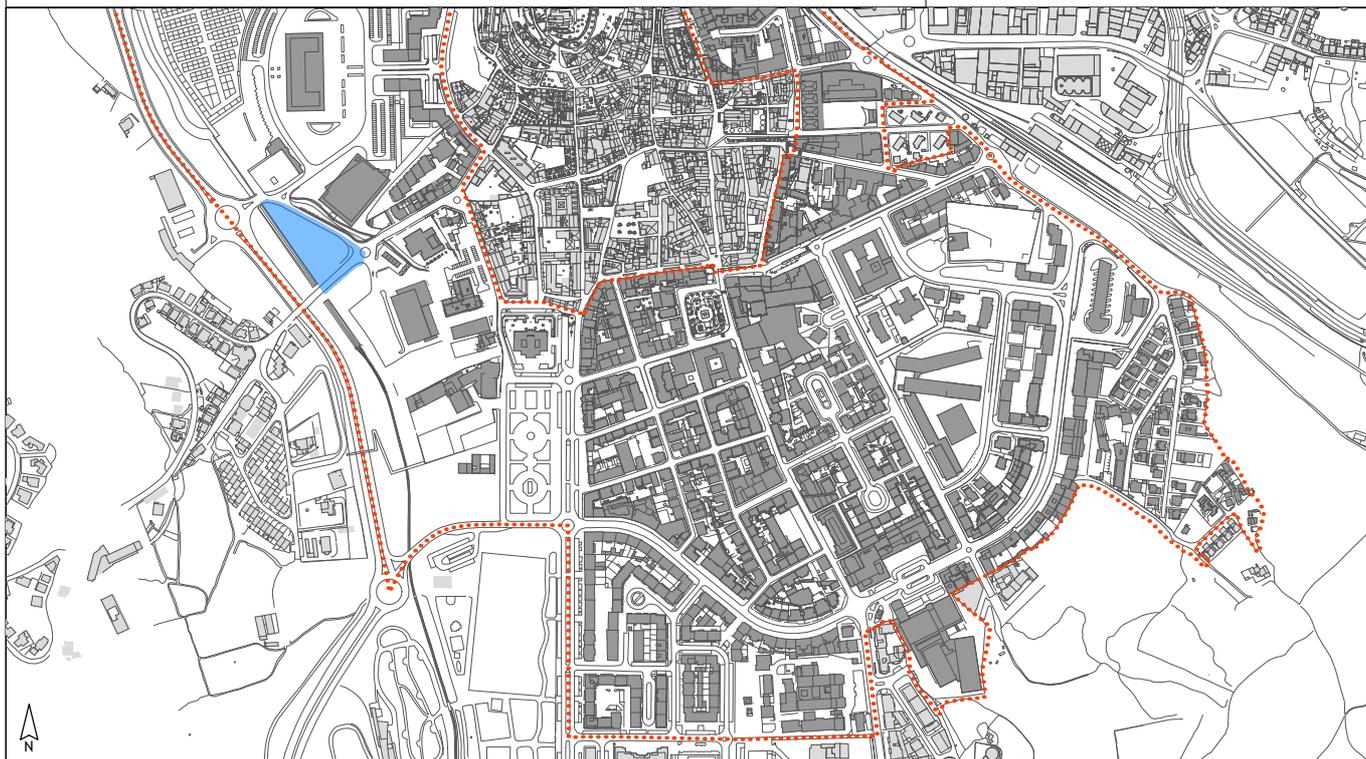
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamentos

I.5



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Park&Ride da zona do Parque Expotorres (Junto à Ribeira de Alpilhão)**

DOMÍNIO: **Rede de Infraestruturas Viárias**

TIPOLOGIA: **Requalificação de arruamentos**

I.5

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos:

Promover a mobilidade sustentável, fomentando a utilização dos transportes públicos, a integração modal e a mobilidade suave para reduzir as emissões de CO2.

Descrição:

Esta ação incide num terreno que o município pretende adquirir para o transformar num Park&Ride. Ainda que informalmente, o terreno tem vindo a ser utilizado como parque de estacionamento. Atualmente não conta com qualquer tratamento dos pavimentos, fruto da sua localização em zona de cheias face à proximidade a uma linha de água. Tendo em conta a sua proximidade ao Centro Histórico, à EXPOTORRES, mas sobretudo ao terminal Rodoviário, faz todo o sentido apostar neste Park&Ride, dotando-o de melhores condições. Para o efeito estão previstas obras que garantam todas as condições de segurança e conforto, destinado ao estacionamento de veículos ligeiros, incluindo lugares para pessoas com mobilidade reduzida. Incorporará estacionamentos de bicicletas e motociclos. As soluções construtivas terão em conta as condicionantes do solo, respeitando sempre as práticas de sustentabilidade ambiental.

Esta ação pretende contribuir para a redução da circulação automóvel, promovendo novos hábitos tendentes a uma maior "mobilidade suave" (bicicleta ou a pé), promovendo assim a redução das emissões de CO2.

Custo total estimado (mais IVA): 750.000 €



AÇÃO: Requalificação da Rua Santos Bernardes

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

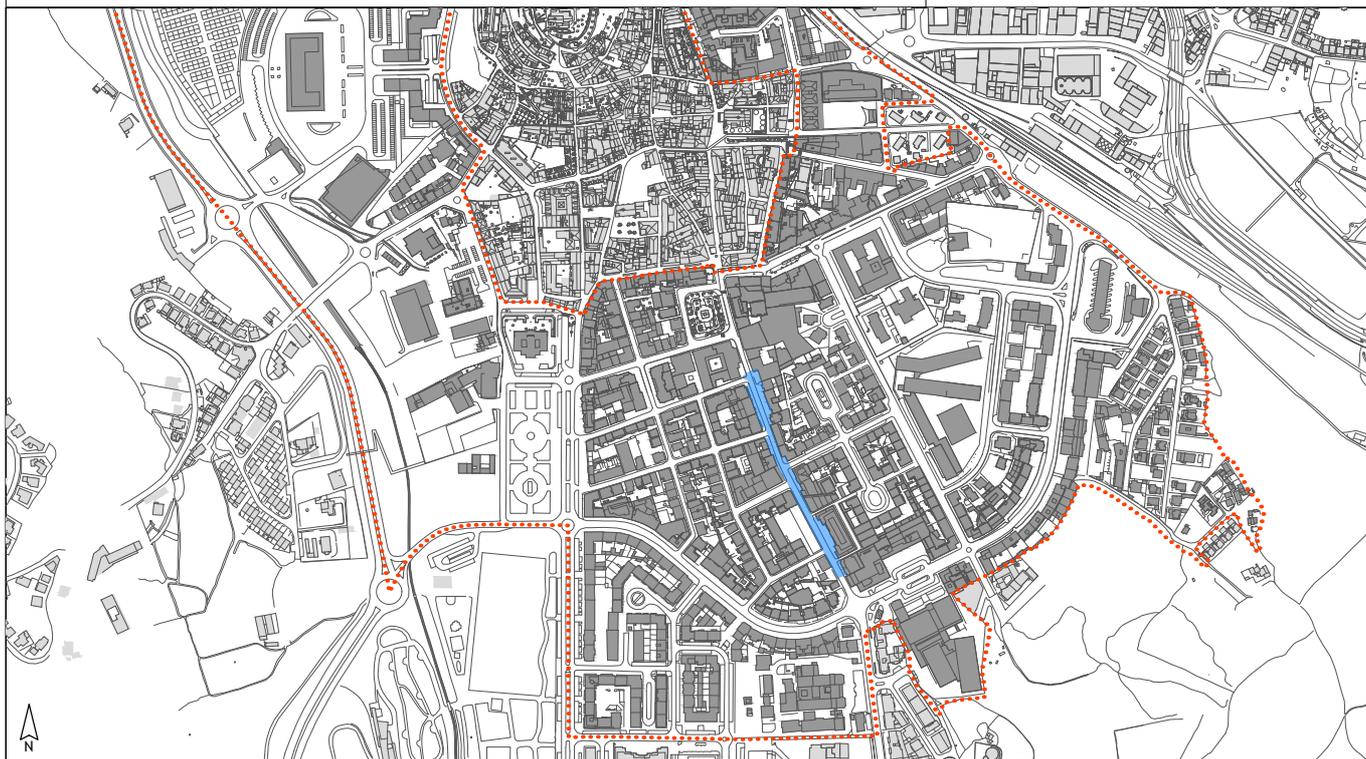
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamentos

I.6



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Requalificação da Rua Santos Bernardes**

DOMÍNIO: **Rede de Infraestruturas Viárias**

TIPOLOGIA: **Requalificação de arruamentos**

I.6

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas.;

Descrição:

A Rua Santos Bernardes localiza-se no limite nascente do Bairro Novo, sendo hoje uma rua muito importante na estrutura viária da cidade. Apesar de não apresentar um estado de conservação preocupante, importa melhorar alguns aspetos, nomeadamente os estacionamento e os passeios.

A operação deve contemplar ainda a sua articulação com os arruamentos transversais, garantindo a integração de percursos pedonais acessíveis e ciclovias, ainda que partilhadas. As infraestruturas também devem ser beneficiadas.

Custo total estimado (mais IVA): 650.000 €



AÇÃO: Requalificação da Rua Henriques Nogueira

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

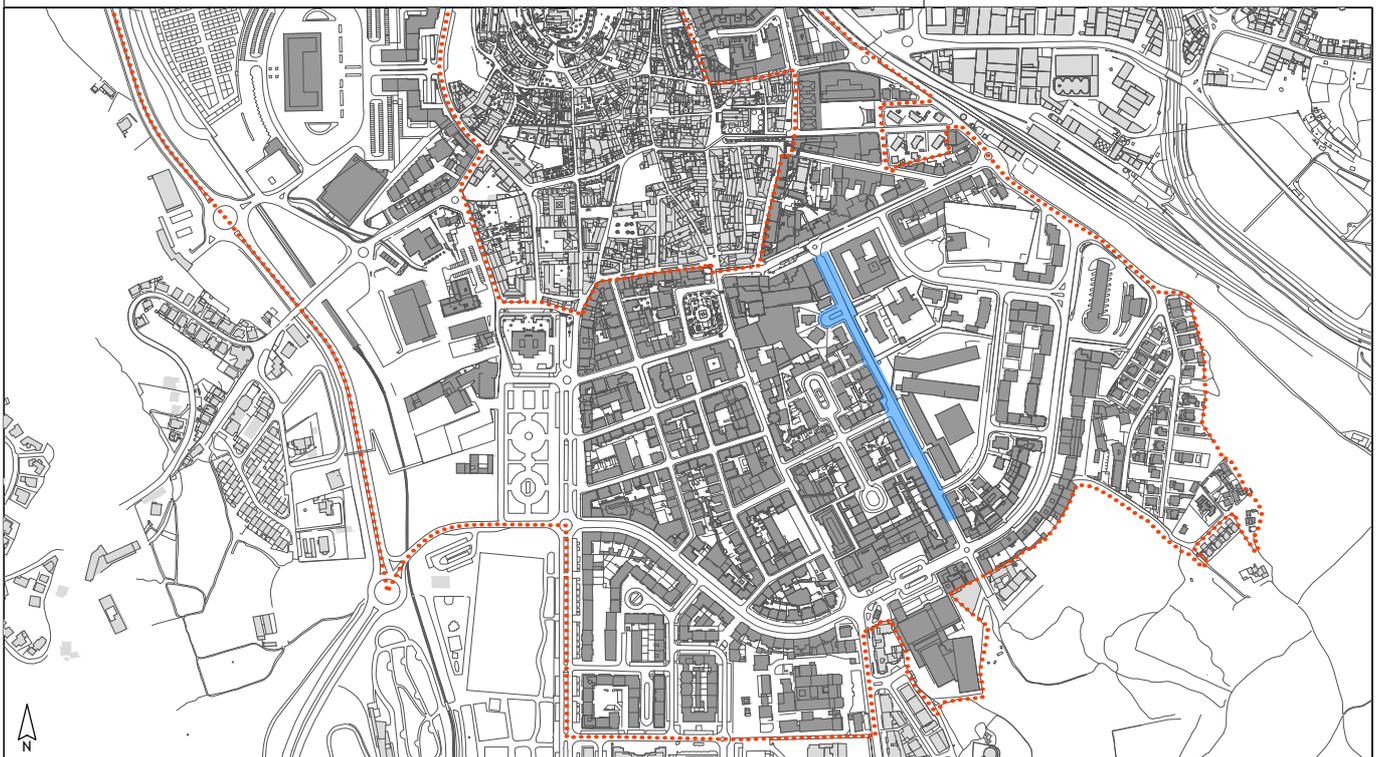
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamentos

1.7



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/10.000

AÇÃO: **Requalificação da Rua Henriques Nogueira**

DOMÍNIO: **Rede de Infraestruturas Viárias**

TIPOLOGIA: **Requalificação de arruamentos**

1.7

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas.;

Descrição:

A Rua Henriques Nogueira é uma perpendicular à Av. General Humberto delgado, que permite a ligação ao centro da cidade, onde se encontra grande parte dos equipamentos públicos. Este arruamento também permite o acesso à escola Secundária Henriques Nogueira, sofrendo assim uma forte pressão por parte dos automobilistas, levantando alguns constrangimentos relacionados com a segurança rodoviária.

A degradação dos passeios deve-se essencialmente às raízes de árvores que compõe o espaço público. Esta degradação, associada a algumas barreiras arquitetónicas, dificultam a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.

Esta ação deve prever um reperfilamento da via, com especial enfoque nas soluções de estacionamento e passeios, tornando esta zona da cidade mais inclusiva e sustentável.

A operação deve contemplar ainda a sua articulação com os arruamentos transversais, garantindo a integração de percursos pedonais acessíveis e ciclovias, ainda que partilhadas. As infraestruturas também devem ser melhoradas.

Custo total estimado (mais IVA): 590.000 €



AÇÃO:

Paragens de Chegada e Confluência - Fase 2 - Cobertura Terminal Rodoviário

DOMÍNIO:

Rede de Infraestruturas Viárias

TIPOLOGIA:

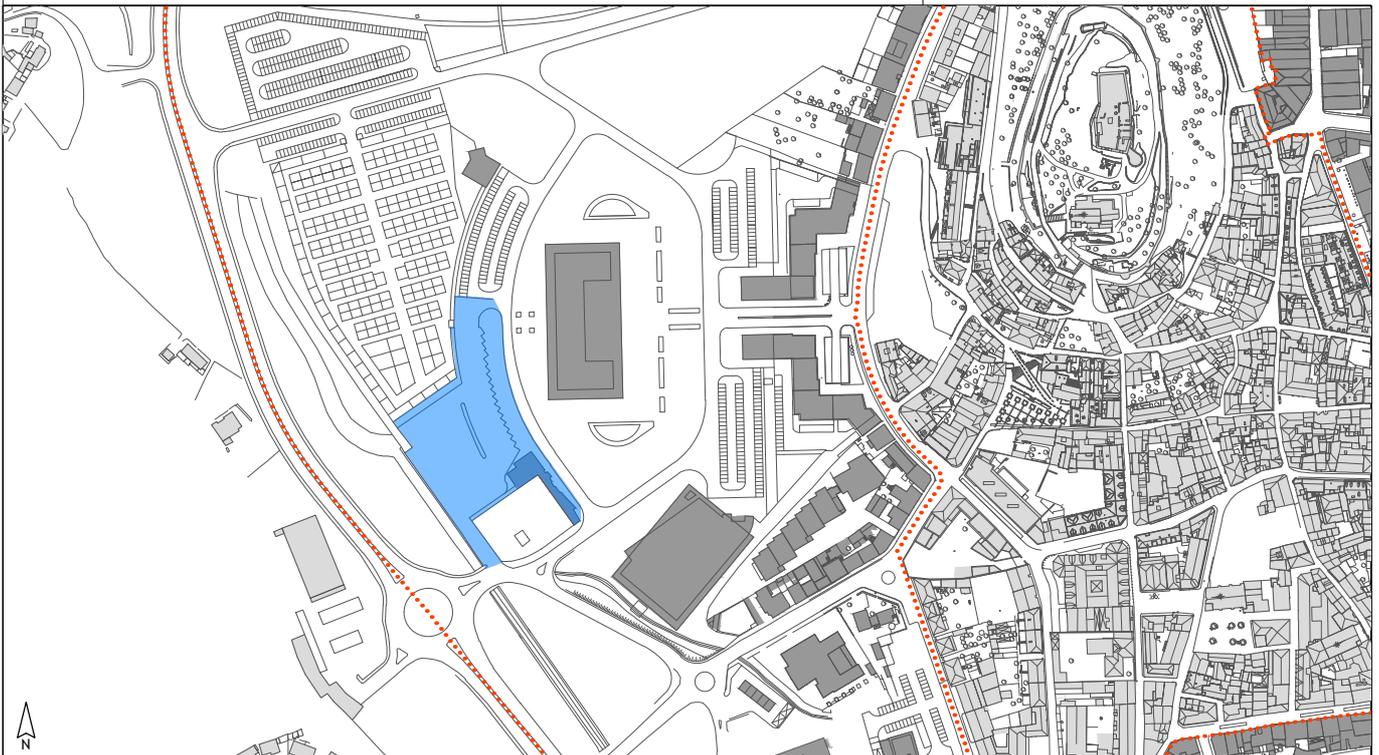
Beneficiação de Infraestrutura

I.8



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO:

Paragens de Chegada e Confluência - Fase 2 - Cobertura Terminal Rodoviário

DOMÍNIO:

Rede de Infraestruturas Viárias

TIPOLOGIA:

Beneficiação de Infraestruturas

I.8

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos:

Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações; Promover o papel das grandes infraestruturas de transporte (rodoviárias, ferroviárias e aéreas) no reforço da competitividade económica e territorial do concelho, nomeadamente o aeródromo enquanto elemento diferenciador;

Descrição:

“A operação consiste na construção de uma cobertura ao longo do cais de embarque dos autocarros, destinada a melhorar as condições de espera, tomada e largada de passageiros, através do aumento das condições de conforto da estadia, de melhor proteção contra os elementos climatéricos e de reforço do sentimento de segurança física. A intervenção não abrange o edifício onde funcionam os serviços administrativos e logísticos do Terminal Rodoviário. A interface do Terminal Rodoviário não só integra a rede de paragens de chegada e confluência (PCC), entendidas enquanto interfaces de transporte “onde ocorre a transferência/transbordo de passageiros entre diferentes modos de transporte ou entre veículos do mesmo modo, numa mesma viagem, fazendo parte integrante do sistema de transportes intermodal”, como se constitui como o seu principal nó, desempenhando um papel decisivo na qualidade do serviço público de transportes coletivos prestado e, por essa via, determinante para o cumprimento dos objetivos e metas associados à redução das emissões de carbono e outros gases com efeitos de estufa, em particular nas zonas urbanas.” (PEDU)

Custo total estimado (mais IVA): 789.704,43€

Esta ação já se encontra em fase de execução.

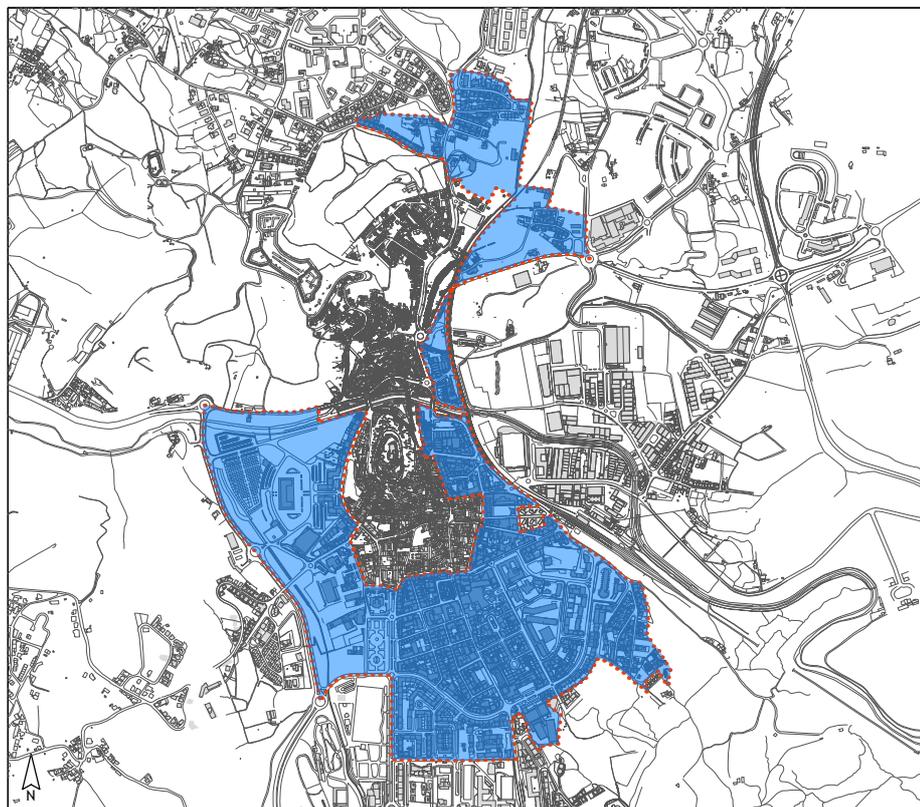


AÇÃO: Extensão da rede de Paragens de Chegada e Confluência - Fase V

DOMÍNIO: Rede de Infraestruturas Viárias

TIPOLOGIA: Beneficiação de Infraestrutura

I.9



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação

Pilar estratégico: Rede de Infraestruturas Viárias

Objetivos estratégicos: Promover a mobilidade sustentável, fomentando a utilização dos transportes públicos, a integração modal e a mobilidade suave para reduzir as emissões de CO2; Promover o papel das grandes infraestruturas de transporte (rodoviárias, ferroviárias e aéreas) no reforço da competitividade económica e territorial do concelho, nomeadamente o aeródromo enquanto elemento diferenciador;

Descrição: “A operação compreende a construção de várias Paragens de Chegada e Confluência em locais estratégicos da Cidade, onde ocorrem volumes significativos de transferência/transbordo de passageiros entre diferentes modos de transporte ou entre veículos do mesmo modo. Enquanto interfaces de transporte, as PCC, desempenham um papel determinante no funcionamento de um sistema de transportes intermodal e garantem que a ligação entre os diferentes modos de transportes se processa: de forma acessível a todos os cidadãos, incluindo cidadãos com mobilidade condicionada; de forma rápida e sem perdas de tempo significativas no transbordo; e com condições de conforto e segurança para o passageiro. A conceção flexível do equipamento, associada à escolha criteriosa de cada localização (locais estratégicos mais solicitados) e à configuração de cada uma das PCC, consegue promover a integração com as funções urbanas envolventes, beneficiando a vivência dos espaços exteriores da interface e do edificado próximo. Assegurando um nível de conforto mais elevado que uma paragem de autocarro corrente, é oferecido ao utilizador um espaço de espera amplo, com lugares sentados, em que se por um lado está resguardado das intempéries, por outro mantém a visibilidade para o exterior, garantindo níveis de segurança, através dos painéis de vidro. Será também uma mais-valia para o utilizador a criação de condições para a instalação de novas tecnologias, nomeadamente as condições para acesso à Internet e carregamento de dispositivos móveis. É disponibilizado equipamento de estacionamento de bicicletas privadas, incentivando à utilização dos modos suaves, em complementaridades aos transportes públicos. Em relação às localizações propostas, foram tidos em conta aspetos como a afluência de utilizadores e a criação de acessibilidade a utilizadores com mobilidade reduzida. As PCC são elementos urbanos que são entendidos como instrumentos decisivos para o cumprimento dos objetivos e metas de redução das emissões de carbono e outros gases com efeitos de estufa, em particular nas zonas urbanas.” (PEDU)

Custo total estimado (mais IVA): 150.000€

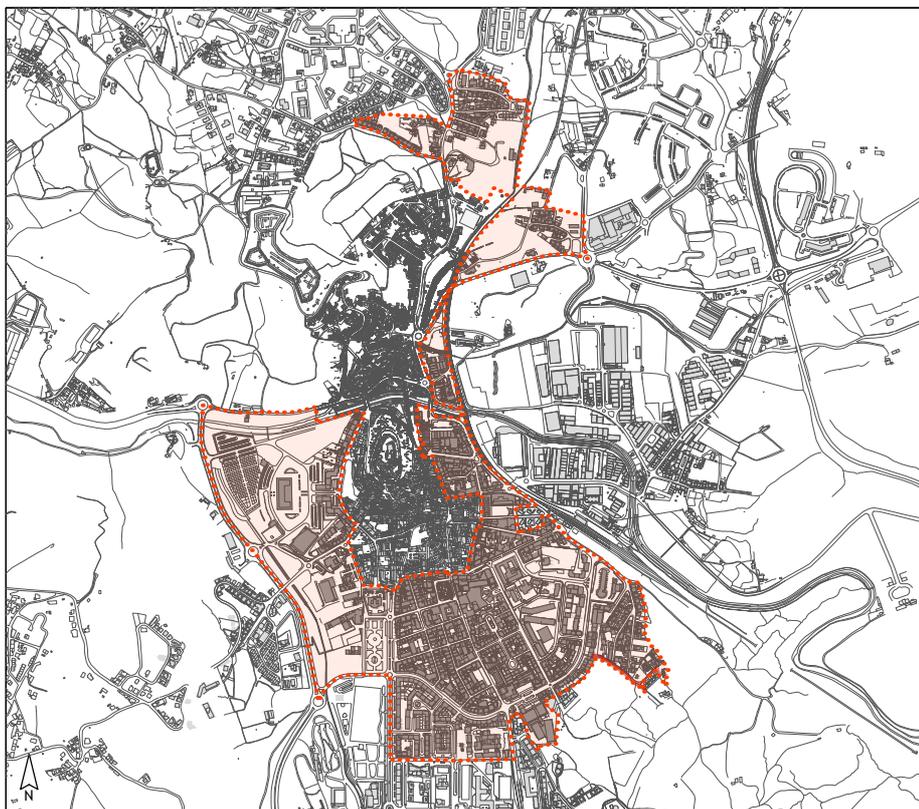
Esta ação já se encontra em fase de execução.

AÇÃO: Requalificação da Rua do Casal da Mina

DOMÍNIO: Mobilidade e Acessibilidade

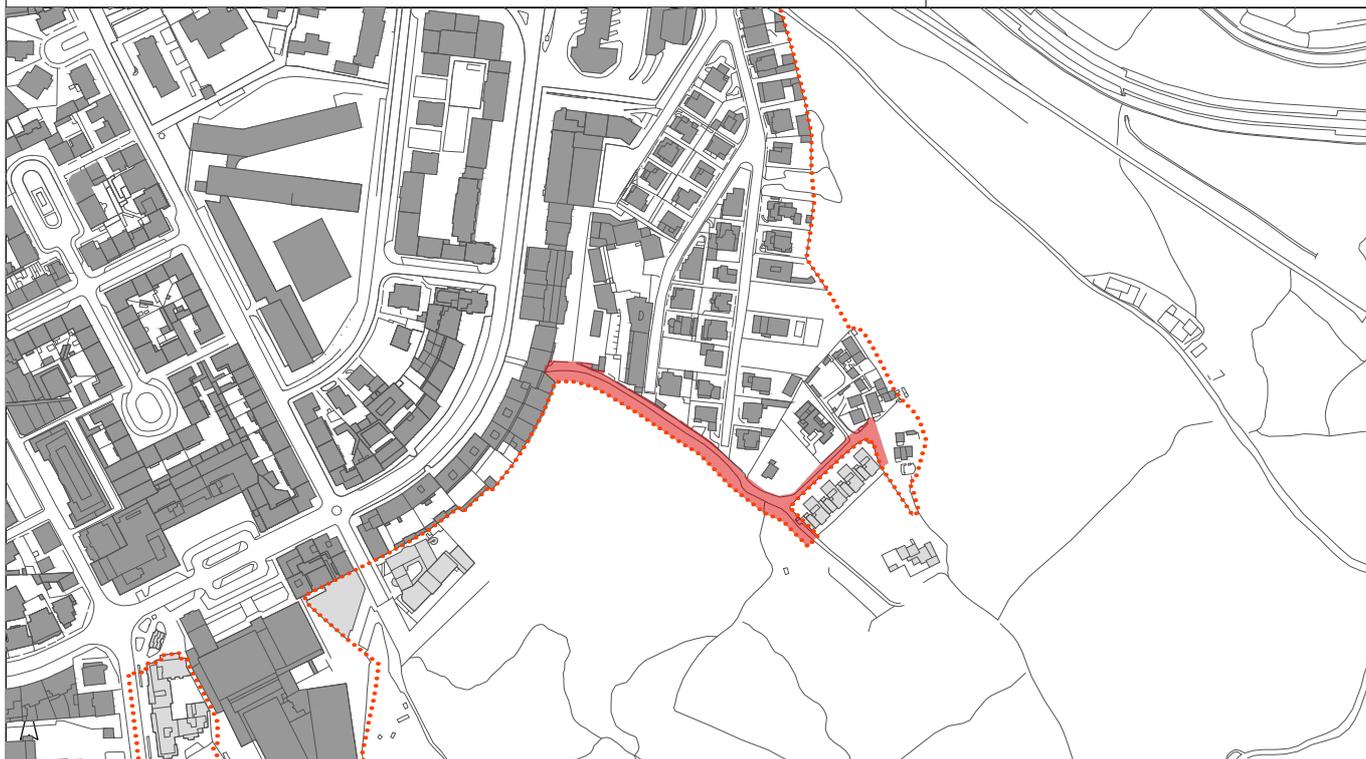
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamento

J.3



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Requalificação da Rua do Casal da Mina**

DOMÍNIO: **Mobilidade e Acessibilidade**

TIPOLOGIA: **Requalificação de arruamento**

J.3

Pilar estratégico: Mobilidade e Acessibilidade

Objetivos estratégicos: Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas.; Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações; Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho; Criar condições urbanísticas promotoras do exercício físico, associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal; Criar condições socio-urbanísticas (respostas sociais, lazer e mobilidade urbana) que preparem o território para a transição demográfica e promovam o envelhecimento ativo, saudável e participativo da população idosa

Descrição: Esta ação visa dar continuidade à rede de percursos pedonais acessíveis que o Município tem implementado no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, nomeadamente do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável. A ORU da Cidade - TVD79 prevê esta ação complementar que visa dar continuidade à rede de percursos, sendo, posteriormente, desenvolvido um estudo para definir os eixos prioritários, seguindo-se um projeto e a respetiva empreitada para a sua execução.

Não obstante, entendeu o Município definir desde já, como prioritárias as intervenções na Rua do Casal da Mina até pelo seu carater periférico. O atual arruamento, desqualificado, apresenta-se bastante declivoso, dificultando a mobilidade automóvel e pedonal. Assim, propõe-se uma intervenção que melhore o conforto e a segurança dos seus utilizadores, bem como a imagem urbana. As soluções construtivas devem articular-se com as demais implementadas na rede de percursos pedonais acessíveis implementados e a implementar na cidade.

Custo total estimado (mais IVA): 30.000€

Esta ação já se encontra em fase de execução.

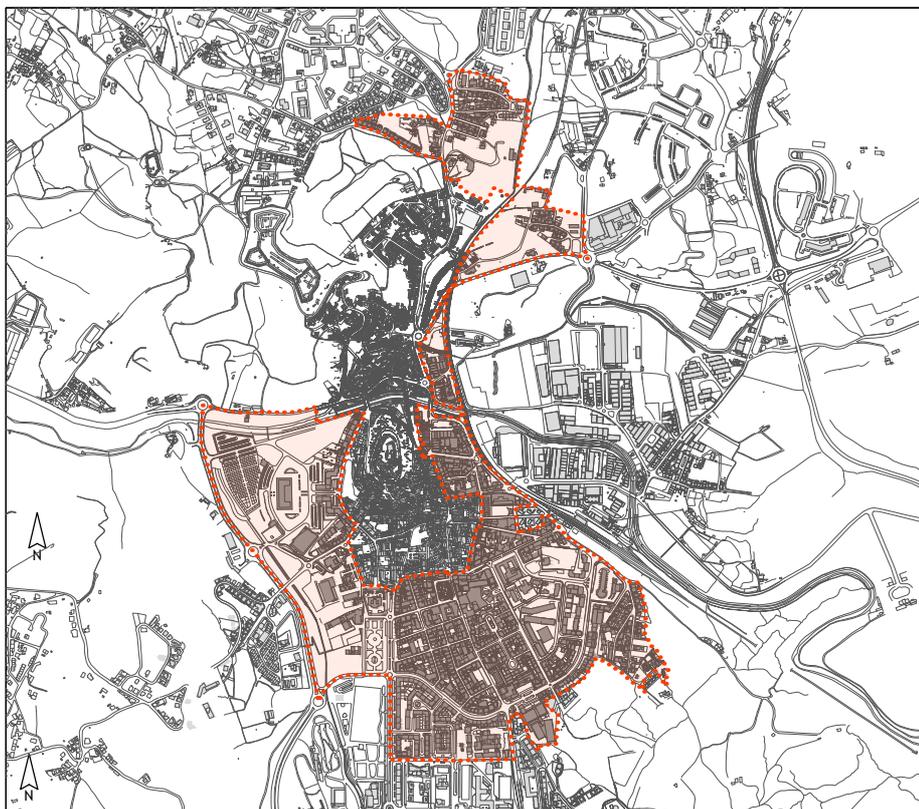


AÇÃO: Requalificação da Praça 25 de Abril

DOMÍNIO: Mobilidade e Acessibilidade

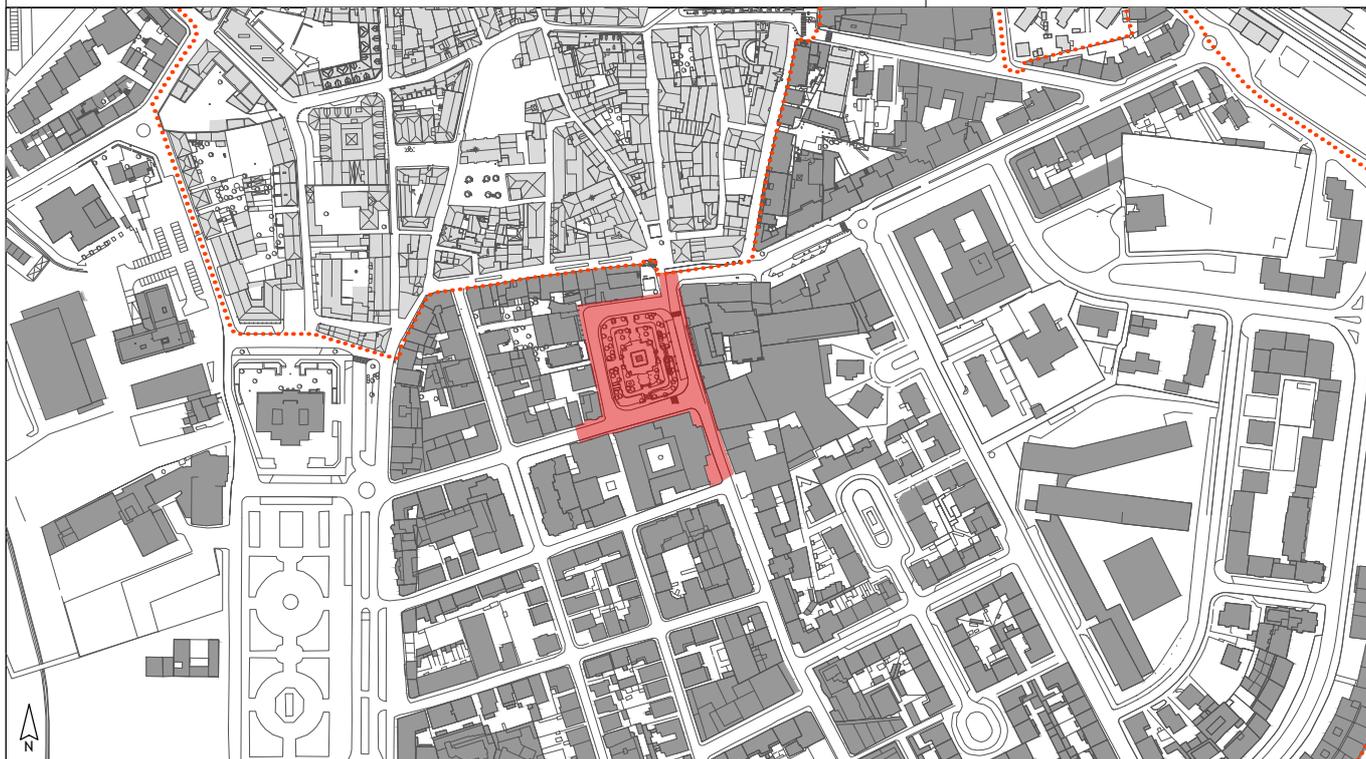
TIPOLOGIA: Requalificação de espaço público

J.4



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: Requalificação da Praça 25 de Abril

DOMÍNIO: **Mobilidade e Acessibilidade**

TIPOLOGIA: Requalificação de espaço público

J.4

Pilar estratégico: Mobilidade e Acessibilidade

Objetivos estratégicos: Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas.; Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações; Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho; Criar condições urbanísticas promotoras do exercício físico, associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal; Criar condições socio-urbanísticas (respostas sociais, lazer e mobilidade urbana) que preparem o território para a transição demográfica e promovam o envelhecimento ativo, saudável e participativo da população idosa

Descrição: “A Praça 25 de Abril, em Torres Vedras, vai ser intervencionada ao nível das suas condições de acessibilidade física e circulação pedonal. O objetivo é promover a mobilidade suave como modo preferencial de deslocação em contexto urbano e assegurar uma efetiva equidade no acesso e fruição dos espaços e edifícios públicos.

A operação “Acessibilidade Inclusiva na Praça 25 de Abril” compreende um conjunto de ações de eliminação de barreiras arquitetónicas, alargamento de passeios, introdução de rampas, corrimãos e pavimentos confortáveis e realocização de mobiliário urbano.

O espaço na frente do edifício da Igreja e Convento de Nossa Senhora da Graça será transformado numa zona de carácter pedonal, sendo apenas permitida a circulação de transportes públicos de circuito urbano e veículos de emergência. Com a eliminação da zona de estacionamento e dos contentores de resíduos, será criado um espaço livre de barreiras arquitetónicas, com pavimento estruturado para que, através de diferentes texturas, se torne facilmente apreensível para invisuais.

O acesso ao Museu Municipal Leonel Trindade, em funcionamento no Convento de Nossa Senhora da Graça, passará a realizar-se por uma plataforma de entrada com escadas e rampa, que permitirá o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Em torno do Jardim da Graça serão suprimidas bolsas de estacionamento e redesenhados os eixos de circulação viária, criando uma cinta de circulação pedonal. Nos arruamentos a poente e norte do jardim, mantém-se o uso existente, com uma via de circulação de apoio ao hotel, estacionamento e parque de táxis. Na via a nascente da Praça 25 de Abril, a atual bolsa de estacionamento será anulada, sendo criadas zonas de estacionamento para pessoas com mobilidade condicionada, para idosos, grávidas e pessoas com crianças de colo, para bicicletas e para motociclos e uma zona de paragem de autocarros urbanos, turísticos e de aluguer de apoio ao Museu e à Igreja.

No interior do jardim as intervenções previstas serão pontuais, procurando resolver as questões de mobilidade. Sempre que possível, as escadas serão convertidas em rampas. Nas situações em que o declive existente obriga à manutenção de escadas, estas serão requalificadas, adaptando-se o seu passo às dimensões regulamentares e equipando-as com corrimãos. Nas situações de degraus isolados, será usada a extensão dos braços de acesso em calçada para nivelar o pavimento.

No âmbito da estratégia de mobilidade inclusiva, será realizada a demarcação das zonas de circulação e de atravessamento dos eixos viários com sinalética táctil própria para invisuais. Complementando esta estratégia, prevê-se ainda a instalação de um mapa táctil na Praça 25 de Abril. Este mapa conterá informação gráfica relativa à planta do centro histórico da Cidade, à planta do espaço da Praça da República e aos alçados do Convento de Nossa Senhora da Graça, informação essa que será complementada por legendas e informação adicional em texto corrente e em braille.

Para além do condicionamento de trânsito em frente ao edifício da Igreja e Convento de Nossa Senhora da Graça, a alteração do sentido de trânsito da Rua Brigadeiro Neves Costa, no tardo daquele edifício, permitirá reduzir a intensidade de tráfego na via que se manterá na Praça 25 de Abril.” (CMTV)

Custo total estimado (mais IVA): 30.000€

Esta ação já se encontra concluída 300.179,75.

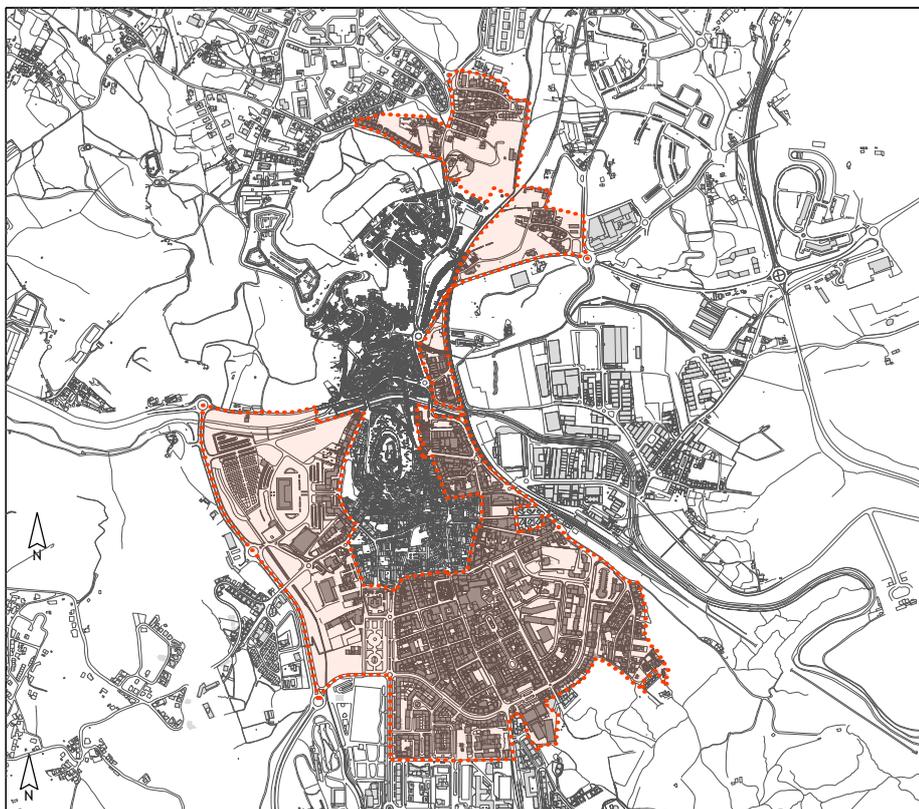


AÇÃO: Acessibilidades na Rua Cândido dos Reis (troço paralelo ao Mercado Municipal)

DOMÍNIO: Mobilidade e Acessibilidade

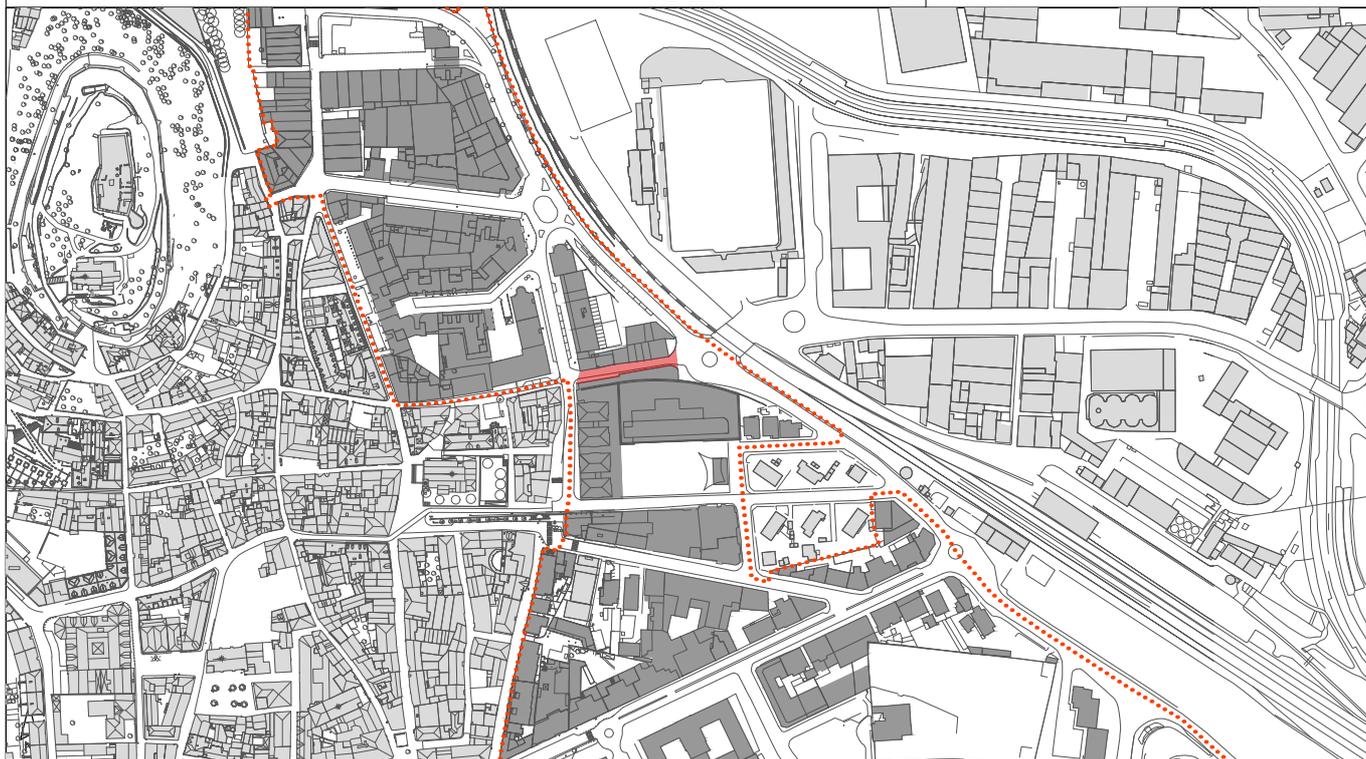
TIPOLOGIA: Requalificação de arruamento

J.5



ESCALA 1/25.000

Área de Intervenção da Ação



ESCALA 1/5.000

AÇÃO: **Acessibilidades na Rua Cândido dos Reis (troço paralelo ao Mercado Municipal)**

DOMÍNIO: **Mobilidade e Acessibilidade**

TIPOLOGIA: **Requalificação de arruamento**

J.5

Pilar estratégico: Mobilidade e Acessibilidade

Objetivos estratégicos:

Promover a qualificação das centralidades urbanas e das frentes urbanas ribeirinhas.; Qualificar a rede viária estruturante, assegurando uma conectividade eficaz e segura entre as várias aglomerações; Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços públicos, aos edifícios, aos transportes, aos equipamentos e serviços públicos e aos locais de trabalho; Criar condições urbanísticas promotoras do exercício físico, associado à mobilidade pedonal e ciclável, e à prática de atividade física informal; Criar condições socio-urbanísticas (respostas sociais, lazer e mobilidade urbana) que preparem o território para a transição demográfica e promovam o envelhecimento ativo, saudável e participativo da população idosa.

Descrição:

Melhoria de acessibilidades, sinalética, infraestruturas e reorganização de estacionamento na Rua Cândido dos Reis (troço paralelo ao Mercado Municipal)

Custo total estimado (mais IVA): 80.000€

